

PROJETO

Análise dos benefícios e riscos com a retirada da obrigatoriedade da vacinação contra Aftosa – Estado do Paraná

2ª. Versão – atualizada e ampliada

ABRIL / 2019

ATHENAAGRO 
Consultoria

Contratante



Estudo foi liberado para publicação e envio a interessados.

Introdução

- A pedido da Sociedade Rural de Maringá e Sociedade Rural de Londrina, a **Athenagro** analisou o cronograma de implementação do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA). A iniciativa também foi apoiada pela indústria Frigorífica da Bovinocultura do Estado do Paraná.
- A análise confirma a qualidade e o nível de detalhamento do programa, elaborado ao longo dos últimos anos com rigor técnico e por uma equipe de incontestável competência. Ainda assim, nossa conclusão é contrária ao cronograma de implementação, que prevê o fim da vacinação obrigatória até 2023.
- Não se trata de um posicionamento retrógrado ou contrário ao avanço no status sanitário em relação à febre aftosa no Brasil, mas sim de adaptação à realidade brasileira. Grande parte do embasamento de nossas conclusões está contida no próprio documento do programa, ora como relato histórico do combate à febre Aftosa, ora como pontos de atenção durante a execução do programa.
- A pecuária brasileira vem conquistando espaços cada vez mais consolidados no mercado internacional e vem avançando no status sanitário; conquistas que poderiam ser perdidas com a ocorrência de um novo foco de febre aftosa no país. No entanto, apesar do risco, nossa análise não focou na ocorrência de aftosa, mas sim nos efeitos indiretos e negativos que a imediata execução do cronograma poderia impor ao setor.
- Para defender tais pontos de vista, optamos por separar a argumentação por tópicos, que serão apresentados a seguir.



Coordenação
Maurício Palma Nogueira, engenheiro
agrônomo, CEO Athenagro e
coordenador do Rally da Pecuária.

ÍNDICE ESTUDO|

Análise dos benefícios e riscos com a retirada da obrigatoriedade da vacinação contra Aftosa – Estado do Paraná

1. SUMÁRIO	Resumo das conclusões do estudo.....	04
2. PNEFA	Contextualização e objetivos	14
3. CONSENSO	Desafios do PNEFA a campo	40
4. PARANÁ	Antecipação da retirada da vacina.....	52
5. EXPORTAÇÕES	Vantagens para o Paraná são reais?.....	60
6. CARNE BOVINA	Posicionamento em carne ingrediente e culinária...	85
7. CARNE SUÍNA	Mercado interno e países em desenvolvimento.....	89
8. FECHAMENTO	Conclusões	93
	Bibliografia Consultada	98
	Siglas e legendas.....	106
	Assinatura e contato	108
9. ANEXOS	Notícias recentes relacionadas ao tema.....	121
	Estatísticas de apoio	134
	Mapas e apoio	183

1. Sumário das conclusões

O primeiro capítulo resume as principais conclusões com base nos levantamentos realizados pela **Athenagro** durante a elaboração do relatório que foi entregue em fevereiro/2019 e observações geradas após a entrega do relatório

Eventos pós entrega do relatório

- Depois da entrega do relatório, enviado no início de fevereiro, surgiram novas variáveis que merecem constar como destaque em relação ao assunto.
- O bloco 5, que seria acompanhado pelo Paraná, decidiu adiar a execução do cronograma, postergando a retirada da vacinação. Essa situação aumenta ainda mais o risco do estado do Paraná, que iniciaria isoladamente o processo, aumentando ainda mais o impacto aos produtores e indústrias que dependem de animais oriundos de outros estados, no caso da bovinocultura.
- O presidente da Câmara Setorial, Sebastião Guedes, afirmou em entrevista que o cronograma e as diretrizes do PNEFA (Plano Nacional de Erradicação da Febre Aftosa) precisam ser rediscutidos. A entrevista ocorreu depois de uma reunião na Câmara, realizada no dia 11/04/19.
- Segundo ele, é preciso estabelecer novos prazos para o cumprimento do programa, que sejam “mais factíveis” com a realidade atual dos cinco blocos da Federação envolvidos nesse plano de metas. “Nove entidades privadas participantes da reunião de quinta-feira concordaram que precisamos rediscutir alguns pontos do cronograma estabelecido pelo programa e também a geografia de onde se iniciará a retirada da vacinação”, ilustra Guedes. (Portal DBO).
- Em ofício redigido no dia 17 de abril/2019, a Câmara Setorial se posicionou junto ao MAPA, recomendando uma reavaliação no cronograma de implementação do PNEFA.

Reunião com o governador do Paraná

- No dia 10 de abril/2019, durante a Expo Londrina, foi realizada a reunião de entrega do presente relatório ao governador do Estado, acompanhado de secretários de governo e deputados estaduais.
- O governador Ratinho Jr fechou a reunião ponderando que sua decisão atenderia o que for melhor para o estado. Em tese, a suinocultura obteria vantagens com o fim da vacinação, enquanto os riscos seriam concentrados na bovinocultura.
- A tese do benefício baseia-se na premissa que haja aumento nos ganhos com as exportações de carne suína, caso o estado deixe de vacinar. É com base nessa premissa que alguns estudos foram feitos para defender a viabilidade econômica de retirada da vacinação. No entanto, trata-se de uma expectativa não confirmada pelo Estado vizinho.
- Santa Catarina atingiu o status livre de aftosa sem vacinação em 2007. Mesmo sendo o Estado de maior produção e exportações de carne suína no Brasil, apenas 6% do total exportado seguiu para mercados considerados mais restritivos em relação à vacinação, como Estados Unidos, Japão e Singapura. Interessante que em 2006, antes de atingir o status, 7% do total exportado por Santa Catarina atingiu os mercados restritivos.
- A carne suína paranaense também acessou mercados restritivos. Em 2018, o Paraná exportou 18,6 mil toneladas métricas de carne suína para Singapura, equivalente a 17% do total exportado pelo Estado. No mesmo período, Santa Catarina exportou 13,6 mil toneladas para o mesmo mercado, ou 4% do total. O restante exportado por Santa Catarina aos mercados restritivos soma 6,4 mil toneladas em 2018, destinadas ao Japão e Estados Unidos.

A retirada da vacina não trouxe vantagens à suinocultura de SC

- Apesar de ser responsável por 51,4% de todas as exportações de carne suína em 2018, Santa Catarina enviou 19,9 mil toneladas aos mercados considerados mais restritivos. O Paraná, que respondeu por apenas 16,8% das exportações brasileiras de carne suína, enviou 18,7 mil toneladas nos mercados restritivos. É conclusivo que a diferença do status não representa vantagem competitiva alguma para atender tais mercados. Trata-se, evidentemente, de um diferencial, um selo que pode ser usado nas negociações. Mas as decisões de compra por parte dos importadores não serão embasadas simplesmente no status com relação à vacinação.
- A análise das séries históricas de volume e preços de exportações e mercado interno, tanto para carne suína como para a carne bovina, são mais contundentes ainda. Comparando o desempenho do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, não há sinais de que Santa Catarina esteja ganhando espaço ou benefícios com relação às exportações ou valorização do mercado interno. Todas as observações que possam ser feitas em comportamento dos preços são pontuais e relacionadas à oferta e demanda. É o exemplo do valor da carne bovina com osso no Estado. É valorizada porque não concorre com a carne com osso de outros Estados.
- A retirada precipitada das campanhas de vacinação do Paraná representa mais riscos do que benefícios, para ambas as carnes. O risco potencial é ainda maior, dado o momento atual da suinocultura que pode conquistar amplos espaços em meio à crise da peste suína clássica, que atinge a China.

Pontos resumidos para o Governador do Estado do Paraná no dia 10 de abril de 2019

O PNEFA é muito bem elaborado, mas as ações propostas para cada etapa não serão executadas dentro do cronograma previsto

1. Em estudos conduzidos com produtores e técnicos através do Rally da Pecuária, **apenas 6,9% acreditam que o Brasil esteja preparado para retirar a vacinação. 20% discordam de retirar a vacinação** a qualquer momento. Os demais pedem mais prazo para que a pecuária se prepare ou que os órgãos responsáveis informem melhor sobre as condições de circulação do campo, os critérios adotados e o programa em si.
2. No Paraná, onde se discute a antecipação da retirada da vacinação, a porcentagem de técnicos que avaliam que o estado já esteja preparado cai para **apenas 2% dos entrevistados.**
3. O maior risco apontado pelos técnicos é a volta do vírus. **Nove grupos de espécies da fauna brasileira, presentes em todo o território, são suscetíveis e classificadas como de importância epidemiológica para febre aftosa.** Constam nessa lista as capivaras, javalis, cervos, antas, gambás, tatu-galinhas e todas as espécies de porcos do mato.

Pontos resumidos para o Governador do Estado do Paraná no dia 10 de abril de 2019

4. O PNEFA prevê um plano de contenção no caso do surgimento de um foco de aftosa. Mas o sucesso do plano depende de velocidade, mobilização e ações rápidas. O sucesso esbarra na estrutura fundiária do Brasil, onde os **estabelecimentos com menos de 50 cabeças somam 79% do total** (IBGE, 2017)
5. A estrutura fundiária também reforça outra das preocupações dos técnicos que acreditam que haveria perdas sanitárias no rebanho brasileiro, decorrente da negligência com o tratamento do gado, visto que os pecuaristas usam as campanhas para aplicar os demais produtos no rebanho.
6. **75% dos produtores dependem, em algum grau, das campanhas de vacinação para administrar os demais protocolos sanitários.** Do total, **20% aplicam produtos apenas durante as campanhas.** Foram entrevistados 2.050 profissionais em um público presente de 4.200 produtores e técnicos distribuídos em 11 estados de relevância pecuária.

Pontos resumidos para o Governador do Estado do Paraná no dia 10 de abril de 2019

7. Estudando as correlações de preços entre os estados de carne suína e bovina de Santa Catarina (livre sem vacinação desde 2007), Paraná, Rio Grande do Sul e Brasil, não se identifica **nenhum movimento de valorização nos preços que pudesse ser atribuído ao status sanitário**. O Japão, recentemente, aceitou importar carne do Uruguai, cujo status é o mesmo do Brasil: livre com vacinação. O Brasil não acessa mercados de carnes mais valorizada pelo tipo de rebanho que é produzido aqui, e não pelo status.

8. Além dos custos com implementação do PNEFA, o Brasil terá que considerar riscos e custos não previstos inicialmente para administrar as estratégias dos demais parceiros do Mercosul. **Paraguai, Uruguai e Argentina já anunciaram que não suspenderão a vacinação.**

Pontos resumidos para o Governador do Estado do Paraná no dia 10 de abril de 2019

9. Ainda com relação às fronteiras, é preciso considerar que o Paraná recebe bezerros e garrotes de diversos outros estados, comportamento que é refletido na valorização da arroba do bezerro em relação à arroba do boi gordo. Com o estado fechado para a entrada de bezerros de outras regiões, os preços dos animais de reposição irão aumentar, **eliminando os produtores com menores condições financeiras de garantir um acréscimo no fluxo de caixa**. Num segundo momento, quando as fronteiras forem abertas novamente, será a vez dos que conseguiram comprar animais mais caro entrarem em crise. No momento da venda, é provável que o valor da arroba não remunere o custo do estoque comprado na época de fronteiras fechadas.
10. O estado do Paraná também perderia geneticamente. Com o fechamento das fronteiras do estado, **grande parte do fluxo de animais melhoradores seriam dificultadas, atrasando os programas de melhoramento do estado**.

Pontos resumidos para o Governador do Estado do Paraná no dia 10 de abril de 2019

11. Estima-se que o descarte de carne por abscessos vacinais chegue a 0,7%, ou cerca de 2 kg, por carcaça, gerando prejuízo às indústrias e aos produtores. As perdas resultantes da piora na qualidade sanitária do rebanho, por outro lado, serão evidentes embora sejam desconhecidas. **Quanto os animais deixarão de ganhar, ou irão registrar piora no couro, por negligência nos controles de endo e ectoparasitos nos animais a campo?**

12. **A mudança da dose da vacina tende a reduzir a ocorrência dos abscessos**, o que demanda uma nova avaliação dessa problemática.

13. **O Paraná pode assumir um risco desnecessário, transformando-se no exemplo de que o cronograma deve ser revisto.** Esse exemplo para o restante do Brasil, que já estuda o adiamento do cronograma, custaria muito tanto à bovinocultura, quanto à suinocultura. Prejuízos geram desemprego, desinvestimento e redução da atratividade, que certamente, irá impactar a produção de grãos e todos os demais elos da cadeia produtiva.

Pontos resumidos para o Governador do Estado do Paraná no dia 10 de abril de 2019

14. Em outro estudo, a **Athenagro** estima que cada **R\$1 de faturamento com o abate de bovinos, movimenta outros R\$6 nos demais elos da cadeia produtiva.**

15. Por fim, **o plano estratégico do PNEFA supera a atual capacidade de implementação do setor;** ajustá-lo depende apenas da revisão do cronograma e da rigorosa implementação de todas as fases descritas no plano.

2. PNEFA Contextualização e objetivos

A Febre Aftosa foi detectada na Itália em 1514.

No Brasil, o primeiro registro ocorreu em 1895, no Triângulo Mineiro. Como prevenção, o Ministério da Agricultura promove ações desde 1934, quando foi publicado o regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal.

Mas as instruções específicas para o seu controle, que incluía a vacinação, foram definidas em 1950 e as campanhas organizadas tiveram início em 1965. O último foco no Brasil foi detectado em 2006, no Paraná e Mato Grosso do Sul.

Fonte: MAPA

Contextualização e objetivos

- Desde que o Brasil começou a conquistar espaços no mercado internacional de carnes, o agronegócio vem se esforçando para livrar a pecuária das restrições comerciais impostas através de barreiras não tarifárias; quase sempre traduzindo-se em questões sanitárias.
- No caso da bovinocultura de corte, e da suinocultura, uma das principais barreiras impostas ao Brasil é referente ao risco de Febre Aftosa.
- Diversas análises do mercado internacional indicam que os países mais restritivos à carne Brasileira, por questões sanitárias, são também os países que mais pagam pela carne no mercado internacional. Sendo assim, a presença de aftosa no país, mesmo que controlada, representaria perdas potenciais no faturamento de toda a cadeia produtiva.
- A mudança do status sanitário para país livre de aftosa, sem vacinação, portanto, colocaria o país e condição comercial mais favorecida, podendo atingir preços mais elevados nas vendas externas, tanto da carne bovina, como da carne suína.
- Por outro lado, o recente estabelecimento de um cronograma prevendo o fim da obrigatoriedade da vacinação tem causado desconforto em produtores, indústrias e agentes do setor. Argumenta-se, nesses casos, que os riscos superariam os ganhos vislumbrados com a retirada da vacinação, em especial no Estado do Paraná, onde o cronograma poderia ser antecipado. É com base nessa problemática que o estudo em questão foi encomendado à **Athenagro** pela Sociedade Rural de Maringá, e parceiros.

A Febre Aftosa

- A febre aftosa foi descoberta na Itália no século XVI. No século XIX, a doença foi observada em vários países da Europa, Ásia, África e América. Com o desenvolvimento da agricultura houve também uma grande preocupação em controlar esta enfermidade e no início do século passado vários países decidiram combatê-la (LIMA, et al, 2005).
- Apesar de a enfermidade ter sido descrita pela primeira vez em 1514, e dos esforços para o controle e erradicação, continua sendo alvo de permanente pesquisa e preocupação.
- Nos anos 2000 e 2001, a febre aftosa voltou às manchetes dos jornais de todos os continentes, e as imagens dos milhares de animais sendo sacrificados ficarão para sempre registrados na memória da população mundial (PITUCO, 2012).
- A Febre Aftosa é uma enfermidade viral, de divulgação mundial, muito contagiosa, de evolução aguda, que afeta naturalmente os animais biungulados domésticos e selvagens: bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos e suínos. Entre as espécies não biunguladas foi também demonstrada a susceptibilidade de elefantes e capivaras. É considerada zoonose, ou seja, doença que se transmite dos animais vertebrados ao homem em situações muito especiais (JUNIOR. et al, 2008).
- O vírus da Aftosa é um picornavirus do gênero *Aphthovirus*. Pelo menos 7 tipos imunologicamente distintos do

A Febre Aftosa

vírus da aftosa foram identificados: A, O, C, SAT1, SAT2, SAT3 e ASIA1. Dentro destes sete tipos pelo menos 60 subtipos foram identificados. O vírus é rapidamente inativado pelo pH alto ou baixo, pela luz solar e por temperaturas muito elevadas, porém é muito resistente as condições ambientais normais e ao ressecamento. O hidróxido de sódio, carbonato de sódio ou ácido acético são desinfetantes efetivos, porém muitos desinfetantes comuns são ineficazes (SMITH, 2006).

- O vírus aftosa pode persistir por longos períodos em coágulos sanguíneos, medula óssea, gânglios linfáticos, fragmentos ósseos e vísceras, pois estes tecidos não sofrem a queda de pH que acompanha o rigor mortis. O pH da carne bovina no momento do abate é cerca de 7,2 e uma hora depois oscila entre 6,5 – 6,8. Após 24 horas de armazenamento, sob temperatura levemente superior ao ponto de congelação, o pH médio situa-se entre 5,6 – 5,8 (PITUCO, 2012).
- Os animais infectados apresentam rápida perda de peso, febre muito alta, vesículas, aftas na mucosa da boca, glândulas mamárias. Portanto, quando acomete os animais além de causar vários danos fisiológicos aos mesmos, contamina o ambiente, assim como todos os produtos derivados do mesmo, desta forma é sem dúvida nenhuma um grave fator limitante para o desenvolvimento econômico da indústria animal (JUNIOR. et al, 2008).
- A moléstia não apresenta riscos de saúde às pessoas. A grande importância da febre aftosa é de ordem econômica, por impactar a produção dos animais.

Febre aftosa no Brasil

- A febre aftosa foi relatada no Brasil em 1895 após sua descrição na Argentina e Uruguai, coincidindo com a importação sistemática de reprodutores bovinos de raças europeias no surgimento da indústria frigorífica. As importações ocorreram desde a colonização, mas a febre aftosa só apareceu após a doença afetar os rebanhos da Península Ibérica no final do século XIX.
- A ocorrência da doença contribuiu para a criação, em 1909, do Ministério da Agricultura. Em 1950 foram estabelecidas as normas de profilaxia da doença, sendo importante naquela década, a Primeira Conferência Nacional de Febre Aftosa.
- A década de 60 teve como marco a institucionalização da campanha de combate à febre aftosa, primeiro programa de luta contra a doença, envolvendo o Banco do Brasil com linha de crédito àqueles que adotassem as ações preconizadas. Paralelamente ocorreu a implantação de infraestrutura laboratorial, o treinamento de pessoal e a conscientização dos produtores, iniciando-se o controle sistemático da doença com a produção de vacina, notificação de focos e diagnóstico da doença.
- Na década de 70 foi implantado o sistema de informação, que revelou maior número de focos em razão da vigilância e capacidade de identificação mais apurada. O marco foi a implantação do controle de qualidade da vacina e a identificação das áreas problemáticas por meio do estudo do trânsito animal e sua comparação com a ocorrência da doença.

Febre aftosa no Brasil

- O marco da década de 80 foi a redução dos focos, com ênfase na caracterização dos ecossistemas e estrutura de produção como determinantes da doença.
- No início dos anos 90, dois fatores foram decisivos para que essa situação fosse alterada; o primeiro, a abertura comercial promovida pelo governo expôs o pecuarista brasileiro a uma maior competição; segundo, a estabilização de preços na economia brasileira, alcançada com a implantação do Plano Real em julho de 1994, que interrompeu a trajetória de elevadas taxas de inflação até então observadas, pondo fim à utilização do boi gordo como capital especulativo.
- De acordo com Batalha & Silva (2000), a terra, que também tinha função especulativa, teve seu valor depreciado com a estabilização, o que fez com que a pecuária extensiva e tradicional remunerasse insuficientemente, o capital imobilizado em terras, impondo mudança nos fatores de produção, reduzindo terra e elevando o uso de fatores alternativos como, por exemplo, a genética.
- Nesse novo “cenário”, observava-se a necessidade de mudanças estruturais, pois a intensificação tecnológica e a redução de área destinada para pastos poderiam ser prejudicadas, caso a incidência de febre aftosa permanecesse em níveis até então registrados. Lidar com a doença passou a ter elevada importância sob novas condições econômicas.

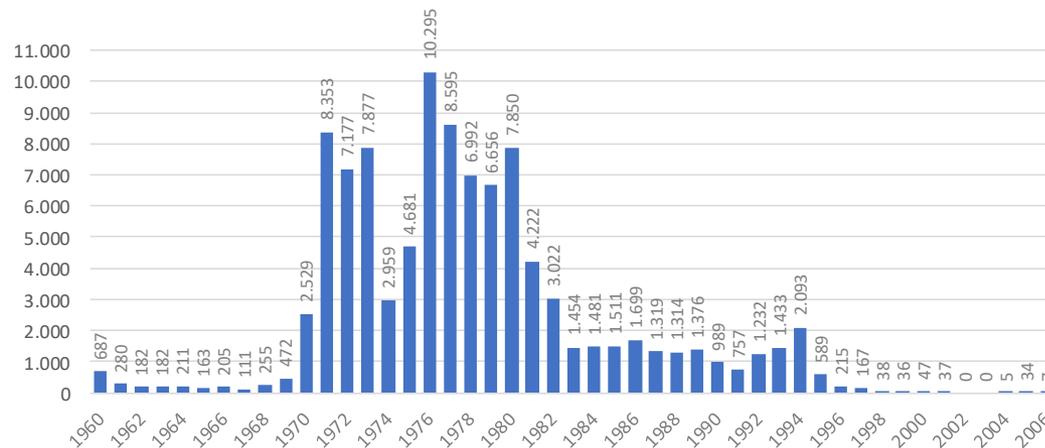
Febre aftosa no Brasil

- Em 1992, quando nenhum dos estados brasileiros era considerado livre de febre aftosa, foi elaborado e implantado o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA), que envolveu não apenas o setor privado, mas também, os governos estaduais e federal. Ao longo dos anos, com esse Programa, verificaram-se resultados positivos no que se refere à redução de focos de febre aftosa, ao reconhecimento de áreas livres e à abertura de comércio para as carnes bovina e suína.
- O Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA) não foi o primeiro programa que visou a combater a doença. Os primeiros esforços datam da década de 60, quando o Rio Grande do Sul criou o seu programa contra febre aftosa, sendo sucedido por programas nacionais, cujos resultados foram importantes, embora a efetiva erradicação não tenha acontecido.
- Diferentemente dos demais programas, o PNEFA foi concebido a partir da interação público-privado, em que cada setor tinha uma função a exercer para o êxito do programa. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento era o gestor, articulador e financiador do programa; as Secretarias Estaduais de Agricultura tinham a função de prover o serviço de atenção veterinária de campo; e o setor privado, o da criação dos fundos emergenciais (recursos financeiros reservados para pagamento aos produtores) de erradicação e vacinar o rebanho.

Febre aftosa no Brasil

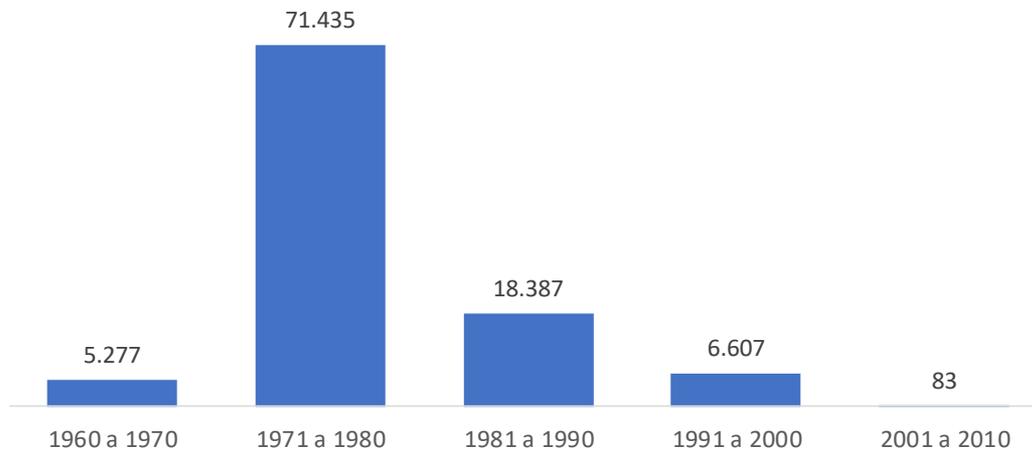
- O último foco de aftosa relatado no Brasil foi no Mato Grosso do Sul, em 2006.
- Entre 1960 e 2006 foram registrados 102 mil focos de aftosa, dos quais 99,9% das ocorrências foram em bovinos.
- A década de 1970 é o período com maiores quantidades registradas de focos. A partir de então, foram decrescendo à medida que se intensificavam as ações de controle e prevenção da doença.
- De 2001 a 2010, período que compreende o último registro, a quantidades de focos foi 98% inferior que o registado na década anterior.

Quantidade de focos de febre aftosa registrados no Brasil/ano



Fonte: Lyra & Silva (2004) / MAPA

Quantidade de focos de febre aftosa registrados no Brasil/período



Fonte: Lyra & Silva (2004) / MAPA

PROGRAMA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO E PREVENÇÃO DA FEBRE AFTOSA - PNEFA

- O objetivo da implantação do Plano Estratégico PNEFA 2017-2026 é estabelecer um programa progressivo de suspensão da vacinação contra a febre aftosa possibilitando que o Brasil conquiste o status livre de Febre Aftosa sem vacinação até o ano 2023.
- O Brasil iniciou o processo de combate à febre aftosa em 1963, organizando as campanhas de vacinação em algumas regiões do país. Em 1992, o Programa foi reformulado, visando à erradicação da doença e evoluiu consideravelmente com a implantação progressiva de zonas livres, até os dias atuais. Essa evolução seguiu uma regionalização dos sistemas produtivos, organizados em circuitos pecuários independentes, associada às características epidemiológicas da febre aftosa, partindo da região Sul em direção ao Norte do país.
- O avanço do PNEFA pode ser medido pelo número de focos de febre aftosa registrados no Brasil como um todo. Percebe-se, a partir de 1992, uma elevação nos focos de febre aftosa até 1995, quando os registros passaram a se reduzir sucessivamente até 2002 e 2003, anos em que nenhum foco foi registrado no país.
- Apesar do avanço do PNEFA, o programa teve sobressaltos, como focos da doença em áreas que já haviam sido reconhecidas como livres internacionalmente, como Rio Grande do Sul (2000 e 2001) e Mato Grosso do Sul (2005), além de incidência em áreas não-livres, como Pará e Amazonas em 2004. Em cada evento dessa natureza, perdas financeiras, econômicas e sociais foram elevadas em virtude da imposição de embargos à importação da carne bovina e suína brasileira.

Evolução do status sanitário, de acordo com critérios da OIE

1998



- Reconhecimento da primeira zona livre de febre aftosa com vacinação, constituída pelos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina

2000



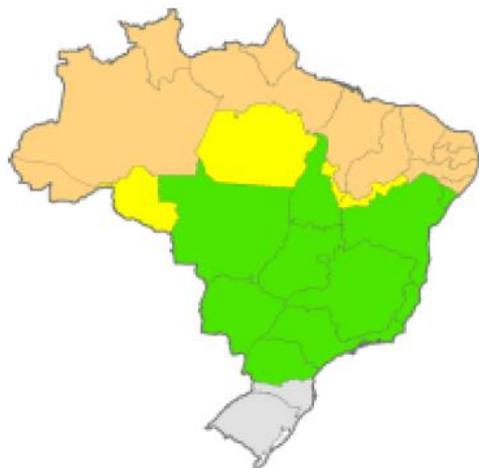
- Reintrodução da febre aftosa no Estado do Rio Grande do Sul, com suspensão da condição sanitária de zona livre de febre aftosa com vacinação para o referido Estado e Santa Catarina.
- Reconhecimento da zona livre de febre aftosa com vacinação, constituída pelo Estado do Paraná e Distrito Federal e por parte dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo.

Legenda:

 Zona livre sem vacinação	 Zona livre com reconhecimento suspenso
 Zona livre com vacinação	 Zona infectada
 Zona Tampão / Zona de Proteção	

Evolução do status sanitário, de acordo com critérios da OIE

2001



- Ampliação da zona livre de febre aftosa com vacinação, com reconhecimento dos Estados da Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Sergipe, Tocantins e parte de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo.

2002



- Restituição da condição sanitária de zona livre de febre aftosa com vacinação para os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Legenda:



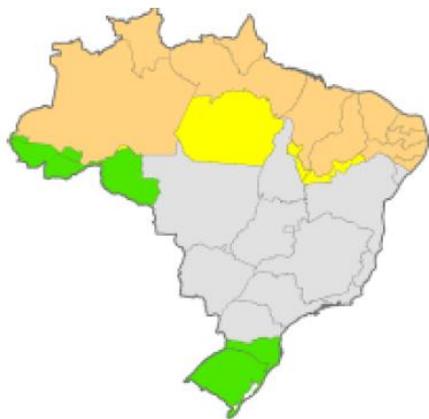
Evolução do status sanitário, de acordo com critérios da OIE

2003



- Ampliação da zona livre de febre aftosa com vacinação, com reconhecimento do Estado de Rondônia.

2005



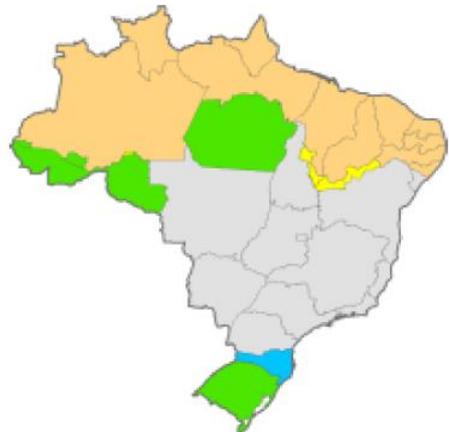
- Maio: ampliação da zona livre de febre aftosa com vacinação, com reconhecimento do Acre mais dois municípios do Estado do Amazonas.
- Outubro: reintrodução do vírus da febre aftosa no MS e PR, com suspensão da condição sanitária de zona livre de febre aftosa com vacinação para esses Estados mais BA, DF, ES, GO, MT, MG, RJ, SP, SE e TO.

Legenda:



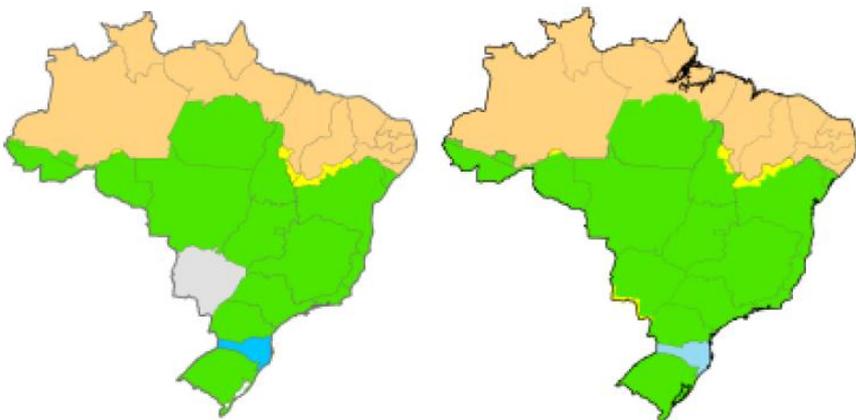
Evolução do status sanitário, de acordo com critérios da OIE

2007



- Reconhecimento do Estado de Santa Catarina como zona livre de febre aftosa sem vacinação e da região centro-sul do Estado do Paraná como zona livre de febre aftosa com vacinação.

2008



- Maio: restituição do reconhecimento de zona livre de febre aftosa para os Estados da Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe e Tocantins.
- Julho: restituição do reconhecimento de zona livre de febre aftosa para o Estado de Mato Grosso do Sul.
- Restabelecimento completo da área suspenso em 2005.

Legenda:



Evolução do status sanitário, de acordo com critérios da OIE

2011



- Restituição do reconhecimento da condição sanitária de zona livre de febre aftosa com vacinação da Zona de Alta Vigilância do Estado do Mato Grosso do Sul – Fevereiro de 2011
- Reconhecimento das zonas de proteção da Bahia e Tocantins como livres de febre aftosa com vacinação e ampliação da zona livre de febre aftosa com vacinação de Rondônia e do Amazonas – Maio 2011

2014



- Reconhecimento dos estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e região norte do estado do Pará como livres de febre aftosa com vacinação, sendo incorporados à zona livre já consolidada no País – Maio de 2014

Legenda:



Evolução do status sanitário, de acordo com critérios da OIE

2018



- Reconhecimento dos estados do Amapá, Roraima, partes do Amazonas e do Pará (antigas zonas de proteção) como livres de febre aftosa com vacinação, sendo incorporados à zona livre já consolidada no País – Maio de 2018.
- Reconhecimento do Brasil, pela OIE, como país livre de aftosa com vacinação.

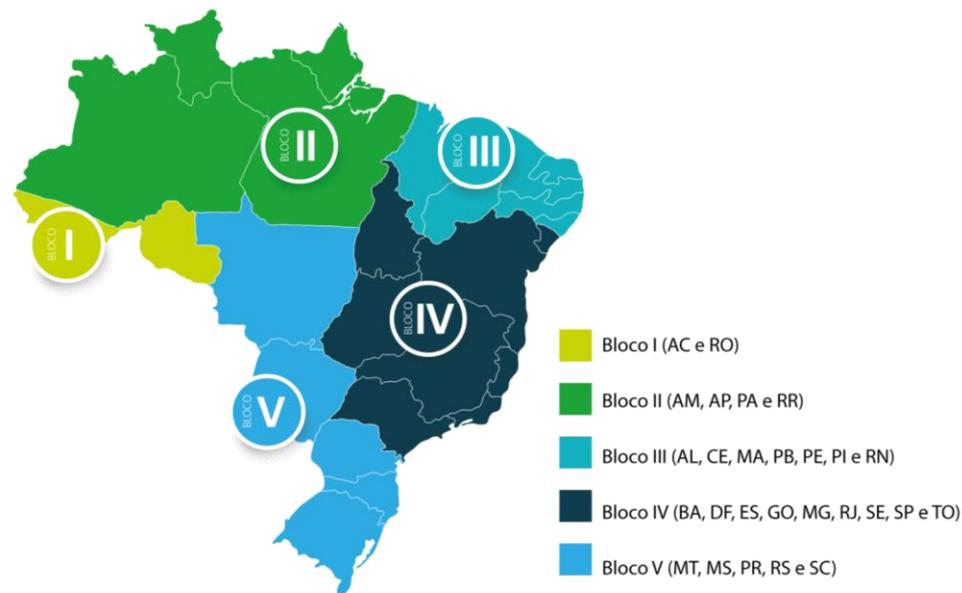
Legenda:

 Zona livre sem vacinação	 Zona livre com reconhecimento suspenso
 Zona livre com vacinação	 Zona infectada
 Zona Tampão / Zona de Proteção	

PNEFA - diretrizes estratégicas, metas globais e operações

- O Plano Estratégico de execução do PNEFA foi elaborado sob a coordenação de um Grupo Técnico designado pela Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A previsão é que seja executado em 10 anos, contando a partir de 2017.
- O Plano está alinhado com o Código Sanitário para os Animais Terrestres, da Organização Mundial de Saúde Animal - OIE, e as diretrizes do Programa Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa – Phefa, em prol também da erradicação da doença na América do Sul.
- Para realizar a transição de status sanitário, foram considerados critérios técnicos, estratégicos, geográficos e estruturais, que resultaram no agrupamento das unidades da Federação em cinco blocos, ilustrados na Figura 1. Esse agrupamento visa favorecer o processo de transição de zonas livres de febre aftosa com vacinação para livre sem vacinação de forma regionalizada, com início em 2019 e conclusão em 2023, quando todo país alcançaria a condição de livre de febre aftosa sem vacinação, reconhecida pela OIE.

Organização geográfica da implementação



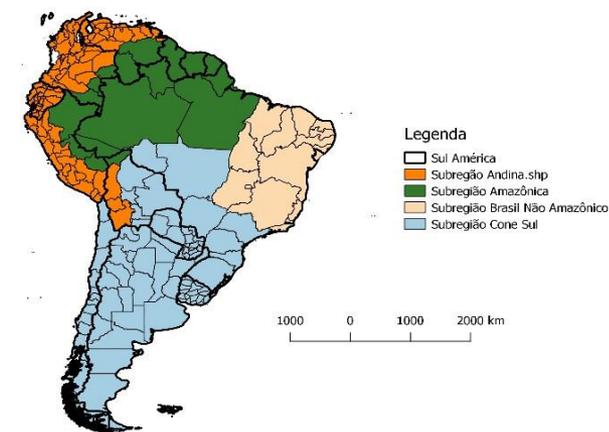
PNEFA - diretrizes estratégicas, metas globais e operações

- Dada a complexidade do tema saúde animal, foi utilizado o Planejamento Estratégico Situacional (PES) para construção do Plano. Assim, foram definidos objetivos, diretrizes estratégicas, metas globais e um conjunto de 16 operações, agrupadas da seguinte forma:
 - a. Interação com as partes interessadas no programa de prevenção da febre aftosa;
 - b. Ampliação das capacidades dos Serviço Veterinários;
 - c. Fortalecimento do sistema de vigilância em saúde animal;
 - d. Realização da transição de zona livre de febre aftosa com vacinação para sem vacinação no país.
- Cada uma das 16 operações é justificada e complementada com sua respectiva matriz, onde estão descritas todas as suas ações previstas, que, por sua vez, desencadearão projetos a serem executados em todo país.
- A sustentação financeira do Plano requer uma remodelagem do sistema de financiamento atual, contemplando novas alternativas de aportes financeiros públicos e privados, suficientes e tempestivos.
- O modelo de gestão proposto prevê o aprimoramento da estrutura do serviço veterinário oficial brasileiro e da atuação compartilhada entre os seus diversos atores, favorecendo o protagonismo de todas as partes interessadas.

PNEFA – Propósito e metodologia

- Conquistar e manter uma condição sanitária sustentável mediante a ampliação das zonas livres da doença com e sem vacinação. Para isto, torna-se primordial gerir os riscos de sua reintrodução, melhorar as condições para detectar precocemente os casos suspeitos da doença, sanear as eventuais ocorrências de forma rápida e eficiente, e recuperar a condição sanitária com o mínimo de impacto econômico e social.
- Grande parte dos países da região sustentam seu status de livres de febre aftosa principalmente com programas de vacinação massiva, sugerindo ainda a existência de algum risco considerável. A manutenção de programas de imunização, como medida de mitigação do risco só se fundamenta quando há evidências ou uma probabilidade não desprezível do risco de transmissão ou da introdução do vírus da febre aftosa.
- Embora o passo esperado, depois de uma ausência prolongada de focos, seja avançar para o status de país ou zona livre de febre aftosa sem vacinação, não pode ser ignorada a experiência histórica negativa com o processo de suspensão da vacinação realizada entre o final dos anos 90 e início de 2000, particularmente na sub-região do Cone-Sul, que evidenciou padrões de transmissão transfronteiriça do agente, chegando a avançar para uma epidemia de grandes proporções. Por isso, a abordagem dos programas nacionais precisa considerar a perspectiva de risco, culminando com a segurança do processo de eliminação da febre aftosa e retirada da vacinação.

Subregiões do Programa Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa. 2011 - 2020



PNEFA – Propósito e metodologia

- As evidências históricas indicam que o risco de introdução da febre aftosa em zonas livres da doença na América do Sul está mais associado com a exposição da população susceptível e propagação do agente vinculados ao movimento irregular de animais em áreas fronteiriças conjuntas de zonas ou países e não ao comércio formal e regular de animais e produtos de origem animal entre os países, realizado conforme o Código Terrestre.
- O Código Terrestre, elaborado pela OIE, está na vigésima sétima edição, em 2018. São 508 páginas distribuídas em sete seções e 75 capítulos.
- O fato do Brasil ter fronteiras geográficas com 10 países e territórios da América do Sul (Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru, Suriname, Venezuela e Uruguai), com diferentes status para febre aftosa, é um fator que deve ser analisado no processo de revisão e projeção deste Plano. Tão importante quanto avaliar o risco de introdução da febre aftosa no Brasil, a partir de cada um desses países isoladamente, será avaliá-lo com base na abordagem sub-regional proposta pelo Phefa.
- Neste sentido, há que se considerar a situação sanitária para febre aftosa das sub-regiões definidas no Phefa e as fortalezas e vulnerabilidades internas, para melhor estimar o risco de introdução do agente e proceder conforme as orientações estratégicas gerais e ações específicas, visando o cumprimento dos objetivos do Plano.



PNEFA – Condições de sucesso

- A expectativa é promover mudanças significativas na forma de atuação do Programa, que deixará de utilizar a vacinação sistemática e reforçará cada vez mais os mecanismos de prevenção e vigilância, visando ampliar a capacidade de detecção precoce e resposta rápida às possíveis ocorrências de febre aftosa. Desta forma, foram definidas as seguintes diretrizes estratégicas:
 - a.** Gestão compartilhada e participação social – a gestão do Programa deverá ser compartilhada e com efetiva participação social em todas as instâncias e setores, público e privado, prioritariamente no nível local.
 - b.** Aperfeiçoamento das capacidades do SVO – o SVO deverá promover melhorias técnicas e estruturais sustentáveis, identificando fragilidades e corrigindo-as no menor espaço de tempo, priorizando as áreas mais vulneráveis e estratégicas.
 - c.** Regionalização das ações – as ações serão implementadas prioritariamente de forma regionalizada, acordadas com os setores interessados e coordenada pela autoridade sanitária nacional.
 - d.** Sustentação financeira – os mecanismos de financiamento do Programa, nas esferas federal, estadual e privada deverão ser suficientes e oportunos para suportar os novos desafios do Programa, incluindo fundos públicos e privados para apoiarem as ações de prevenção e atuação em eventuais emergências.



PNEFA – Condições de sucesso

- e.** Adequação e fortalecimento do sistema de vigilância – o sistema de vigilância para febre aftosa deverá ser suficiente para enfrentar os desafios da nova condição sanitária, fortalecendo a capacidade de prevenção, detecção precoce e resposta a emergências.

- f.** Agilidade e precisão no diagnóstico – o sistema deverá assegurar rapidez na detecção de casos e precisão no diagnóstico para febre aftosa e doenças diferenciais.

- g.** Previsão de imunógeno para emergências veterinárias – o país deve ter acesso a banco de antígenos para produção de vacinas contra febre aftosa, articulado com outros bancos regionais ou mundiais, para uso em situações de emergências.

- h.** Cooperação internacional – o país deverá promover a articulação e cooperação técnica nos níveis global e regional para fortalecer as ações de vigilância e controle da doença nas regiões com transmissão/infecção viral, bem como apoiar a transição dos demais países da região para o status de livre de febre aftosa sem vacinação.

- i.** Educação e comunicação social em saúde animal – as ações deverão se sustentar em iniciativas educacionais e de comunicação social estruturadas que favoreçam o êxito do Programa.

PNEFA – Metas e requisitos

- As metas aqui estabelecidas são de abrangência nacional e refletem a complexidade do Plano. Assim, o alcance de cada uma delas será resultante do desempenho das operações descritas nos tópicos seguintes.

- a.** Reorganizar a regionalização do Programa no país em 2017, considerando as análises prévias da distribuição geográfica da pecuária e fluxos de movimentação de animais no país, os interesses e condições comuns, visando a estratégia de ampliação gradativa da zona livre de febre aftosa sem vacinação.

- b.** Projetar a demanda de vacinas, considerando o cronograma de retirada da vacinação e a definição de um banco de antígenos e vacinas para atender possíveis emergências, até 2018.

- c.** Ampliar e aprimorar a capacidade diagnóstica, para responder às demandas nacionais com maior eficiência em todo país, até 2018.

- d.** Fortalecer as condições de biossegurança e mitigação do possível risco de escape e difusão do vírus da febre aftosa envolvendo os laboratórios de diagnóstico e de produção de vacina contra febre aftosa, até 2018.

- e.** Avaliar os possíveis riscos de infecção e introdução da febre aftosa nas zonas delimitadas, visando subsidiar as tomadas de decisões para ampliação da zona livre de febre aftosa sem vacinação, até 2019.

- f.** Avaliar e adequar o sistema de vigilância para febre aftosa, buscando aumentar sua sensibilidade e fortalecer a prevenção da doença, identificar e reduzir possíveis vulnerabilidades, até 2020.

PNEFA – Metas e requisitos

- g.** Aprimorar as relações com os países vizinhos, mediante a formulação de atos bi ou multilaterais, implantação de planos de ação conjuntos, para maior interação e atuação na execução das ações de saúde animal, até 2021.
- h.** Desenvolver um programa nacional de educação continuada para capacitar o corpo técnico do SVO, profissionais habilitados, da indústria e demais atores, priorizando as zonas em processo de transição de status sanitário, estados com fronteira internacional ou identificados com maior carência nas demais áreas do país, até 2022.
- i.** Fortalecer as capacidades do SVO, principalmente para prevenção, detecção precoce e resposta rápida às emergências, alcançando todo país até 2022.
- j.** Buscar o reconhecimento internacional de novas zonas livres de febre aftosa sem vacinação, conforme a nova regionalização organizada e onde as condições forem avaliadas como favoráveis, a partir de 2019, alcançando todo país em 2023.
- k.** Ampliar as relações institucionais e parcerias entre os setores público e privado que possam contribuir com o avanço nas diferentes medidas contempladas neste Plano, até 2026.
- l.** Desenvolver um programa nacional de educação e comunicação social em saúde animal para promover as ações do Programa com maior participação social em todo país, até 2026.

PNEFA – Operações

- Para a realização desse Plano estão previstas 16 operações, distribuídas em quatro categorias, citadas a seguir.
- **1. Interação com as partes interessadas no programa de prevenção da febre aftosa**
 - a. Fortalecer a intersetorialidade e transdisciplinaridade das ações com ênfase na febre aftosa
 - b. Promover o fortalecimento da cooperação regional e internacional em febre aftosa
 - c. Promover a educação e comunicação social em saúde animal
 - d. Fortalecer a participação social
- **2. Ampliação das capacidades dos Serviços Veterinários**
 - a. Avaliar, aperfeiçoar e fortalecer as capacidades dos Serviços Veterinários
 - b. Fortalecer as medidas para prevenir a introdução de febre aftosa
 - c. Fortalecer a gestão zoonosológica local
 - d. Atualizar a legislação e procedimentos operacionais relacionados às doenças vesiculares
 - e. Capacitar profissionais oficiais e atores da comunidade em saúde animal
 - f. Fortalecer o sistema de emergência zoonosológica (preparação, manutenção e resposta adequada)

PNEFA – Operações

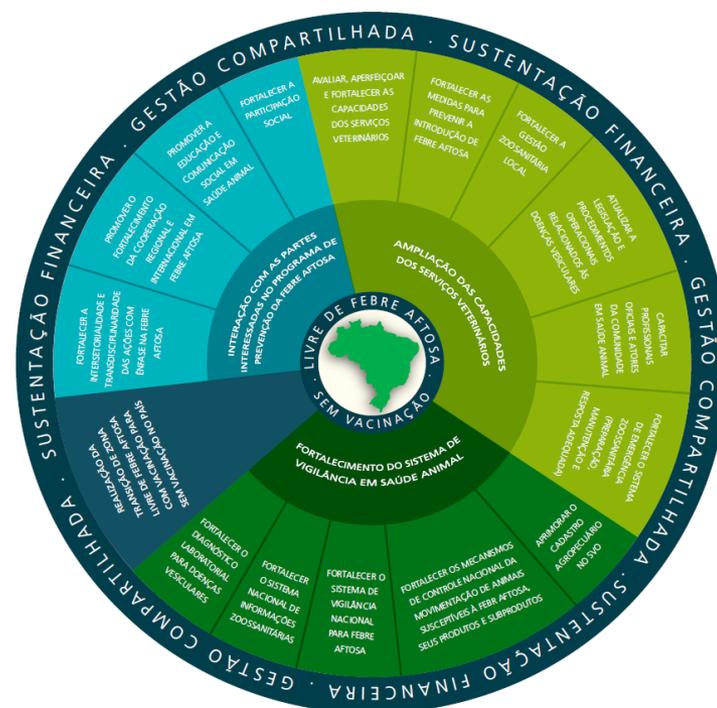
➤ 3. Fortalecimento do sistema de vigilância em saúde animal

- Aprimorar o cadastro agropecuário no SVO
- Fortalecer os mecanismos de controle nacional da movimentação de animais susceptíveis à febre aftosa, seus produtos e subprodutos
- Fortalecer o sistema de vigilância nacional para febre aftosa
- Fortalecer o sistema nacional de informações zoossanitárias
- Fortalecer o diagnóstico laboratorial para doenças vesiculares

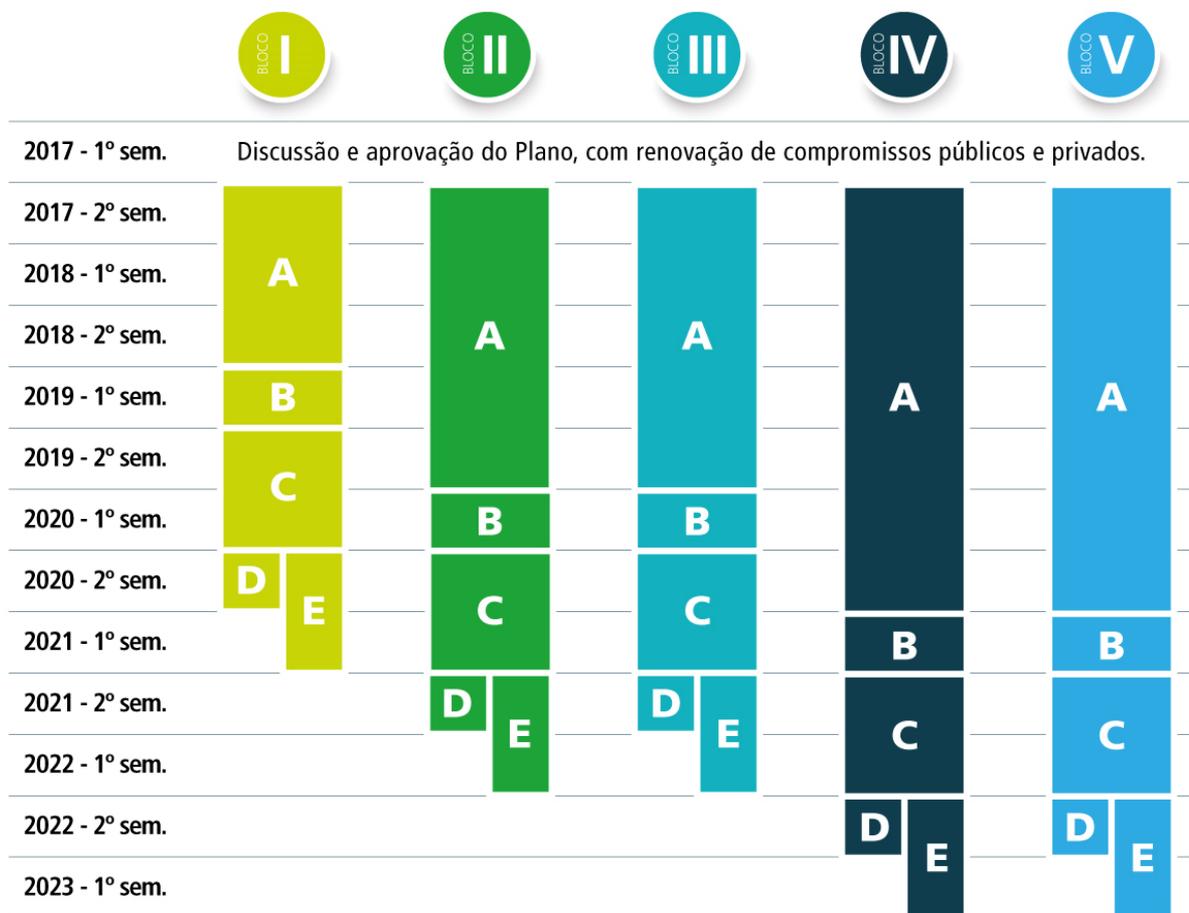
➤ 4. Realização da transição de zona de livre de febre aftosa com vacinação para sem vacinação no País

O sucesso do plano depende de um comprometimento coordenado entre produtores, técnicos e responsáveis pela vigilância sanitária.

Resumo das Operações, sustentação financeira e gestão



Cronograma de implementação



LEGENDA:

- A:** Implementação dos compromissos ações prévias pactuadas;
- B:** Comunicação à OIE em maio e Suspensão de vacinação em junho;
- C:** Vigilância soroepidemiológica;
- D:** Reconhecimento pelo MAPA e encaminhamento de pleito à OIE;
- E:** Avaliações e reconhecimento pela OIE.



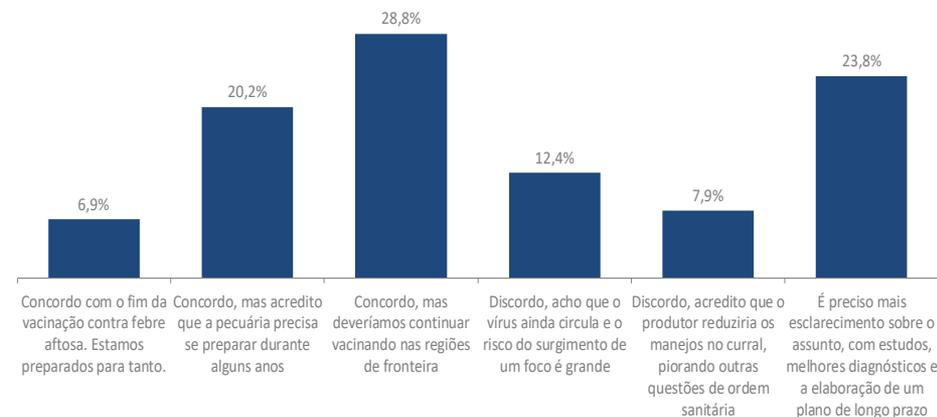


3. Desafios da implementação do PNEFA a campo

Técnicos entrevistados a campo questionam o cronograma do PNEFA

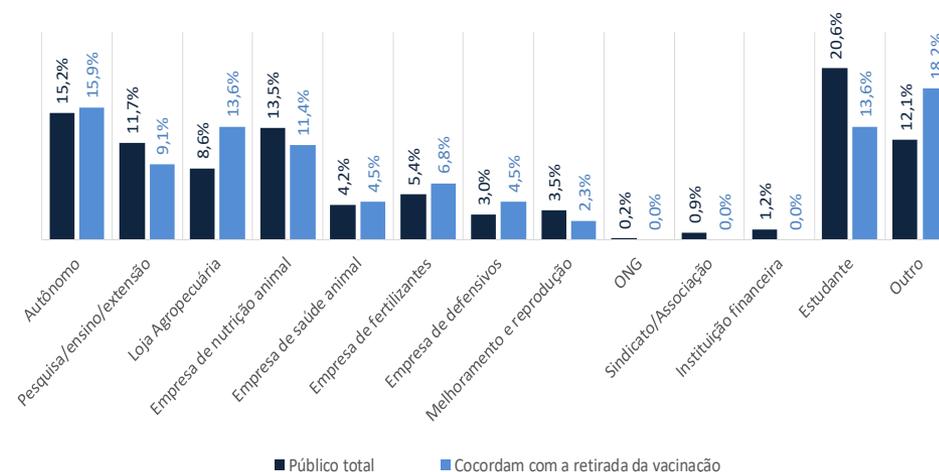
- Assim que o assunto ganhou espaço no debate pecuário, a **Athenagro** incluiu uma consulta aos técnicos de campo, que foi realizada ao longo do Rally da Pecuária, edições de 2017 e 2018.
- Do total de 867 técnicos presentes aos eventos, foram obtidas 768 respostas em relação à retirada da vacinação. Apenas 6,9% do público acreditava que o país já estava apto a retirada da vacinação, pouco mais de 1/3 dos 20,3% que responderam discordar da retirada da vacina em qualquer momento. Estes se dividem em dois grupos: 12,4% do total não acreditam na viabilidade de retirada da vacina; e 7,9% acreditam que haja impactos negativos no controle da saúde dos animais.
- 49% do público concordam com a retirada da vacinação, mas apontam cautela e sugerem medidas para mitigar os riscos. E 23,8% pedem mais esclarecimentos e informações sobre o assunto.

Hoje se discute a retirada da vacinação contra aftosa do rebanho brasileiro. Diante dessa possibilidade, qual opção se aproxima mais da sua opinião?



Fonte: Athenagro, Rally da Pecuária

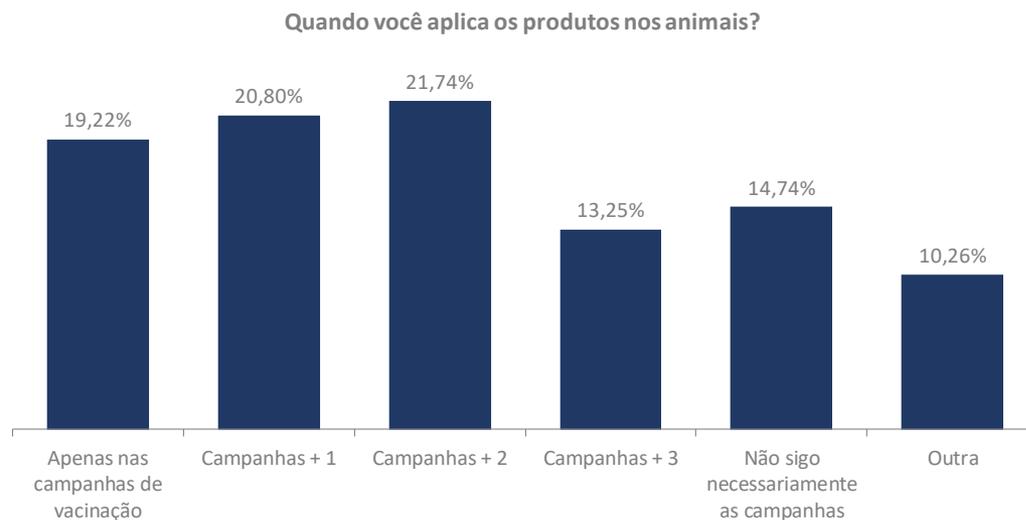
Perfil do público que concorda com a retirada imediata da vacinação



Fonte: Athenagro, Rally da Pecuária

Hábito do produtor confirma a preocupação de 7,9% dos técnicos

- No mesmo período de 2017 e 2018, as equipes do Rally da Pecuária também coletaram informações sobre os pecuaristas distribuídos em 11 estados brasileiros (RS, PR, SP, MG MS, MT, GO, TO, PA, RO, AC) de relevância pecuária. A pergunta sobre a ocasião em que é feito o tratamento sanitário foi respondida por 1.072 produtores



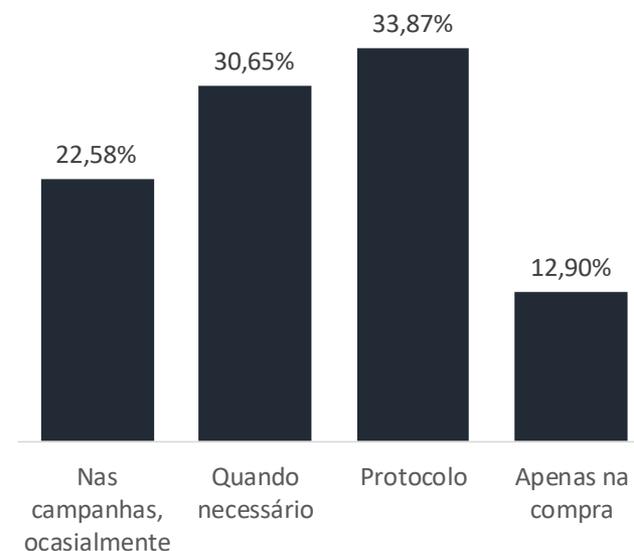
Fonte: Athenagro, Rally da Pecuária

- 19,2% dos pecuaristas tratam os animais da propriedade apenas durante as campanhas de vacinação. Outros 55,8% usam as campanhas para os protocolos sanitários em suas propriedades, totalizando, nas respostas diretas, um total de 75% que dependem, em algum grau, da campanha de vacinação para levar os animais para outros tratamentos no curral.
- A preocupação dos técnicos em relação à perda de qualidade sanitária do rebanho a ser abatido é procedente, haja vista que o risco de atrasos ou reduções na execução dos protocolos seja comprometida com o fim da obrigatoriedade. O produtor, embora consciente da importância de garantir a saúde dos animais, tende a flexibilizar as operações diante da não obrigatoriedade. O início das perdas sanitárias se daria com o atraso nas aplicações, reduzindo as dosagens em momentos estratégicos para o controle sanitário.

Item 9.1.3 do PNEFA trata do assunto

- O risco do atraso na aplicação poderia ter um efeito ainda mais maléfico, caso parte dos produtores se percam nos controles de ecto e endoparasitos e acabem aplicando os produtos sem respeitar o período de carência para o abate.
- Entre aqueles que responderam “outra” opção e especificaram o que fariam, mais de 50% representariam risco ainda mais relevante em relação aos que seguem apenas a campanha de vacinação. Parte deles, quando fazem algum tratamento, seguem a campanha. E 30% deste total não faz nada preventiva, mas apenas quando há sintomas.
- O item 9.1.3. (Promover a educação e comunicação social em saúde animal) relativo à *Interação com as partes interessadas no programa de prevenção da febre aftosa* do PNEFA trata do assunto, evidenciando que os técnicos responsáveis pelo programa conhecem essa realidade.
- No entanto, há um evidente descasamento entre o esperado sucesso na promoção na comunicação, sobre temas relacionados à saúde animal, e a implementação do atual cronograma do PNEFA. A observação reforça que o risco da retirada da vacinação não está na qualidade do plano, mas sim no cronograma de execução.

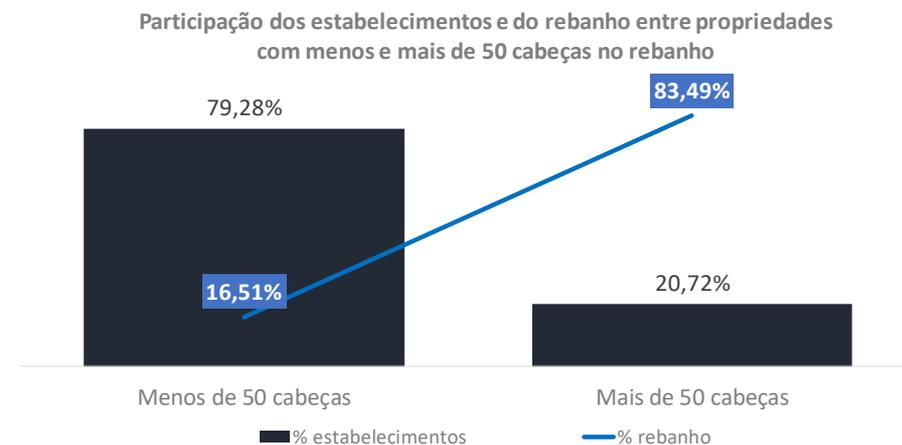
Entre os que responderam "Outra" e especificaram



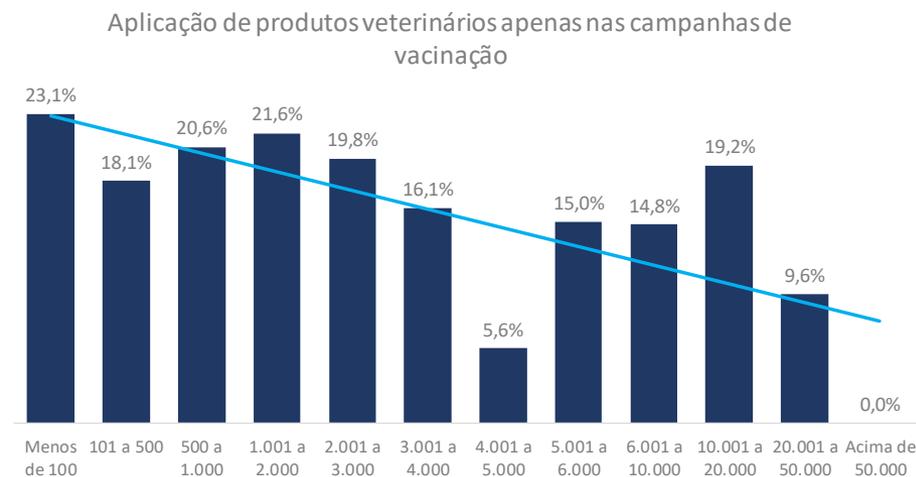
Fonte: Athenagro, Rally da Pecuária

Estrutura fundiária releva a preocupação em relação à execução do PNEFA

- A estrutura fundiária do país também representa um ponto de preocupação, tanto na garantia da qualidade das carcaças, quanto para a contenção de um eventual foco de febre aftosa.
- De acordo com o último censo agropecuário, de 2017, divulgado pelo IBGE, as cerca de 172 milhões de cabeças do rebanho (dados do censo) estariam dispostas na proporção de 16,5% do total em 79,3% dos estabelecimentos com menos de 50 cabeças. E 83,5% do rebanho em 20,7% dos estabelecimentos com mais de 50 cabeças.
- Voltando aos números do Rally da Pecuária, que acessa apenas produtores de nível técnico acima da média, a dependência das campanhas de vacinação dos manejos sanitários aumenta a medida que a propriedade reduz de tamanho em área ou em número de cabeças.



Fonte: Athenagro, IBGE (Censo, 2017)



Fonte: Athenagro, Rally da Pecuária

Perfil de vendas de bovinos

- Em apenas 56,5% dos estabelecimentos foram registradas vendas de animais pelo Censo. Nestes, cerca de 30% dos estabelecimentos representaram pouco mais de 78% das vendas informadas.
- Um dos itens do PNEFA, que garante a confiabilidade técnica do plano, é o investimento em educação e treinamento para os produtores em relação à importância de manter e aplicar o protocolo sanitário. A própria estrutura fundiária, somada à dificuldade de comunicação e interação entre os envolvidos, já inviabiliza o cronograma.
- Outro ponto sensível à realidade fundiária é com relação à contenção de eventuais focos de febre aftosa que venham a surgir. De acordo com o plano, para manter o status sem vacinação, a ocorrência de casos precisa ser rapidamente comunicada para que as devidas ações sejam implementadas. Essa agilidade depende da conscientização dos produtores, velocidade em diagnosticar eventuais casos, comunicação eficiente e resposta dos agentes responsáveis pela fiscalização. A ineficiência diante de alguma ocorrência acarretaria em enormes prejuízos para toda a cadeia produtiva, especialmente à medida que o país conquistava espaços mais consolidados no mercado internacional.

VENDAS DE 51,808 MILHÕES DE CABEÇAS

Participação dos estabelecimentos entre propriedades com menos e mais de 50 cabeças no rebanho na comercialização do gado



Fonte: Athenagro, IBGE (Censo, 2017)

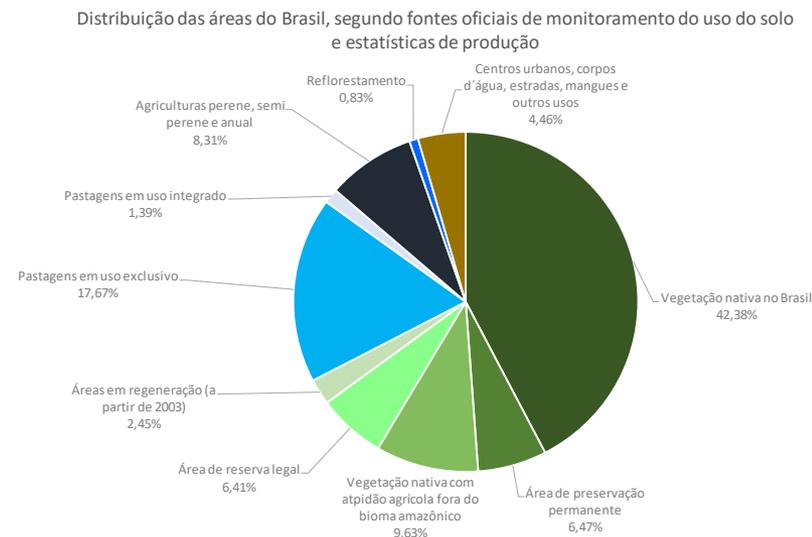
Risco sanitário

- A vantagem ecológica do Brasil, que possui mais de 65% da área total preservada, incluindo as reservas privadas, é também um desafio do ponto de vista sanitário.
- Nove grupos de espécies da fauna brasileira, presentes em todo o território, são suscetíveis e classificadas como de importância epidemiológica para febre aftosa.
- Constam nessa lista as capivaras, javalis, cervos, antas, gambás, tatu-galinhas e todas as espécies de porcos do mato. E ainda há estudos que incluem outros pequenos mamíferos como potenciais transmissores da doença.
- O risco de reintrodução do vírus não pode ser desconsiderado.

Áreas do Brasil em 2018

Tipos de ocupação	milhões ha	Participação
Vegetação nativa no Brasil	360,9	42,38%
Área de preservação permanente	55,1	6,47%
Vegetação nativa com atpidão agrícola fora do bioma amazônico	82,0	9,63%
Área de reserva legal	54,6	6,41%
Áreas em regeneração (a partir de 2003)	20,9	2,45%
Pastagens em uso exclusivo	150,5	17,67%
Pastagens em uso integrado	11,8	1,39%
Agriculturas perene, semi perene e anual	70,8	8,31%
Reflorestamento	7,1	0,83%
Centros urbanos, corpos d'água, estradas, mangues e outros usos	38,0	4,46%
Total de área do país	851,577	100,00%

Fonte: Athenagro, dados Agroconsult, Agrosatélite, IBGE, Terraclas/Inpe, Mapa, Map Biomass, Lapig, Embrapa, Rally da Pecuária



PNEFA – Alertas e pontos de preocupação

- As preocupações presentes entre os técnicos de campo, consultados pela equipes do Rally da Pecuária, são de conhecimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Dentre as diversas situações e recomendações previstas no PNEFA, destacamos alguns alertas e fontes de preocupação apontado pelos técnicos que elaboraram o plano.
- Nos destaques, demos preferência para os riscos de focos da doença e para a importância da mobilização de todos os envolvidos com a cadeia produtiva, o que exige treinamento e conscientização.
- *As ocorrências de focos de aftosa evidenciaram a capacidade desses genótipos serem transmitidos em populações submetidas à vacinação periódica e um espaço geográfico transfronteiriço. Por outro lado, evidenciaram as dificuldades dos sistemas de vigilância para detectá-los e contê-los rapidamente.*
- *Há necessidade de aplicar cada vez mais formas diferentes de analisar a situação em relação à doença, articulando-se com os diferentes atores envolvidos, institucionais e individuais, tanto públicos como privados, para enfrentar o complexo desafio que o Plano impõe para ser bem-sucedido. Isso demandará uma visão integrada dos problemas, com a participação de cada ator na busca de soluções para enfrentá-los*

PNEFA – Alertas e pontos de preocupação

- *A eficácia dos programas de saúde animal pode aumentar se forem associados a programas educativos e de comunicação social, com uso de metodologias apropriadas, ajustadas às diferentes realidades.*
- *As avaliações dos SVs, isoladamente, não produzirão os efeitos esperados se não forem levados seriamente em conta seus resultados, além das eventuais debilidades identificadas atacadas e corrigidas, com a devida prioridade.*
- *A capacitação de profissionais, assim como aspectos estruturais e orçamentários, está entre os aspectos funcionais relevantes elencados no Phefa para a capacidade de gestão dos SVOs. A qualidade da gestão técnico-operacional dos SVOs consiste em atributo chave para a prevenção da febre aftosa, na qual a capacitação tem papel essencial. Além disso, representa uma alternativa para promover maior integração entre os setores público e privado, e de profissionais de diferentes áreas geográficas e do conhecimento, além de mobilizar a comunidade em torno dos objetivos delineados*
- *Em uma zona reconhecida como livre de febre aftosa sem vacinação ou naquelas em processo de transição para esse status, o SVO deve dispor de legislação que aborde claramente a obrigatoriedade do produtor rural atualizar seu cadastro pecuário regularmente, a fim de não o comprometer, principalmente, após a suspensão da vacinação.*

PNEFA – Alertas e pontos de preocupação

- *No ano de 2005, o relatório de avaliação do PNEFA elaborado pelo **Tribunal de Contas da União** constatou que as não-conformidades e principais pontos de atenção estão relacionados à estrutura deficiente dos serviços estaduais de defesa sanitária agropecuária/veterinária, indicando déficit de equipe e de equipamentos básicos, fiscalização ineficiente nas barreiras fixas e fiscalização móvel inexistente nas fronteiras estaduais e federais.*
- *O mesmo relatório aponta falhas e deficiências na comunicação e organização emergencial em caso de constatação de foco de febre aftosa. Técnicos e produtores rurais entrevistados apontam falta de treinamento e de recomendações de planos de ação.*
- *As recomendações e conclusões do relatório reforçam a necessidade de intensificação nas atividades de educação, vigilância sanitária, controle epidemiológico em propriedades de risco, simulações e treinamentos em emergência sanitária realizadas em integração com os serviços de defesa agropecuária estaduais, Exército Brasileiro, Polícia Rodoviária Federal, Militar e Rodoviária dos estados.*
- *O relatório ainda sugere a apresentação de indicadores como o percentual de animais vacinados por propriedade dentro de cada município e identificação de propriedades que não tiveram o rebanho vacinado.*

PNEFA – Alertas e pontos de preocupação

- *Nos relatórios de auditoria interna do MAPA disponíveis pela **Secretaria Executiva, Secretaria de Defesa Agropecuária e Superintendências Federais**, disponíveis dos anos de 2007 a 2017, as justificativas para a não execução de ações programadas são justificadas pelo déficit de equipe e redução de recursos financeiros do Governo Federal disponível, principalmente no que se diz respeito à estruturação dos serviços de defesa sanitária agropecuária/veterinária.*
- *Os pontos de avanço citados estão relacionados aos sistemas de informação e tecnologia de informação de atividades operacionais diárias, modernização dos LANAGROS e avanços em parcerias que não são identificadas nem detalhadas no âmbito dos procedimentos de execução do combate à febre aftosa.*
- *O **Relatório Anual de Avaliação do PPA** de 2015 reforça os pontos relacionados à necessidade de fortalecimento de um sistema estruturado e integrado de defesa agropecuária (VIGIAGRO e SUASA). Quanto ao SUASA destaca-se a baixa adesão em nível de UF com 30% e de 0,37% em nível municipal.*
- *A dificuldade para implantação é justificada pela falta de recursos financeiros e déficit de equipe nas entidades e órgãos de defesa agropecuária estaduais e municipais.*

PNEFA – Alertas e pontos de preocupação

- *No mesmo relatório indica que a meta de 100% até 2015 ficou em 84% para o número de atendimentos nos prazos das suspeitas de síndromes vesiculares, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves. Não consta considerações quanto ao atendimento em caso de síndromes vesiculares.*
- *Destaca-se a meta de elaboração de 100 planos de contingência para Defesa Agropecuária com execução de 1%, quando o previsto era 100% ao final de 2015. A justificativa é a reestruturação para um plano nacional apoiado por planos específicos.*
- *No nível estadual, a FAEP destacou a necessidade de complementar a estrutura da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná no **Boletim Informativo da FAEP** de julho de 2018, sem detalhar os pontos necessários.*
- *Outro ponto importante que não está descrito nos materiais disponíveis estão relacionados à constituição, regulamentação, status e operacionalização do Fundo Emergencial para febre aftosa ou para emergências no âmbito da Defesa Agropecuária em nível federal e/ou estadual.*



4. Antecipação do cronograma no Paraná

Antecipação do cronograma no estado do Paraná

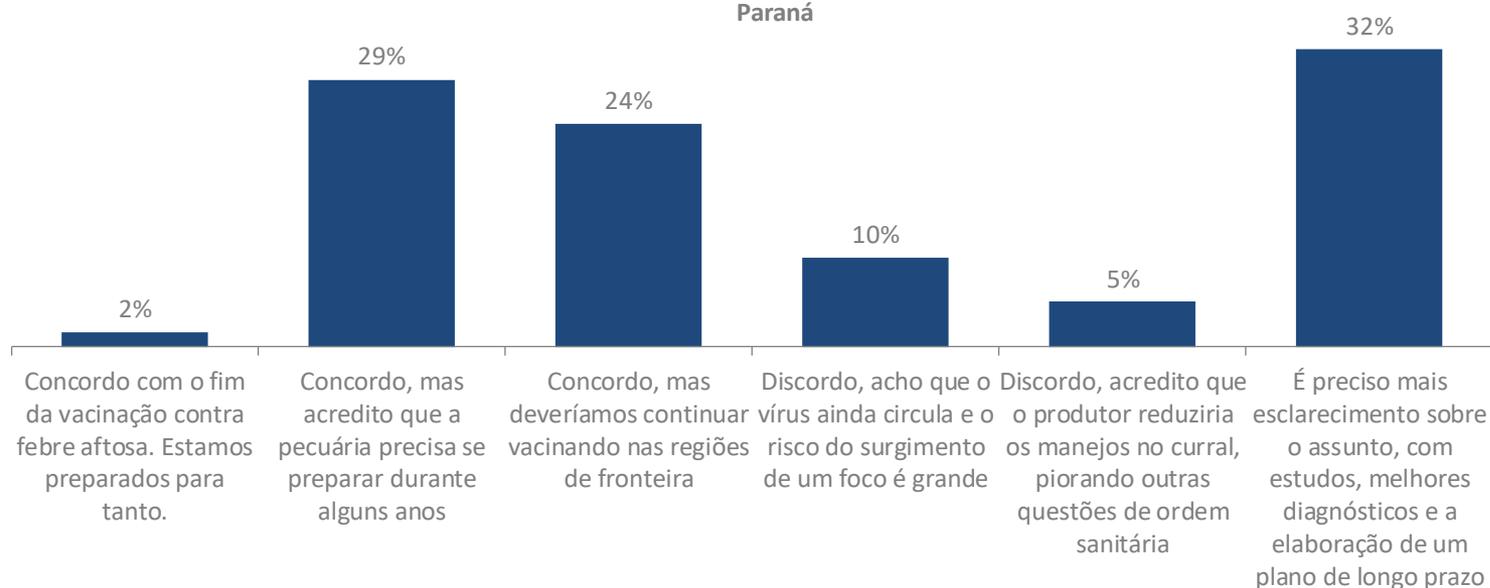
- Notícia veiculada no site da ADAPAR, no dia 30 de outubro de 2018, confirma a aprovação do departamento de Saúde Animal (DSA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ao pedido do estado do Paraná em antecipar para novembro de 2019, a retirada da vacinação contra a febre aftosa.
- A aprovação veio após análise dos resultados de duas auditorias: uma delas do Quali-SV do Ministério, que avaliou positivamente todo o sistema de defesa agropecuária paranaense e outra, feita pela Agência de Defesa do Paraná (Adapar), dos postos de fiscalização de trânsito agropecuário.
- Mesmo antecipando a retirada da vacinação, o Paraná continuará integrando o Bloco V previsto no Programa Nacional de Erradicação e Prevenção Da Febre Aftosa (PNEFA) junto com o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (que não vacina), estados que irão parar de vacinar em maio de 2021. A manutenção será devido a razões geográficas.
- Segundo o diretor do DSA, Guilherme Marques, na campanha de vacinação de maio de 2019, os criadores do Paraná ainda deverão vacinar todo o rebanho com idade até 24 meses, conforme determina o calendário nacional de vacinação de bovinos e bubalinos contra a febre aftosa.
- Atualmente, o Paraná tem 33 postos de fiscalização em funcionamento em suas fronteiras. A partir de outubro de 2019, o ministério deverá determinar restrições à entrada de animais de outros estados no Paraná, com exceção de Santa Catarina.

Antecipação do cronograma no estado do Paraná

- Segundo representantes do MAPA e da Secretaria da Agricultura do Paraná, o estado teria condições de se adaptar nesse período.
- Os técnicos de campo consultados pelo Rally da Pecuária (2017 e 2018), no entanto, discordam que o estado esteja preparado. Apenas 2% dos entrevistados acreditam que já seria possível parar a vacinação. Outros 15% discordam que seja viável, enquanto 53% sugerem mais cautela na execução do plano. Quase 1/3 dos entrevistados (32%) solicitam mais informações e esclarecimentos sobre o plano.

Hoje se discute a retirada da vacinação contra aftosa do rebanho brasileiro. Diante dessa possibilidade, qual opção se aproxima mais da sua opinião?

Paraná

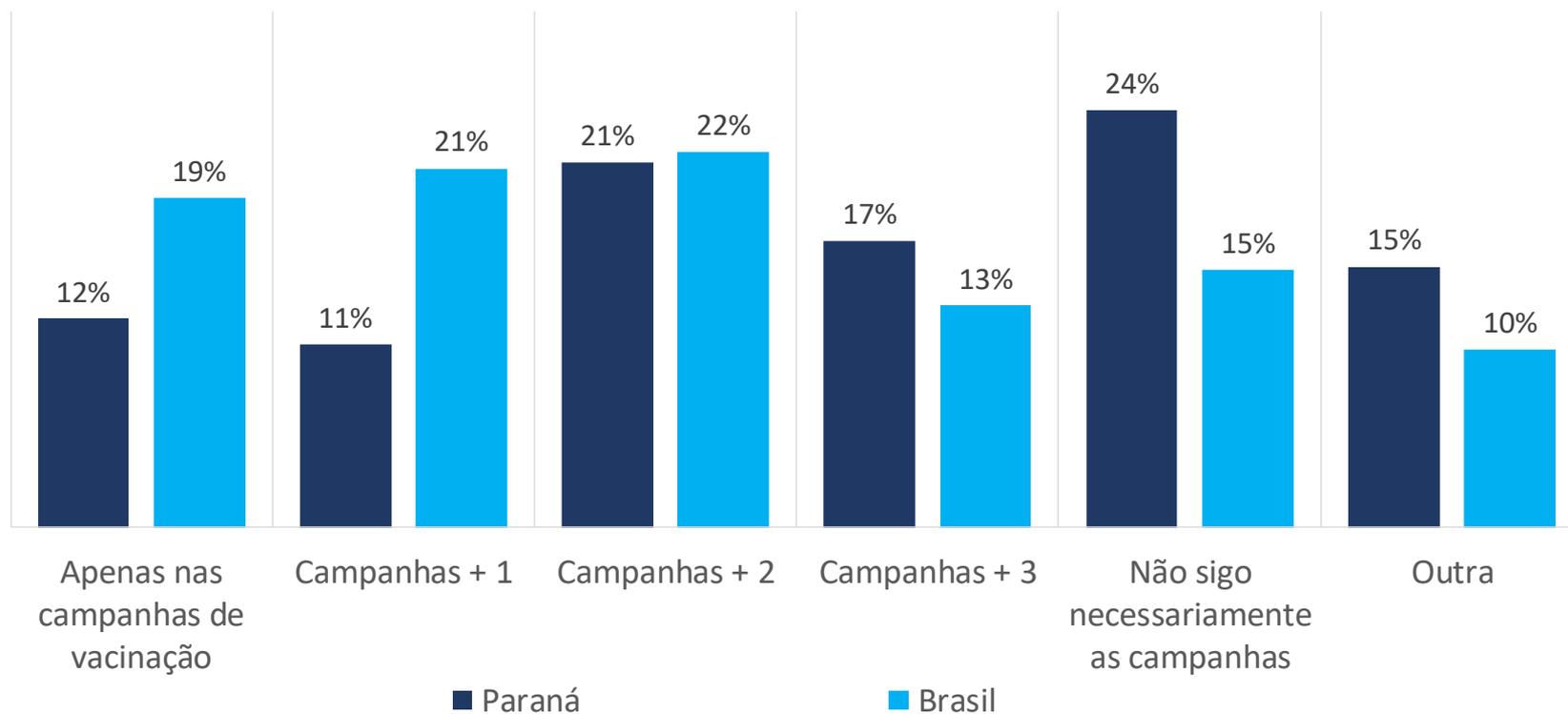


Fonte: Athenagro, Rally da Pecuária

Hábitos de aplicação dos produtos veterinários

- No Paraná, os produtores tendem a ser menos dependentes das campanhas de vacinação para a aplicação dos produtos. Ainda assim, 65% dos produtores usam as campanhas como estratégia de aplicação dos produtos de controle sanitário dos animais.

Quando você aplica os produtos nos animais?

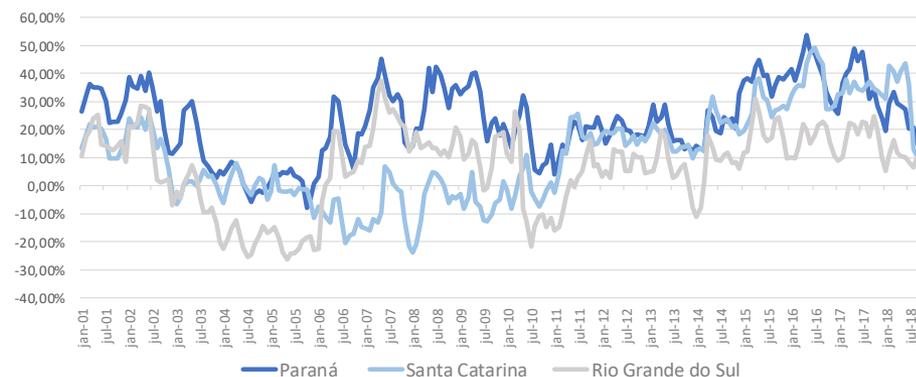


Fonte: Athenagro, Rally da Pecuária

Mercado de animais de reposição comprovam dependência do produtor Paranaense por bezerros oriundos de outros estados

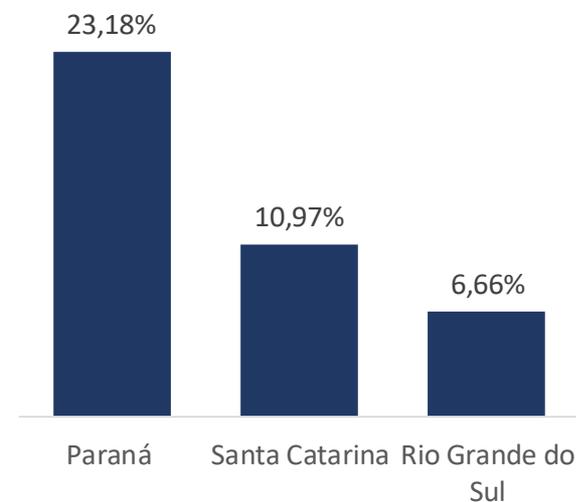
- O Paraná recebe bezerros e garrotes de diversos outros estados, comportamento que é refletido na valorização da arroba do bezerro em relação à arroba do boi gordo.
- O ágio histórico no Paraná, calculado pelos preços à vista, é 23%. Em Santa Catarina é 11% e no Rio Grande do Sul, 7%.
- Com o estado fechado para a entrada de bezerros de outras regiões, os preços dos animais de reposição irão aumentar, eliminando os produtores com menores condições financeiras de garantir um acréscimo no fluxo de caixa. Na recria e engorda, a compra dos bezerros representa 60% dos custos de produção.

Evolução do ágio do preço da arroba de desmama contra o boi gordo por estado %



Fonte: Athenagro, dados Cepea

Média histórica do Ágio da desmama sobre o boi gordo

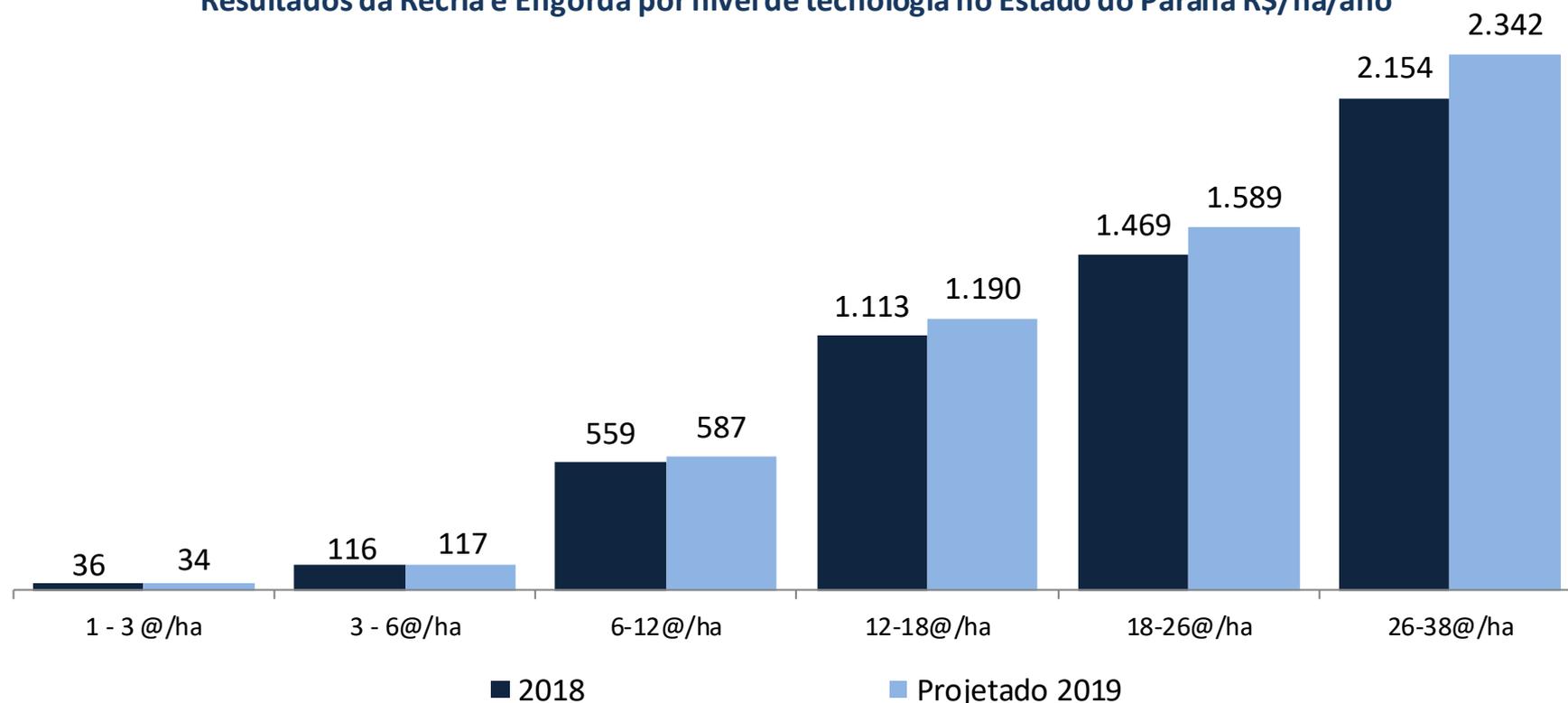


Fonte: Athenagro, dados do Cepea

A falta de bezerros impactará com maior efeito o pequeno produtor

- A piora nos resultados impactará diretamente os produtores de menor tamanho, que reúnem maiores dificuldades de investir em tecnificação. O aumento nos preços, embora melhore as condições para os criadores, que vendem animais desmamados, praticamente inviabilizará os pecuaristas mais vulneráveis que dependem da compra de animais para manter a sua atividade

Resultados da Recria e Engorda por nível de tecnologia no Estado do Paraná R\$/ha/ano



Fonte: Athenagro

A falta de bezerros impactará com maior efeito o pequeno produtor

- A cada ponto porcentual que aumentar no ágio do bezerro, o impacto negativo médio nos resultados será de 2,6 pontos porcentuais. E o efeito será maior nos produtores de baixa tecnologia, geralmente os menores. Nesses casos, os resultados serão afetados negativamente em 4,5% para cada ponto porcentual que aumentar no ágio.
- O preço do boi irá se valorizar, impactando o resultado dos frigoríficos e o custo de vida dos consumidores do estado. Os produtores que conseguirem comprar os bezerros com ágio assumirão riscos de mercado ainda maiores.
- Lá na frente, quando forem vender o boi gordo, a provável abertura das fronteiras com outros estados derrubará novamente o preço de venda do boi, fazendo com que os produtores percam na desvalorização do estoque carregado. E esse cenário arriscado não será acompanhado de nenhuma vantagem competitiva, constatação que pode ser comprovada pela própria experiência catarinense, cujos preços não aumentaram conforme se esperava com o status livre de vacinação.

Fluxo de bovinos para o Estado do Paraná

- Na tabela abaixo estão os dados de trânsito animal de bovinos que entraram e saíram do PR no ano de 2014 obtidos pelo CEPEA e ADAPAR em 2015.

Finalidade		Cria/Engorda	Cria/Reprodução	Exposição	Abate	Esporte	Leilão	Total
Entrada	Quantidade (cabeças)	73.844	9.221	647	1.097	1.809	408	87.026
	% sobre o total	85%	11%	1%	1%	2%	0%	
Saída	Quantidade (cabeças)	28.396	20.600	468	171.810	-	21	221.295
	% sobre o total	13%	9%	0%	78%	-	0%	

Fonte: CEPEA; ADAPAR.

- De acordo com o mesmo estudo do CEPEA, com dados de 2012 da ADAPAR, os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso foram responsáveis por 78% do total de bovinos que ingressaram no Paraná.

UF Origem	Quantidade (cabeças)	Participação %
MS	29.036	54,2%
MT	12.779	23,9%
SP	5.095	9,5%
MG	3.291	6,1%
PA	1.009	1,9%
TO	944	1,8%
RO	655	1,2%
SC	462	0,9%
GO	272	0,5%
RJ	16	0,0%
DF	2	0,0%
Total	53.561	Total

Fonte: CEPEA; ADAPAR.



5. Exportações: Vantagens para o estado do Paraná são reais?

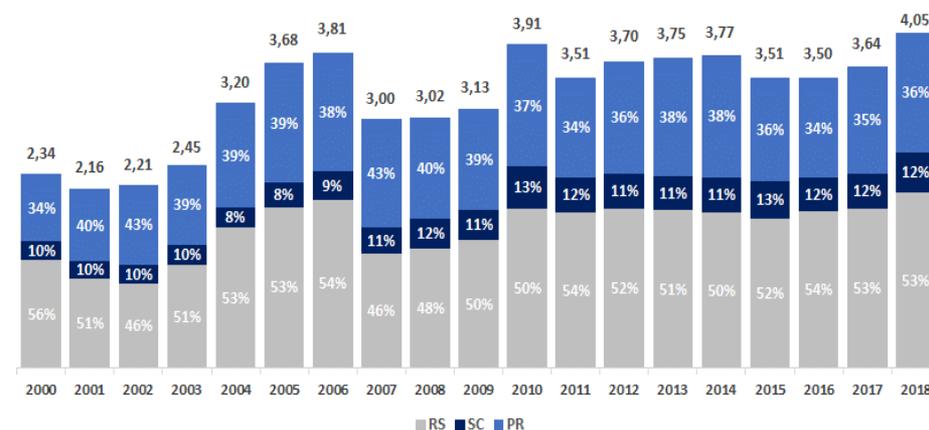
Justificativa para antecipar o cronograma do Paraná

- Dentre as justificativas apontadas como vantagens para a retirada da vacinação do Paraná, destaca-se a possibilidade de agregação de valor na cadeia produtiva, a partir de elevação dos preços de mercado pela abertura de mercados mais exigentes.
- Além do ganho direto com as exportações, as demais etapas da cadeia produtiva também seriam beneficiadas com a valorização dos produtos, ainda que grande parte das vendas de carne bovina e suína se concentrem no mercado interno.
- Para comprovar a tese, a **Athenagro** comparou o desempenho de mercado de carne bovina e suína entre os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Santa Catarina é o único estado brasileiro reconhecido como livre de aftosa sem vacinação, status que foi alcançado em 2007.

Carne Bovina - Rebanho e produção na região sul

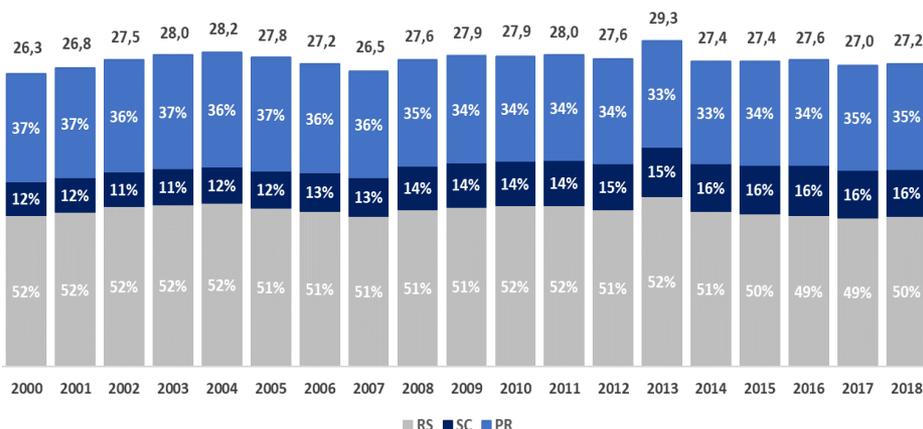
- Considerando o abate formal, fiscalizado pelos sistemas federal, estadual e municipal, as proporções entre rebanho, abate e produção de carne são equivalentes entre os três estados.
- O Paraná, com aproximadamente 35% do total, Rio Grande do Sul na faixa dos 50% e Santa Catarina por volta dos 15%.

Evolução do abate formal de bovinos e participação % por UF na região Sul em milhões de cabeças



Fonte: Athenagro, IBGE.

Evolução do rebanho bovino e participação % por UF na região Sul em milhões de cabeças

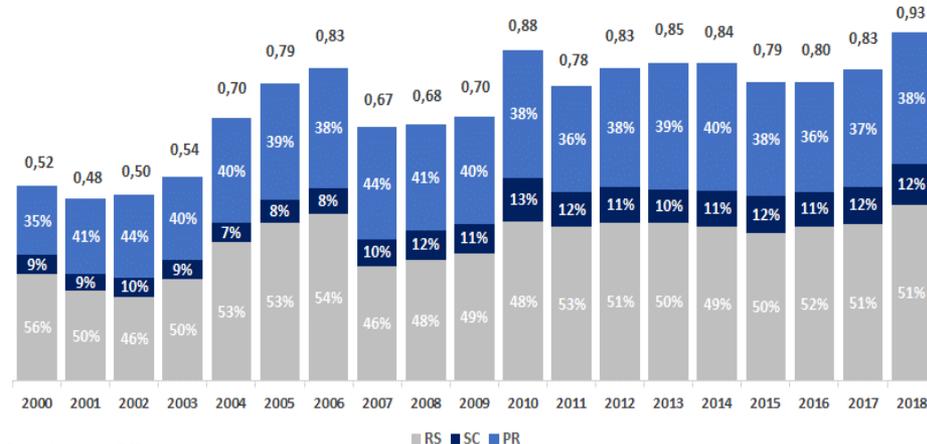


RS SC PR

2018: produção até setembro

Fonte: Athenagro, IBGE.

Participação % por UF da região Sul na produção de carne bovina em milhões toneladas



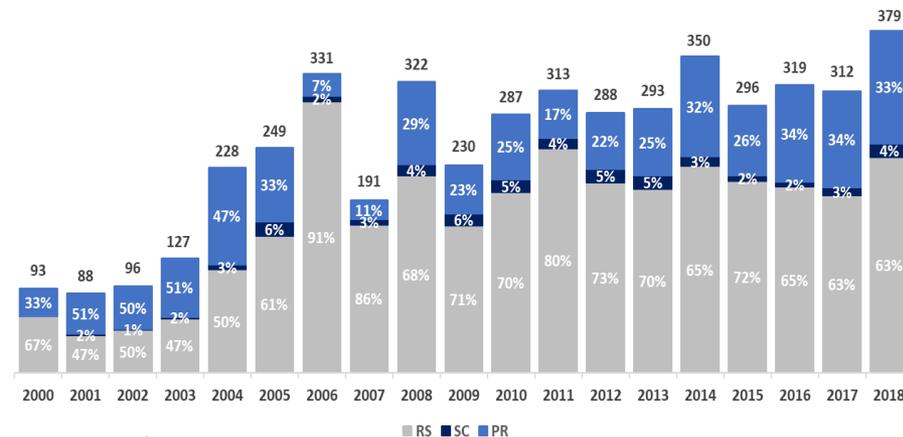
RS SC PR

Fonte: Athenagro, IBGE.

Carne Bovina – Exportação pela região sul

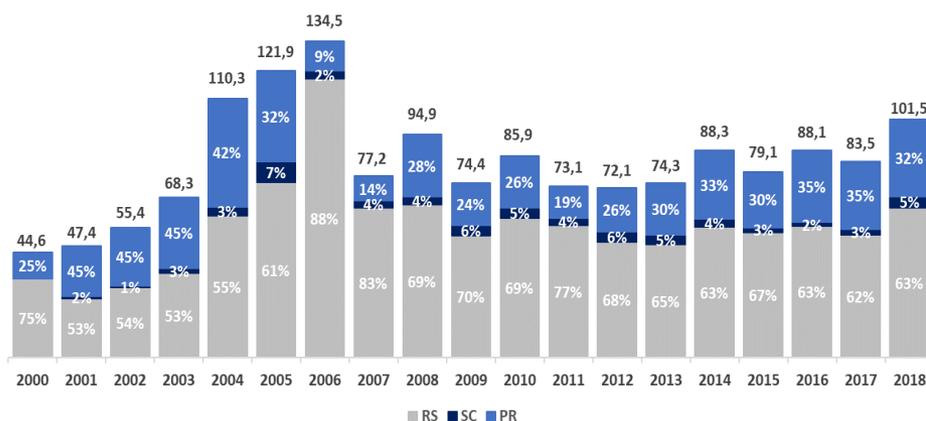
- A proporção das exportações em toneladas ou em faturamento não apresentaram uma tendência perceptível no estado de Santa Catarina, a partir de 2007, quando foi obtido o status livre de aftosa sem vacinação.
- Inclusive, o Paraná reconquistou o espaço perdido após os últimos focos de febre aftosa que também atingiram parte do estado em 2006.

Participação % por UF da região Sul no faturamento da exportação de carne bovina em milhões de US\$



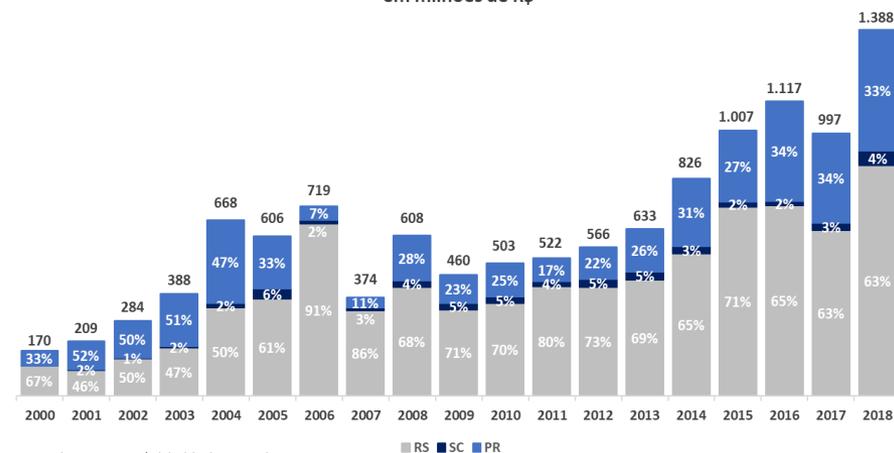
Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Participação % por UF da região Sul na exportação de carne bovina em mil toneladas



Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Participação % por UF da região Sul no faturamento da exportação de carne bovina em milhões de R\$

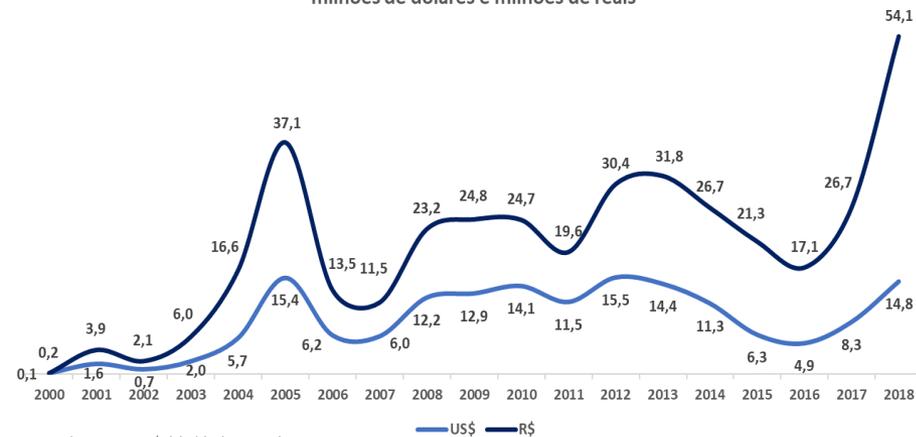


Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Carne Bovina – Faturamento das exportações

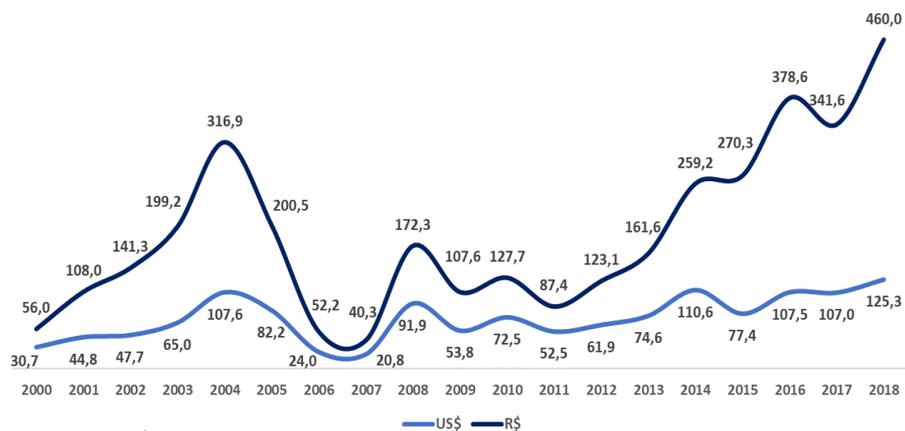
- A evolução do faturamento com exportações nos três estados do sul seguem curvas semelhantes.
- Oscilações, ora favoráveis a um, ora a outro estado, estão mais relacionadas aos fundamentos de oferta e demanda do que a tendência de longo prazo.

Faturamento anual das exportações de carne bovina em SC - milhões de dólares e milhões de reais



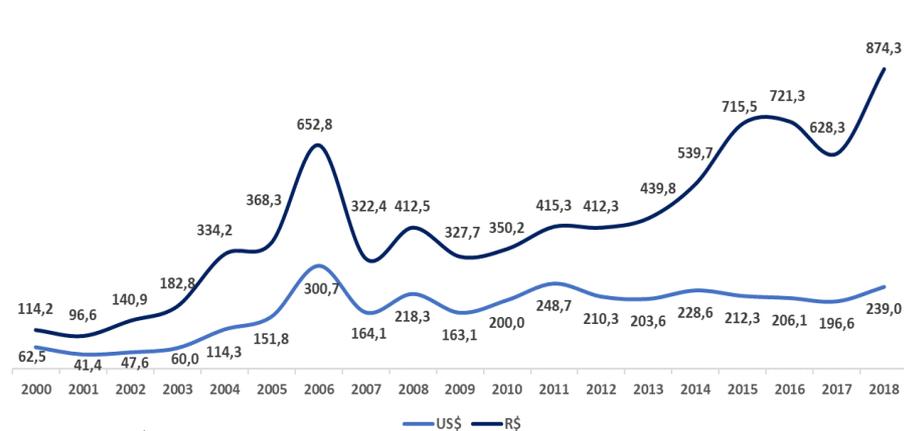
Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Faturamento anual das exportações de carne bovina no PR - milhões de dólares e milhões de reais



Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Faturamento anual das exportações de carne bovina no RS - milhões de dólares e milhões de reais

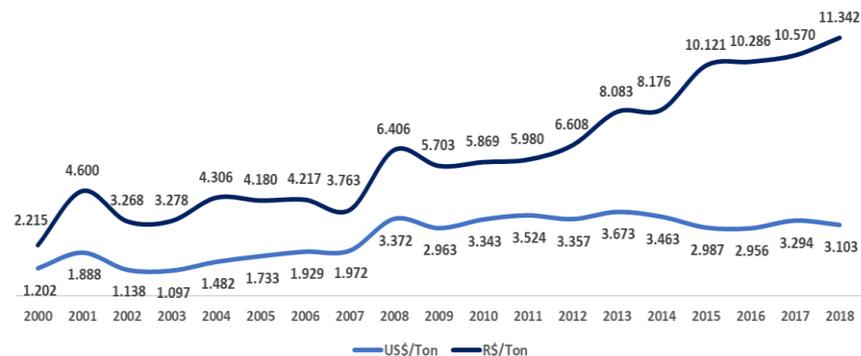


Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Carne Bovina – Evolução dos preços por unidade exportada

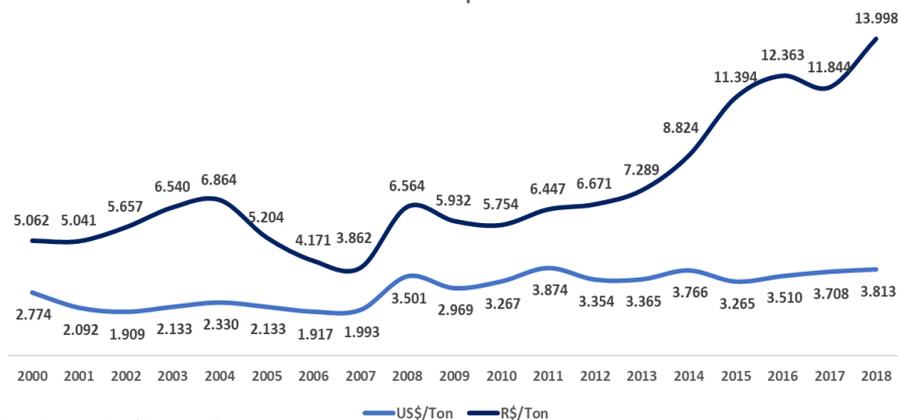
- Os preços por tonelada exportada também seguem as tendências mais relacionadas a perfil de exportação e composição de cortes, aparentemente.
- Os preços médios de Santa Catarina, inclusive, são inferiores aos dos demais estados da Região Sul.

Evolução dos preços de exportação da carne bovina em SC - dólares e reais por tonelada



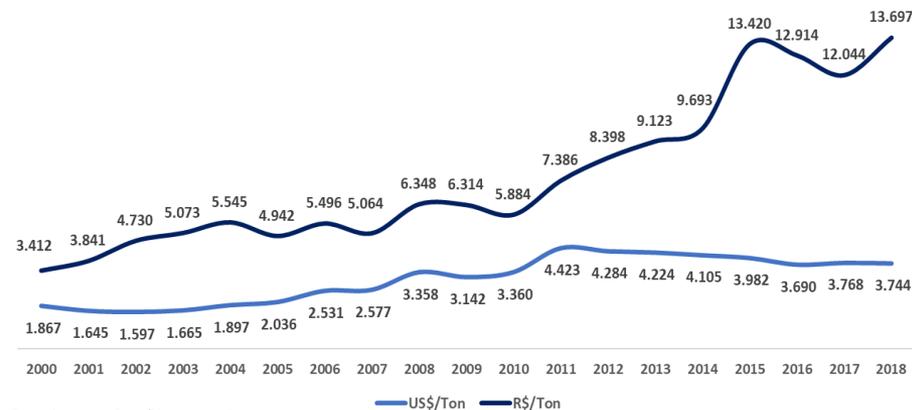
Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Evolução dos preços de exportação da carne bovina no PR - dólares e reais por tonelada



Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Evolução dos preços de exportação da carne bovina no RS - dólares e reais por tonelada

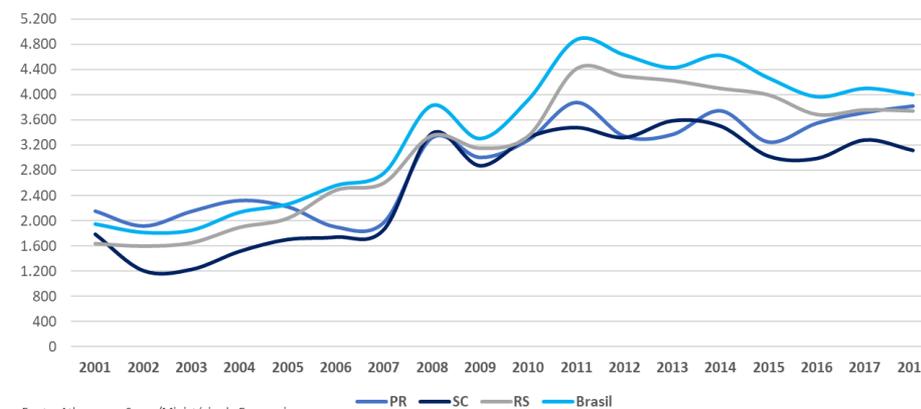


Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Carne Bovina – Comparações dos preços de exportação em US\$

- A correlação dos preços da carne bovina exportada entre Santa Catarina e Brasil é de 90%.
- Após Santa Catarina atingir status 'livre sem vacinação', as exportações não chegaram aos mercados mais exigentes em volume e faturamento relevantes e sem preços diferenciados.

Comparação dos preços de exportação da carne bovina na região Sul - dólares por tonelada (US\$/tonelada)



Santa Catarina - Valor da carne bovina exportada - Principais destinos em US\$/tonelada													
Países	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Hong Kong	653	1.682	2.359	2.422	2.717	3.151	3.028	3.933	3.793	3.121	3.402	3.442	3.156
Vietnã	-	-	-	1.825	-	2.563	-	-	3.437	3.024	3.397	3.738	2.859
Gabão	-	-	2.690	2.050	1.638	809	860	1.905	3.178	3.171	2.907	2.871	2.939
Espanha	-	-	-	-	-	-	4.805	-	-	-	-	3.355	3.443
Angola	1.334	1.861	3.672	3.106	3.137	3.542	3.055	3.390	2.395	2.520	2.400	2.365	2.312
Turquia	-	1.299	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.358	2.412
Paraguai	1.473	1.591	2.944	2.395	1.675	2.844	-	-	-	1.318	1.513	2.129	2.320
Itália	-	-	-	3.300	-	-	-	-	3.088	5.393	-	4.025	3.528
Outros	2.082	2.188	3.494	3.130	3.620	3.926	3.561	3.621	3.508	3.165	2.799	3.424	3.551
Total	1.929	1.972	3.372	2.963	3.343	3.524	3.357	3.673	3.463	2.987	2.956	3.294	3.103
Santa Catarina - Valor da carne bovina exportada para países que restringem importação devido à vacinação contra febre aftosa - US\$/tonelada													
EUA	1.419	1.556	-	-	-	4.311	-	-	-	-	-	-	-
Japão	2.691	-	-	3.966	-	1.970	-	-	-	-	-	-	-
Singapura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.646	-	1.815
Coreia do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
México	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Athenagro, Ministério da Economia.

Carne Bovina – Destinos das exportações de Santa Catarina

- A exportação de carne bovina de Santa Catarina para países mais exigentes em questões sanitárias ocorre em volumes pontuais e com baixa frequência, de participação insignificante no volume e faturamento.

Santa Catarina - Principais Destinos da Exportação de Carne Bovina - Tonelada métrica													
Países	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Hong Kong	250	523	413	954	741	1.066	886	1.410	1.219	397	592	1.581	3.223
Vietnã	0	0	0	25	0	26	0	0	54	81	162	107	274
Gabão	0	0	13	0	52	48	26	51	209	103	133	162	216
Angola	150	240	238	522	781	757	1.160	598	334	457	135	162	188
Espanha	0	0	0	0	0	0	172	0	0	0	0	64	170
Turquia	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	60	147
Paraguai	12	22	1	10	10	9	0	0	0	38	117	62	141
Itália	0	0	0	75	0	0	0	0	10	9	0	21	85
Uruguai	46	483	0	3	0	0	27	25	22	0	0	0	69
Suíça	0	3	2	6	0	0	0	0	0	0	2	32	44
Outros	2.751	1.777	2.961	2.755	2.630	1.365	2.335	1.845	1.413	1.014	522	271	213
Total	3.210	3.050	3.628	4.350	4.213	3.271	4.605	3.929	3.261	2.100	1.661	2.522	4.769

Santa Catarina - Exportações para países que restringem importação de carne bovina com vacinação contra febre aftosa - Tonelada métrica													
EUA	8	5	0	0	0	21	0	0	0	0	0	0	0
Japão	9	0	0	10	0	2	0	0	0	0	0	0	0
Singapura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26	0	1
Coréia do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
México	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Santa Catarina - Participação % dos países que restringem importação de carne bovina com vacinação contra febre aftosa - Faturamento													
EUA	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Japão	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Singapura	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%
Coréia do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
México	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Athenagro, Ministério da Economia.

Carne Bovina – Destinos das exportações do Paraná

- Em 2006, quando confirmado o foco de aftosa no Paraná, o mesmo registrava exportação para países mais rigorosos em questões sanitárias, ainda em 2007 e 2008 houveram registros de carne bovina exportada.
- Entre 2009 e 2016 o Paraná não exportou para tais países e, em 2017 e 2018 houve registro de pequenos volumes.

Paraná - Principais Destinos da Exportação de Carne Bovina - Tonelada métrica													
Países	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Hong Kong	4.019	5.963	7.044	8.724	8.198	6.449	11.347	15.509	15.017	8.946	8.838	10.839	10.121
Israel	0	0	101	0	0	0	0	0	0	27	0	4.335	5.619
Chile	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.405	4.026	2.702	4.966
Irã	0	0	0	1.518	3.935	966	1.625	0	0	3.607	12.066	4.511	2.969
Paraguai	0	0	0	0	0	17	1.133	1.740	1.632	25	21	564	2.921
Emirados Árabes Unidos	0	0	141	0	24	0	0	27	0	1	710	116	2.139
Uruguai	15	0	0	0	0	0	0	46	0	0	0	27	921
Rússia	1.799	51	12.040	4.020	2.965	3.291	27	27	9.010	5.903	2.080	3.591	408
Vietnã	0	100	0	207	0	0	134	216	263	455	330	348	372
Costa Do Marfim	103	730	461	202	177	81	540	449	322	505	485	326	366
Outros	6.575	3.599	6.461	3.459	6.885	2.751	3.648	4.155	3.133	1.846	2.068	1.485	2.059
Total	12.511	10.442	26.246	18.131	22.185	13.556	18.452	22.169	29.377	23.719	30.624	28.844	32.861

Paraná - Exportações para países que restringem importação de carne bovina com vacinação contra febre aftosa - Tonelada métrica													
EUA	73	0	25	0	0	0	0	0	0	0	0	54	0
Japão	157	58	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Singapura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	77
Coréia do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	72
México	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

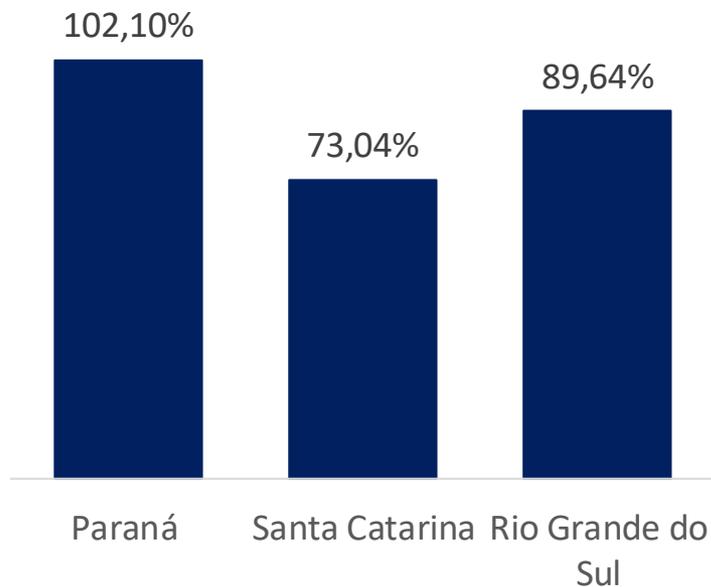
Paraná - Participação % dos países que restringem importação de carne bovina com vacinação contra febre aftosa - Faturamento													
EUA	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Japão	1%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Singapura	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Coréia do Sul	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
México	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Athenagro, Ministério da Economia.

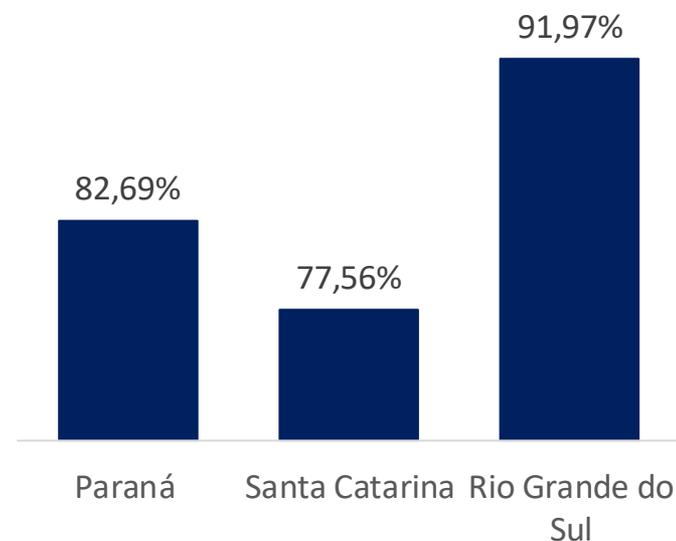
Carne Bovina – Comparações dos preços de exportação em US\$

- Os preços da carne bovina exportada por Santa Catarina, historicamente, mantiveram-se mais baixos, quando comparados aos demais estados da região Sul. A mudança para status “livre sem vacinação” não afetou/alterou o cenário. Embora tenha se aproximado do preço do Paraná, essa relação provavelmente esteja mais relacionada ao perfil de frigoríficos no estado do Paraná, com consequente mudança na composição de vendas de carnes.

Média da relação do preço da carne bovina exportada entre o estado e a média nacional - jan/01 a dez/2006



Média da relação do preço da carne bovina exportada entre o estado e a média nacional - jan/07 a dez/2018



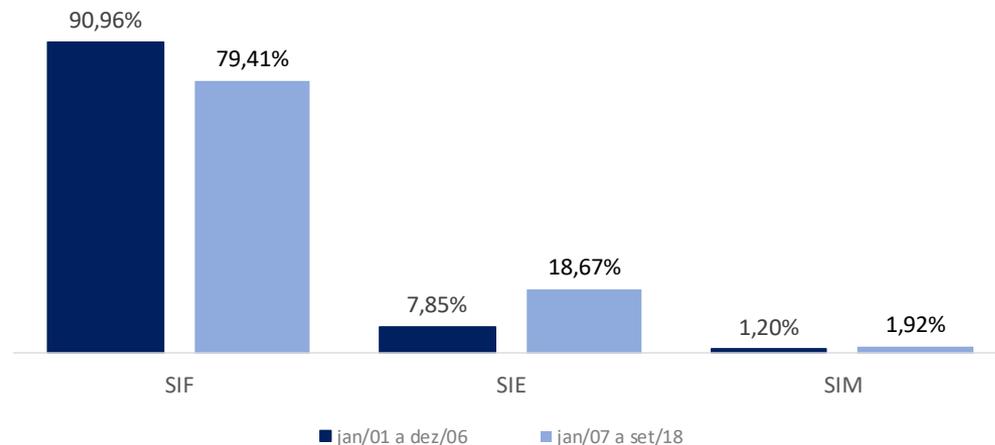
Fonte: Athenagro, Ministério da Economia

Fonte: Athenagro, Ministério da Economia

Carne Bovina – Perfil de abate formal no Paraná

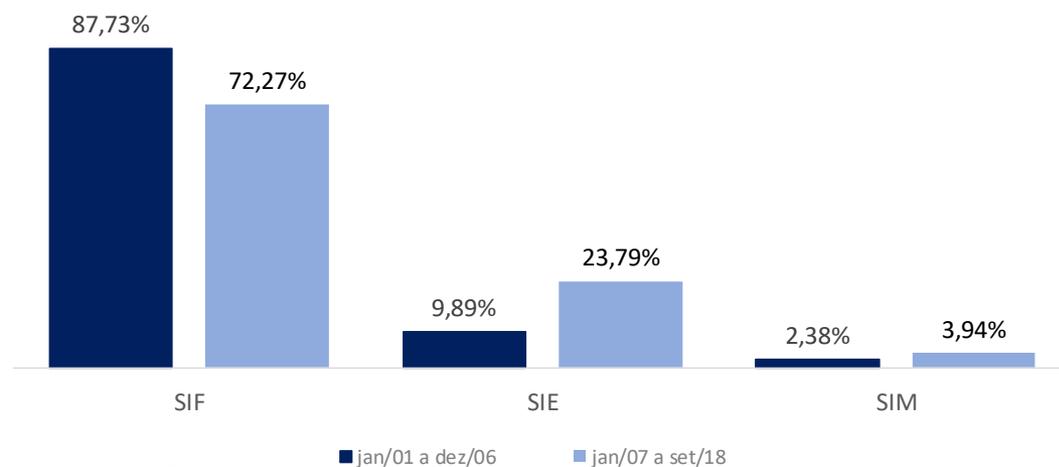
- Até o final de 2006, a participação do abate fiscalizado pelo SIF – Sistema Federal – no Estado do Paraná era superior à participação atual.
- De 2007 em diante, a fiscalização estadual mais que dobrou em relação ao total abatido no mercado formal no estado.
- A redução da participação no abate fiscalizado pelo SIF se deve a diversos fatores que não, por si, não são suficientes para avaliar a estrutura de qualidade da produção de carne no estado. Mas certamente reduz a oferta de carne para exportação. Ainda assim, o Paraná continua exportando quantidades superiores ao Estado de Santa Catarina.

Perfil de abate do boi gordo entre os sistemas de fiscalização Federal, Nacional e Municipal por períodos - jan/01 a dez/06 e jan/07 a set/18



Fonte: Athenagro, IBGE

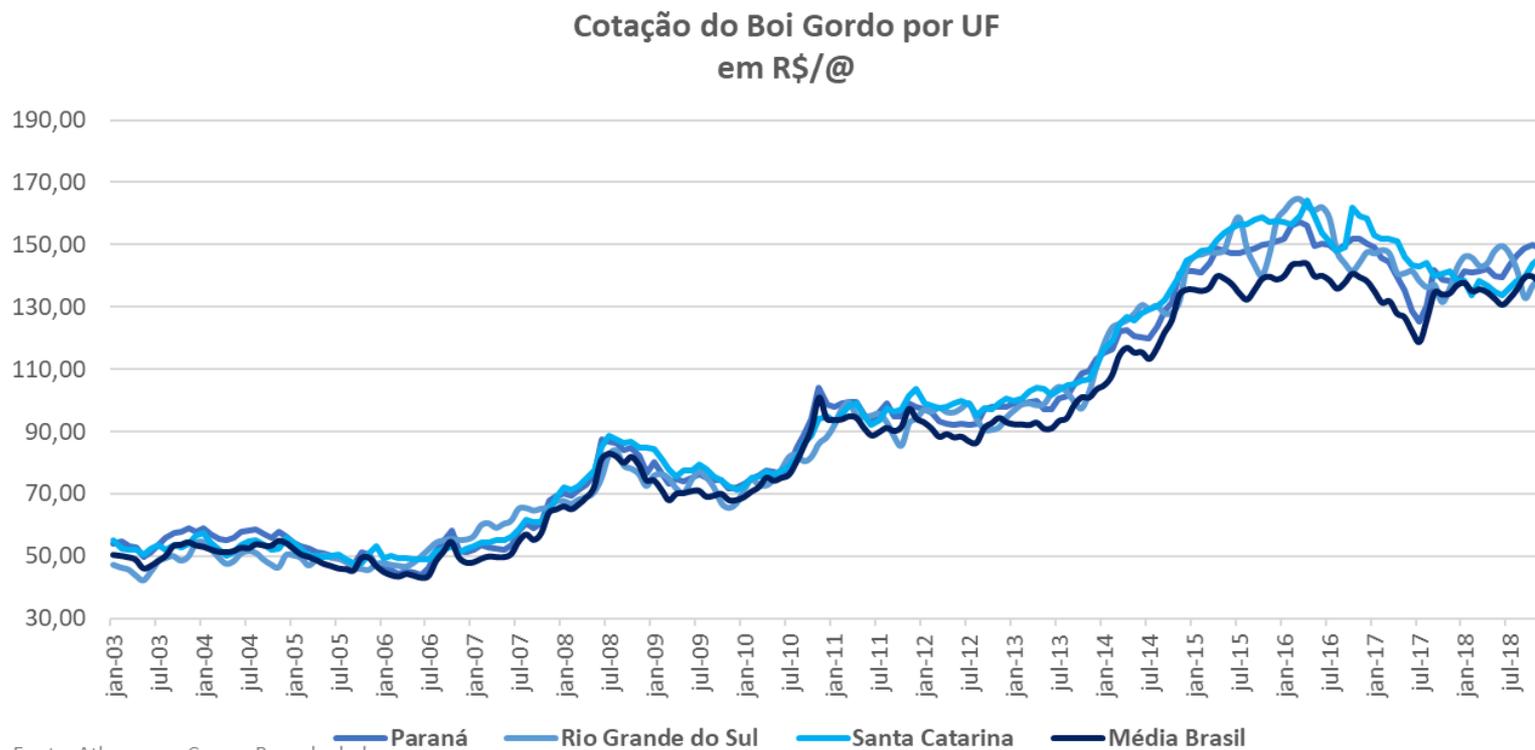
Perfil de abate total de bovinos entre os sistemas de fiscalização Federal, Nacional e Municipal por períodos - jan/01 a dez/06 e jan/07 a set/18



Fonte: Athenagro, IBGE

Comparação das cotações do boi gordo na Região Sul

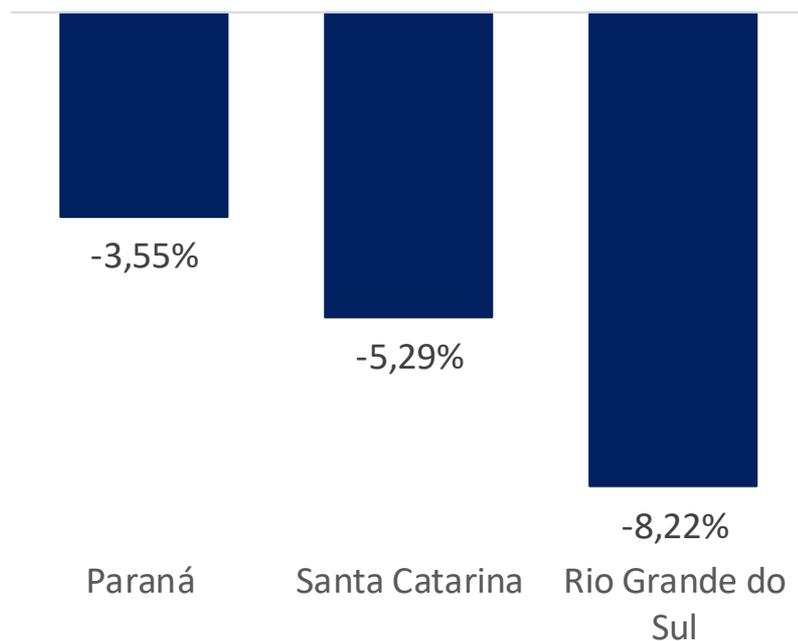
- A correlação entre as cotações* da arroba do boi gordo de Santa Catarina com os demais estados da região Sul e com a média Brasil é de 99%.
- Não há diferença na correlação das cotações de Santa Catarina se comparar antes e depois de considerada zona livre sem vacinação.



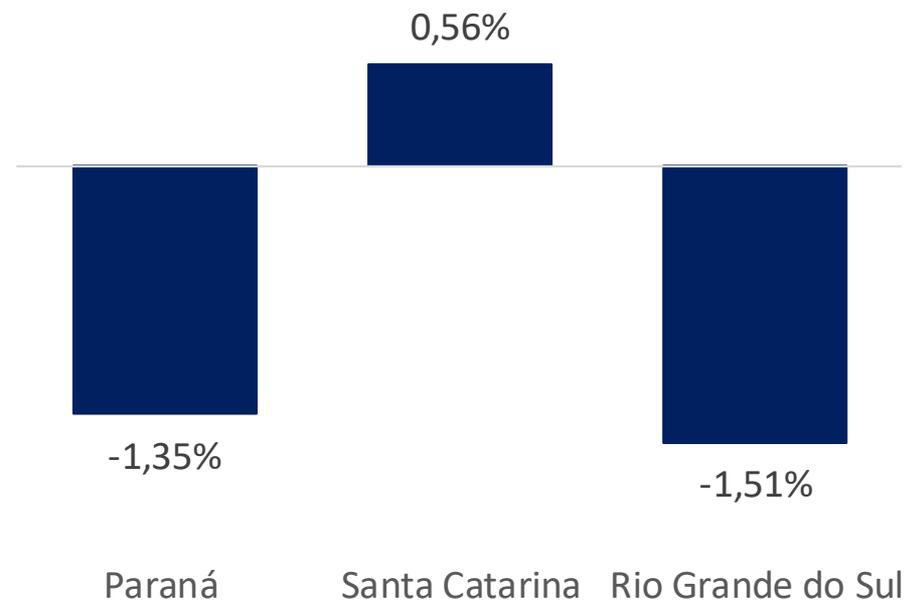
Carne Bovina – Preços aos produtores comparados com São Paulo

- A melhora das precificações do boi gordo no estado de Santa Catarina não pode ser explicada pelo perfil de exportações. A valorização comparativa do boi gordo no Estado, mesmo isolado dos vizinhos, foi inferior ao observado no Rio Grande do Sul, cujos preços se aproximaram foram os que mais subiram em relação ao mercado paulista.

Diferencial de base em relação à São Paulo
jan/01 a dez/06



Diferencial de base em relação à São Paulo
jan/07 a dez/18



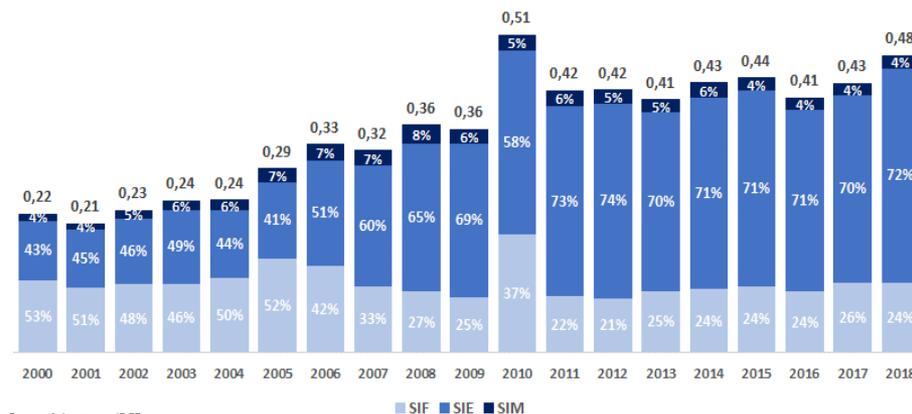
Fonte: Athenagro, Cepea

Fonte: Athenagro, Cepea

Carne Bovina – Distribuição do abate formal por fiscalização

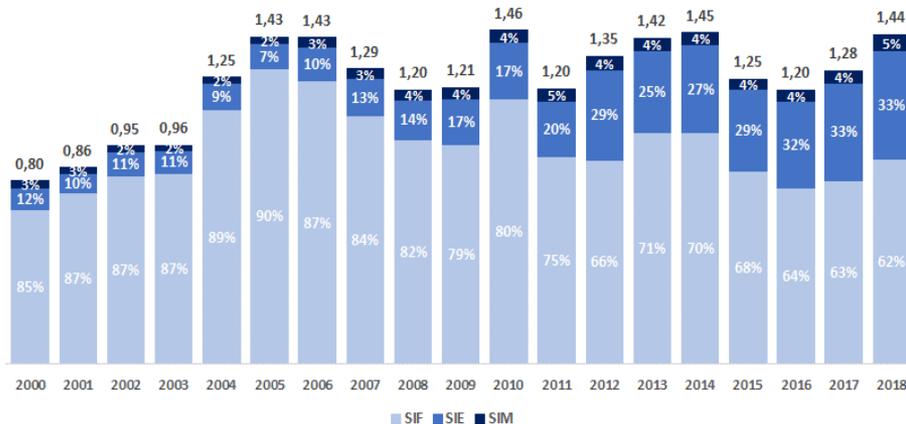
- A tendência de redução na participação do SIF ocorreu em todos os estados da região Sul.
- A diferença na precificação dos estados será explicada pelo volume de animais abatidos e produção de carne, que são maiores nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

Distribuição do abate formal de bovinos por tipo de inspeção em SC em milhões de cabeças



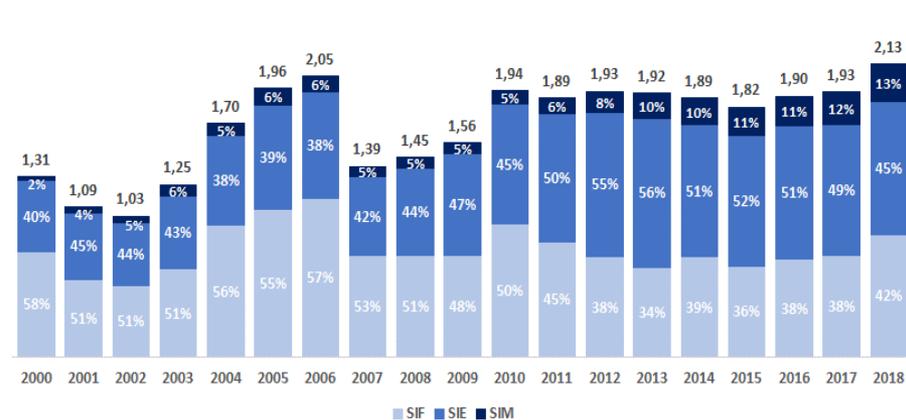
Fonte: Athenagro, IBGE.

Distribuição do abate formal de bovinos por tipo de inspeção no PR em milhões de cabeças



Fonte: Athenagro, IBGE.

Distribuição do abate formal de bovinos por tipo de inspeção no RS em milhões de cabeças

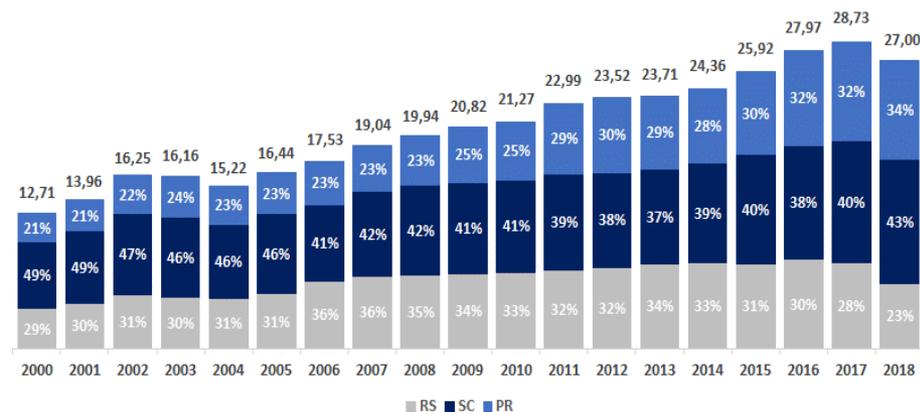


Fonte: Athenagro, IBGE.

Carne Suína – Rebanho e produção na Região sul

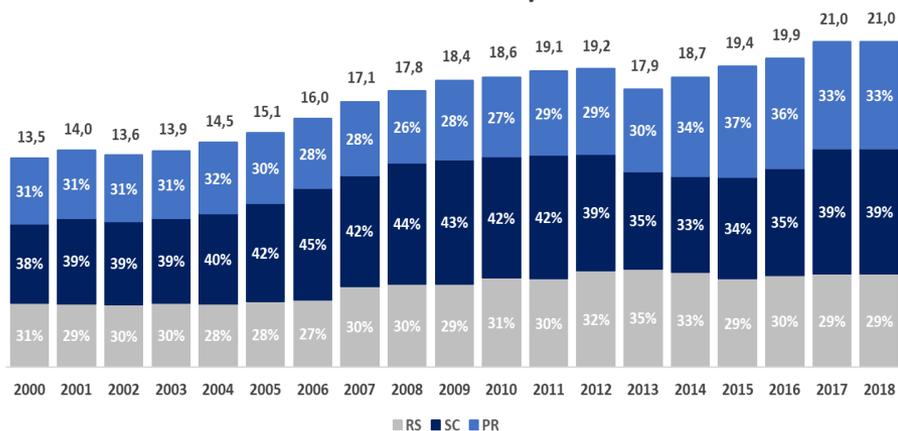
- Considerando o abate formal, fiscalizado pelos sistemas federal, estadual e municipal, as proporções entre rebanho, abate e produção de carne são equivalentes entre os três estados.
- Na Região Sul, em média, o Paraná participa com 32% do total, Rio Grande do Sul com 28% e Santa Catarina 40%.

Evolução do abate formal de suínos e participação % por UF na região Sul em milhões de cabeças



Fonte: Athenagro, IBGE.

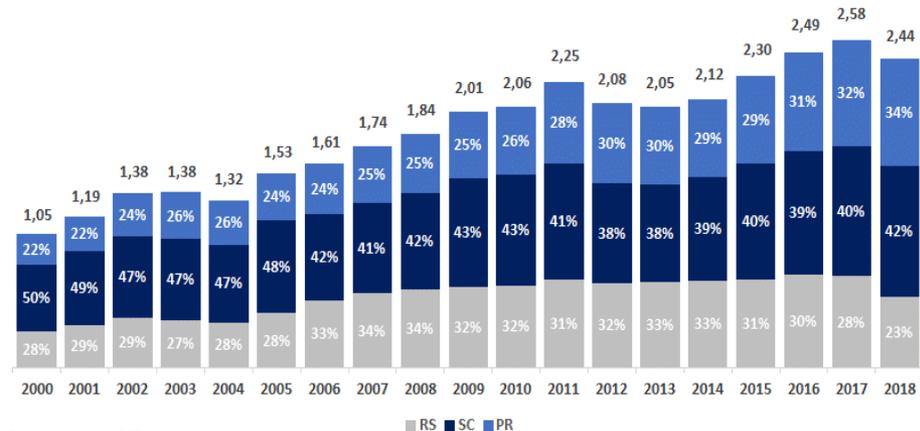
Evolução do rebanho suíno e participação % por UF na região Sul em milhões de cabeças



Fonte: Athenagro, IBGE.

2018: produção até setembro

Participação % por UF da região Sul na produção de carne suína em milhões toneladas

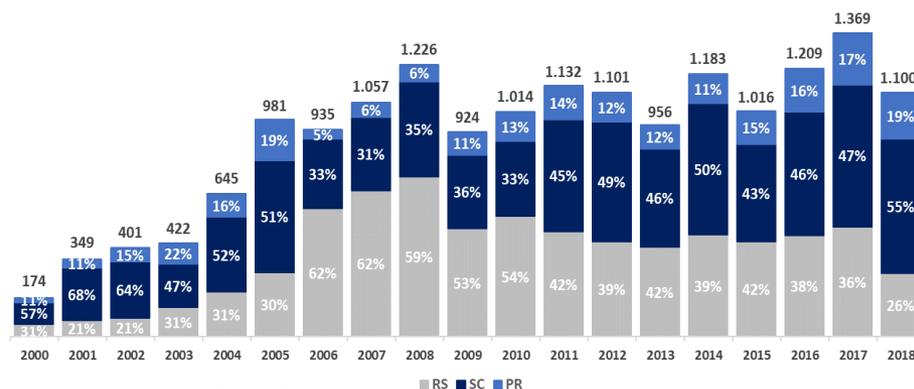


Fonte: Athenagro, IBGE.

Carne Suína – Volume e faturamento da exportação pela Região Sul

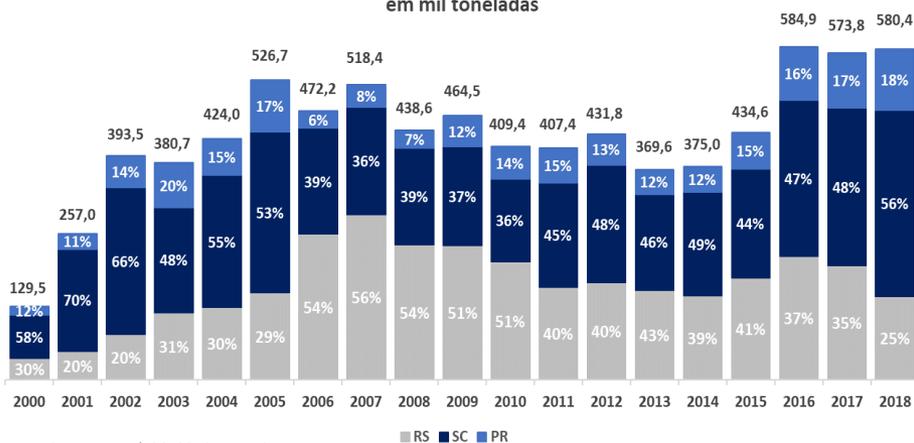
- A obtenção do status livre sem vacinação coincidiu com o registro de foco aftosa no Paraná em 2006, levando o Rio Grande do Sul a assumir a liderança das exportações de 2006 a 2010.
- O status sanitário não obteve resultado imediato e somente a partir de 2011 que Santa Catarina se tornou o principal produtor e exportador de carne suína do país.

Participação % por UF da região Sul no faturamento da exportação de carne suína em milhões de US\$



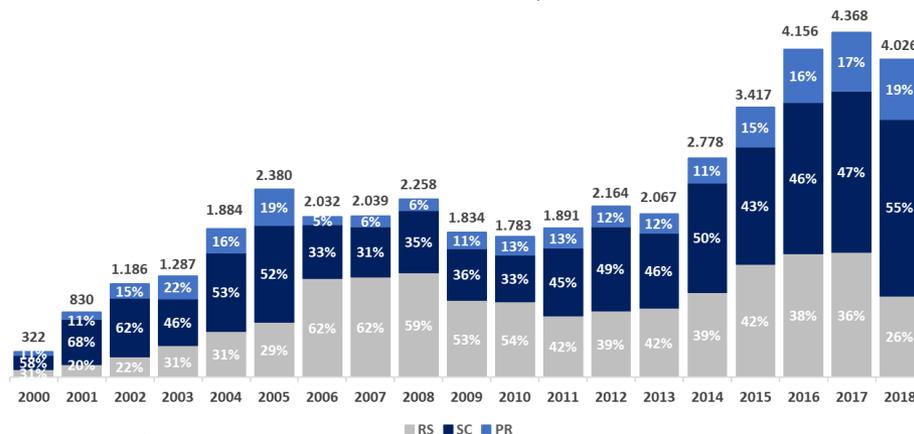
Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Participação % por UF da região Sul na exportação de carne suína em mil toneladas



Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Participação % por UF da região Sul no faturamento da exportação de carne suína em milhões de R\$

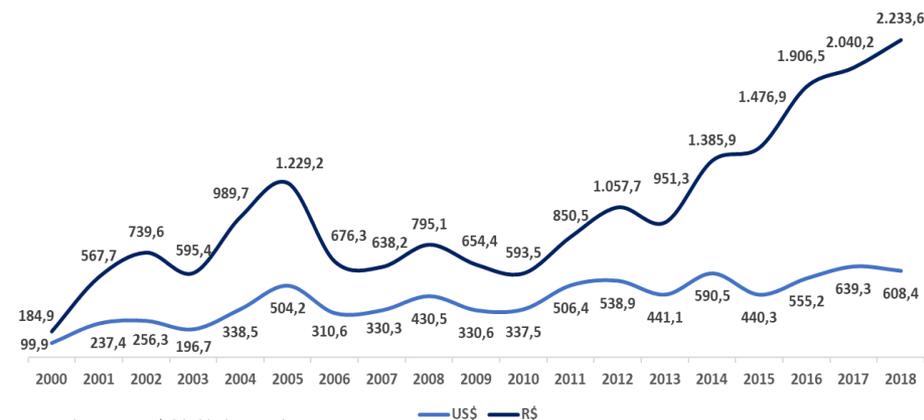


Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Carne Suína – Faturamento das exportações

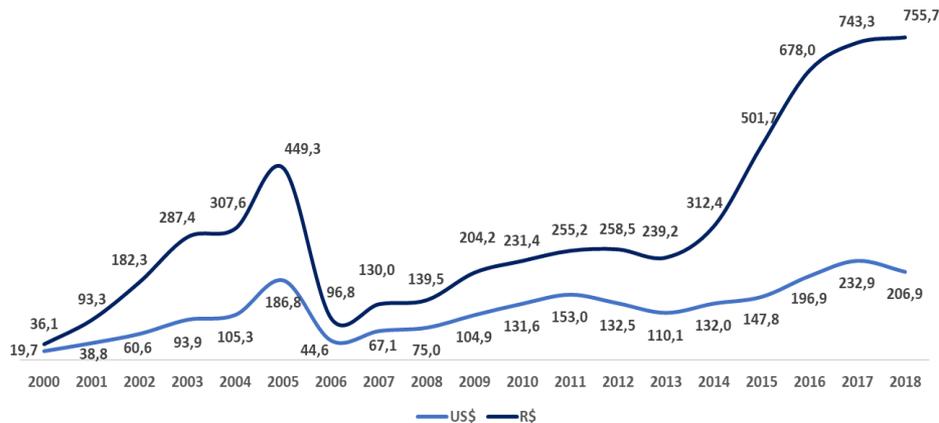
- A evolução do faturamento com exportações nos três estados da Região Sul seguem fundamentos de oferta e demanda.
- Após confirmação de febre aftosa no Paraná em 2006, a reação do mercado foi comprar no Rio Grande do Sul nos anos seguintes, e não em Santa Catarina.
- Após normalização da situação, o Paraná recuperou o volume e faturamento das exportações.

Faturamento anual das exportações de carne suína em SC - milhões de dólares e milhões de reais



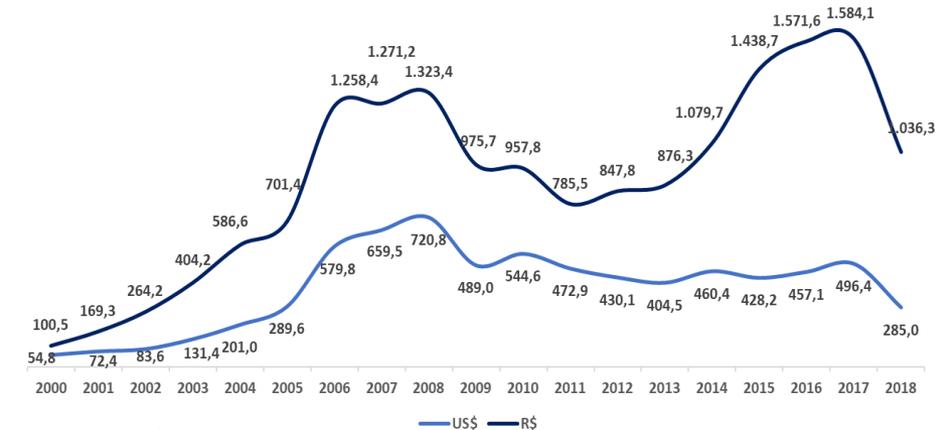
Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Faturamento anual das exportações de carne suína no PR - milhões de dólares e milhões de reais



Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Faturamento anual das exportações de carne suína no RS - milhões de dólares e milhões de reais

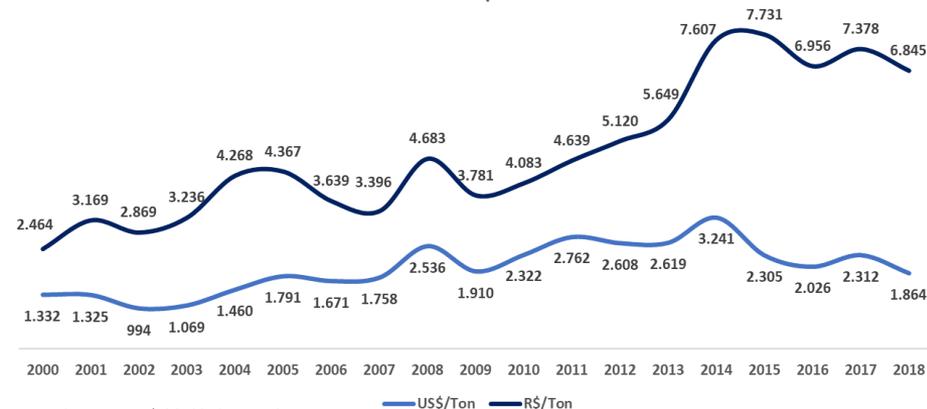


Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Carne Suína – Evolução dos preços por unidade exportada

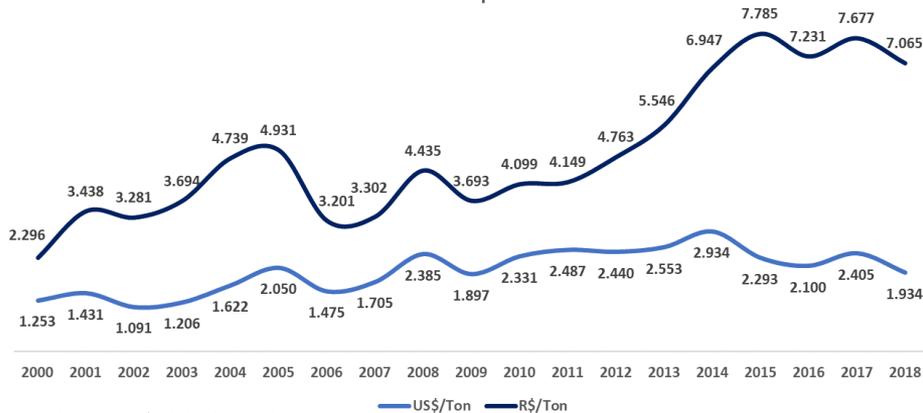
- Os preços por tonelada exportada também seguem as tendências relacionadas ao perfil de exportação.
- Historicamente, o preço médio por tonelada do Paraná e Santa Catarina não apresentam diferenças significativas.
- A média do preço no Rio Grande do Sul é superior em até US\$150,00 por tonelada comparado aos dois estados.

Evolução dos preços de exportação da carne suína em SC - dólares e reais por tonelada



Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

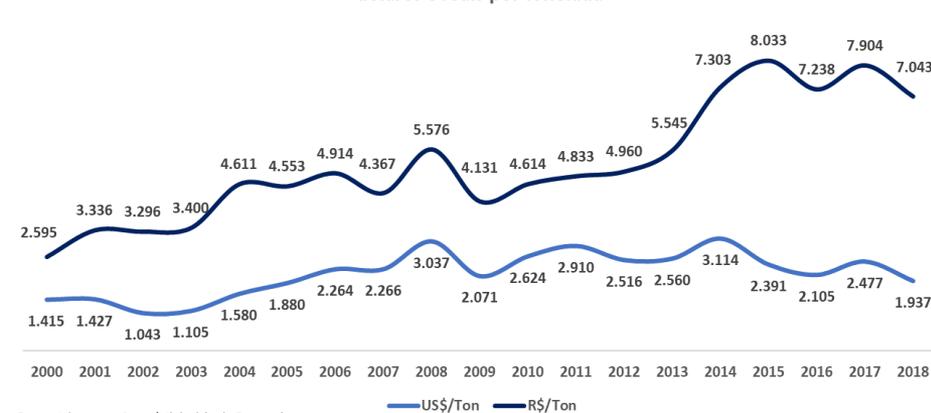
Evolução dos preços de exportação da carne suína no PR - dólares e reais por tonelada



Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

abr/19

Evolução dos preços de exportação da carne suína no RS - dólares e reais por tonelada

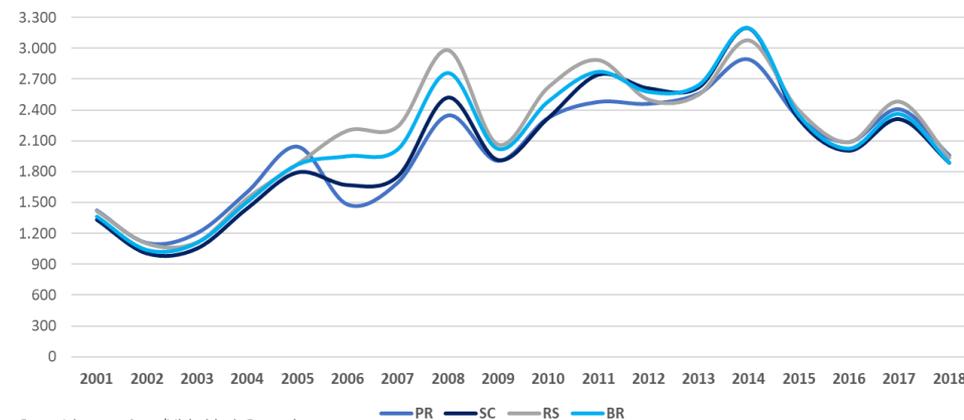


Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Carne Suína – Comparações dos preços de exportação em US\$

- A correlação dos preços da carne exportada entre Santa Catarina com as demais UF's e BR é de 98%.
- Os preços em US\$/tonelada da carne suína exportada em 2018 em para o Japão, EUA e Singapura, foram superiores em 80%, 50% e 12%, respectivamente, ao preço médio unitário de exportação. Historicamente somente Singapura e Japão são superiores em 10% e 24%, respectivamente.

Comparação dos preços de exportação da carne suína na região Sul - dólares por tonelada (US\$/tonelada)



Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Santa Catarina - Valor da carne suína exportada - Principais destinos em US\$/tonelada													
Países	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
China	1.788	-	-	-	2.517	3.083	2.573	2.641	2.118	1.737	2.115	1.968	1.920
Hong Kong	1.086	1.440	2.166	1.787	1.936	2.448	2.307	2.223	2.387	1.822	1.710	1.981	1.808
Chile	2.698	-	-	1.554	2.801	2.941	2.904	2.934	2.997	2.413	2.210	2.339	2.010
Argentina	1.778	1.875	2.713	2.111	2.567	2.989	3.201	3.180	3.820	3.507	2.819	3.009	2.203
Angola	1.059	1.418	1.989	1.730	1.621	2.154	2.072	1.883	1.957	1.406	1.193	1.332	970
Singapura	2.077	2.076	2.880	2.366	2.676	3.016	2.864	2.770	2.780	2.237	2.128	2.499	2.084
Filipinas	-	-	-	1.862	1.839	1.099	1.148	958	1.833	1.567	1.309	1.702	1.667
Geórgia	1.279	1.372	2.250	1.600	2.044	2.320	2.281	2.403	2.782	1.925	1.564	2.203	1.796
Uruguai	1.671	1.729	2.562	1.986	2.638	2.864	2.672	2.718	2.917	2.304	2.088	2.464	2.045
EUA	1.232	1.301	1.779	1.731	1.985	1.624	1.925	2.296	3.006	2.263	2.382	2.856	2.796
Outros	1.743	1.804	2.668	1.858	2.477	2.952	2.701	2.874	3.888	2.535	2.030	2.515	1.783
Total	1.671	1.758	2.536	1.910	2.322	2.762	2.608	2.619	3.241	2.305	2.026	2.312	1.864

Santa Catarina - Valor da carne suína exportada para países que restringem importação devido à vacinação contra febre aftosa - US\$/tonelada													
EUA	1.232	1.301	1.779	1.731	1.985	1.624	1.925	2.296	3.006	2.263	2.382	2.856	2.796
Japão	1.353	1.426	2.165	1.612	1.766	3.627	3.112	3.715	4.212	3.405	3.575	4.016	3.475
Singapura	2.077	2.076	2.880	2.366	2.676	3.016	2.864	2.770	2.780	2.237	2.128	2.499	2.084
Coréia do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.317	1.512
México	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.703

Fonte: Athenagro, Ministério da Economia

Carne Suína – Destinos das exportações de Santa Catarina

- Antes do reconhecimento do status sanitário, Santa Catarina já exportava para mercados mais exigentes, e mesmo após se tornar zona livre sem vacinação, a participação desses países não é significativa, representando atualmente 8% do faturamento e 6% do volume exportado pelo estado.
- Desde o ano de 2011, os percentuais de participação em faturamento e volume não alteraram.

Santa Catarina - Principais Destinos da Exportação de Carne Suína - Tonelada métrica

Países	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
China	27	0	0	0	54	25	1.630	994	738	3.580	63.779	40.980	114.426
Hong Kong	21.310	29.052	36.848	40.068	30.647	42.132	34.434	31.419	30.059	30.735	33.561	39.399	48.562
Chile	2	0	0	50	2.334	3.163	2.787	4.088	7.869	8.162	23.079	23.348	34.529
Argentina	15.163	23.240	16.172	18.819	14.892	20.692	13.268	8.498	4.197	4.435	9.011	11.671	22.110
Angola	3.486	5.760	8.441	12.678	11.763	15.047	17.250	19.724	19.807	13.174	7.809	10.863	21.046
Singapura	12.675	17.396	13.820	16.768	13.999	13.117	12.420	10.413	10.708	14.253	10.866	11.311	13.574
Filipinas	0	0	0	53	1.607	1.072	1.633	1.357	3.187	1.079	3.101	1.667	12.054
Geórgia	2.461	3.702	2.693	2.408	1.164	888	2.017	1.402	1.431	919	1.141	2.918	8.319
Uruguai	6.312	9.214	6.623	6.380	5.008	5.657	7.349	7.015	6.007	7.234	5.891	5.900	8.144
EUA	139	91	63	86	59	37	82	47	35	273	2.242	3.449	4.669
Outros	124.271	99.484	85.121	75.745	63.826	81.488	113.715	83.439	98.144	107.182	113.591	125.009	38.874
Total	185.845	187.940	169.780	173.055	145.353	183.319	206.584	168.396	182.184	191.026	274.072	276.514	326.304

Santa Catarina - Participação % dos países que restringem importação de carne suína com vacinação contra febre aftosa - Volume

EUA	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	1%	1%
Japão	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	2%	1%	1%	1%	1%
Singapura	7%	9%	8%	10%	10%	7%	6%	6%	6%	7%	4%	4%	4%
Coreia do Sul	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
México	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Santa Catarina - Participação % dos países que restringem importação de carne suína com vacinação contra febre aftosa - Faturamento

EUA	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	2%	2%
Japão	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	3%	2%	1%	1%	1%
Singapura	8%	11%	9%	12%	11%	8%	7%	7%	5%	7%	4%	4%	5%
Coreia do Sul	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
México	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Athenagro, Ministério da Economia.

Carne Suína – Destinos das exportações do Paraná

- Mantendo a vacinação contra a febre aftosa, o Paraná atinge mercados mais exigentes com destaque para Singapura que em 2018 representou 17% do volume e 18% do faturamento, se tornando o 2º maior comprador do estado, com preço unitário de exportação superior em 5% ao preço médio no ano de 2018.
- Outros países como Japão, EUA e Coréia do Sul também compram carne suína do Paraná, mas a participação em volume e faturamento é insignificante.

Paraná - Principais Destinos da Exportação de Carne Suína - Tonelada métrica

Países	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Hong Kong	22.627	29.150	22.986	20.220	17.608	23.833	25.198	24.809	20.877	26.445	46.778	46.378	44.010
Singapura	11	0	48	2.188	1.379	1.004	3.613	4.215	3.186	4.930	7.252	8.438	18.659
Uruguai	53	44	1.626	2.650	4.293	4.614	5.553	6.722	9.427	11.544	16.002	18.056	17.294
Argentina	64	70	9	154	915	826	2.412	1.010	2.566	2.363	9.440	10.294	8.646
Angola	101	491	1.223	2.018	3.225	2.959	3.052	1.633	2.287	1.859	2.462	2.528	4.229
África do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	242	1.335	3.041
Ucrânia	0	0	915	7.811	1.773	5.110	8.565	162	108	100	0	26	1.916
Emirados Árabes Unidos	100	26	0	0	0	0	80	108	135	184	2.066	1.637	1.808
Geórgia	1.705	470	113	181	202	916	1.058	372	148	479	1.360	2.419	1.273
Paraguai	0	17	23	9	42	246	76	193	210	336	426	545	967
Outros	5.580	9.097	4.511	20.055	27.024	22.001	4.671	3.914	6.023	16.211	7.729	5.170	5.127
Total	30.241	39.366	31.455	55.285	56.461	61.510	54.277	43.138	44.968	64.452	93.757	96.827	106.971

Paraná - Participação % dos países que restringem importação de carne suína com vacinação contra febre aftosa - Volume

EUA	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Japão	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Singapura	0%	0%	0%	4%	2%	2%	7%	10%	7%	8%	8%	9%	17%
Coréia do Sul	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
México	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Paraná - Participação % dos países que restringem importação de carne suína com vacinação contra febre aftosa - Faturamento

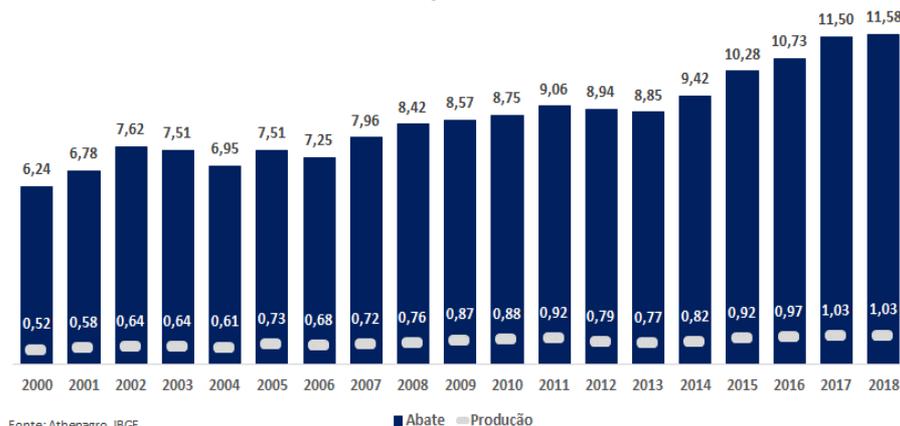
EUA	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Japão	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Singapura	0%	0%	0%	5%	3%	2%	8%	11%	7%	7%	8%	10%	18%
Coréia do Sul	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
México	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Athenagro, Ministério da Economia.

Carne suína - Abate e produção na região sul

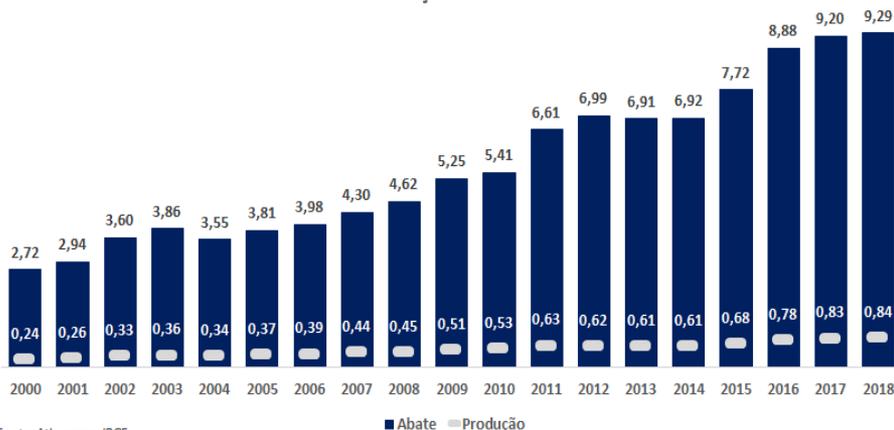
- Os três estados da Região Sul têm apresentado crescimentos em rebanho e produção.
- Considerando o período de 2007 a 2017, no Paraná a produção de carne suína e quantidade de animais abatidos praticamente dobraram, enquanto que o crescimento em Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram inferiores.

Carne suína em Santa Catarina - Abate formal de animais e produção de carne em milhões de cabeças e milhões de toneladas



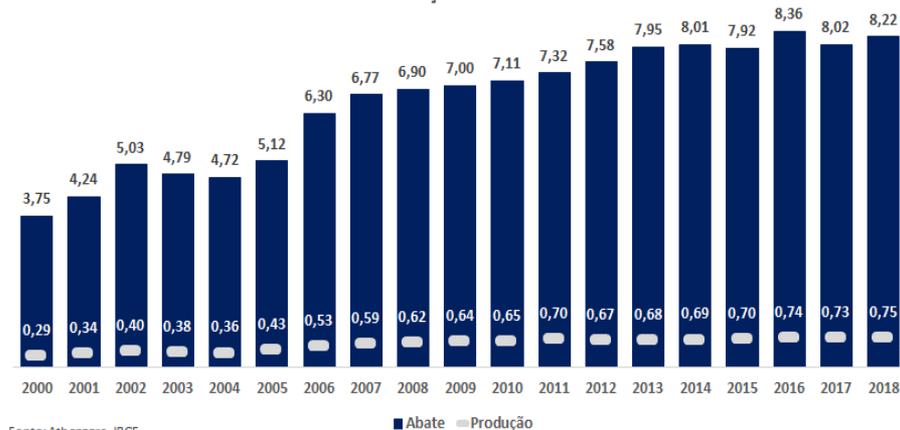
Fonte: Athenagro, IBGE.

Carne suína no Paraná - Abate formal de animais e produção de carne em milhões de cabeças e milhões de toneladas



Fonte: Athenagro, IBGE.

Carne suína no Rio Grande do Sul - Abate formal de animais e produção de carne em milhões de cabeças e milhões de toneladas

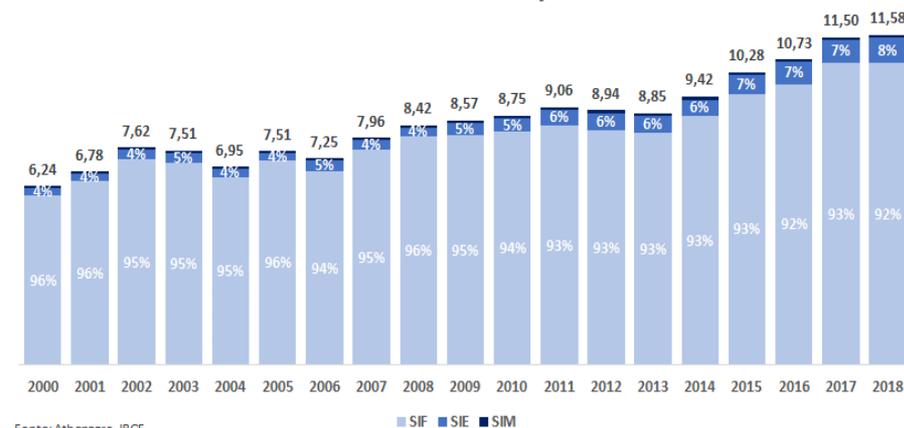


Fonte: Athenagro, IBGE.

Carne suína - Abate por tipo de inspeção

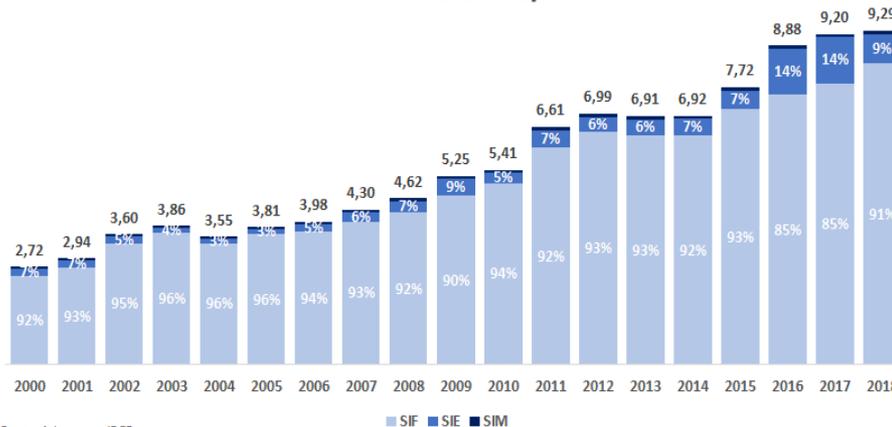
- Dada a importância da Região Sul na produção e exportação de carne suína, o SIF apresenta-se com maior participação dentre os serviços de inspeção.
- Em Santa Catarina e Rio Grande do Sul a participação do SIF é superior a 91%. No Paraná estava no mesmo patamar, mas o SIE ganhou espaço nos abates.

Distribuição do abate formal de suínos por tipo de inspeção em SC em milhões de cabeças



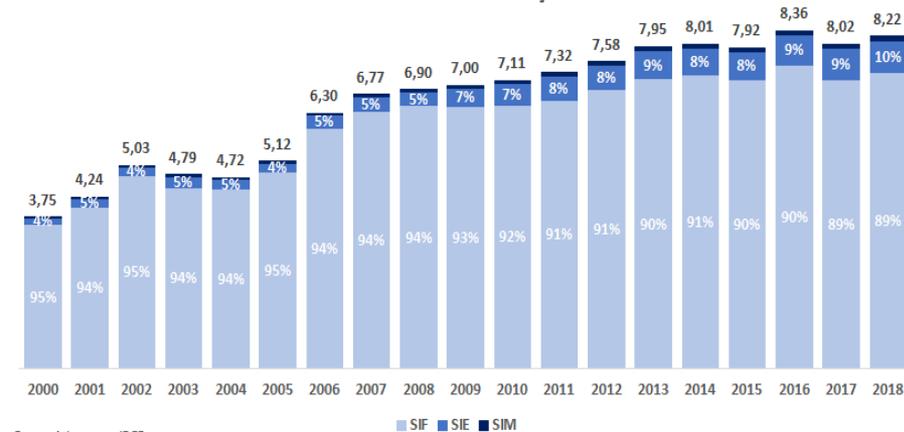
Fonte: Athenagro, IBGE.

Distribuição do abate formal de suínos por tipo de inspeção no PR em milhões de cabeças



Fonte: Athenagro, IBGE.

Distribuição do abate formal de suínos por tipo de inspeção no RS em milhões de cabeças

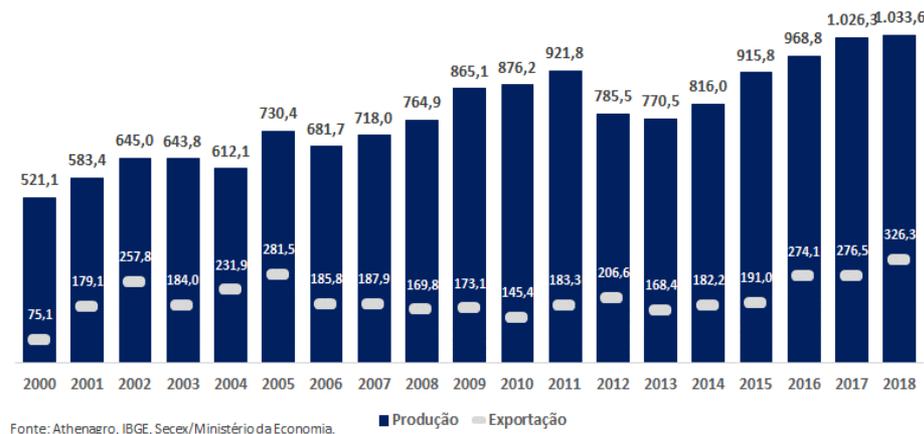


Fonte: Athenagro, IBGE.

Carne suína – Produção e exportações

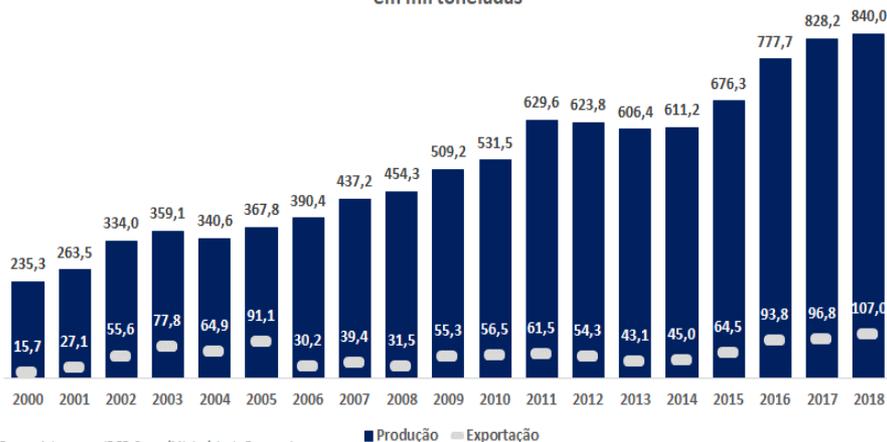
- Considerando o período de 2007 a 2017, a produção e exportação de carne suína do Paraná praticamente dobraram, enquanto que o crescimento em Santa Catarina e Rio Grande do Sul foi inferior.
- As oscilações nas exportações no período indicado induzem que o efeito do foco de aftosa registrado em 2006 teve efeitos negativos no Paraná e Santa Catarina e a recuperação se deu após normalização da situação sanitária e atributos de oferta e demanda.

Carne suína em Santa Catarina - Produção de carne e exportação em mil toneladas



Fonte: Athenagro, IBGE, Secex/Ministério da Economia.

Carne suína no Paraná - Produção de carne e exportação em mil toneladas



Fonte: Athenagro, IBGE, Secex/Ministério da Economia.

Carne suína no Rio Grande do Sul - Produção de carne e exportação em mil de toneladas

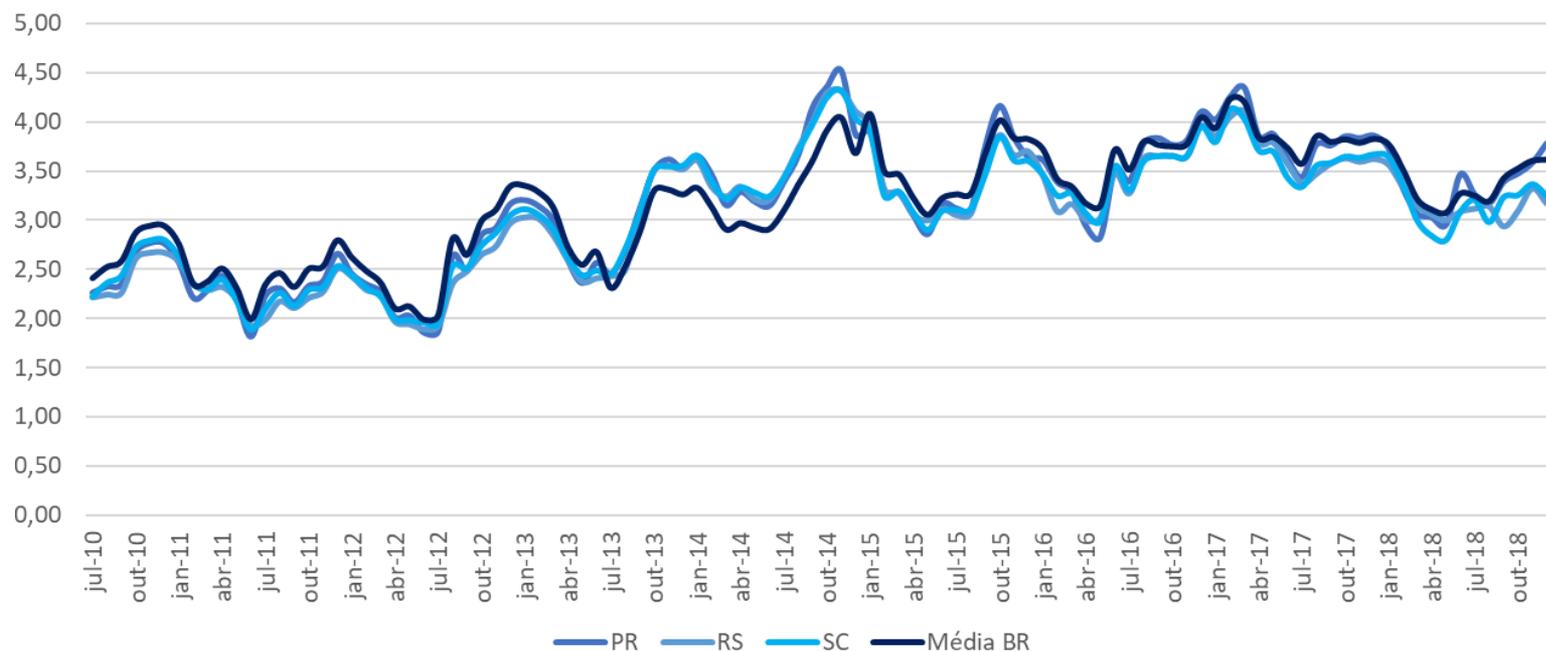


Fonte: Athenagro, IBGE, Secex/Ministério da Economia.

Carne suína – Comparação dos preços do suíno aos produtores

- A correlação entre as cotações da arroba do boi gordo de Santa Catarina com os demais estados da região Sul e com a média Brasil é de 99%.

Preço médio mensal do suíno pago ao produtor
em R\$/kg



6. Mercado de carne bovina: Posicionamento do Brasil no mercado global é em carne ingrediente e culinária?

Acesso aos mercados

- O acesso a mercados mais exigentes está mais relacionado ao tipo de carne disponível no país.
- O Brasil, com predominância de gado zebuíno puro, ou em participação nos cruzamentos, tende a continuar crescendo nos mercados de carne ingrediente ou culinária, acessando países em desenvolvimento.
- Trata-se de um posicionamento interessante, haja vista que são países onde se espera maior crescimento populacional, maior aumento de renda per capita e maior urbanização da população rural. São mercados em crescimento.
- No mercado internacional de carne gourmet, geralmente produzida a partir das raças taurinas de origem britânica, o Brasil é pouco competitivo, diante dos australianos, norte americanos, argentinos, uruguaios etc.
- O Uruguai, a propósito, acabou de quebrar um dos paradigmas em torno do acesso a mercados mais exigentes. Mesmo sendo um país livre com vacinação, status sanitário igual ao Brasil, foi recentemente autorizado a exportar carne para o Japão, país sempre relacionado como um dos que só importariam carne brasileira diante do status de livre sem vacinação.

Hierarquia da carne

CARNE INGREDIENTE



- picados
- recheios (lingüiça/salames)
- moídos
- molhos
- Embutidos/Bresaola
- food service/catering

Carne Misturada
(-) valorizado

CARNE CULINÁRIA



- bife fino
- faz parte de uma receita
- “roast beef”
- meat loaf
- “puchero”

**HIERARQUIA DE VALOR
(CONSUMIDOR)**

CARNE GOURMET



- steak/bife alto/olho do bife
- suculento (sangue)
- direto ao fogo/churrasco
- textura, sabor e maciez
- não precisa de receita/preparo

Carne Pura
(+) valorizado

Mercado

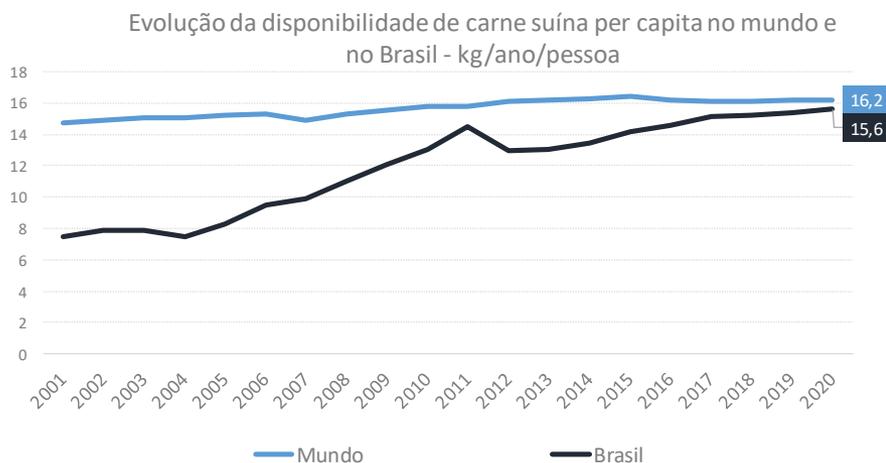
Mapa de países exportadores



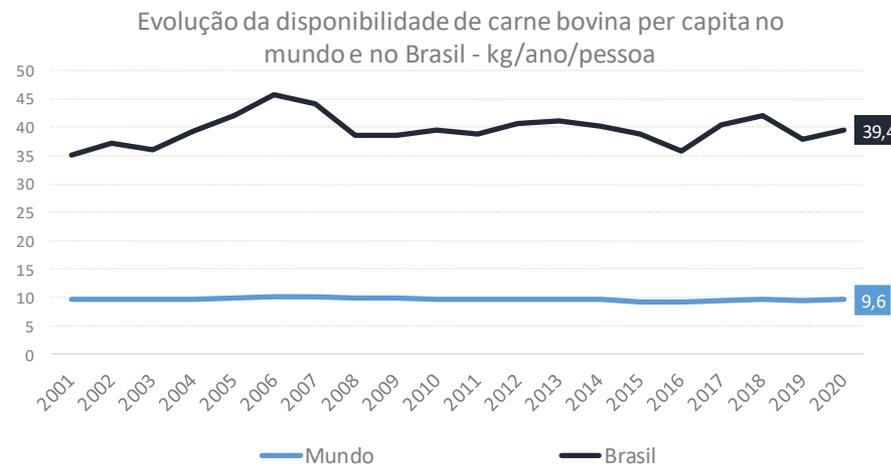
7. Mercado de carne suína: principal desafio é ampliar consumo interno e mercados em desenvolvimento

Acesso aos mercados

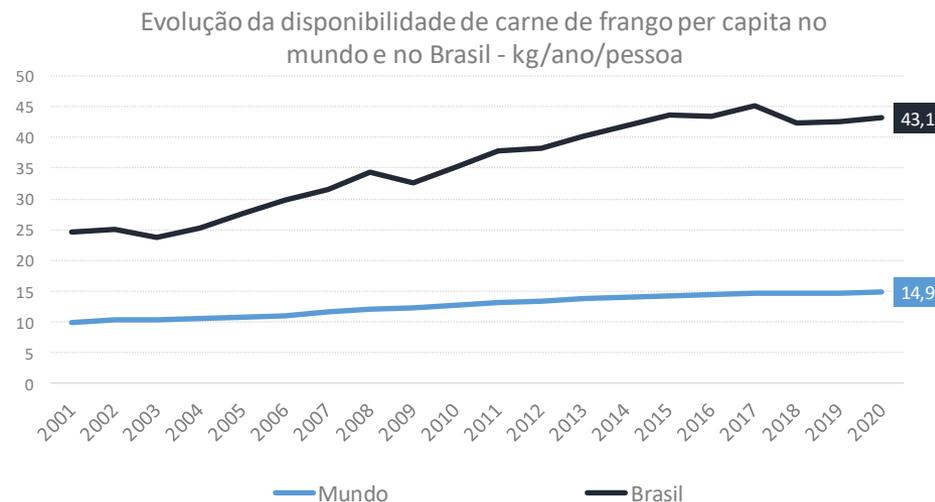
- O potencial de exportações de carne suína brasileira é inegável.
- No entanto, no mercado interno, a suinocultura brasileira deixa de aproveitar um potencial de consumo significativo.
- Entre as principais carnes, o consumo de carne suína é o único caso em que os brasileiros consomem um pouco abaixo da média mundial.



Fonte: Athenagro, dados FAO, OECD, USDA, FMI, IBGE



Fonte: Athenagro, dados FAO, OECD, USDA, FMI, IBGE

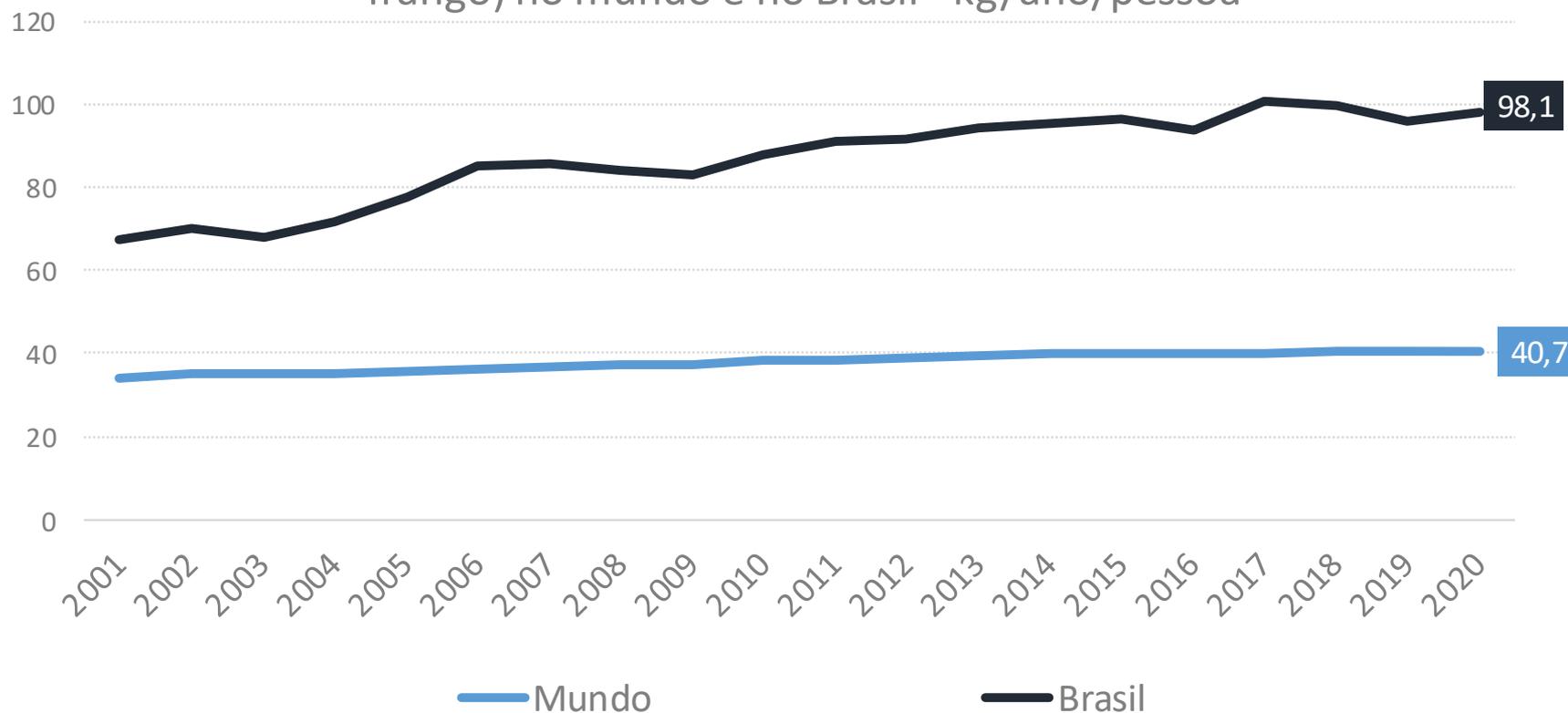


Fonte: Athenagro, dados FAO, OECD, USDA, FMI, IBGE

CARNES NO MUNDO E NO BRASIL

- Considerando a soma das três carnes, o brasileiro consome 2,45 vezes mais do que a média mundial. O baixo consumo relativo para a carne suína é uma questão cultural. Não está relacionado à renda.

Evolução da disponibilidade das três carnes (bovino, suíno e frango) no mundo e no Brasil - kg/ano/pessoa

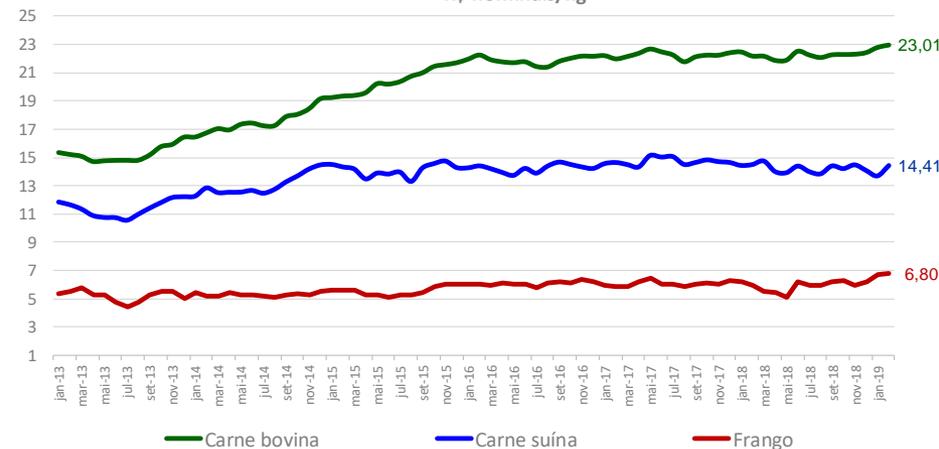


Fonte: Athenagro, dados FAO, OECD, USDA, FMI, IBGE

MARK UP VAREJO E PREÇOS

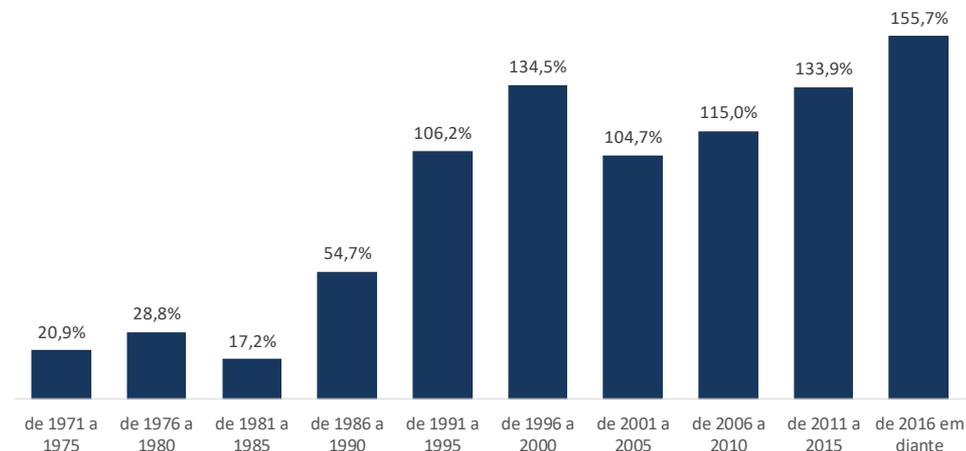
- Por mais que seja interessante aumentar as exportações de carne suína, nos mercados que pagam maior valor agregado, o Brasil irá competir com players mais bem posicionados e com tradição na produção e venda de carne suína.
- Assim como acontece para a bovinocultura, é interessante dedicar as vendas para países em desenvolvimento e explorar ao máximo o próprio mercado interno.
- O aumento contínuo no mark up, ou sobre preço, do varejo em relação à indústria sugere a oportunidade da cadeia produtiva se organizar para capitalizar nas vendas internas.
- Já existem trabalhos sendo conduzidos e obtendo resultados satisfatórios em algumas regiões.

Evolução dos preços das carnes bovina, suína e de frango no varejo
R\$ nominais/kg



Fonte: Athenagro, Cepea/IEA

Mark up do varejo sobre os preços médios do atacado
%



Fonte: Athenagro, dados Cepea, IEA



8.

8.1. CONCLUSÕES

REVISÃO DO CRONOGRAMA

- Diante de todas as variáveis consideradas, opiniões e notícias que foram recentemente divulgadas, é interessante rever o cronograma de implementação do PNEFA.
- Justamente pela qualidade do plano, mais importante do que estabelecer datas, é focar na implementação de cada uma das fases de implementação, previstas no PNEFA. Dessa forma, o setor garantiria que todas as etapas seriam cumpridas, mitigando eventuais riscos de reaparecimento de algum foco da doença em território brasileiro.
- Em recente reunião que nossa equipe participou, foi apontado que o fato dos técnicos de campo estarem receosos com a retirada da vacinação no curto prazo, estaria relacionado à desinformação dos mesmos. No entanto, é justamente esse o ponto que nos leva a concluir pela revisão do cronograma. O sucesso da execução do PNEFA depende de informação, mobilização e comprometimento.
- A relutância dos técnicos é um termômetro da dificuldade de implementação na atual realidade brasileira. Mesmo que estejam mal informados sobre o PNEFA, os técnicos são os que mais conhecem sobre a realidade e o dia a dia em suas regiões.

OUTROS RISCOS E EFEITOS COLATERAIS

- Durante a execução do estudo, a equipe da **Athenagro** acompanhou a dificuldade dos chineses em controlar a peste suína no país. Em grande parte, a dificuldade de controle se deve ao perfil fundiário dos produtores chineses. A dificuldade semelhante aconteceria aqui no Brasil, conforme descrito no item 3. do relatório .
- No estado do Paraná, que estuda a antecipação da retirada da vacinação, a atividade de cria também seria prejudicada pela perda de investimentos em melhoramento genético. Com o fechamento das fronteiras do estado, grande parte do fluxo de animais melhoradores seriam dificultadas, atrasando os programas de melhoramento do estado.
- Ainda com relação ao estado do Paraná, outras cadeias produtivas também seria afetadas e já se manifestaram contra a antecipação da retirada da vacina, como é o caso dos produtores de ovinos.
- Estima-se que o descarte de carne por abscessos vacinais chegue a 0,7%, ou cerca de 2 kg, por carcaça, gerando prejuízo às indústrias e aos produtores. No entanto, qual seria a perda estimada em ganho médio de peso ou qualidade do couro por piora no tratamento de endo e ectoparasitos nos animais a campo? A mudança da dose da vacina tende a reduzir a ocorrência dos abscessos, o que demanda uma nova avaliação dessa problemática.

OUTROS RISCOS E EFEITOS COLATERAIS

- Como não se trata de uma perda visual, esse impacto só poderia ser mensurado pela análise da eficiência comparativa dos tratamentos. Ainda há de se considerar outros critérios de condenação de carcaças ou se haveria, num primeiro momento, riscos de aumentar a incidência de produtos aplicados fora do período de carência. São questões que dependem do comportamento dos produtores, cuja realidade é diversa e complexa.
- Paraguai, Uruguai e Argentina já anunciaram que não suspenderão a vacinação. Essa decisão amplia a carga de risco para os brasileiros e parte de três países com tamanhos e biomas bem menos desafiadores do que se tem no Brasil.
- Dentre os técnicos consultados durante o Rally da Pecuária, muitos questionaram a metodologia das pesquisas sobre circulação do vírus. De fato, ainda não está claro que se a metodologia de coleta de sangue para a sorologia foi representativa apenas do ponto de vista do rebanho, ou se é representativa de acordo com o número de produtores, considerando o perfil fundiário e a precariedade das estruturas das propriedades nos mais diversos estabelecimentos presentes na realidade brasileira.
- Os que pedem mais informações e esclarecimentos frequentemente apontaram o desconhecimento sobre os critérios destes acompanhamentos.

CAUTELA

- Recentemente, profissionais que sempre foram entusiastas do fim da vacinação, reconheceram que o cronograma de implementação possa estar acelerado para os padrões brasileiros. Pedem cautela.
- Reforçando o que foi descrito na abertura do estudo, não se trata de questionar o programa, mas sim de ajustar aos padrões brasileiros.
- É evidente que o setor deva almejar e trabalhar para atingir o status de país livre sem vacinação.
- Mas tal condição não deve ser atingida a qualquer custo, assumindo riscos desnecessários com o estabelecimento de um cronograma desproporcional à complexidade pecuária do país.
- O plano estratégico do PNEFA supera a atual capacidade de implementação do setor; ajustá-lo depende apenas da revisão do cronograma e da rigorosa implementação de todas as fases descritas no plano.



8.

8.2. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Bibliografia

- ABC COLOR “**Paraguay, decidido a no dejar de vacunar contra la aftosa**” Edición de Impresa – Economía – Acessado em <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/economia/paraguay-decidido-a-no-dejar-de-vacunar-contra-la-aftosa-1779449.html> no dia 29/01/2019.
- AFISA – PR “**Opinião da Direx: Paraná, suspensão da vacinação, área livre de febre aftosa, equipe gestora e fiscalização agropecuária pública**” Afisa – PR – Notícias – Acessado em <http://www.afisapr.org.br/noticias/1362-opini%C3%A3o-da-direx-paran%C3%A1,-%C3%A1rea-livre-de-febre-aftosa-sem-vacina%C3%A7%C3%A3o-e-a-equipe-gestora> no dia 29/01/2019.
- ANDRADE JÚNIOR, J.P.; et al “ **A importância da febre aftosa no contexto da saúde pública e animal**” Revista científica eletrônica de medicina veterinária – Ano VI – Número 10 – Janeiro de 2008 – Periódicos semestral. Acessado em http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/HPEXvjfE25fEjKU_2013-5-28-11-46-47.pdf no dia 14/01/2019.
- FAEP “Boletim informativo” Ano XXXVI nº 1437 Julho de 2018 Acesso em <https://www.sistemafaep.org.br/arquivo/index.html?catalog=BI1437> no dia 28/01/2019

- FIGUEIREDO, A.P.M.; FRARI; M.G; ZAPA, V. "**História da Febre Aftosa no Brasil**", Revista Científica Eletrônica De Medicina Veterinária, Ano VII – Número 13 – Julho de 2009 – Periódicos Semestral, 2009 - – Acessado em http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/OZ9ZWyp1oKK1Y2X_2013-6-24-17-40-15.pdf no dia 14/01/2019.
- GERCHMANN, L. "**RS detecta foco de aftosa e inicia vacinação**" Folha de S.Paulo - Vaca doente: RS detecta foco de aftosa e inicia vacinação - 07/05/2001 - Acessado em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0705200117.htm> no dia 14/01/2019.
- GRISI FILHO J.H.H. "**Caracterização dos sistemas produtivos brasileiros**" Fundação Medicina Veterinária – FUMVET – Acessado em http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa/pnefa-2017-2026/arquivos/4_analise_distribuicao-especial_usp_2.pdf no dia 14/01/2019.
- LYRA, T. M. P.; SILVA, J. A. "**A febre aftosa no Brasil, 1960-2002**", Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia, Vol. 56 - Número 5, Outubro de 2004 – Acessado em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-09352004000500001&script=sci_arttext&tlng=es dia 14/01/2019.
- MAPA "**Estudo epidemiológico de transmissão viral na zona livre de aftosa com vacinação**" Acessado em <http://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201706/02151448-relatorio-1712573-relatorio-circulacao-viral-zlfa-fev-2016-final-portugues.pdf> no dia 14/01/2019.

- MAPA “**Evolução das zonas livres e Febre Aftosa no Brasil**” Departamento de saúde animal – Divisão de Febre Aftosa – Acessado em http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa/documentos-febre-aftosa/EvoluodaszonaslivresdeFA_2018.pdf no dia 14/01/2019.
- MAPA “**Orientações para fiscalização do comércio de vacinas contra a febre aftosa e para controle e avaliação das etapas de vacinação**” – Acessado em <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa/documentos-febre-aftosa/orientacoes-para-fiscalizacao-do-comercio-de-vacinas-contr-a-febre-aftosa-e-para-controle-e-avaliacao-das-etapas-de-vacinacao.pdf> dia 14/01/2019
- MAPA “**Plano de Ação para Febre Aftosa**” Acessado em <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa/documentos-febre-aftosa/plano-de-acao-para-febre-aftosa.pdf> no dia 14/01/2019.
- MAPA “**Serviço de Inspeção Federal - Relatório anual**” Departamento de Inspeção de produtos de origem animal - Acessado em <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/arquivos-publicacoes-dipoa/relatorio-de-gestao-sif-2016.pdf> no dia 14/01/2019.

- MAPA “**Vigilância veterinária de doenças vesiculares**” – Acessado em http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/Manual_de_vigilancia_veterinaria_ver_jan_2008.pdf no dia 30/01/2019
- MAPA Secretaria Executiva “**Relatório de Gestão do Exercício de 2012**” – Acessado em <http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/auditorias/2012/secretaria-executiva-se.pdf> no dia 31/01/2019
- MENEZES, T.C. “**Movimentação de bovinos no Mato Grosso do Sul e implicações econômicas de potenciais surtos de febre aftosa**”, Dissertação (Mestrado) – Biblioteca/ESALQ/USP – Acessado em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-13112018-174241/pt-br.php> no dia 28/01/2019.
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão “**Relatório anual de avaliação do PPA 2012-2015 (Ano Base 2015), Volume II, Programas Temáticos**” – Acessado em http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano_plurianual/avaliacao_ppa/relatorio-de-avaliacao-do-ppa-2012-2015/relatorio-avaliacao-ppa-vol2-programas-tematicos.pdf no dia 31/01/2019.
- MORAES, G. M. “**Estudos epidemiológicos para fundamentar a implementação de zonas livres de febre aftosa no Brasil**”, Dissertação (Doutorado) – Biblioteca UnB – Acessado em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34020/1/2018_GeraldoMarcosdeMoraes.pdf no dia 31/01/2019

- MÜLLER, C.A.S.; MATTOS, L.B.; LIMA, J.E. **“Determinantes da erradicação da febre aftosa no Brasil”**
Organizações Rurais & Agroindustriais – Revista Eletrônica de Administração da UFLA – v. 9, n. 1 (2007) – Acessado em <http://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/151> no dia 14/01/2019.
- NASCIMENTO, K.L.O. **“Controle de qualidade da vacina e vacinação: febre aftosa”**. Biblioteca digital da produção intelectual discente – Trabalhos de conclusão de curso de graduação – Gestão do agronegócio – Acessado em <http://bdm.unb.br/handle/10483/7594> dia 14/01/2019.
- NOGUEIRA, M.F. & Cruz, T.F. **“Doenças da Capivara”**, EMBRAPA Pantanal - Corumbá MS – 2007- Acessado em <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/805195/1/Livro030.pdf>. no dia 14/01/2019.
- OLIVEIRA, C.H.S. **“Plano Nacional de Monitoramento e Controle do Javali (Sus scrofa) no Brasil”**, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Acessado em <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/javali/2017/2017-PlanoJavali-2017.2022.pdf> no dia 28/01/2019.
- RIBEIRETE, W.C. **“Monitoramento sorológico da presença infecciosa do vírus da febre aftosa através das técnicas de ELISA 3ABC e EITB no estado do Paraná”** Repositório Digital institucional da UFPR – Trabalhos de Especialização – Ciências Agrárias – Gestão em Defesa Agropecuária Acessado em <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/32719/WALTER%20DE%20CARVALHO%20RIBEIRETE.pdf?sequence=1&isAllowed=y> no dia 14/01/2019.

- SANTOS, R.L.P. “**Assunto: Inquérito Civil nº MP-PR-0046.15.044039-7**” Afisa – PR – Acessado em <http://www.afisapr.org.br/attachments/article/1362/63%20-%20%20MP-PR%20.pdf> no dia 29/01/2019.

- SOUZA, L. H. “**Biossegurança e a Febre Aftosa no Brasil: um panorama histórico das ações direcionadas à erradicação**” Dissertação (Mestrado em Pesquisa Clínica em Doenças em Biossegurança) - Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas, 2011 – Acessado em <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/9243> dia 14/01/2019.

- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, “**Relatório de Avaliação de Programa – Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa**” Relator Ministro Benjamin Zymler Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo. 2005 – Acesso em <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0AF27E86661C> no dia 29/01/2019.

- TRECENTI, A.S. “**Febre aftosa- Revisão de literatura**”, Revista científica eletrônica de medicina veterinária, Ano XI – Número 21 – Julho de 2013 – Periódicos Semestral – Acessado em http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/eAHOKgOKxibxZcy_2013-8-13-17-4-22.pdf dia 14/01/2019.

- ZEN, S. & MIRANDA, S.H.G. **“Mensuração dos Riscos e Oportunidades do Reconhecimento Internacional de Área Livre de Febre Aftosa sem Vacinação no Estado do Paraná”**, Cepea/ESALQ/USP, 65 p., 2015 – Acessado em [link](#) no dia 14/01/2019.



8.

8.3. SIGLAS E LEGENDAS

- Conpdec - Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil
- Cosalfa - Comissão Sul-Americana para a Luta contra a Febre Aftosa
- DSA - Departamento de Saúde Animal
- EAC – Escritório de Atendimento à Comunidade
- FN-Suasa - Força Nacional do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
- GT – Grupo de Trabalho
- Mapa/MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MMA – Ministério do Meio Ambiente
- MI – Ministério da Integração Nacional
- MD – Ministério da Defesa
- OIE – Organização Mundial de Saúde Animal
- OPS – Organização Pan-Americana de Saúde
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- PGA – Plataforma de Gestão Agropecuária
- Lanagro- Laboratório Nacional Agropecuário
- Panaftosa - Centro Pan-Americano de Febre Aftosa
- Phefa – Programa Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa
- Pnefa - Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa
- PNPS – Programa Nacional de Participação Social
- POP – Procedimento Operacional Padrão
- PPA – Plano Plurianual
- PPIF – Programa de Proteção Integrada de Fronteiras
- SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária e Emergências Veterinárias
- Sineagro – Sistema Nacional de Emergências Agropecuárias
- Sibravet – Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias
- Suasa - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
- SV – Serviço Veterinário
- SVE – Serviço Veterinário Estadual
- SVO – Serviço Veterinário Oficial
- Sinpdec - Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
- VIGIAGRO
- UF – unidade da Federação
- UVL – Unidade Veterinária Local

**CONHEÇA UM POUCO MAIS SOBRE A
EMPRESA E PRODUTOS DA**

ATHENAAGRO 
Consultoria

Athenagro é o nome da empresa fundada em abril de 2013 por iniciativa da Bigma Consultoria* e da Agroconsult.

No início de 2018, o nome foi alterado de Agroconsult Pecuária Ltda para **Athenagro Consultoria Ltda**, fortalecendo a independência da empresa no mercado de proteínas de origem animal.

O nome funde Pallás Athēná, da mitologia grega, com agro.

Pallás Athēná, ou Atena, é uma das principais divindades dentre os 12 deuses do Olimpo. Na mitologia grega, é a deusa que representa a civilização, sabedoria, estratégia, artes, justiça e habilidade. “A deusa mitológica representa as qualidades que estabelecemos como princípios de excelência a ser cultivado em nossa empresa” (Maurício Palma Nogueira)

O logo reforça a fusão do nome da Deusa com o Agro e retorna a bússola inicial do logo da Bigma Consultoria, estilizada no “O”. As cores selecionadas, azul e cinza, sugerem confiança e equilíbrio.

Atualmente **Athenagro** e Agroconsult, juntas, mantêm e organizam o **Rally da Pecuária**, sob coordenação técnica exclusiva da Athenagro.

** A Bigma Consultoria foi criada em novembro de 2008, por iniciativa do engenheiro agrônomo Maurício Palma Nogueira, que já atuava desde 1998 no mesmo mercado. A empresa sempre se dedicou à análise de mercado pecuário, resultados em fazendas de pecuária, impactos da tecnologia, estudos específicos, projetos, sustentabilidade, banco de dados. Atuação focada em proteína animal: Pecuária de corte e leite, suínos e frango.*



| POR QUE CONTRATAR A ATHENAGRO

Consultoria

A Athenagro soma 27 anos de experiência em consultoria focada na pecuária, com análises detalhadas e aprofundadas

A Athenagro mantém pesquisa de campo através do RALLY DA PECUÁRIA, cuja base de pesquisa reuniu entre 2011 e 2021

17 mil produtores

5 mil técnicos

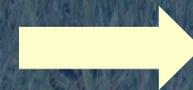
2,4 mil pastos amostrados

21,5 milhões de cabeças no rebanho

18 milhões de hectares de pastagens

Desde 2015, a Athenagro analisa e dimensiona o movimento financeiro da cadeia produtiva de carne bovina, por solicitação da Abiec

O portfólio é o grande diferencial da empresa. A Athenagro é única em relação à qualidade de informações disponíveis para estudos



SERVIÇOS

Os serviços prestados pela **Athenagro** se dividem em quatro frentes.

CONSULTORIA

Características: Produtos padronizados ou atendimentos customizados permanentes adquiridos em contratos mínimos de 12 meses.

PROJETOS E ESTUDOS

Características: planejados a partir de demandas customizadas dos mais diversos setores relacionados à pecuária: insumos (concentrados, sal mineralizado e medicamentos), maquinários, frigoríficos e laticínios, entidades de classe, sementes e defensivos, instituições financeiras, etc.

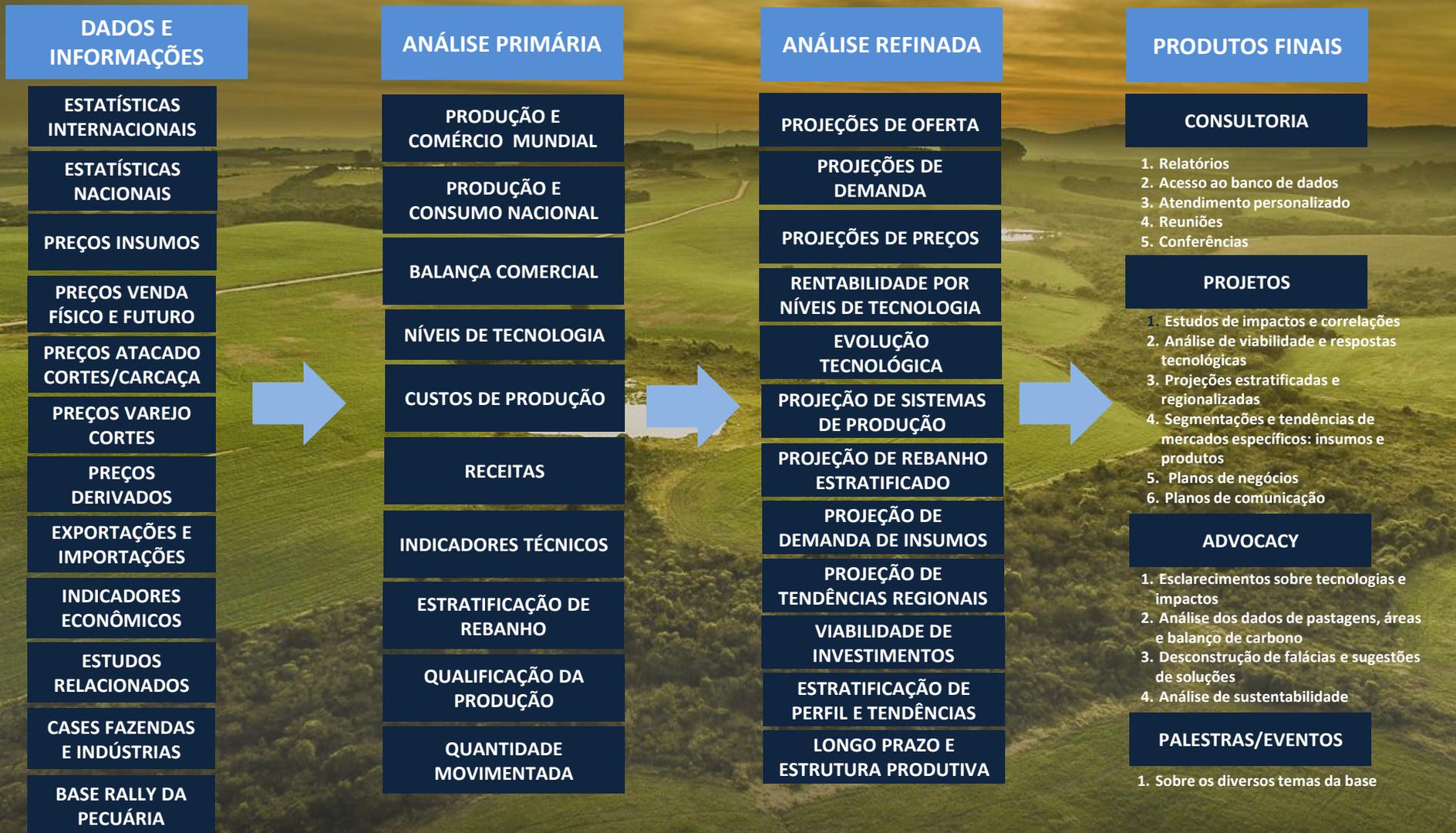
EVENTOS/PALESTRAS

Características: Organização ou participação em seminários, expedições, grupos temáticos e eventos personalizados. A **Athenagro** pode simplesmente atuar no conteúdo técnico ou específico ou se responsabilizar pela organização completa

ADVOCACY

Características: Posicionamento firme, e embasado, com objetivo de esclarecer as desinformações que circulam em relação à produção pecuária e consumo de carne. Não se trata de defesa ideológica ou corporativista, mas sim de envolver conhecimento científico e profissional no debate que muitas vezes marginaliza todo o estoque de conhecimento acumulado em pecuária, ciências do solo, fisiologia de plantas e bioquímica. Os produtos serão apresentados no formato de projetos (começo, meio e fim) customizados e no modelo de consultoria.

FLUXO DE CONSTRUÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS



Dados

Informações

Análise

Conhecimento

Sabedoria

- O modelo de consultoria permanente da **Athenagro** tem como principal objetivo fornecer informações e análises de qualidade para que os usuários formulem as melhores decisões possíveis.
- A partir da observação da rotina das empresas do agro, percebemos que as equipes de inteligência de mercado dedicam muito tempo buscando e analisando informações disponíveis para interpretá-las e usá-las como insumo em suas recomendações.
- O tempo dedicado nessa busca e interpretação poderia ser melhor investido caso a equipe mantivesse o foco na transformação das informações, previamente analisadas, em decisões que serão usadas pelos diversos departamentos da organização: marketing, vendas, pesquisa e desenvolvimento, inovações e relacionamento com investidores.
- Hoje em dia o problema do tempo da equipe é ainda maior. O excesso de informações divulgadas por diversas organizações, nacionais e internacionais, acaba por gerar números contraditórios e, muitas vezes, totalmente fora da realidade. Vez ou outra nos deparamos com empresas organizando todo o seu orçamento com base em números sub ou superestimados, o que certamente levará à decisões equivocadas.
- Quanto custaria manter uma equipe com profissionais experientes para manipular e analisar todas as fontes de dados, compará-las e chegar a uma análise que seja coerente com a realidade? Esse custo não será melhor aproveitado mantendo internamente uma equipe dedicada a transformar números confiáveis em decisões estratégicas confidenciais para a empresa? É aí que a Consultoria Permanente da **Athenagro** atua.
- Captamos, analisamos, interpretamos e apresentamos os principais acontecimentos e tendências do mercado pecuário. Nosso negócio é transformar dados em conhecimento para que sua organização o use com sabedoria.



1. Informações de Mercado

- I. Acesso ao Banco de Dados contendo indicadores para acompanhar o desempenho dos principais mercados pecuários no Brasil e no mundo;
- II. Boletins **Athenagro** – sobre os principais mercados pecuários e de insumos no Brasil.
- III. Informes especiais com atualizações estatísticas



2. Suporte Permanente ao cliente, com atendimentos por telefone e e-mail.



3. Reuniões de planejamento com a equipe e/ou palestras com clientes/parceiros para atualização dos cenários de curto/médio prazo (ano corrente e próximos dois anos).



4. Condições especiais na contratação dos demais serviços e produtos

Os estudos e projetos atendem a demandas customizadas dos mais diversos setores do agronegócio, fornecendo análises das estatísticas disponíveis e do potencial de demandas e vendas em determinados setores relacionados à pecuária.

Dentre os trabalhos desenvolvidos pela **Athenagro**, destacam-se três áreas de atuação:

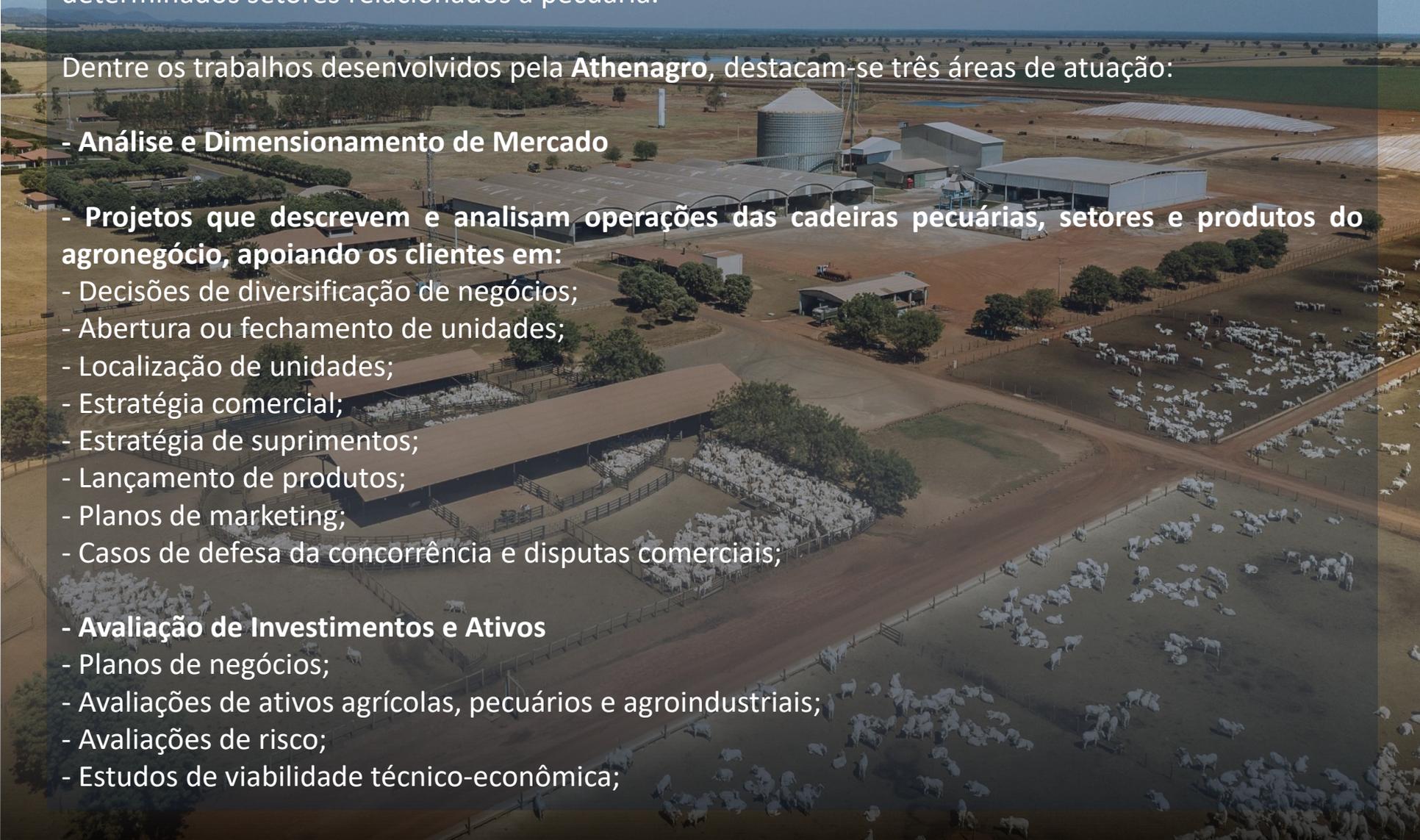
- **Análise e Dimensionamento de Mercado**

- **Projetos que descrevem e analisam operações das cadeiras pecuárias, setores e produtos do agronegócio, apoiando os clientes em:**

- Decisões de diversificação de negócios;
- Abertura ou fechamento de unidades;
- Localização de unidades;
- Estratégia comercial;
- Estratégia de suprimentos;
- Lançamento de produtos;
- Planos de marketing;
- Casos de defesa da concorrência e disputas comerciais;

- **Avaliação de Investimentos e Ativos**

- Planos de negócios;
- Avaliações de ativos agrícolas, pecuários e agroindustriais;
- Avaliações de risco;
- Estudos de viabilidade técnico-econômica;



Eventos

Em seminários, expedições, grupos temáticos e eventos personalizados, a **Athenagro** pode simplesmente atuar no conteúdo técnico específico ou se responsabilizar pela organização completa.

Nesse último caso, o objetivo é ajudar as empresas a organizar e selecionar palestrantes em eventos como lançamentos de produtos, fortalecimento de relacionamento com clientes e disseminação de conteúdo técnico.

Dentre os eventos, a **Athenagro** realiza anualmente, e junto com a Agroconsult, o Rally da Pecuária, evento consagrado no agronegócio brasileiro.

O Rally da Pecuária® é a maior expedição técnica privada dedicada a aprofundar conhecimento quanto à pecuária nacional. Anualmente a expedição percorre as principais regiões produtoras do país, com o objetivo de interagir com os pecuaristas e avaliar as condições das pastagens a campo.

A interação com os pecuaristas e técnicos de campo é baseada na troca de informações. O Rally da Pecuária apresenta análises, tendências e conclusões obtidas a partir dos dados de campo e, em troca, os produtores preenchem os questionários ou respondem às entrevistas.

O Rally da Pecuária é realizado anualmente entre os meses do segundo e terceiro trimestre. Durante o percurso, previamente planejado para cada equipe, os técnicos da expedição visitam, aleatoriamente, propriedades agrícolas e conduzem entrevistas qualitativas e quantitativas com produtores pecuaristas.

Para analisar cenários e projetar tendências, é fundamental que a **Athenagro** acompanhe indicadores pecuários, estatísticas, relações com outras atividades, avanço ou retração, aporte tecnológico e composição dos custos, receitas e, conseqüentemente, os resultados da produção de proteínas (carne bovina, leite, frango, suínos e ovos).

Diante das polêmicas que envolvem a pecuária, é natural que sejamos capazes de perceber falhas em conclusões frequentemente difundidas com base em estudos e projeções elaborados a partir de premissas erradas.

O posicionamento, inicialmente opinativo, começou a ganhar importância dentro de nossa empresa ao percebermos que não se tratavam apenas de erros, mas também de interesses escusos em garantir o nível de desinformação em relação à produção animal.

Durante meses, a equipe da **Athenagro** se preparou organizando uma biblioteca, analisando dados estatísticos e identificando diversas falhas em estudos para que fosse possível lançar um produto focado em **Advocacy** ao mercado.

As principais justificativas para nos posicionarmos nessa área são:

- Falta de organizações especializadas em pecuária analisando informações e premissas dos estudos apresentados à sociedade
- Necessidade de análises críticas de baixo custo para compor o portfólio de argumentações para empresas, associações, lideranças e jornalistas que busquem se embasar de maneira mais séria e pragmática.
- Interação e direcionamento do debate para pesquisadores e docentes especializados em temas que quase nunca são convidados a opinar, apesar da autoridade no assunto.
- Incluir fundamentos de química, manejo de solo, estatísticas oficiais, séries históricas em projeções apresentadas como ciência que simplesmente desconsideram o passado.
- Esclarecer o mercado e evitar que desinformações impactem o processo de evolução tecnológica na produção de proteína.

Currículo resumido do sócio fundador



Maurício Palma Nogueira nasceu em São Paulo (SP) no dia 04 de setembro de 1973.

Passou a infância na cidade de Casa Branca (SP), onde teve contato com o campo na propriedade leiteira da família.

Foi estudar em Piracicaba (SP), na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo (USP), onde se formou em engenharia agrônoma na turma de 1997.

É consultor desde 1998 acompanhando empresas ligadas ao agronegócio, analisando cenários e resultados financeiros nas cadeias produtivas de proteína animal.

Já em 2000, tornou-se sócio da empresa que começou a trabalhar ainda como estagiário. Desligou-se da organização para fundar a sua própria consultoria em 2008.

Tem dois filhos: Malu Vergili de Carvalho Nogueira e João Maurício de Carvalho Nogueira Neto.

Trajatória Maurício Palma Nogueira

Scot Consultoria

Bigma Consultoria

Jul/1997

ESTAGIÁRIO
Análises de mercado de insumos, pecuária de corte, leite, suínos e aves

Dez/1999

CONSULTORIAS
Assume a divisão de consultorias e serviços para pecuaristas

Jan/2002

GESTÃO
Assume a divisão Gestão Empresarial, que havia sido criada em 2000

Jan/2005

PRODUTOS DE CONSULTORIA
Planeja, desenvolve e passa a coordenar dois produtos focados em diagnóstico econômico e planejamento estratégico/ financeiro direcionados à pecuária

Dez/2009

SUSTENTABILIDADE
Estudos e serviços direcionados à sustentabilidade passam a fazer parte do portfólio da empresa.

Dez/2012

1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012

ANALISTA

Efetivado como analista, passa a coordenar a divisão de pecuária leiteira

Ago/1998

Jan/2000

SÓCIO

Passa a compor o quadro societário assumindo 30% da empresa

1º. LIVRO

Escreve e publica o primeiro livro "Gestão de Custos e Avaliação de Resultados – Pecuária e Agricultura"

Jul/2004

BIGMA

Se desliga da sociedade e funda a **Bigma Consultoria**, focada em consultorias, análise de mercado e finanças

Nov/2008

Jan/2010

AGROCONSULT
Oficializada parceria para atender demandas de pecuária

set/2011

RALLY DA PECUÁRIA
A convite da Agroconsult, planeja toda a metodologia e reinicia a expedição que passa a coordenar

Agroconsult Pecuária

No final de 2012, visando expandir a atuação na pecuária, a Agroconsult celebrou uma nova sociedade com o engenheiro agrônomo Maurício Palma Nogueira, criando a empresa de pecuária e aumentando o portfólio de produtos, análises, projetos e clientes atendidos pela empresa. Nasce a **Athenagro**, inicialmente com nome de Agroconsult Pecuaria.



ATHENAGRO

Abr/2013

Fundação da **AGROCONSULT PECUÁRIA** a partir da sociedade entre Bigma Consultoria e Agroconsult

Jan/2017

Equipe de pecuária é transferida para São Paulo

Abril/2017 lançada a metodologia de mensuração do PIB Pecuário pelo uso de indicadores.

Julho/2022

- Estudos pastagens e confinamento passam a compor a base de consultoria

2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022

Empresa passa a se chamar **ATHENAGRO**

Jun/2018

Março/2020

- Lançamento da linha **Advocacy**.
- Renovação da base de dados e layout da consultoria.

Empresa realizadora do



SÃO PAULO, SP

Tel: (11) 9 7136 3812

athenagro@athenagro.com.br

Material produzido pela Athenagro exclusivamente
para clientes.

Reprodução ou distribuição proibida sem a
autorização prévia da Athenagro.

RALLY DA PECUÁRIA

<http://www.rallydapecuaria.com.br/>

<https://www.facebook.com/rallydapecuaria/>

<https://www.instagram.com/rallydapecuaria/>

<https://www.youtube.com/user/rallydapecuaria>

<https://twitter.com/RallydaPecuaria>



9. ANEXO

9.1. Notícias recentes sobre o tema

Notícias recentes relacionadas

Com menor risco de lesões nos bois, nova vacina da aftosa reabre tema do fim da vacinação com o vírus ativo perto da fronteira

Publicado em 06/03/2019 17:55 e atualizado em 06/03/2019 18:26



657 exibições

Com atraso de 10 anos, a nova vacina de 2 ml causa menos lesões nos animais e na carne, já que saíra o adjuvante e fica só a vacina concentrada, mantendo imunização, e ajuda a reacender a discussão sobre a erradicação da vacina em alguns estados.

Sebastião Guedes - Vice-Presidente do CNPC e Pres. Câmara Setorial da Carne Bovina



Podcast

Entrevista com Sebastião Guedes - Vice-Presidente do CNPC e Pres. Câmara Setorial da Carne Bovina sobre a Vacina contra aftosa

▶ 0:00 / 21:46



Notícias recentes relacionadas

- A partir do minuto 8 da entrevista, o tema sobre retirada da vacinação contra a febre aftosa no Brasil é colocado em questão.
- Na entrevista concedida ao site Notícias Agrícolas, Sebastião Guedes demonstra preocupação sobre a questão do fim da vacinação contra a febre aftosa, comenta que o momento é de rediscutir o cronograma do PNEFA devido à situação de insegurança com os países vizinhos.
- Sebastião Guedes afirma que é necessária a reunião de todos os agentes envolvidos na cadeia produtiva da pecuária, governo e iniciativa privada, para rediscutir as ações e posicionamentos diante do atual cronograma e propor uma alteração diante da questão da suspensão da obrigatoriedade da vacina contra a aftosa.
- O novo cronograma de suspensão junto com os pontos de atenção indicados devem estar prontos para ser apresentado na próxima reunião da COSALFA a ser realizada em Cartagena das Índias na Colômbia, entre os dias 29/abril e 03/maio.
- A mesma opinião é reforçada por Ênio Marques, ex Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em comentário citado na entrevista a partir do minuto 13, Marques aponta que além das preocupações com países vizinhos, tem a questão relacionada à estrutura das agências de defesas estaduais que encontram-se em situação precária/deficitária e necessitam de investimentos e reforços urgentes em equipe, equipamentos, comunicação, treinamento e planos de combate/controlado quando detectado foco de aftosa.

Notícias recentes relacionadas

Portal **DBO**

INÍCIO CORTE ▾ LEITE ▾ AGRO ▾ REVISTA ▾ LEILÕES ▾ TV DBO ▾ EMPRESARI

CNA E MAPA TENTAM ELEVAR COMPETITIVIDADE DO LEITE BRASILEIRO



SC está preocupada com fim da vacinação contra aftosa no PR

Secretário de agricultura de SC entende que outros Estados ainda não estão preparados para a retirada da vacina

DENIS CARDOSO | 22/02/2019 | 5:55 PM

A possibilidade de antecipação de 2021 para 2019 da retirada da vacinação contra a febre aftosa pelo Paraná preocupa Santa Catarina, disse o secretário da Agricultura e da Pesca, Ricardo de Gouvêa, que participou da reunião da Câmara da Agroindústria da FIESC, realizada em Florianópolis.

Santa Catarina é o único Estado brasileiro a manter, desde 2007, o status de livre de aftosa sem vacinação.

“Particularmente, entendo que outros Estados ainda não estão preparados para a retirada da vacina; depois de reconhecidos pelo Ministério da Agricultura, levamos mais 14 anos para recebermos o aval da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)”, disse Gouvêa.

O Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) prevê a suspensão gradativa da vacinação contra febre aftosa no Brasil, começando pelo Paraná. A expectativa é de que, até 2023, o Brasil seja reconhecido pela OIE como país livre de febre aftosa sem vacinação.



Noticias recientes relacionadas

Suscribase al boletín | info@valorcarne.com.ar

Quiénes somos

Anuncie en Valor Carne

Contacto

Sea Protagonista

Valor Carne
INFORMACIÓN PARA LA NUEVA GANADERÍA

Mercados

Innovación

Protagonistas

Opinión

Internacional

Noticias



Home / Noticias / Paraguay decidió que no dejará de vacunar contra la aftosa

31 de enero, 2019 | 1 comentario

Paraguay decidió que no dejará de vacunar contra la aftosa

“Paraguay no abandonará la vacunación contra la fiebre aftosa, dado que hoy no es una barrera para arancelaria. En la actualidad prácticamente todos los mercados están comprando carne de países libres de aftosa que vacunan”, dijo el presidente del Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal (Senacsa), José Carlos Martín, al iniciarse el primer período de vacunación [...]

“Paraguay no abandonará la vacunación contra la fiebre aftosa, dado que hoy no es una barrera para arancelaria. En la actualidad prácticamente todos los mercados están comprando carne de países libres de aftosa que vacunan”, dijo el presidente del Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal (Senacsa), José Carlos Martín, al iniciarse el primer período de vacunación de 2019. Además, argumentó que hay presencia del virus en la región y mencionó los casos concretos de Venezuela y Colombia.

“Si bien Brasil planea dejar la práctica en 2021, Paraguay tendrá una actitud más conservadora”, finalizó.

ABC Color, 21 de enero.



- + Boletín Digital
- + Quiénes somos
- + Anuncie en Valor Carne
- + Contáctenos

Tocon^{Extra}

Sendero[®]

IPCVA Instituto de Promoción
de la Carne Vacuna
Argentina
www.ipcva.com.ar

**CENTRO DE CONSIGNATARIOS
DE PRODUCTOS DEL PAÍS**

Notícias recentes relacionadas

29/01/2019 - Notícias CNPC

GANHOS E RISCOS DA RETIRADA DA VACINAÇÃO CONTRA A FEBRE AFTOSA

O Sindicato Rural de Dom Pedrito promoveu debate na quinta-feira, dia 17, sobre os ganhos e riscos da retirada da vacinação contra a febre aftosa no Estado. Participaram do encontro produtores de Caçapava, Lavras, Dom Pedrito e São Gabriel. O fim da vacinação nacional está previsto para 2023.

O presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), Antônio Camardelli, e o ex-presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária, José Fernando Dora, foram os palestrantes do evento.

– Eu confesso que não tenho certeza sobre o que é melhor. Foi justamente para entender questões técnicas que realizamos o encontro. Aqui a maioria se posiciona contra a retirada – disse o presidente do Sindicato de Dom Pedrito, Rodrigo Coradini.

O presidente do Sindicato Rural de São Gabriel, Tarso Teixeira, tem posição contrária, pelo fato do estado do Paraná realizar sua última vacinação em maio.

– O fim da vacinação no Paraná deixará o Estado isolado sanitariamente no Sul, já que Santa Catarina é livre sem vacinação. Por isso, a melhor decisão será acabar aqui também. Estamos perdendo mercados importantes – defende.

Para o presidente da Farsul, Gedeão Pereira, o grande temor são os controles sanitários, que vão além da fiscalização eficiente nas fronteiras. Ele questiona a eficiência do governo inclusive nos controles no Porto de Rio Grande e em aeroportos.

O ex-presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária, José Dora, afirma que a vacinação é uma garantia ilusória contra a doença.

– A vacina reduz o risco da presença no rebanho, que nem sempre é totalmente vacinado, reduz os danos, mas não é capaz de evitar a aftosa – declarou.

Fonte: Gazeta de Caçapava

Notícias recentes relacionadas

16/01/2019 - Notícias CNPC

Vacinação contra aftosa é prorrogada em oito estados

Decisão do Mapa foi tomada em função da falta de vacinas e falhas no controle oficial

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) vai prorrogar até 10 de dezembro a segunda etapa da campanha de vacinação contra a febre aftosa, nos Estados do Acre, Mato Grosso, Maranhão, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e no Ceará. No Amazonas a prorrogação se estenderá até 14 de dezembro. O calendário nacional de vacinação previa inicialmente que a imunização encerraria na última sexta-feira, 30 de novembro, na maior parte do país.

Nesses estados que irão ampliar o prazo da campanha, foram registradas duas situações frequentes: falta de vacina, pois as revendas de produtos agropecuários adquiriram estoques menores, devido às mudanças na dosagem da vacina previstas para o próximo ano, e por problemas nos sistemas informatizados de controle oficial dos estados.

O Paraná, por exemplo, recebeu quantidade de doses de vacina abaixo da necessidade do rebanho. A previsão era aplicar 10 milhões de doses e as revendas do produto fizeram estoque de apenas 8,3 milhões de unidades. O Rio Grande do Sul informou que faltam vacinas principalmente nas regionais de Erechim, Ijuí e Passo Fundo. Já o Maranhão enfrenta focos de incêndio, que dificultam acessos a propriedades, além de problemas no sistema informatizado.

No Amazonas, o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável (Idam) informou que possui 1,3 milhão de doses, suficientes para a imunização do rebanho. Mas as autoridades sanitárias do estado alegam que precisam de mais tempo para a distribuição das vacinas.

Conforme estimativas da Divisão de Febre Aftosa (Difa) do Mapa, neste ano, devem ser utilizadas 337.713.800 doses de vacinas; em 2019, serão 308.235.501; em 2020, 269.395.197; em 2021, 155.118.834. Com a redução do uso da vacina, a partir de 2019, a economia será de R\$ 44 milhões; em 2020, de R\$ 102 milhões; em 2021, de R\$ 274 milhões e, em 2022, de R\$ 506 milhões, alcançando quase R\$ 1 bilhão, sem contabilizar os gastos com o manejo envolvido na vacinação (mão de obra, cadeia de frio, transporte e outros).

A redução do uso se deve à programação de retirada gradual da vacina, o que está previsto no Plano Nacional de Erradicação de Febre Aftosa (PNEFA).

Fonte: Portal DBO

Notícias recentes relacionadas

El presidente del Senasa dice que la Argentina seguirá vacunando contra la fiebre aftosa



por **Matias Longoni** — 23 agosto, 2018



El presidente del Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria (Senasa), Ricardo Negri, aseguró este jueves que la Argentina no dejará de vacunar “en el corto plazo” a todo su rodeo bovino, de unas 54 millones de cabezas, contra la fiebre aftosa.

“No vamos a dejar de vacunar en el corto plazo, no estamos ni preparados ni estamos dispuestos como gobierno a correr ese tipo de riesgos, después del esfuerzo que estamos haciendo para abrir nuevos mercados”, dijo Negri en la apertura del séptimo encuentro nacional de fundaciones y entes de lucha sanitaria, convocado en Paraná por la FUCOFA entrerriana y Confederaciones Rurales Argentinas (CRA).

La definición de Ricky Negri era esperada por la inmensa red de dirigentes rurales involucrada con las fundaciones de lucha contra la aftosa creada en los años 90 para comenzar a vacunar masivamente contra la fiebre aftosa, lo que permitió una primera erradicación del virus y nuevamente su control luego del rebrote de 2001, que se produjo justamente cuando la Argentina dejó de aplicar la vacuna en 1998. La última dosis la aplicó Carlos Menem, el ex presidente.



Pero hay varios estados del sur de Brasil, como Paraná y Río Grande, que en los últimos meses han adelantado que allí dejarán de vacunar contra la fiebre aftosa posiblemente entre 2020 y 2021, lo que puso en alerta nuevamente el aparato sanitario argentino. La aspiración de los brasileños, que no padecen focos desde hace varios años, es pasar a ser reconocidos como “país libre de fiebre aftosa sin vacunación”, como alguna vez sucedió con la Argentina, para así aspirar a poder vender carne a los

mercados más exigentes del mundo, como Corea del Sur y Japón.

“Que los vecinos hagan lo que quieran, pero nosotros tenemos una posición bien clara respecto a esto”, insistió Negri tratando de llevar calma a la tropa de las fundaciones, que además administra el negocio de la aplicación de las vacunas antiaftosa (se aplican dos veces al año en la mayoría del stock). En total, entre la compra del remedio y la aplicación, los productores ganaderos argentinos gastan unos 110 millones de dólares al año en esta campaña sanitaria.

Fuentes extraoficiales dieron cuenta a **Bichos de Campo** de la existencia de un documento interno dentro del Senasa que plantearía al año 2026 como horizonte para una probable decisión respecto del cese de la vacunación, previniendo una situación de convergencia entre los diversos países ganaderos de la región.



Notícias recentes relacionadas

ESPECTADOR.com

Jue 28/02/2019 · 11:28 hs · Montevideo, Uruguay

SECCIONES PROGRAMAS CARTELERIA PROGRAMACIÓN NOSOTROS

PUBLICIDAD

DESCARTES
Datamyne LatAm

Global Trade Content
Líder en Soluciones de Inteligencia de Negocios

AGRO

DINÁMICA RURAL

Gremiales agropecuarias no comparten que Brasil deje de vacunar contra la aftosa

Publicado el lunes 27 de agosto del 2018 a las 22:04 hs

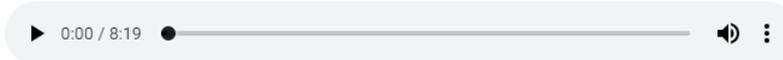


Este jueves, durante la Expointer 2018, una de las muestras más representativas del sector agropecuario en latinoamérica, sesionará la Federación de Asociaciones Rurales del Mercosur, y se manejarán varios temas que afectan al bloque económico, como el cese de la vacunación contra la aftosa, de la que Brasil es partidario, pero se oponen Argentina y nuestro país.

Miguel Sanguinetti, presidente de Federación Rural y de la FARM, dijo a Martín Maidana que en la última reunión de la FARM, que se desarrolló durante Expo Palermo 2018, Brasil planteó la posibilidad de dejar de vacunar en alguno de sus Estados.

Argentina y Uruguay se opusieron, debido a los focos de aftosa que han aparecido en algunos puntos de Latinoamérica, como en Venezuela, por lo que la vacunación es un medio para "estar tranquilos y protegidos" ante posibles amenazas.

Además, comentó que "ya es una realidad" que el país vecino dejará de vacunar contra la aftosa dentro de un año.



Notícias recentes relacionadas

Analizan impacto de retirar la vacuna contra la fiebre aftosa en Uruguay

En el próximo mes de mayo quedará pronto un estudio donde se analizan los pros y los contras de la utilización del sistema de vacunación anti aftosa en Uruguay, donde se atienden distintas variables.

> 02/02/19

Este estudio es llevado adelante por el Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP) a través de la Dirección General de Servicios Ganaderos, el Instituto Nacional de Carnes (INAC) y el Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria (INIA) y tiene como objetivo presentarles a los distintos actores de la cadena, los impactos en los distintos mercados que tiene la vacunación. Un ejemplo claro es la imposibilidad de venta de lengua al mercado de China.

“Tenemos fortalezas muy grandes como para levantar la vacunación en un futuro” destacó Eduardo Barre, director general de Servicios Ganaderos.

Este estudio tiene 4 bases fundamentales, la primera es a cuantos mercados mas podemos acceder sin vacunación, la segunda base es a cuantos productos se pueden ingresar a esos mercados, la tercera es una caracterización de riesgos, es decir por donde podría ingresar el virus al país y también el sistema de vigilancia y por último están los costos y beneficios de no vacunar.

“Tras terminar este trabajo cada uno de los actores, desde su punto de vista, deberá analizar si conviene o no tomar esta medida” explicó Barre.

También se mostró alerta sobre “los millones de vacunos que quedarían libres sin vacunación en el sur de Brasil” si es que ese país cumple con su programa de suspensión de vacunación.

Este trabajo podría determinar que se deje de vacunar en el país, o bien, fortalecer aún mas el sistema sanitario que aplica Uruguay.

Notícias recentes relacionadas



Setor privado cobra revisões no plano de erradicação da febre aftosa

Em reunião no Mapa, participantes demonstraram grande preocupação em relação ao atual plano de retirada da vacina

DENIS CARDOSO | 16/04/2019 | 1:35 PM



Em entrevista ao Portal DBO, o médico veterinário Sebastião Guedes, vice-presidente do Conselho Nacional da Pecuária de Corte (CNPC) e presidente da Câmara Setorial da Carne Bovina, disse estar bastante "preocupado" com os caminhos seguidos pelo Programa Nacional de Febre Aftosa (Pnefa) e defendeu uma "rediscussão imediata" das diretrizes traçadas pelo Plano Estratégico para a retirada total da vacina contra o vírus no Brasil a partir de 2023.

+Ano-meta para erradicação da aftosa pode não ser alcançado, diz jornal

+Aftosa: Adiar o fim da vacinação mostra seriedade, afirma Sinda

+Aftosa: Adiantamento não interfere no cronograma de outros Estados

Guedes, que participou na última quinta-feira de reunião em Brasília promovida pela Câmara Setorial da Carne Bovina, diz não estar sozinho nessa empreitada e que busca convencer os agentes do governo federal, no caso membros ligados à área de sanidade animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a corrigirem alguns pontos fundamentais do atual plano de erradicação da febre aftosa no Brasil.

Segundo ele, é preciso estabelecer novos prazos para o cumprimento do programa, que sejam "mais factíveis" com a realidade atual dos cinco blocos da Federação envolvidos nesse plano de metas. "Nove entidades privadas participantes da reunião de quinta-feira concordaram que precisamos rediscutir alguns pontos do cronograma estabelecido pelo programa e também a geografia de onde se iniciará a retirada da vacinação", ilustra Guedes.

Portal DBO INÍCIO CORTE LEITE AGRO REVISTA LEILÕES TV DBO EMPRESARIAL

Ele diz que, depois de "muito sacrifício, o Brasil venceu a aftosa", e está há 12 anos livre de focos da doença. Segundo Guedes, apesar de não existir hoje circulação viral no território brasileiro, é preciso estar atento ao que ocorre nos países vizinhos – ele não esconde o temor de um eventual descontrole do vírus na América do Sul, a começar pela Venezuela, que vive atualmente uma profunda crise política e econômica. Na sua avaliação, mesmo com a vigilância reforçada na fronteira do país, a suposta proliferação da aftosa em Colômbia, Equador e Peru também poderia ser um facilitador para a entrada do vírus no Brasil.

Além disso, Guedes citou como exemplo da atual ineficiência do plano de erradicação da aftosa os atrasos nos cronogramas para a retirada da vacina em Rondônia e no Acre. "É preciso ser mais realista, ou seja, temos que oferecer prazos mais longos para esses Estados, algo como três ou quatro anos".

Ainda de acordo com o médico veterinário, pode até que seja possível a retirada total da vacina até 2023, mas é necessário considerar primeiramente algumas prioridades, como a formação de um "banco de antígenos e de reserva de vacinas; a constituição de fundos indenizatórios em diversos Estados; além de aspectos epidemiológicos".

Guedes também discorda da possibilidade de retirada da vacina pela região Sul, ou seja, pelo Paraná e Rio Grande do Sul (Santa Catarina já conseguiu status de livre de aftosa sem vacinação) – atualmente defendida por algumas pessoas envolvidas diretamente com o tema da aftosa no Brasil. "Eu penso que poderíamos iniciar a retirada pelo Nordeste, do Maranhão até Alagoas".

Confira trecho da entrevista de Guedes ao Portal DBO:



Relacionado



Atrasos no fim da vacinação contra a aftosa deverão se repetir em 2020
16/04/2019
In "Notícias"



SC está preocupada com fim da vacinação contra aftosa no PR
22/02/2019
In "Corte"



Governo quer ampliar áreas livres de aftosa sem vacinação
12/02/2019
In "Corte"

Notícias recentes relacionadas

PNEFA – Nota de Esclarecimento



Plano Estratégico do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa – PNEFA

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A Agência IDARON vem através desta nota, esclarecer a todos sobre a readequação do calendário proposto pelo Plano Estratégico do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa – PNEFA 2017/2026, para a suspensão da vacinação contra febre aftosa no Bloco I.

Em reunião realizada em Porto Velho, durante os dias 26 e 27/03/2019, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, gestores das Agências Estaduais de Defesa Sanitária de Rondônia, Acre, Amazonas e Mato Grosso, além de representantes do setor pecuário desses Estados, (CNA, FETAGRO, FAPERON, FEFA dentre outros) avaliaram tecnicamente os resultados obtidos de dois pontos principais: (i) execução das recomendações do MAPA em razão das auditorias realizadas nos Estados e (ii) nível de execução das ações do Plano Estratégico do PNEFA.

Ficou demonstrado nos resultados das ações promovidas por cada um desses atores que compõem o Bloco I (Rondônia, Acre e parte territorial do Amazonas e Mato Grosso) que das ações propostas pelo Plano Estratégico para a reestruturação do Serviço Veterinário Oficial (SVO), parte delas estão pendentes, necessitando de um esforço maior para cumprir de forma satisfatória as demandas, no sentido de atender as recomendações do MAPA.

Diante desse panorama, entendeu-se de forma unânime, com a concordância do MAPA, ser prudente manter o calendário de vacinação contra febre aftosa para o ano de 2019, onde além da realização da campanha de 15/04 a 15/05/2019, o rebanho deverá ser novamente vacinado no período de 15/10/2019 a 15/11/2019 em Rondônia. Essa readequação tem o objetivo de promover uma maior padronização das ações a serem realizadas por todos os Estados, no sentido de aumentar as medidas de segurança mitigando os riscos.

É importante que seja ressaltada a responsabilidade que o assunto requer de cada participante envolvido nesse processo, destacando-se a relevância que a IDARON sempre dispensou ao tema. A vigilância veterinária como arma para mitigar o risco em uma zona livre de febre aftosa sem vacinação deve ter como premissa um excelente sistema de atenção veterinária, uma estrutura que promova e estimule detecções precoces da doença, de recursos físicos e humanos adequados, componentes buscados pela Agência, que com o apoio da sociedade se fará presente o mais rapidamente possível. Nesse sentido, todo o esforço deve ser voltado para o fortalecimento da IDARON, da sua autonomia como agência reguladora e principalmente do retorno da parceria público-privada através da retomada de um fundo privado forte e alinhado com as novas diretrizes do PNEFA.

Ficou acordado entre as partes que ocorrerão reuniões bimestrais do Bloco I para avaliação e adequação das diretrizes demandadas pelo MAPA e, assim, durante o segundo semestre deste ano haverá nova avaliação conjunta quando se decidirá pela efetiva suspensão da vacinação a partir de 2020.

DESTAQUE

É importante que seja ressaltada a responsabilidade que o assunto requer de cada participante envolvido nesse processo, destacando-se a relevância que a IDARON sempre dispensou ao tema. A vigilância veterinária como arma para mitigar o risco em uma zona livre de febre aftosa sem vacinação deve ter como premissa um excelente sistema de atenção veterinária, uma estrutura que promova e estimule detecções precoces da doença, de recursos físicos e humanos adequados, componentes buscados pela Agência, que com o apoio da sociedade se fará presente o mais rapidamente possível. Nesse sentido, todo o esforço deve ser voltado para o fortalecimento da IDARON, da sua autonomia como agência reguladora e principalmente do retorno da parceria público-privada através da retomada de um fundo privado forte e alinhado com as novas diretrizes do PNEFA.

Notícias recentes relacionadas

SC preocupada com a liberação das fronteiras com a retirada da vacinação contra febre aftosa

Publicado em: 19/04/2019

Santa Catarina vai reforçar a defesa agropecuária e se prepara para a retirada da vacinação contra febre aftosa no restante do País. Durante a passagem por Brasília, a vice-governadora Daniela Reinehr e o secretário Ricardo de Gouvêa defenderam a posição do Estado na execução do Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa (PNEFA). Os catarinenses se manterão como uma zona separada na execução do Programa.

O Programa de Erradicação da Febre Aftosa está em andamento e prevê que a vacinação contra a doença seja suspensa gradativamente no Brasil, até que em 2023 o País seja reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como livre de febre aftosa sem vacinação. Mesmo status conquistado por Santa Catarina em 2007.

Para efeito de discussão técnica, Santa Catarina faz parte do bloco V – junto com Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Porém, como Santa Catarina já tem o reconhecimento da OIE, a decisão do Governo do Estado, iniciativa privada e produtores é de que o Estado mantenha uma certificação independente do restante do País. Isso garante que, por exemplo, em caso de ocorrência de febre aftosa em outro Estado, a certificação internacional catarinense não seja afetada.

“A retirada da vacinação dos demais Estados traz uma grande preocupação para Santa Catarina. Iremos reforçar nossa defesa agropecuária, porém é preciso atentar para alguns pontos técnicos que devem ser avaliados antes de os Estados pararem de vacinar. Solicitamos à ministra Tereza Cristina que amplie as discussões para dar mais segurança ao agronegócio catarinense”, explica o secretário Ricardo de Gouvêa.

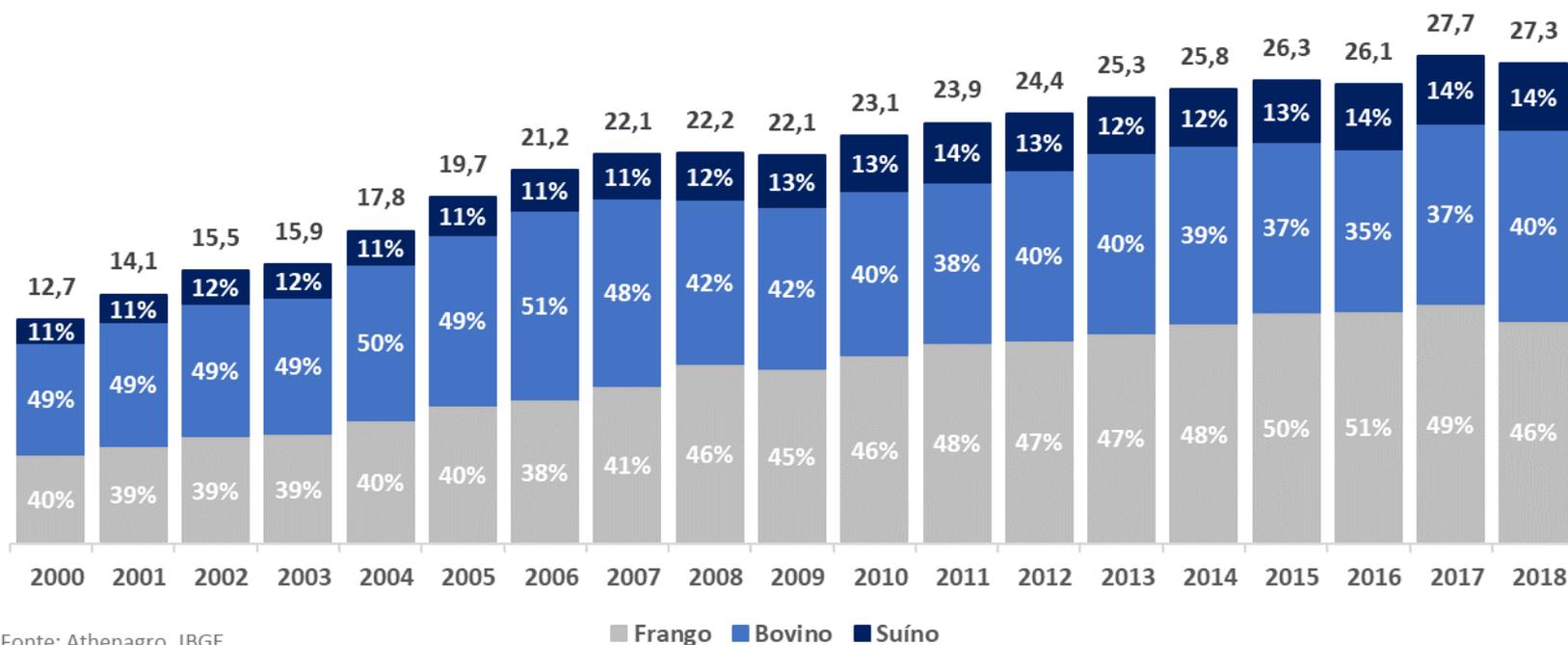
Fonte: Assessoria de Imprensa Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de SC

9. ANEXO

9.2. estatísticas de apoio

Cadeia de proteína animal no Brasil – Contextualização e Quantificação

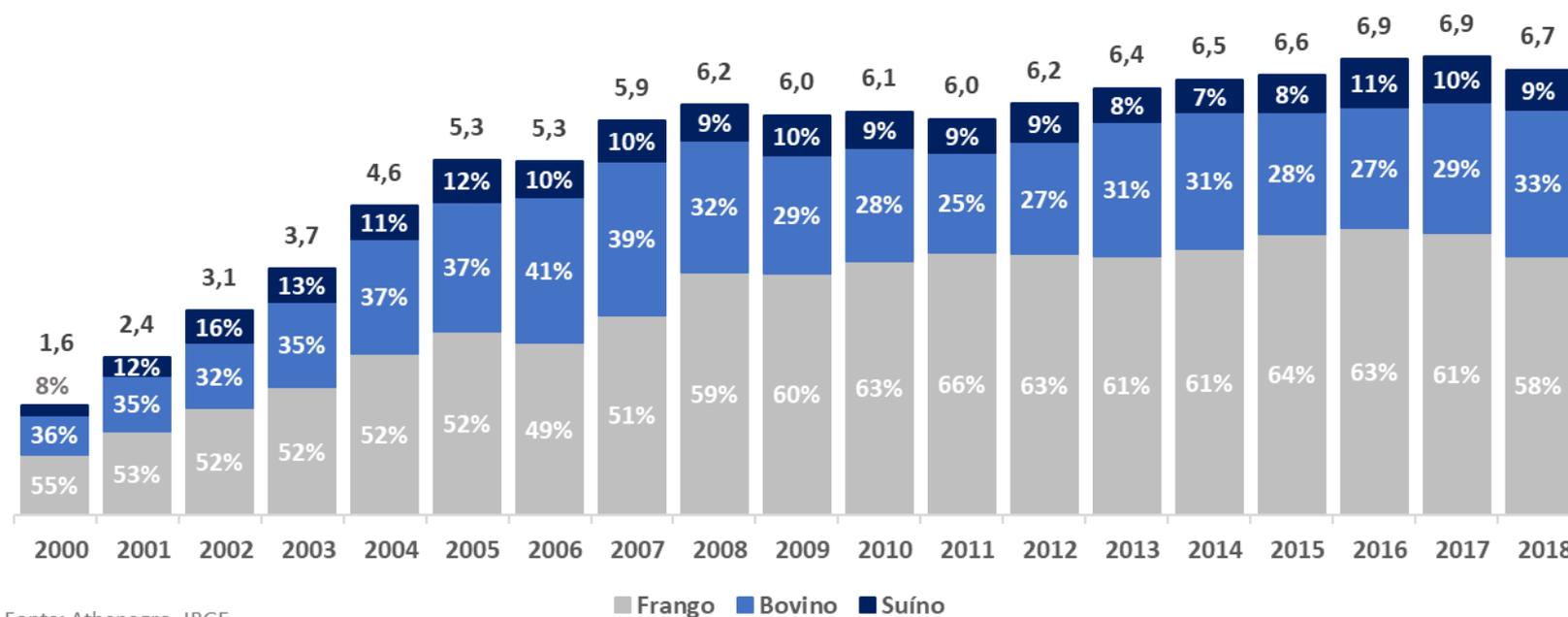
Produção brasileira de proteína e participação por categoria animal em milhões de toneladas



Fonte: Athenagro, IBGE

Cadeia de proteína animal no Brasil – Contextualização e Quantificação

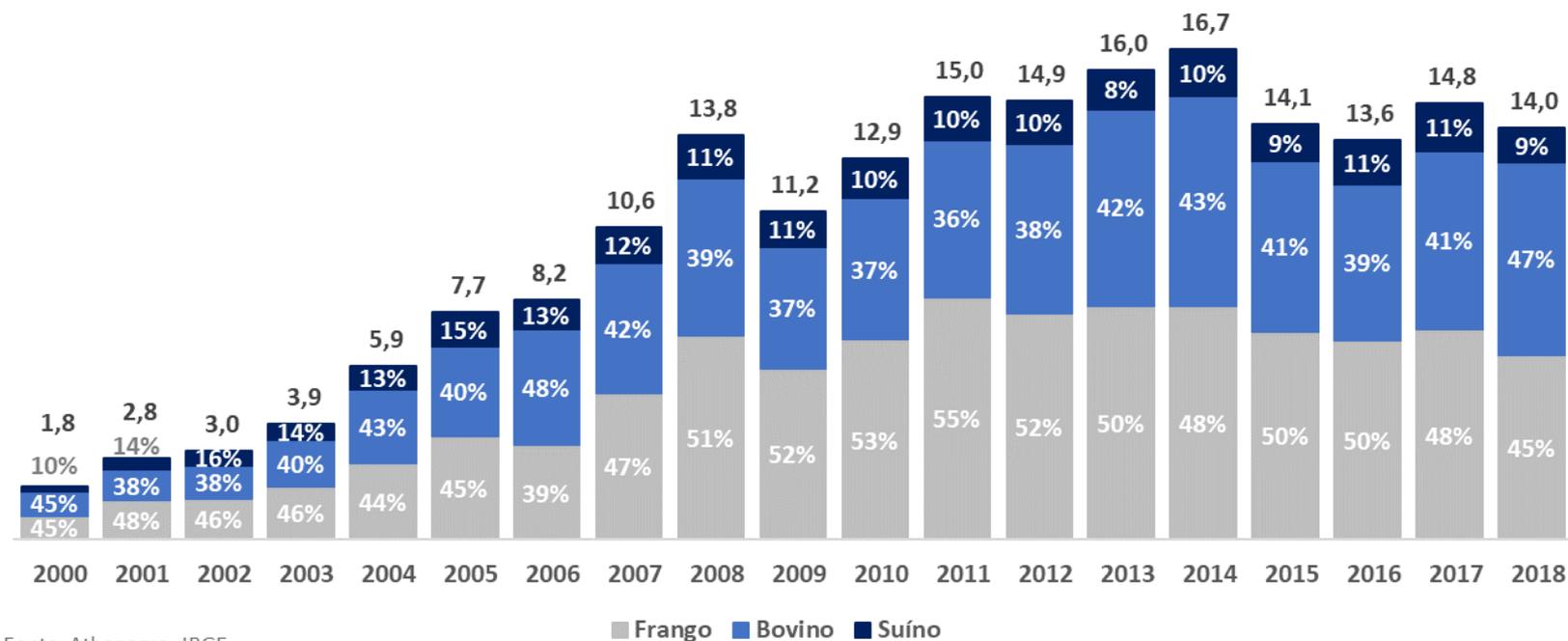
Exportação brasileira de proteína e participação por categoria animal em milhões de toneladas



Fonte: Athenagro, IBGE.

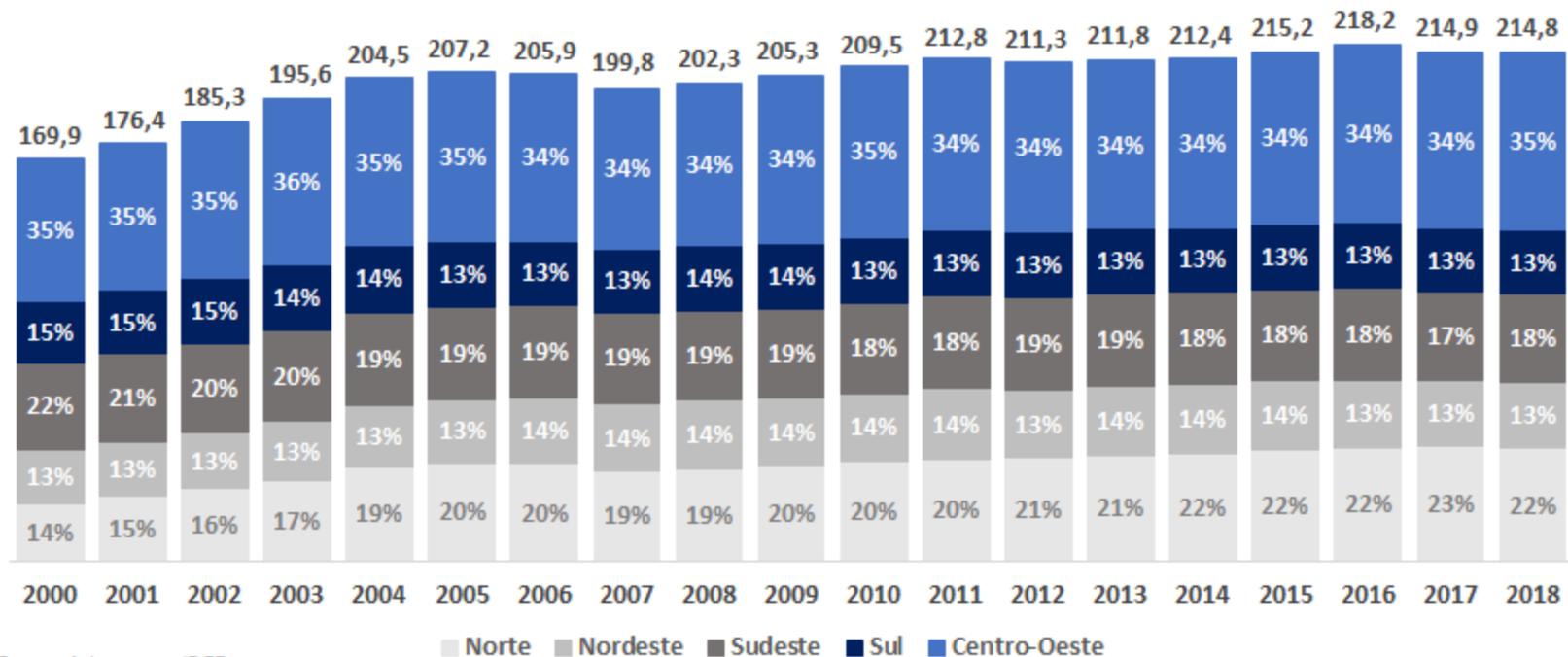
Cadeia de proteína animal no Brasil – Contextualização e Quantificação

Faturamento anual das exportações de proteína animal
faturamento em bilhões de dólares



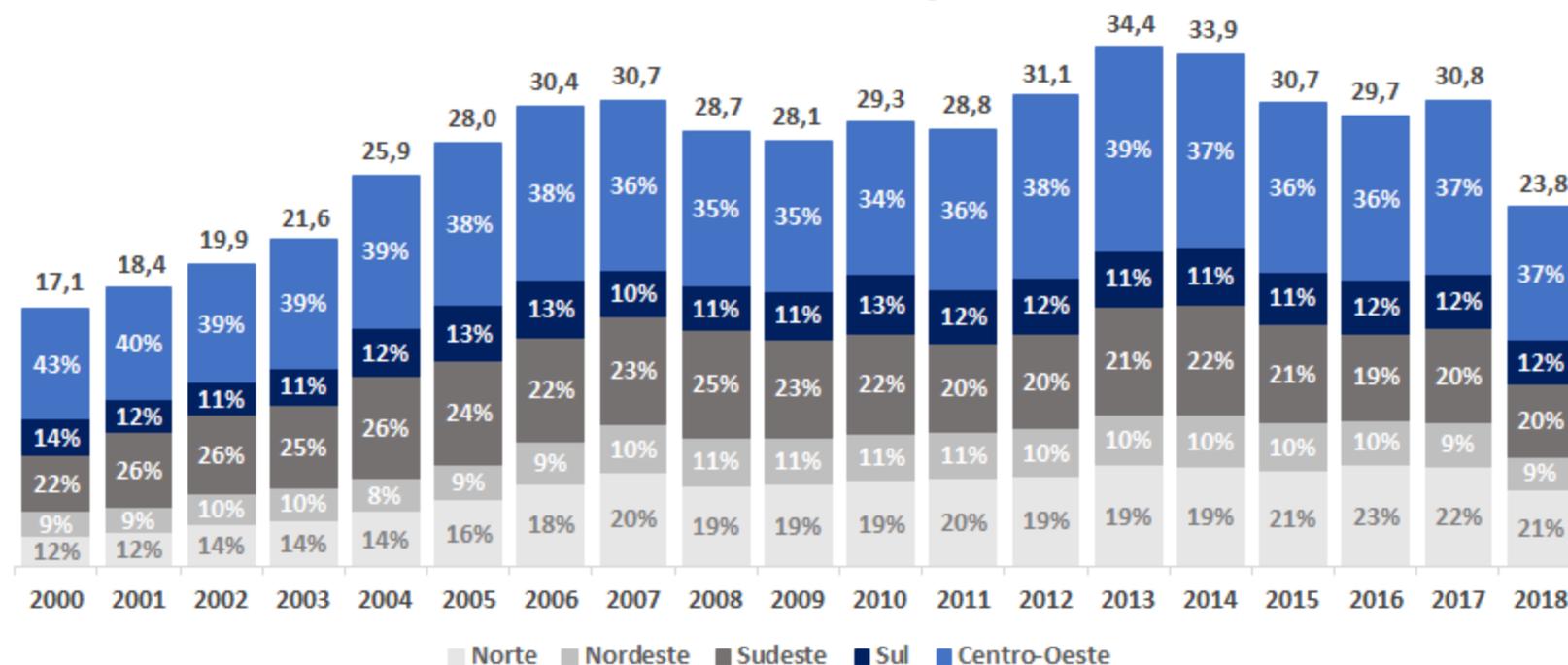
Carne bovina no Brasil – Rebanho bovino

Evolução do rebanho bovino brasileiro e participação % por região
em milhões de cabeças



Carne bovina no Brasil – Abate formal de bovinos

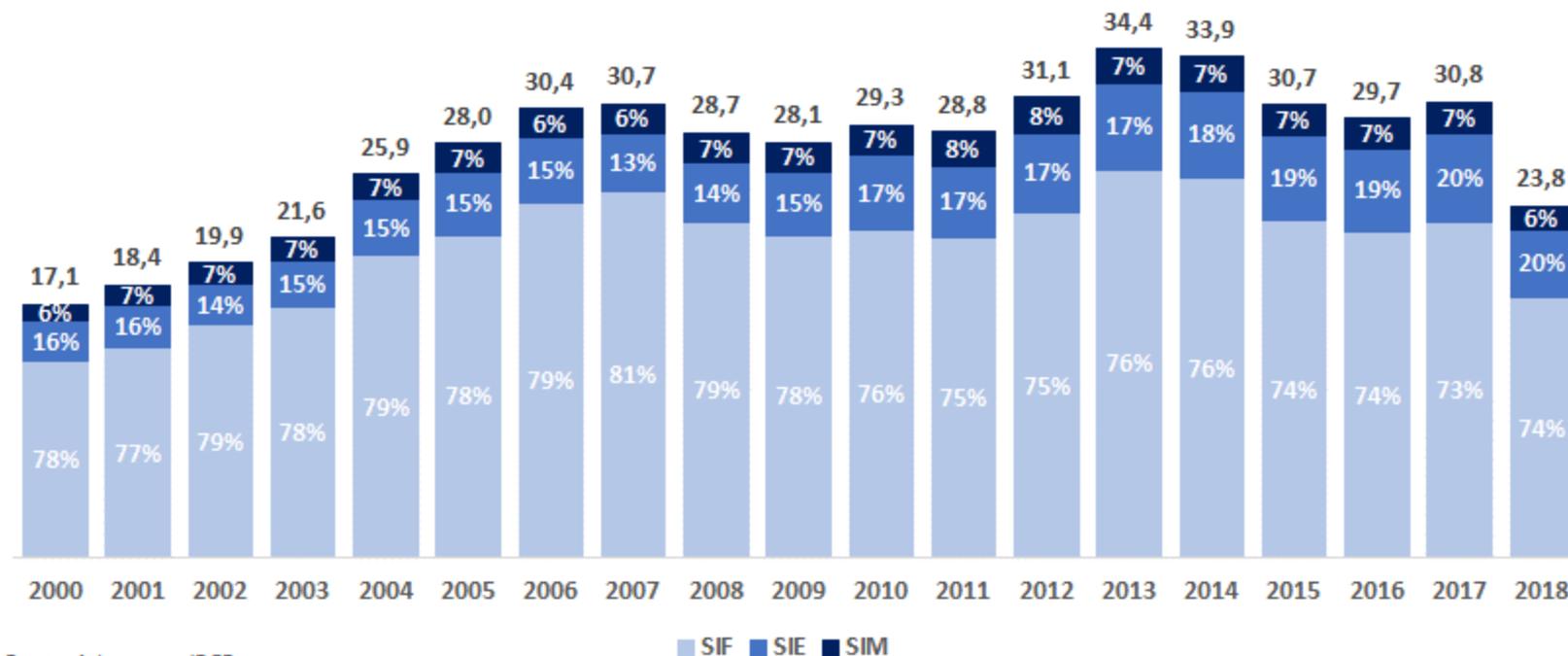
Evolução do abate formal de bovinos e participação % por região em milhões de cabeças



Fonte: Athenagro, IBGE.

Carne bovina no Brasil – Abate formal de bovinos

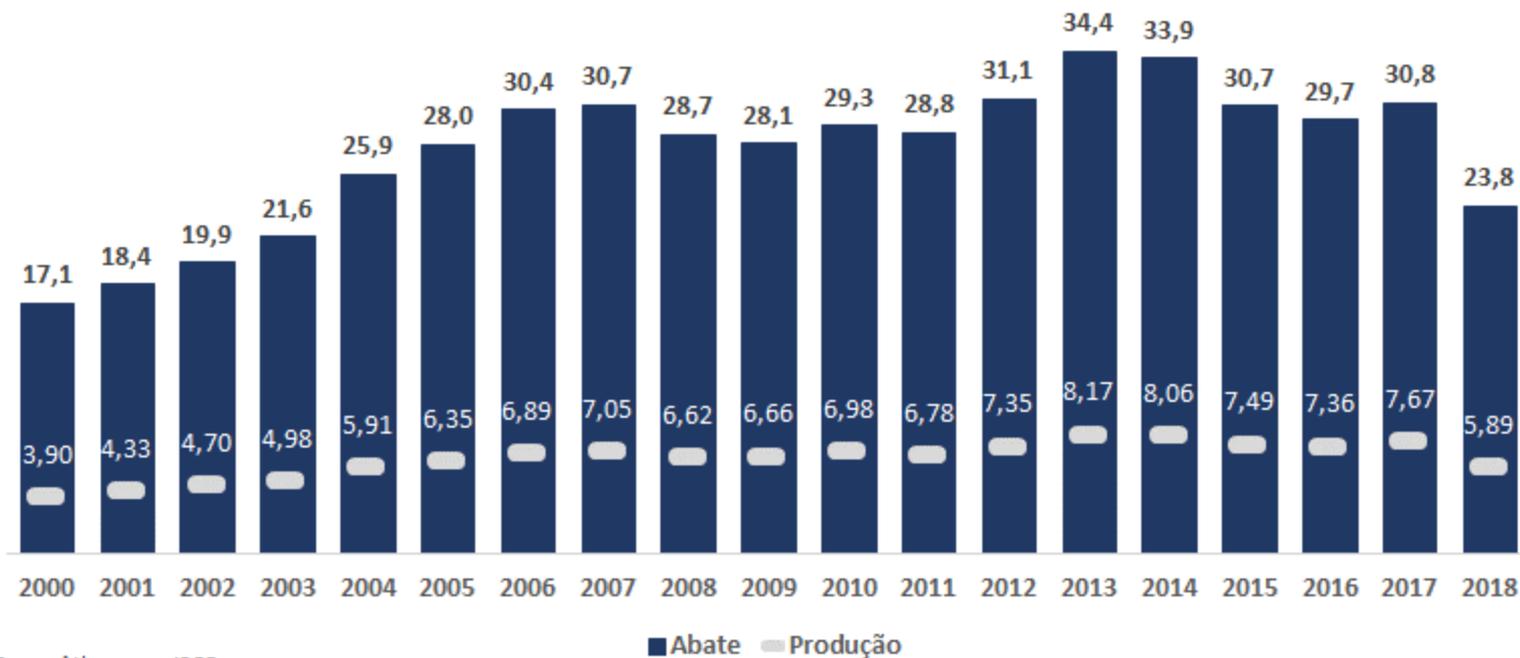
Distribuição do abate formal de bovinos por tipo de inspeção em milhões de cabeças



Fonte: Athenagro, IBGE.

Carne bovina no Brasil – Abate e Produção

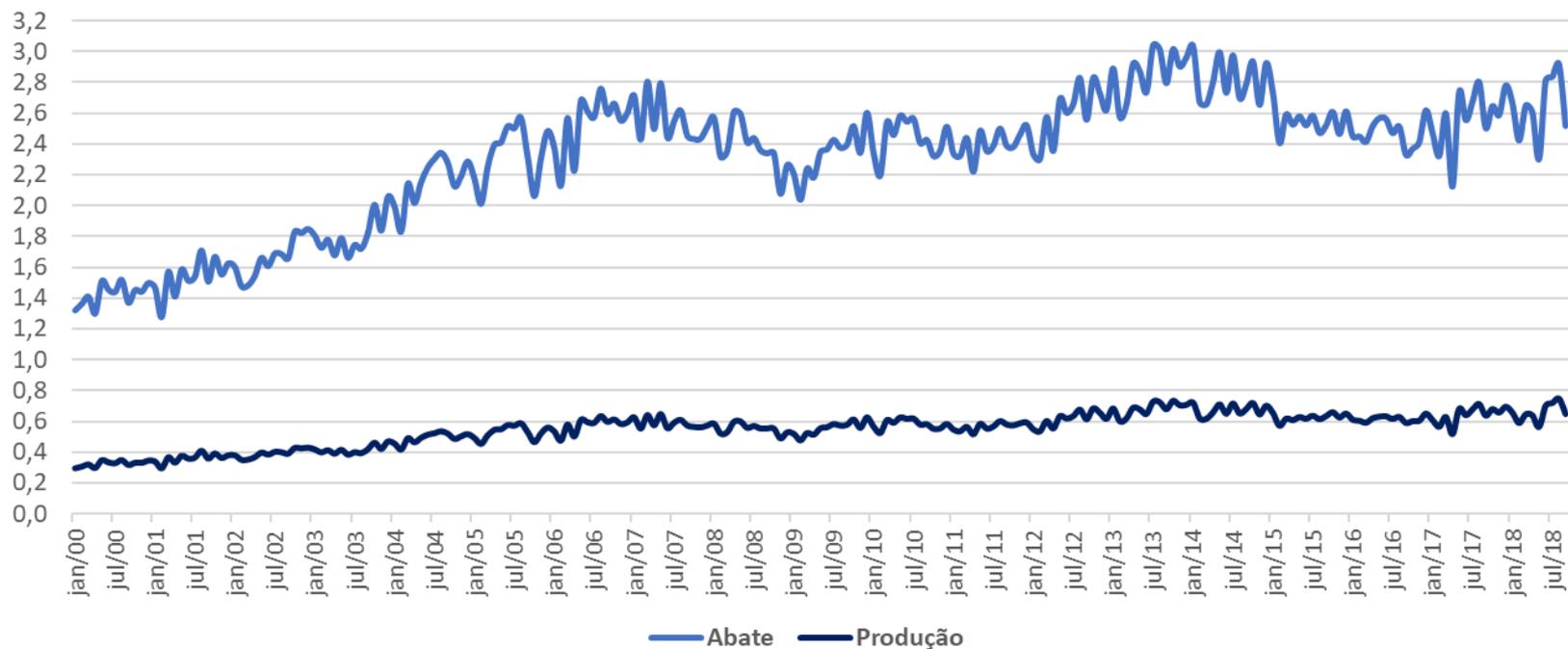
Carne bovina no Brasil - Abate formal de animais e produção de carne em milhões de cabeças e milhões de toneladas



Fonte: Athenagro, IBGE.

Carne bovina no Brasil – Abate e Produção

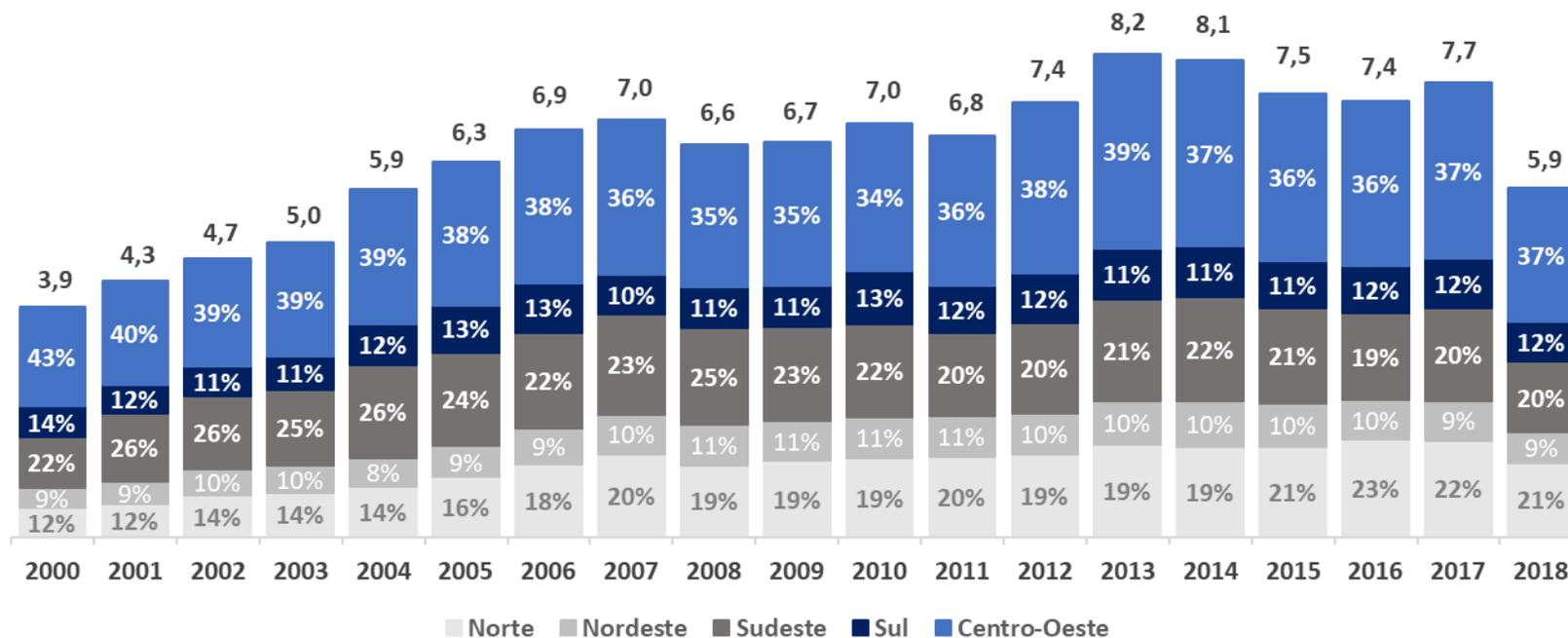
Série mensal do abate formal de bovinos e produção de carne bovina em milhões de cabeças e milhões de toneladas



Fonte: Athenagro, IBGE.

Carne bovina no Brasil – Produção de carne bovina

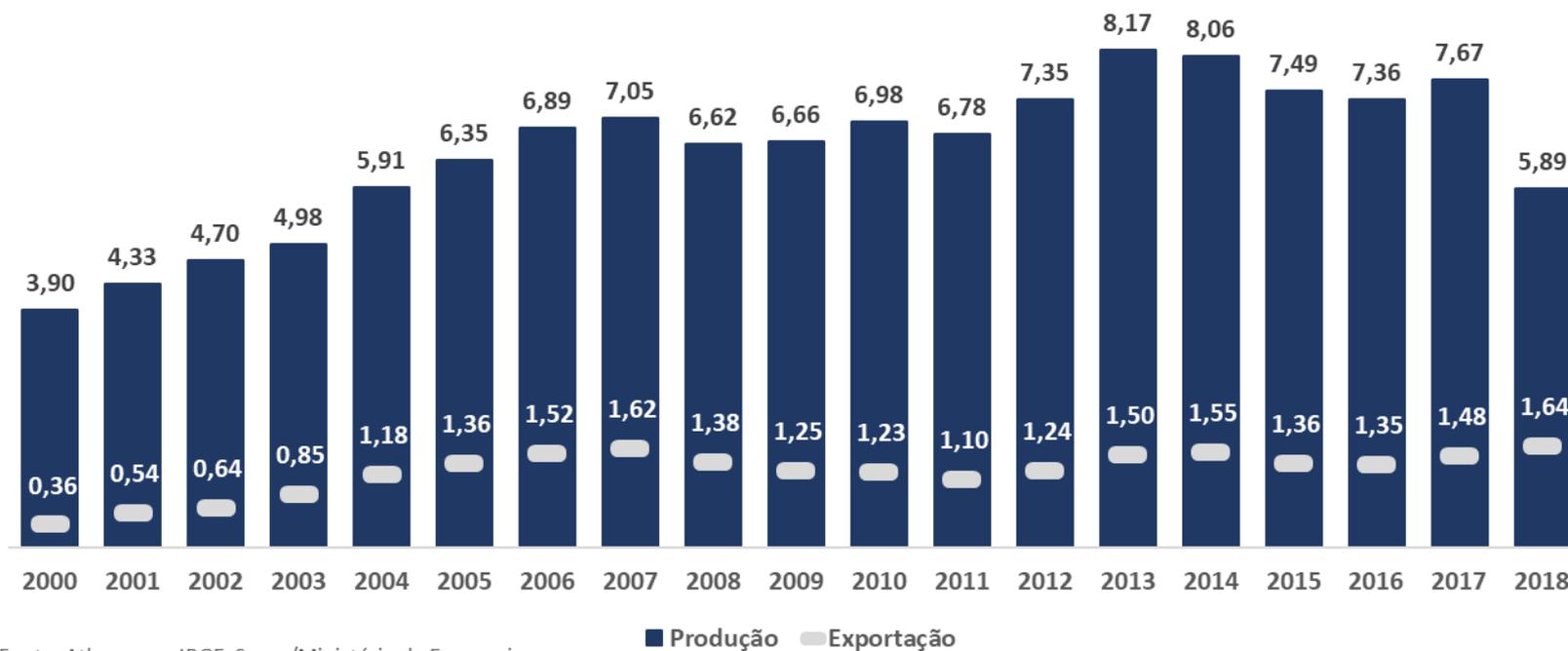
Participação % por região na produção de carne bovina em milhões de toneladas



Fonte: Athenagro, IBGE.

Carne bovina no Brasil – Produção e Exportação

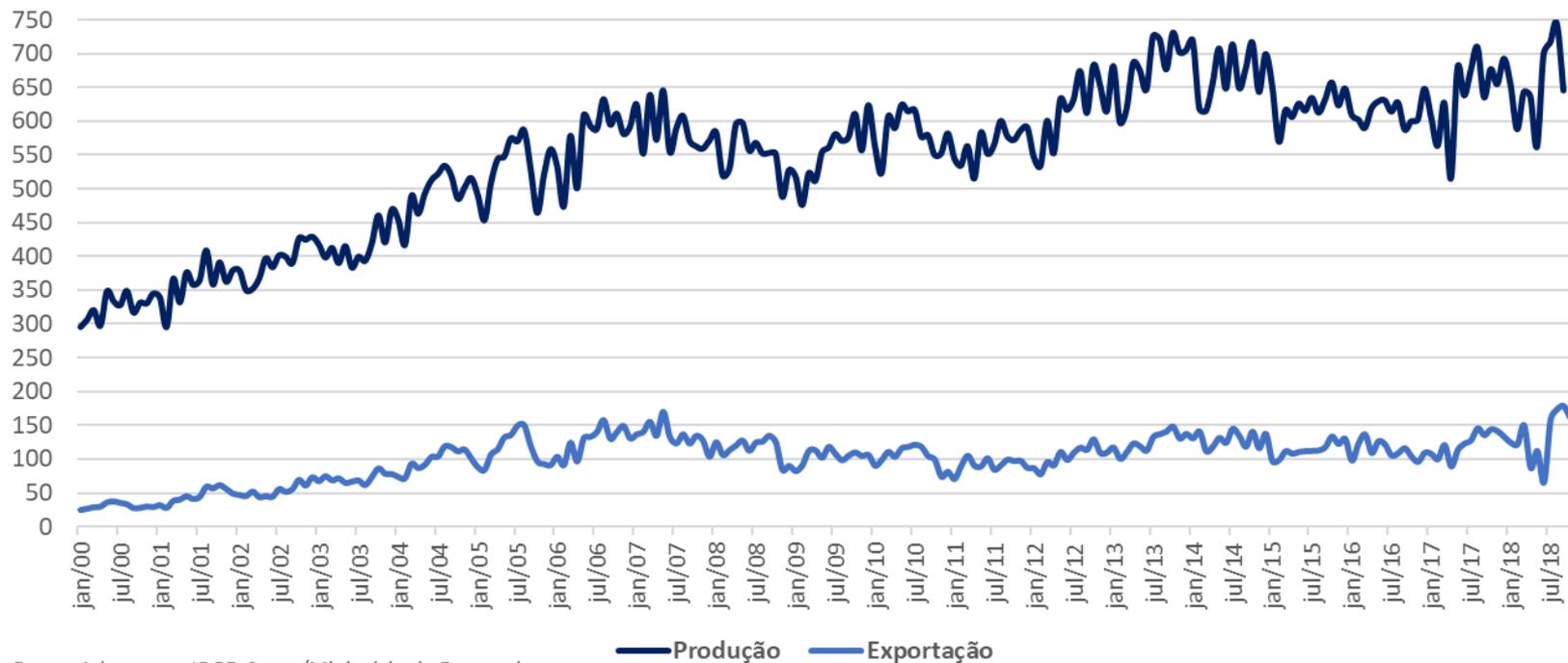
Carne bovina no Brasil - Produção de carne e exportação em milhões de toneladas



Fonte: Athenagro, IBGE, Secex/Ministério da Economia.

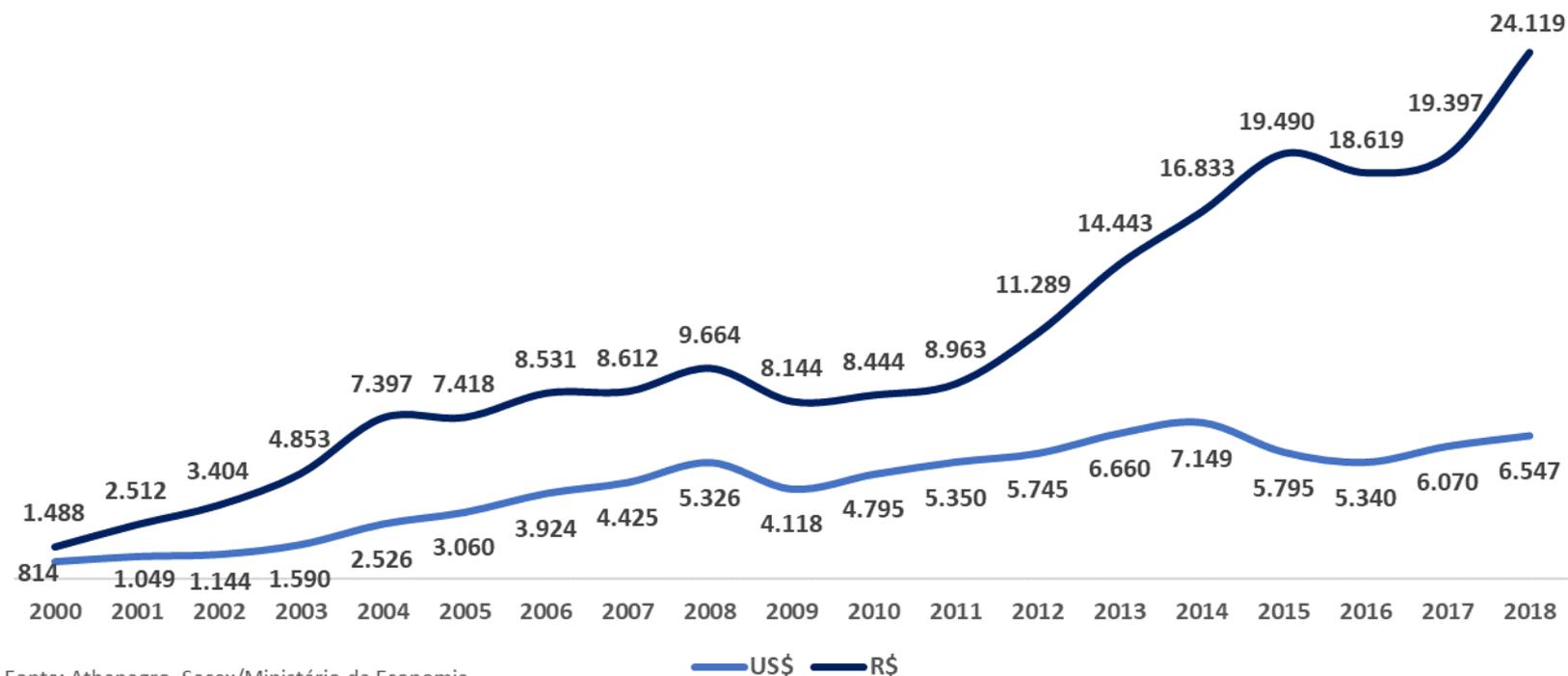
Carne bovina no Brasil – Produção e Exportação

Série mensal da produção e exportação de carne bovina em mil toneladas



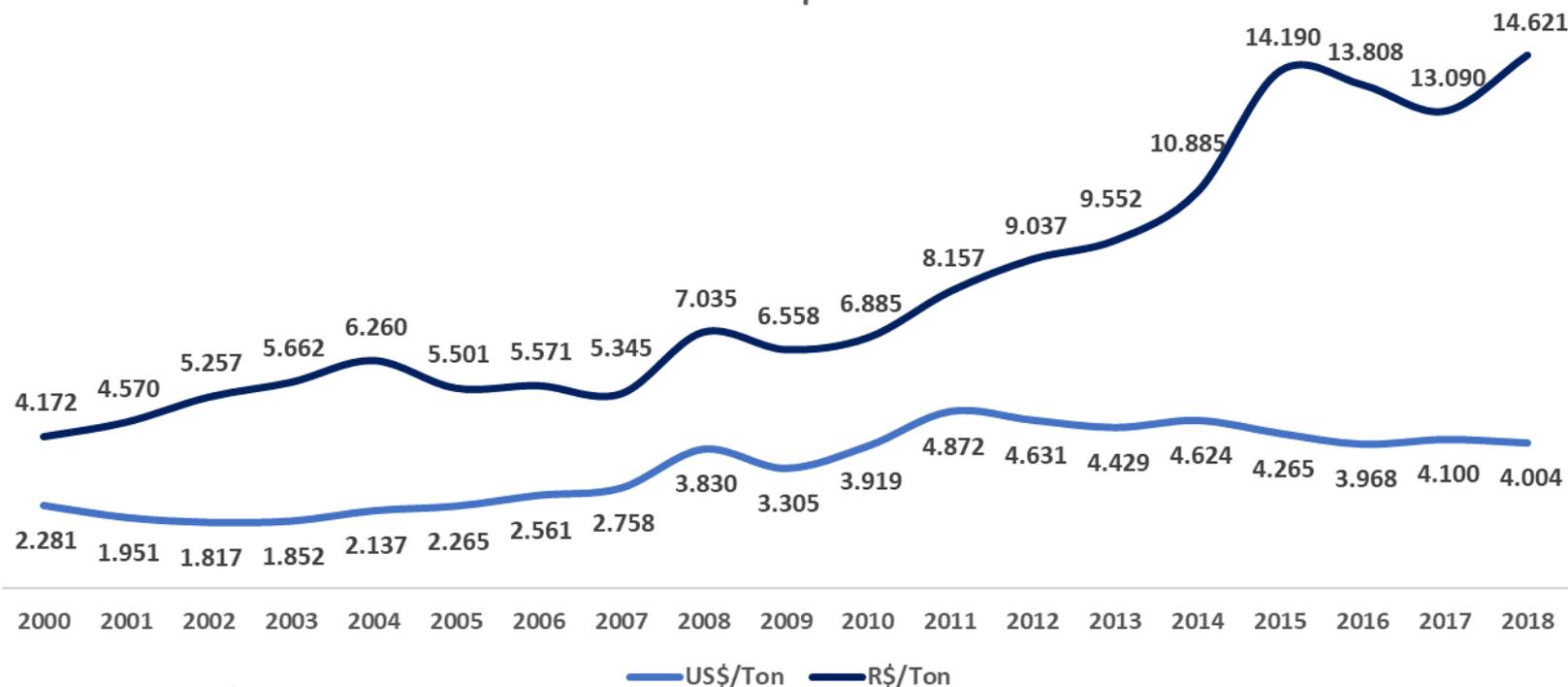
Carne bovina no Brasil – Faturamento das exportações

Faturamento anual das exportações de carne bovina -
milhões de dólares e milhões de reais



Carne bovina no Brasil – Preços das exportações

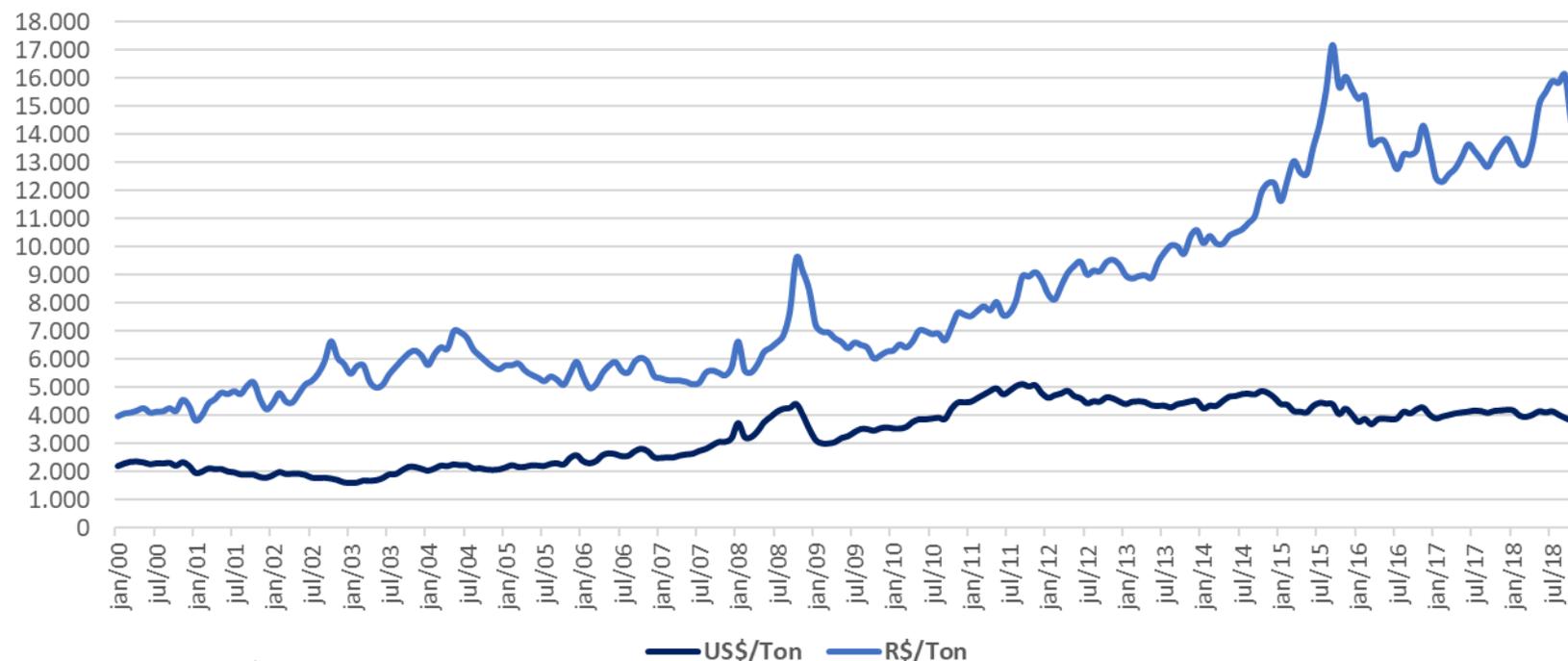
Evolução dos preços de exportação da carne bovina -
dólares e reais por tonelada



Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

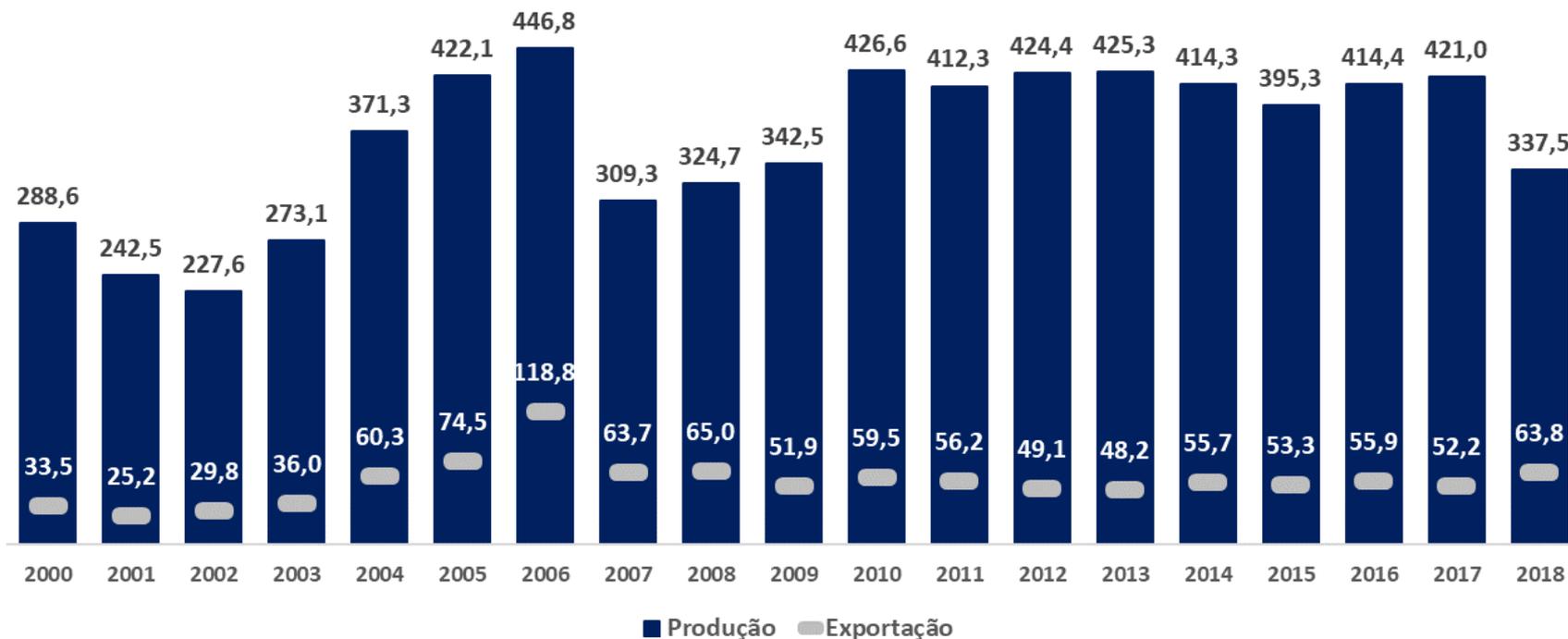
Carne bovina no Brasil – Preços das exportações

Série mensal dos preços de exportação da carne bovina em dólares e reais por tonelada



Carne Bovina – produção e exportação por estado

Carne bovina no Rio Grande do Sul - Produção de carne e exportação em mil toneladas

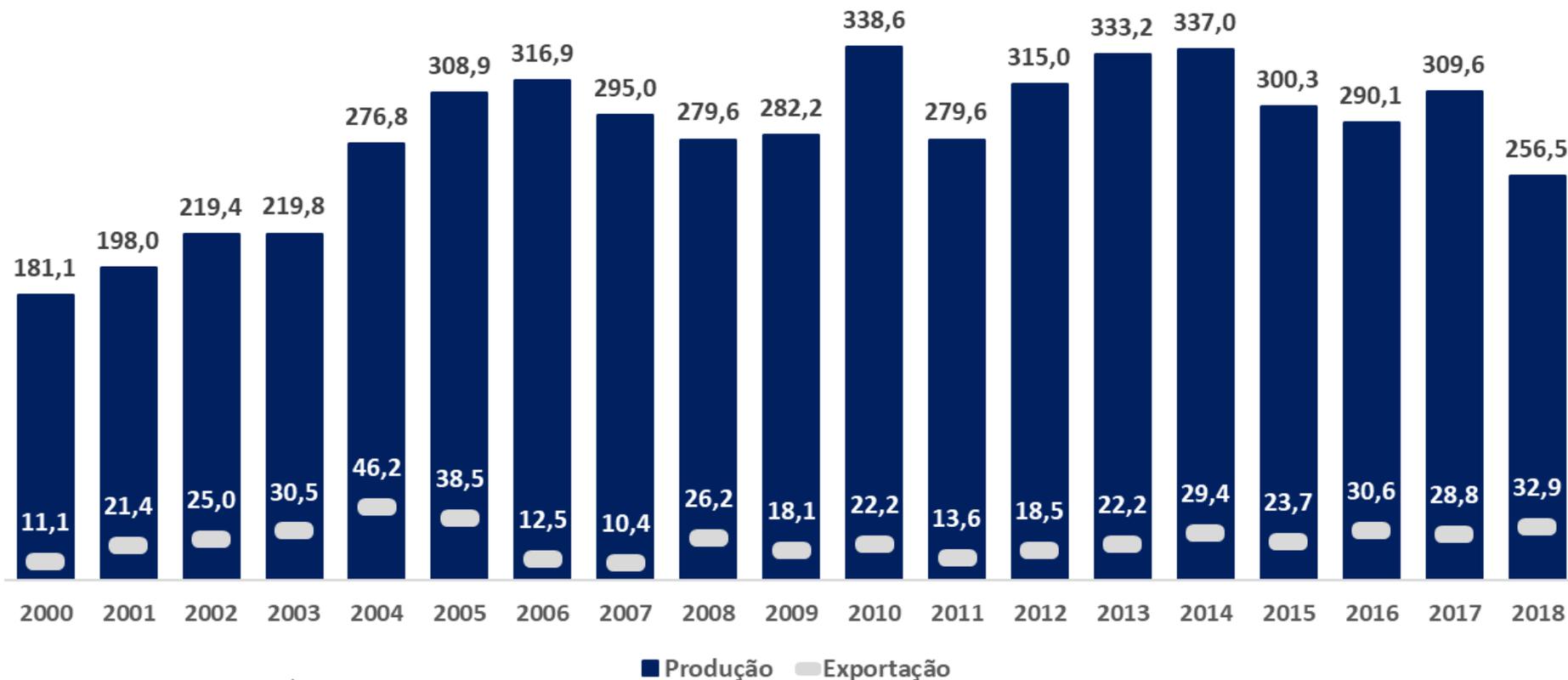


Fonte: Athenagro, IBGE, Secex/Ministério da Economia.

2018: produção até setembro

Carne Bovina – produção e exportação por estado

Carne bovina no Paraná - Produção de carne e exportação em mil toneladas

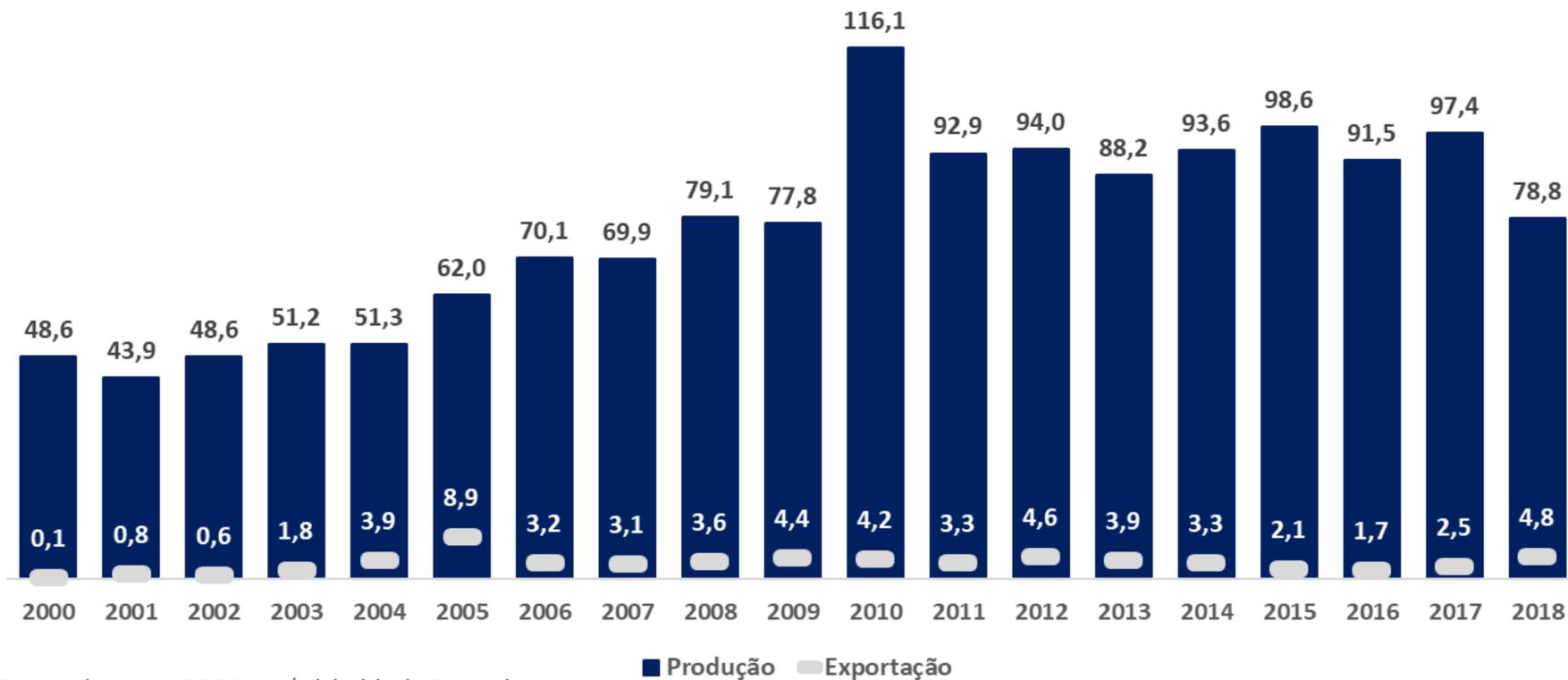


Fonte: Athenagro, IBGE, Secex/Ministério da Economia .

2018: produção até setembro

Carne Bovina – produção e exportação por estado

Carne bovina em Santa Catarina - Produção de carne e exportação em mil toneladas

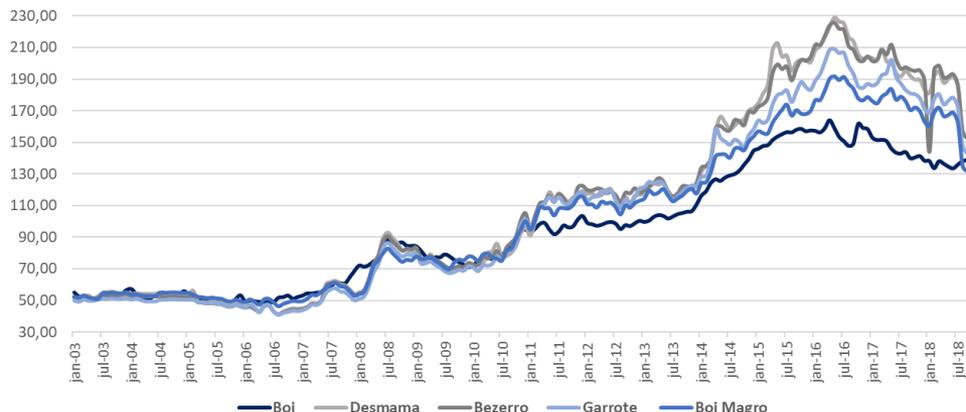


Fonte: Athenagro, IBGE, Secex/Ministério da Economia .

2018: produção até setembro

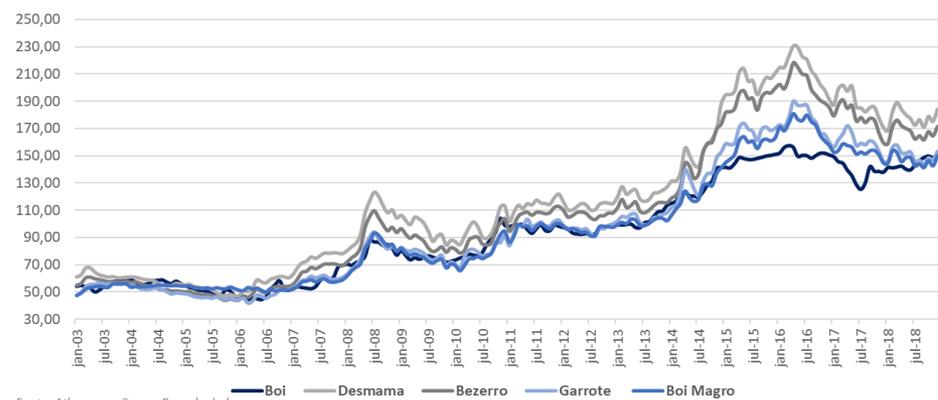
Preços internos bovinos – Cotações das principais categorias

Cotações por categoria em Santa Catarina em R\$/@



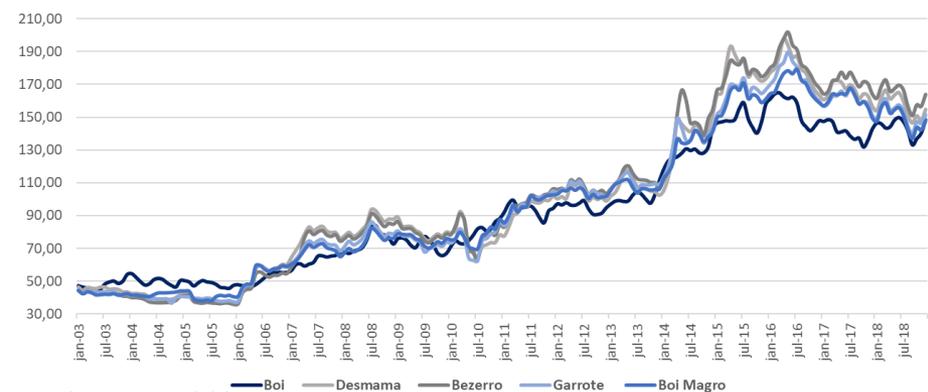
Fonte: Athenagro, Cepea, Base de dados.

Cotações por categoria no Paraná em R\$/@



Fonte: Athenagro, Cepea, Base de dados.

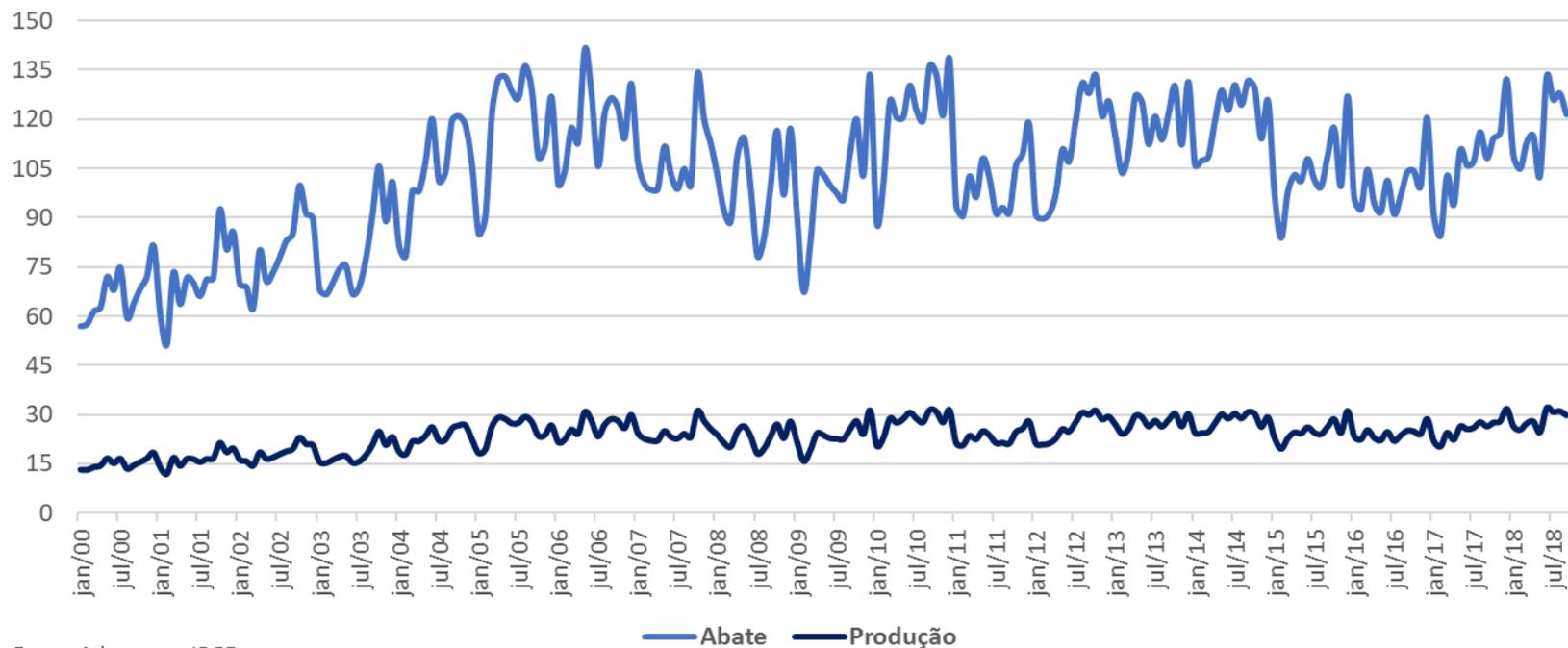
Cotações por categoria no Rio Grande do Sul em R\$/@



Fonte: Athenagro, Cepea, Base de dados.

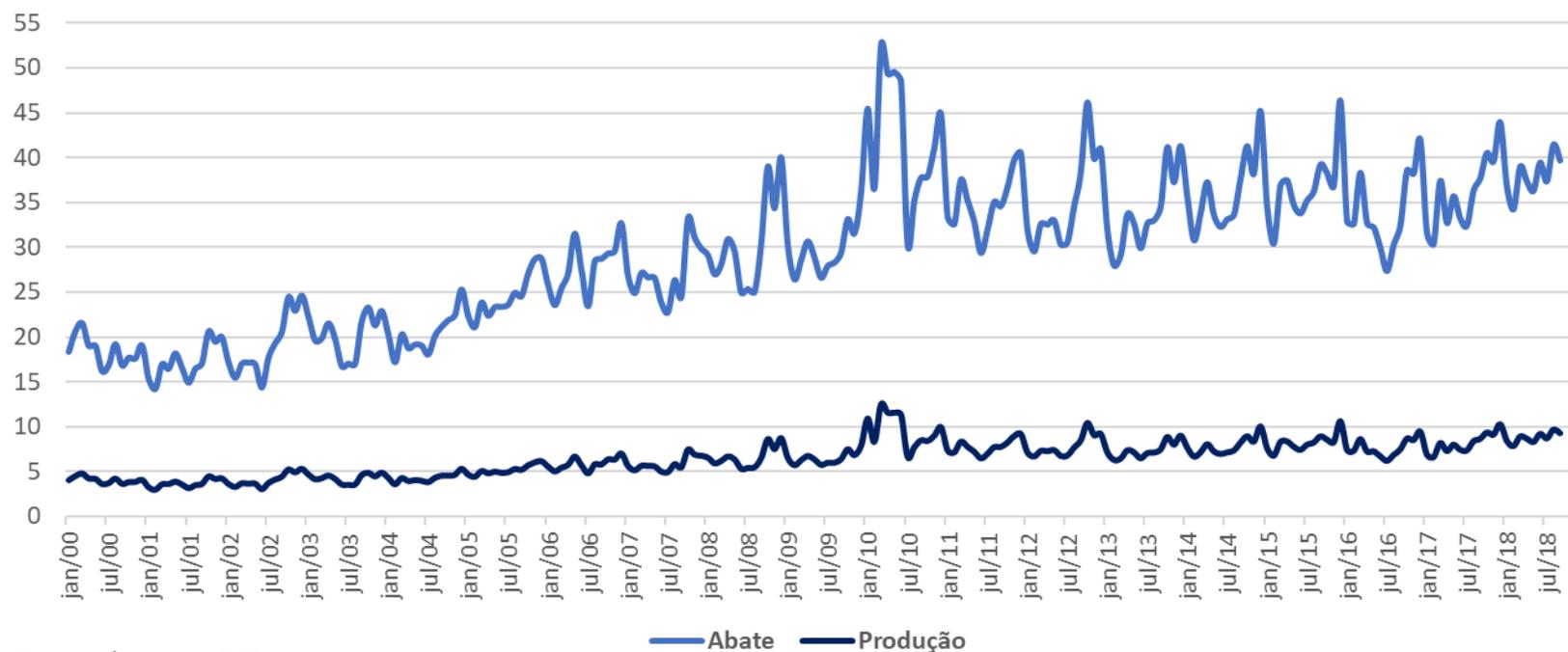
Carne bovina no Paraná – Abate formal e Produção de carne

Série mensal do abate formal de bovinos e produção de carne bovina no PR em mil cabeças e mil toneladas



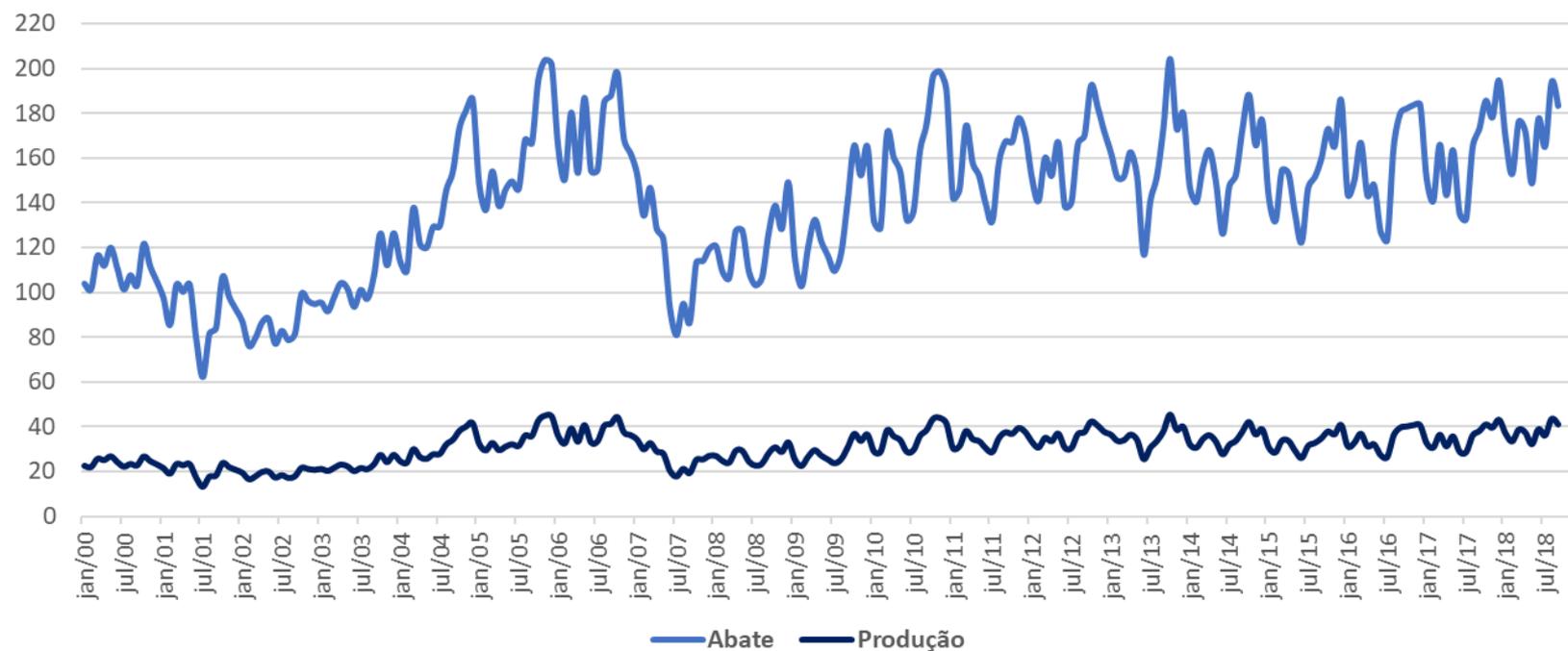
Carne bovina em Santa Catarina – Abate formal e Produção de carne

Série mensal do abate formal de bovinos e produção de carne bovina em SC em mil e mil toneladas



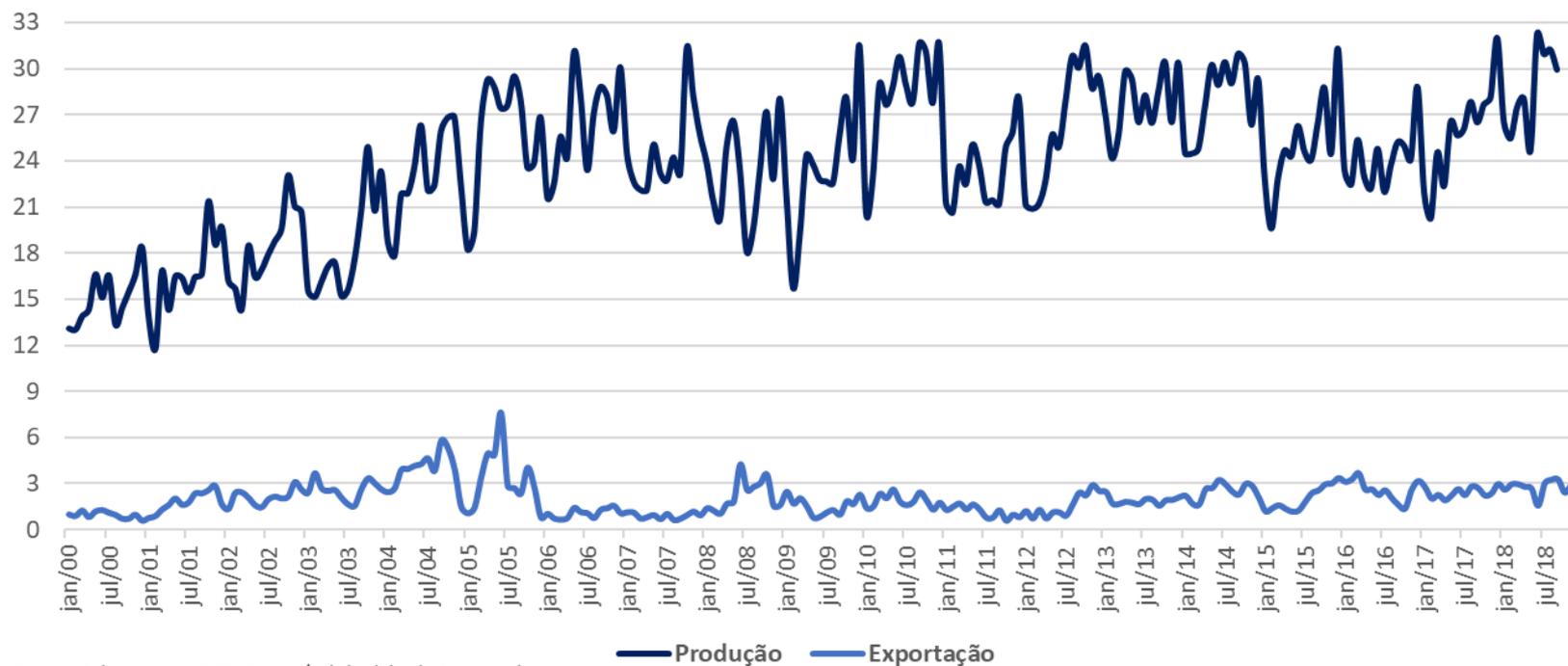
Carne bovina no Rio Grande do Sul – Abate formal e Produção de carne

Série mensal do abate formal de bovinos e produção de carne bovina no RS
em mil cabeças e mil toneladas



Carne bovina no Paraná – Produção e Exportação

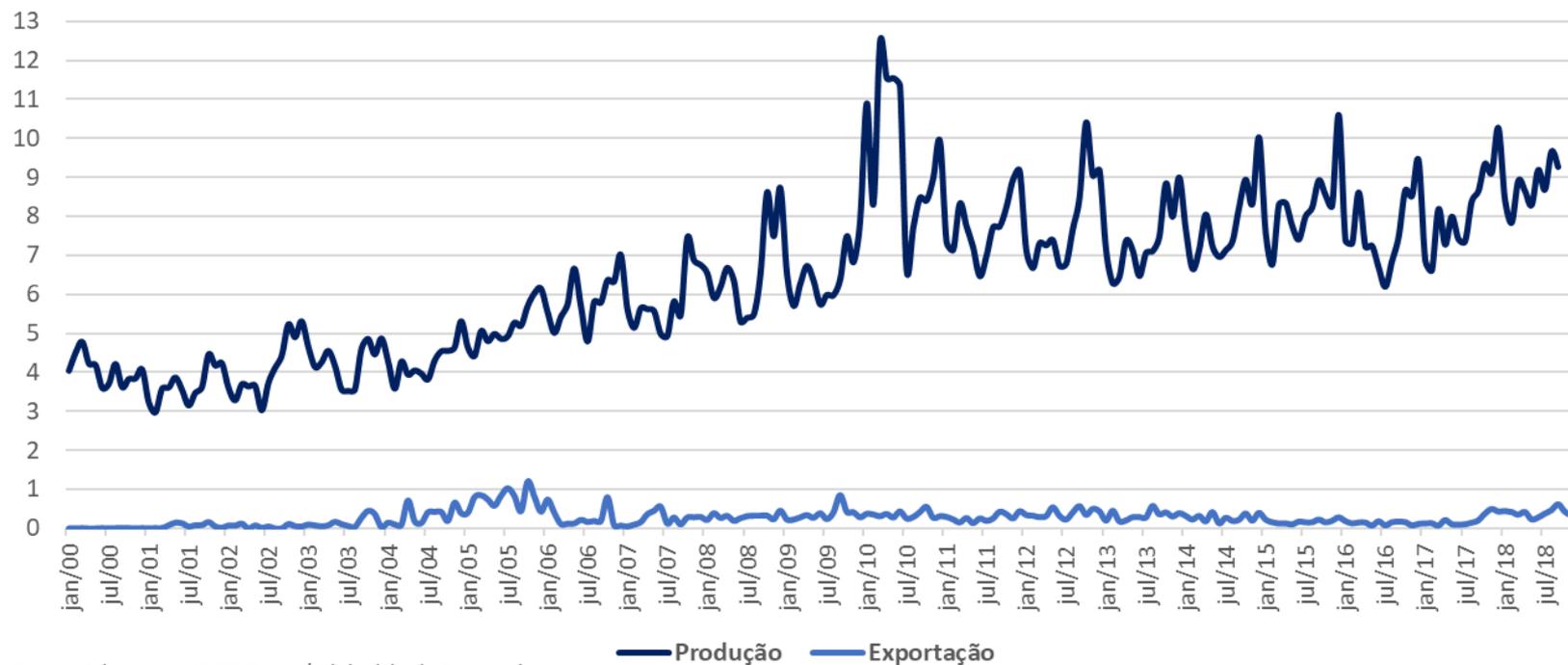
Série mensal da produção e exportação de carne bovina no PR em mil toneladas



Fonte: Athenagro, IBGE, Secex/Ministério da Economia .

Carne bovina – Produção e Exportação em SC

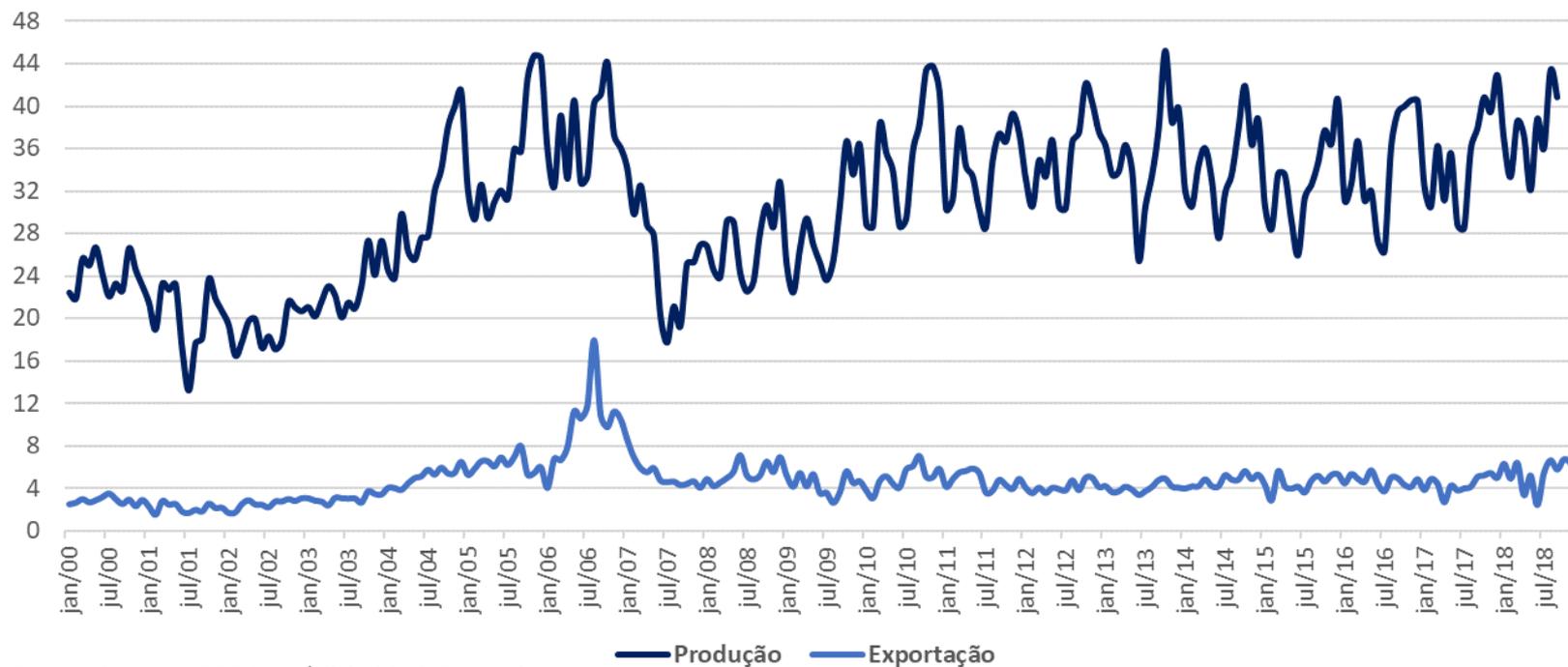
Série mensal da produção e exportação de carne bovina em SC
em mil toneladas



Fonte: Athenagro, IBGE, Secex/Ministério da Economia.

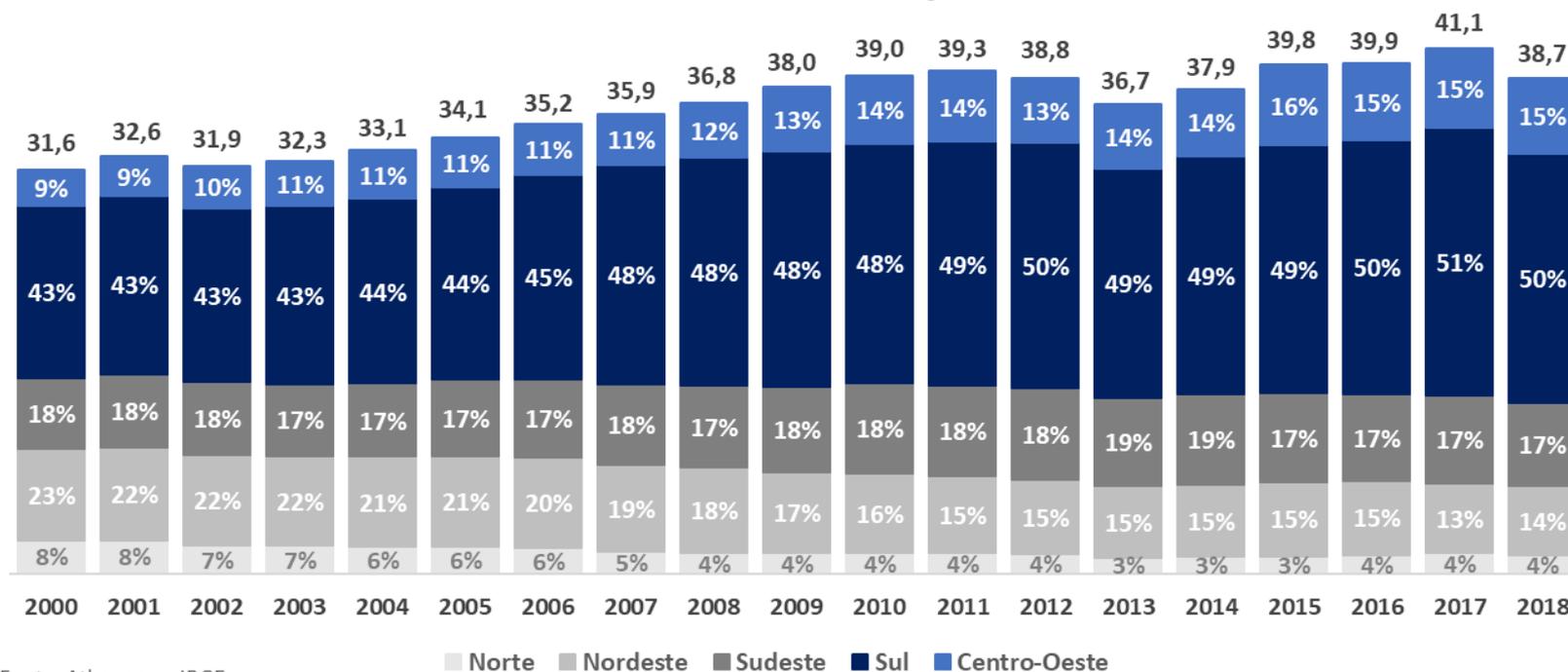
Carne bovina no Rio Grande do Sul – Produção e Exportação

Série mensal da produção e exportação de carne bovina no RS
em mil toneladas



Carne suína no Brasil – Rebanho suíno

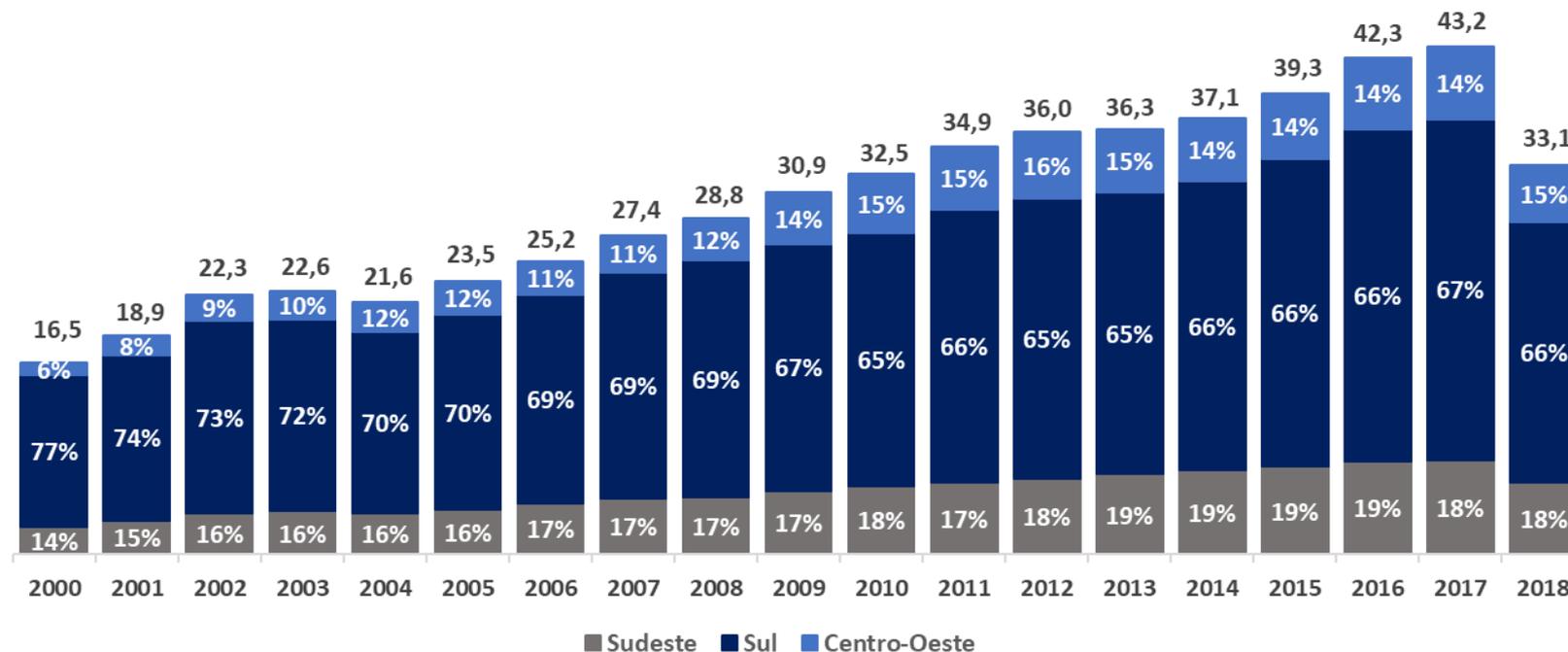
Evolução do rebanho suíno brasileiro e participação % por região em milhões de cabeças



Fonte: Athenagro, IBGE.

Carne suína no Brasil – Abate formal de suínos

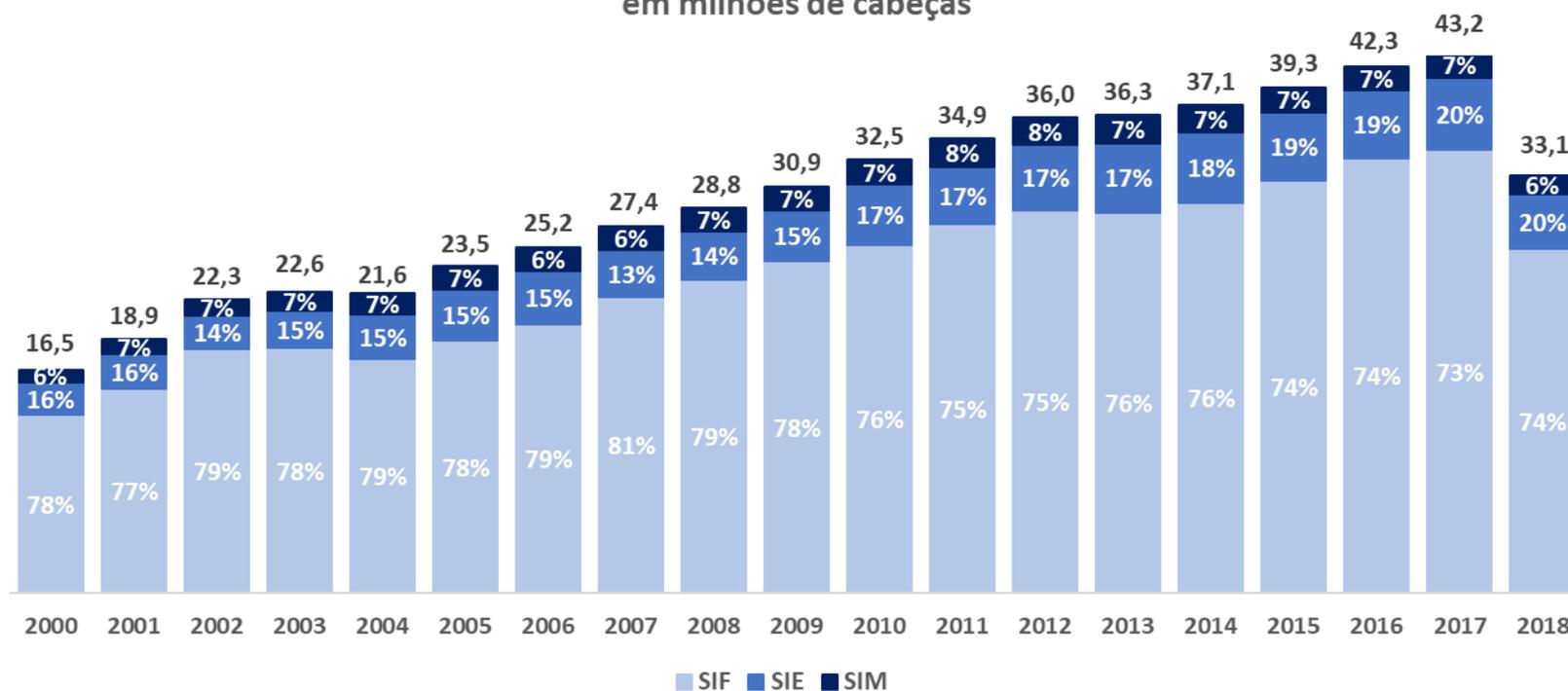
Evolução do abate formal de suínos e participação % por região em milhões de cabeças



Fonte: Athenagro, IBGE.

Carne suína no Brasil – Abate formal de suínos e inspeção

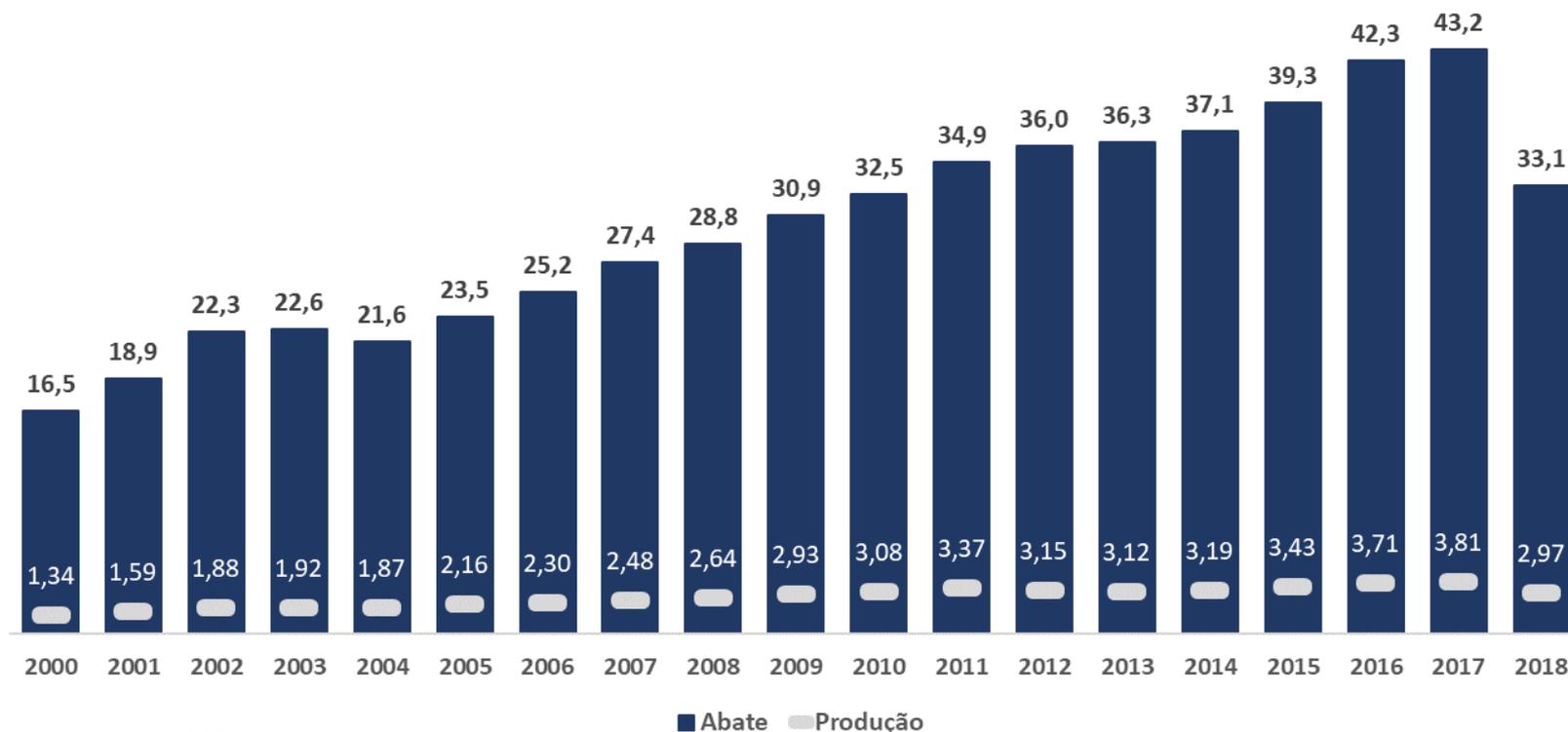
Distribuição do abate formal de suínos por tipo de inspeção em milhões de cabeças



Fonte: Athenagro, IBGE.

Carne suína no Brasil – Abate e Produção

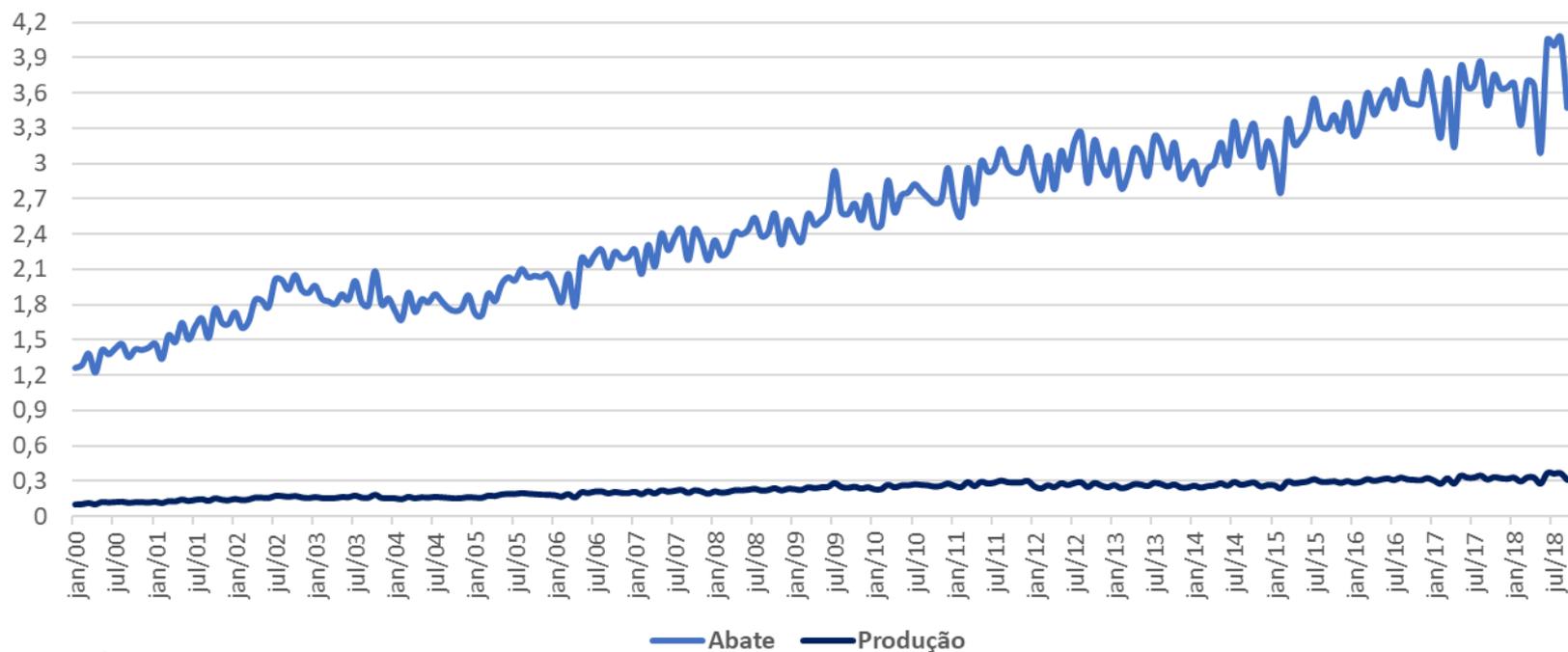
Carne suína no Brasil - Abate formal de animais e produção de carne em milhões de cabeças e milhões de toneladas



Fonte: Athenagro, IBGE.

Carne suína no Brasil – Abate e Produção

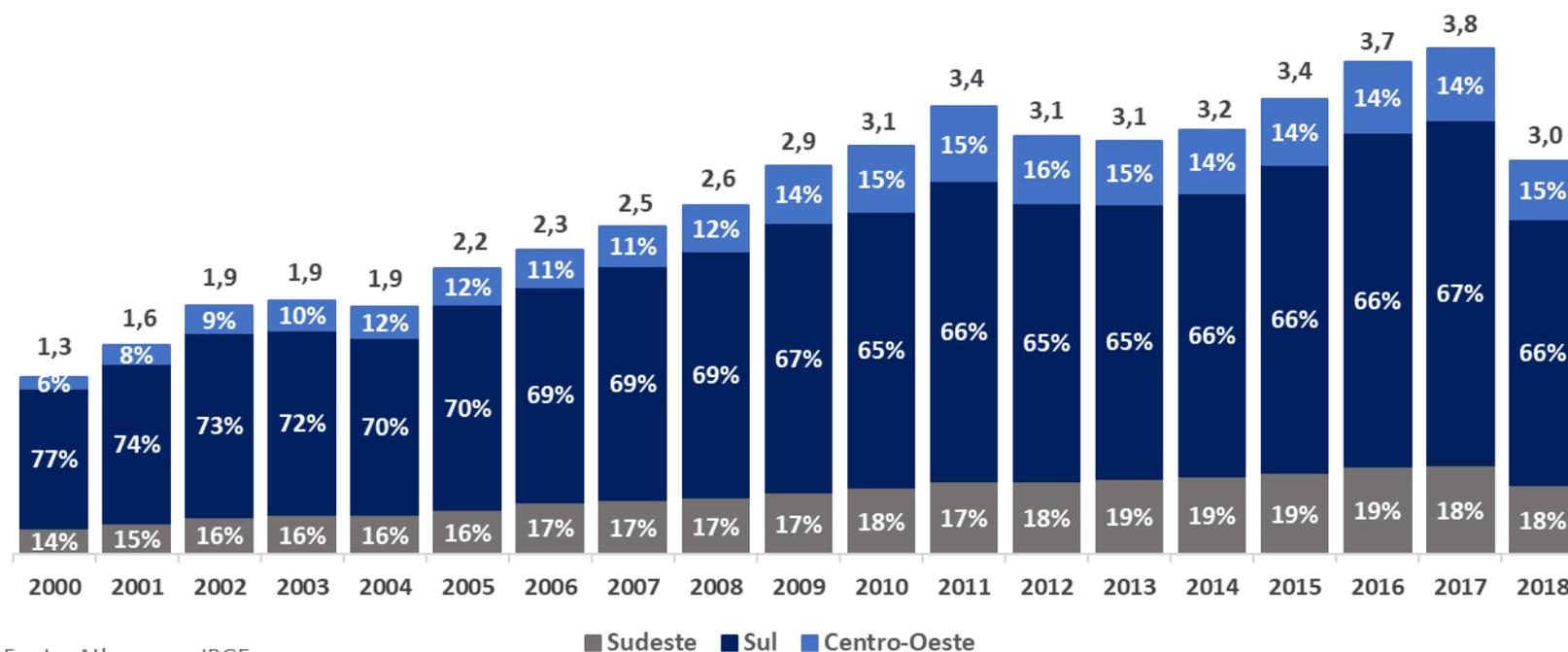
Série mensal do abate de suínos e produção de carne suína em milhões de cabeças e milhões de toneladas



Fonte: Athenagro, IBGE.

Carne suína no Brasil – Produção de carne suína

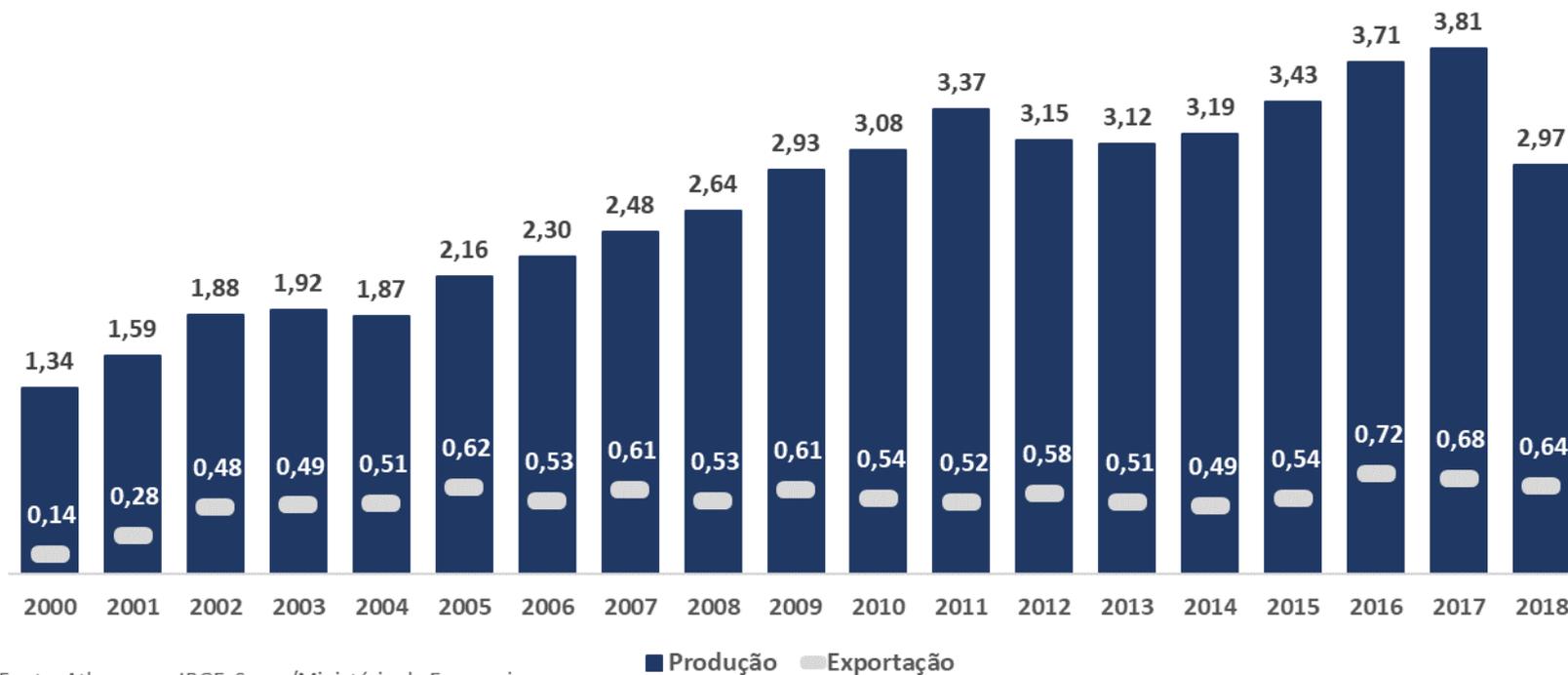
Participação % por região na produção de carne suína em milhões de toneladas



Fonte: Athenagro, IBGE.

Carne suína no Brasil – Produção e Exportação

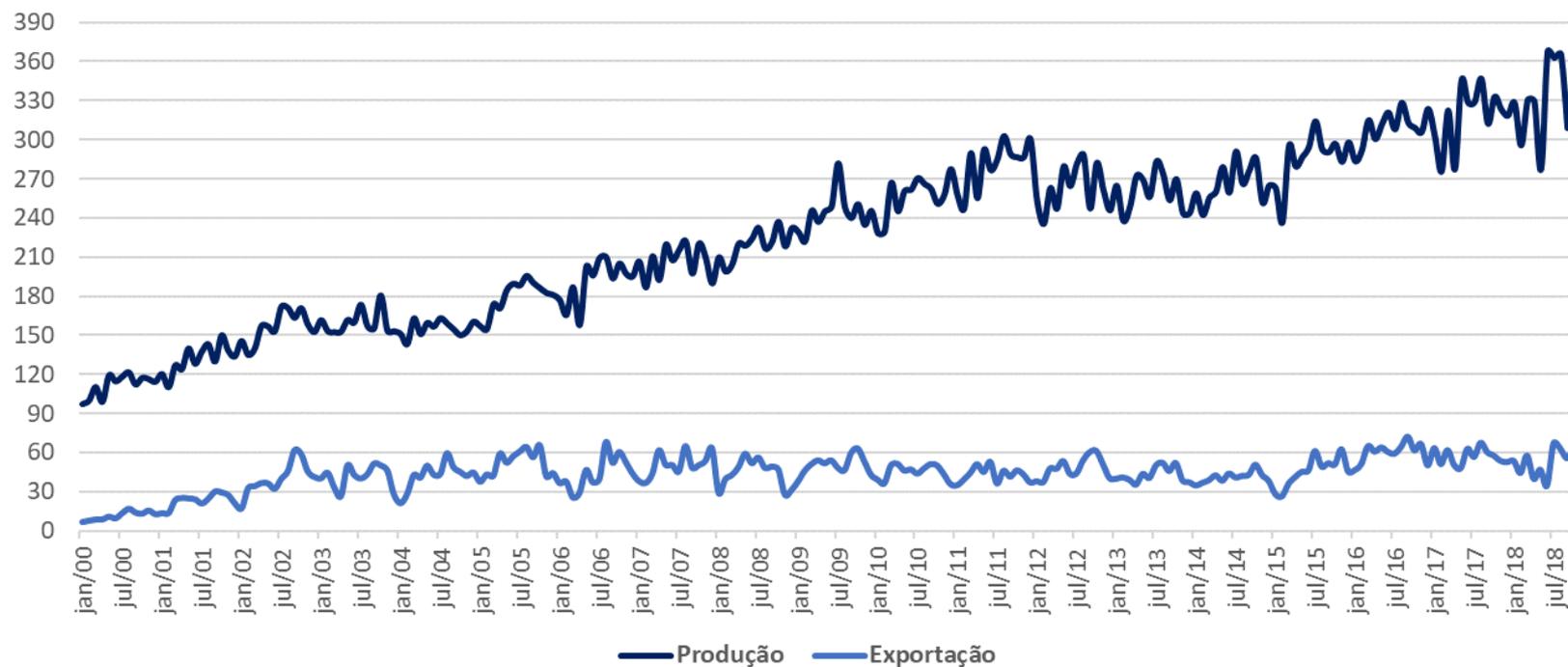
Carne suína no Brasil - Produção de carne e exportação em milhões de toneladas



Fonte: Athenagro, IBGE, Secex/Ministério da Economia.

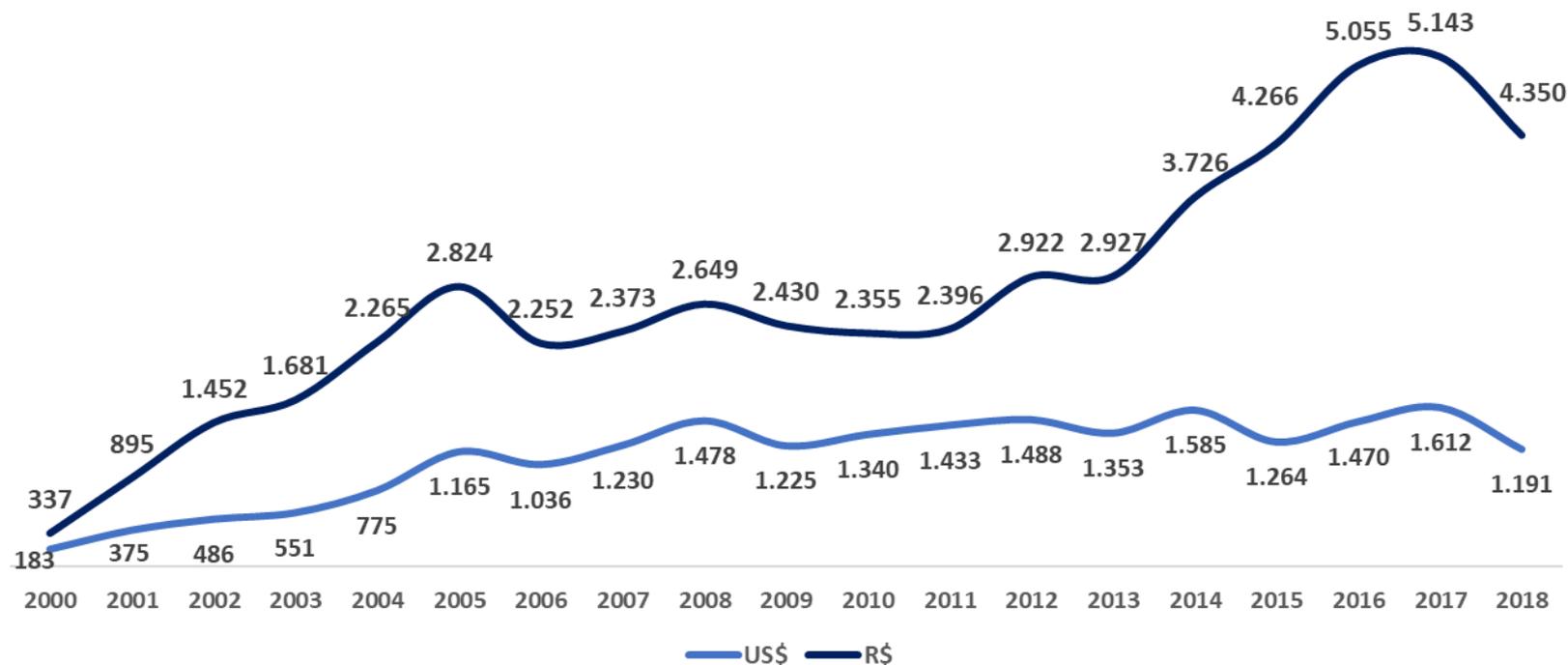
Carne suína no Brasil – Produção e Exportação

Série mensal da produção e exportação de carne suína em mil toneladas



Carne suína no Brasil – Faturamento das exportações

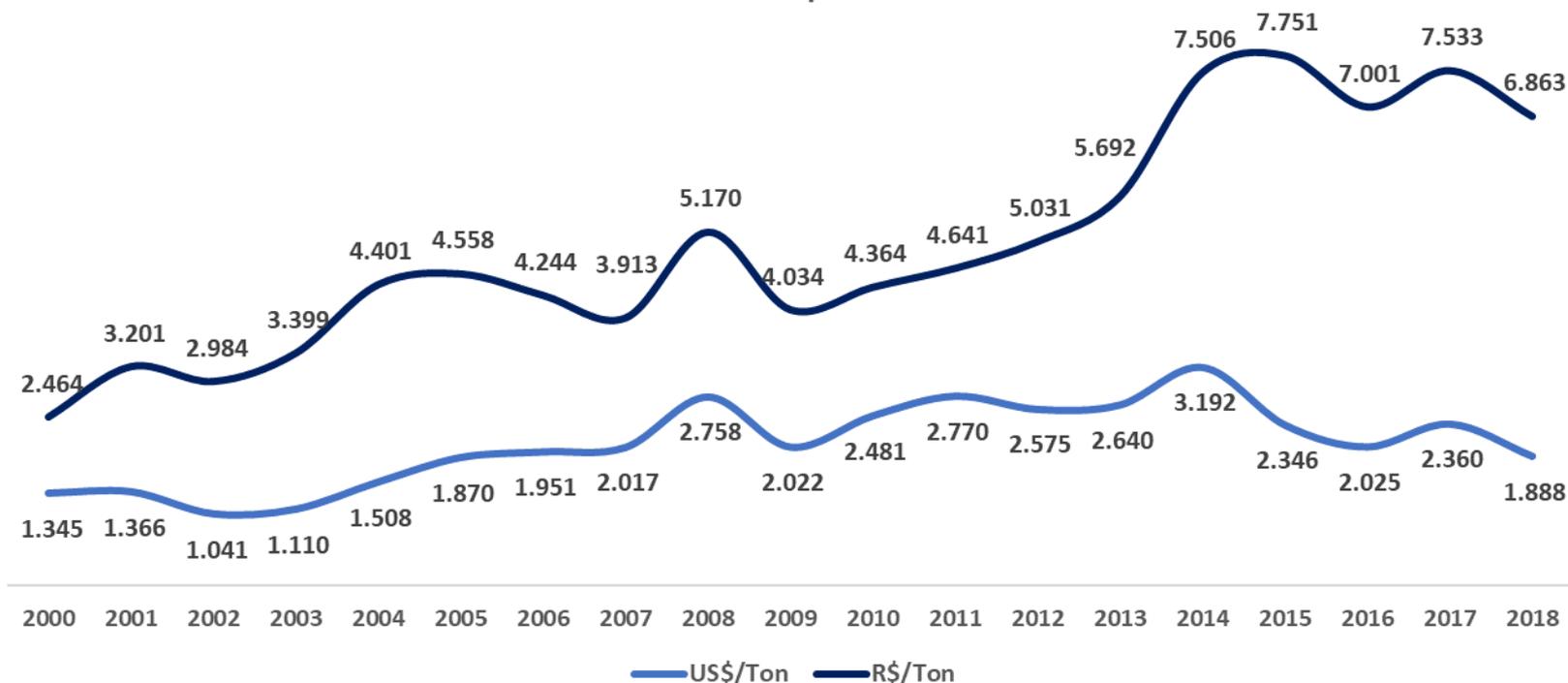
Faturamento anual das exportações de carne suína -
milhões de dólares e milhões de reais



Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Carne suína no Brasil – Preços das exportações

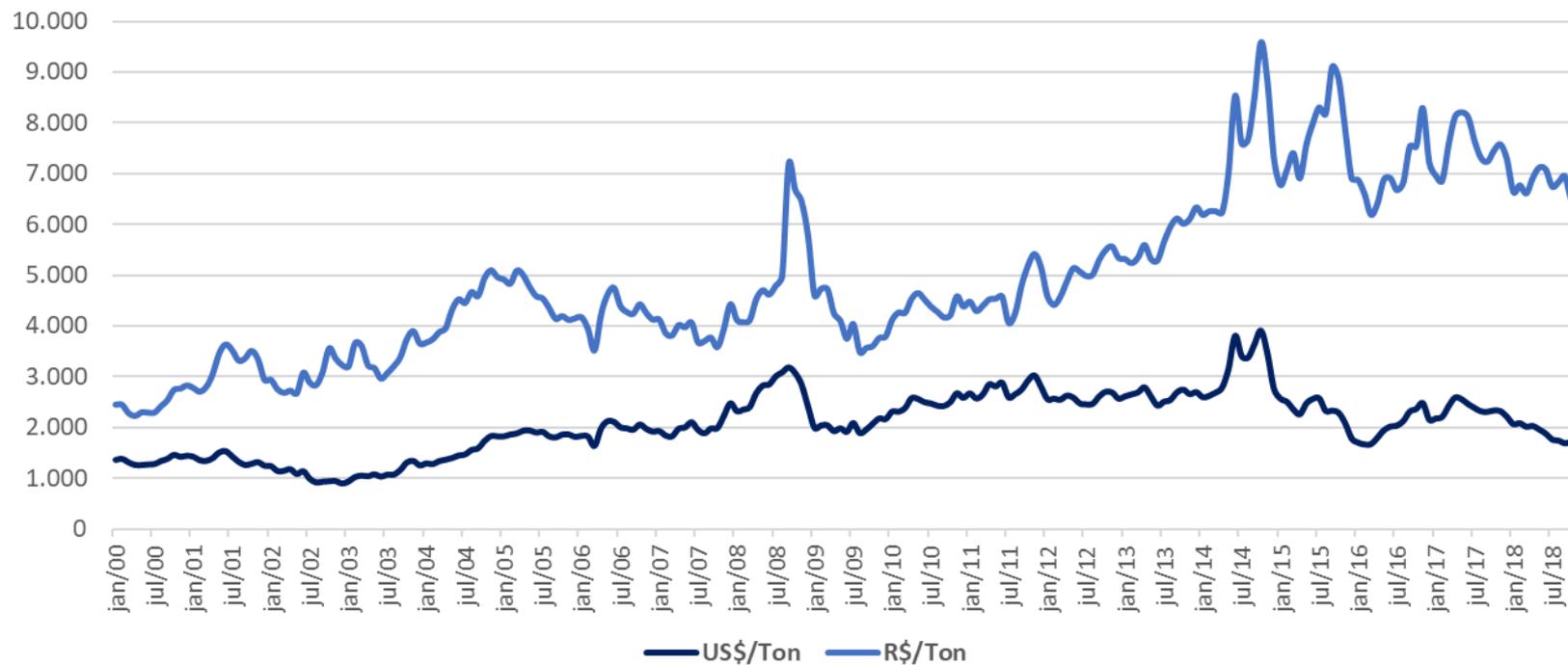
Evolução dos preços de exportação da carne suína -
dólares e reais por tonelada



Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Carne suína no Brasil – Preços das exportações

Série mensal dos preços de exportação da carne suína em dólares e reais por tonelada



Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Carne suína no Brasil – Destinos das exportações

Principais Destinos da Exportação Brasileira de Carne Suína* - (tonelada)

Ranking 18 jan-dez	Ranking 17 jan-dez	Países	2016	2017	2018 jan-dez	2017 jan-dez	Var. % 2018/17	Part. % 2018
1º	2º	Hong Kong	164.144	155.850	162.111	155.850	4,02	25,51
2º	3º	China	87.856	48.942	156.271	48.942	219,30	24,59
3º	5º	Singapura	32.681	31.919	43.948	31.919	37,69	6,92
4º	7º	Angola	29.745	30.257	40.292	30.257	33,17	6,34
5º	4º	Argentina	25.278	32.676	38.755	32.676	18,60	6,10
6º	6º	Uruguai	28.981	31.037	35.574	31.037	14,62	5,60
7º	8º	Chile	23.198	23.414	34.543	23.414	47,53	5,44
8º	9º	Geórgia	8.755	11.084	18.284	11.084	64,97	2,88
9º	22º	Filipinas	3.101	1.667	12.056	1.667	623,35	1,90
10º	18º	África do Sul	1.563	3.125	8.621	3.125	175,92	1,36
14º	1º	Rússia	245.023	259.358	6.660	259.358	-97,43	1,05
		Outros	69.779	54.516	78.337	54.516	43,69	12,33
Total			720.104	683.844	635.453	683.844	-7,08	100,00

Fonte: Athenagro; dados Secex

Carne suína no Brasil – Faturamento das exportações por destino

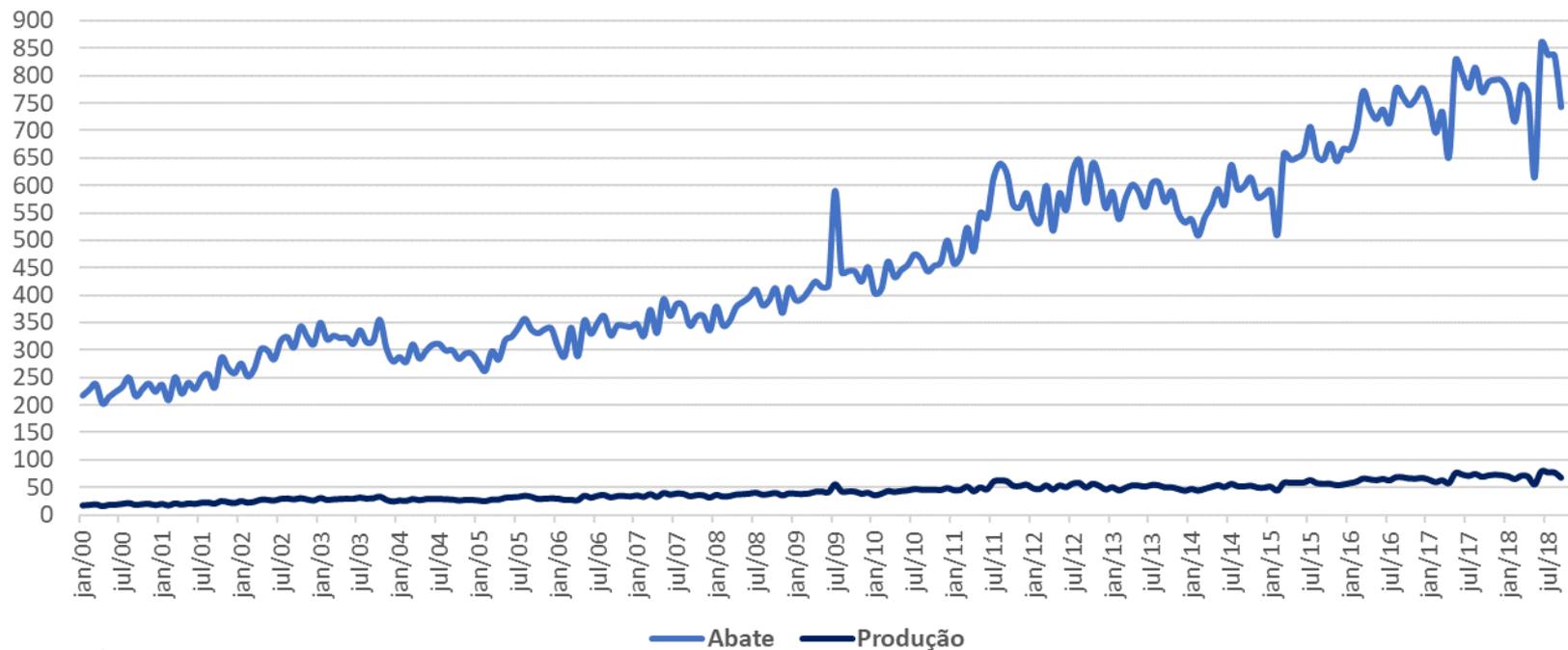
Principais Destinos da Exportação Brasileira de Carne Suína* - (1.000 US\$)

Ranking 18 jan-dez	Ranking 17 jan-dez	Países	2016	2017	2018 jan-dez	2017 jan-dez	Var. % 2018/17	Part. % 2018
1º	3º	China	189.574	100.623	305.135	100.623	203,25	25,63
2º	2º	Hong Kong	307.505	331.613	299.942	331.613	-9,55	25,19
3º	5º	Singapura	71.802	83.192	92.569	83.192	11,27	7,77
4º	4º	Argentina	67.869	95.483	88.652	95.483	-7,15	7,45
5º	6º	Uruguai	62.900	79.140	71.959	79.140	-9,07	6,04
6º	7º	Chile	51.489	54.852	69.440	54.852	26,59	5,83
7º	8º	Angola	39.733	38.645	38.946	38.645	0,78	3,27
8º	9º	Geórgia	15.623	24.541	30.842	24.541	25,68	2,59
9º	21º	Filipinas	4.060	2.837	20.103	2.837	608,54	1,69
10º	10º	Emirados Árabes Unidos	18.702	18.945	19.501	18.945	2,94	1,64
11º	1º	Rússia	519.730	693.030	17.517	693.030	-97,47	1,47
		Outros	120.553	88.719	136.121	88.719	53,43	11,43
Total			1.469.539	1.611.621	1.190.727	1.611.621	-26,12	100,00

Fonte: Athenagro; dados Secex

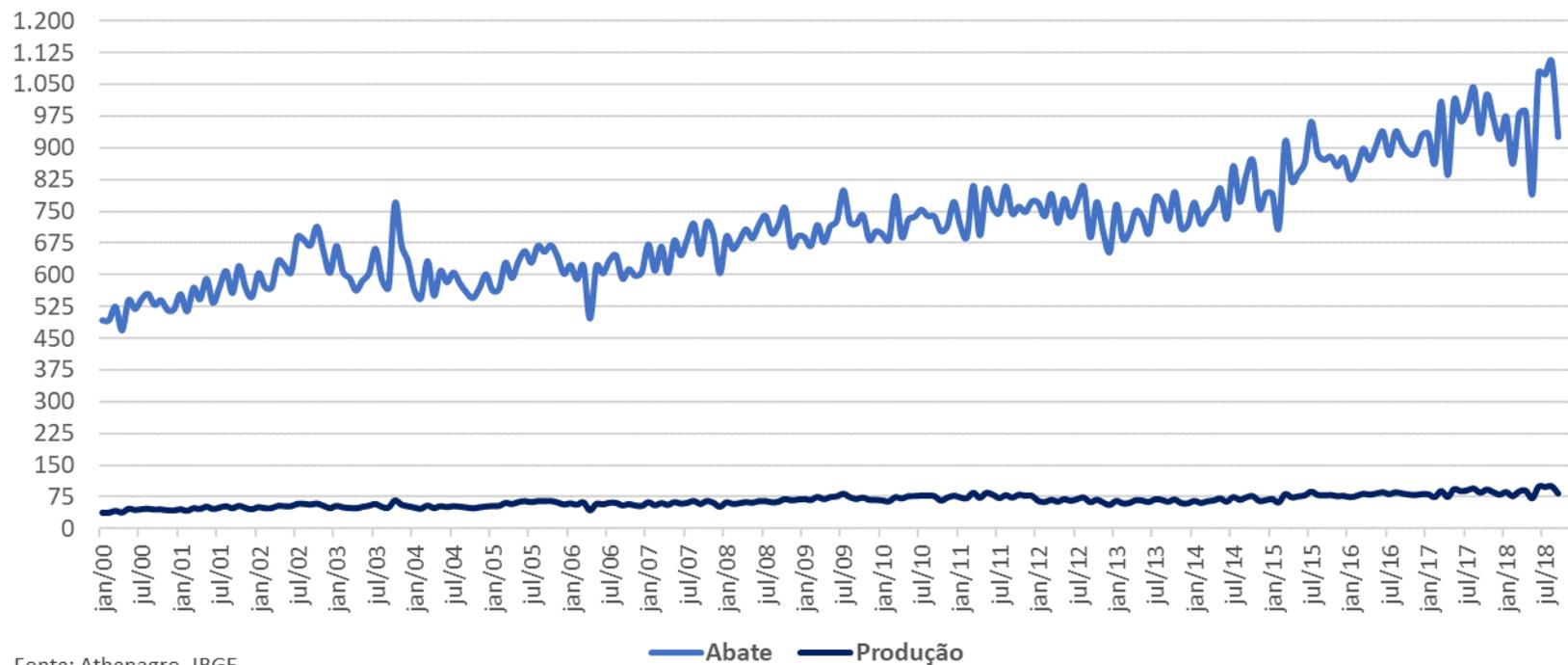
Carne suína no Paraná – Abate formal e Produção

Série mensal do abate formal de suínos e produção de carne suína no PR
em mil cabeças e mil toneladas



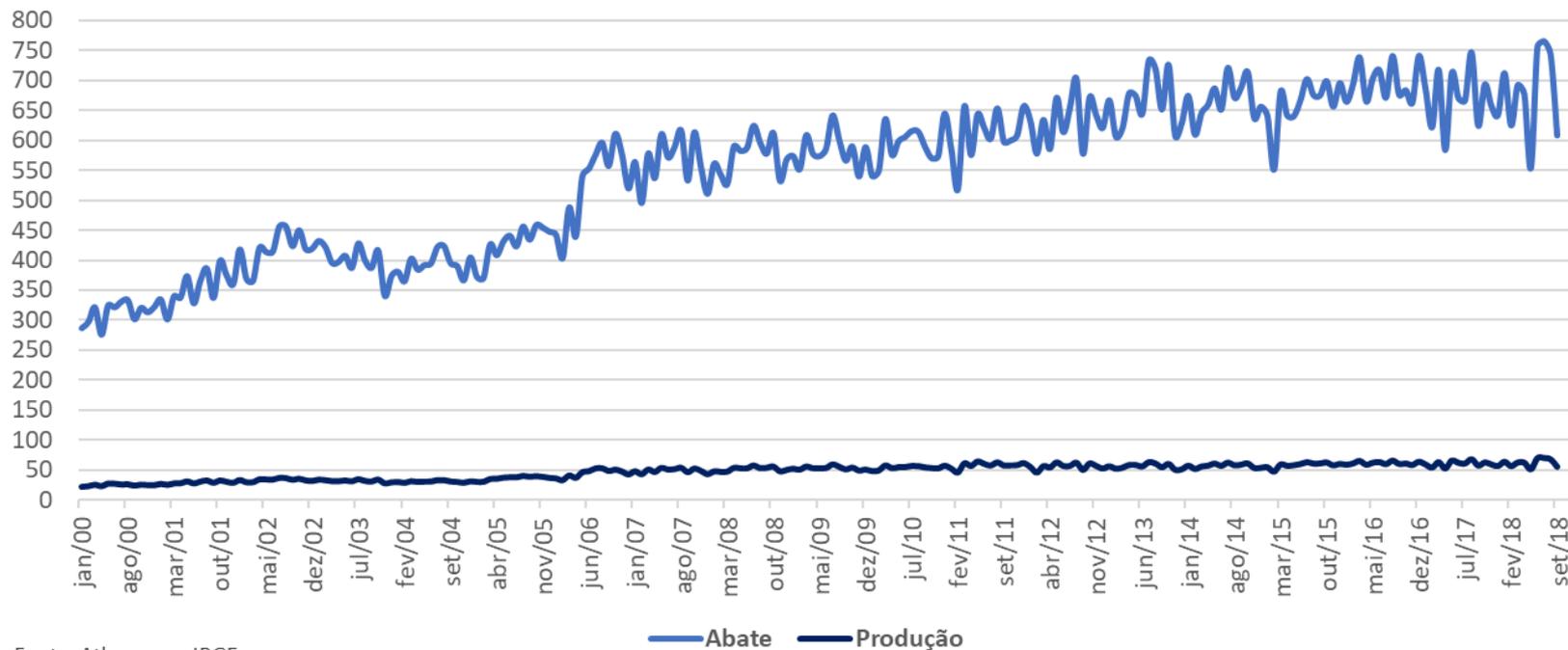
Carne suína em Santa Catarina – Abate formal e Produção

Série mensal do abate formal de suínos e produção de carne suína em SC
em mil cabeças e mil toneladas



Carne suína no Rio Grande do Sul – Abate formal e Produção no RS

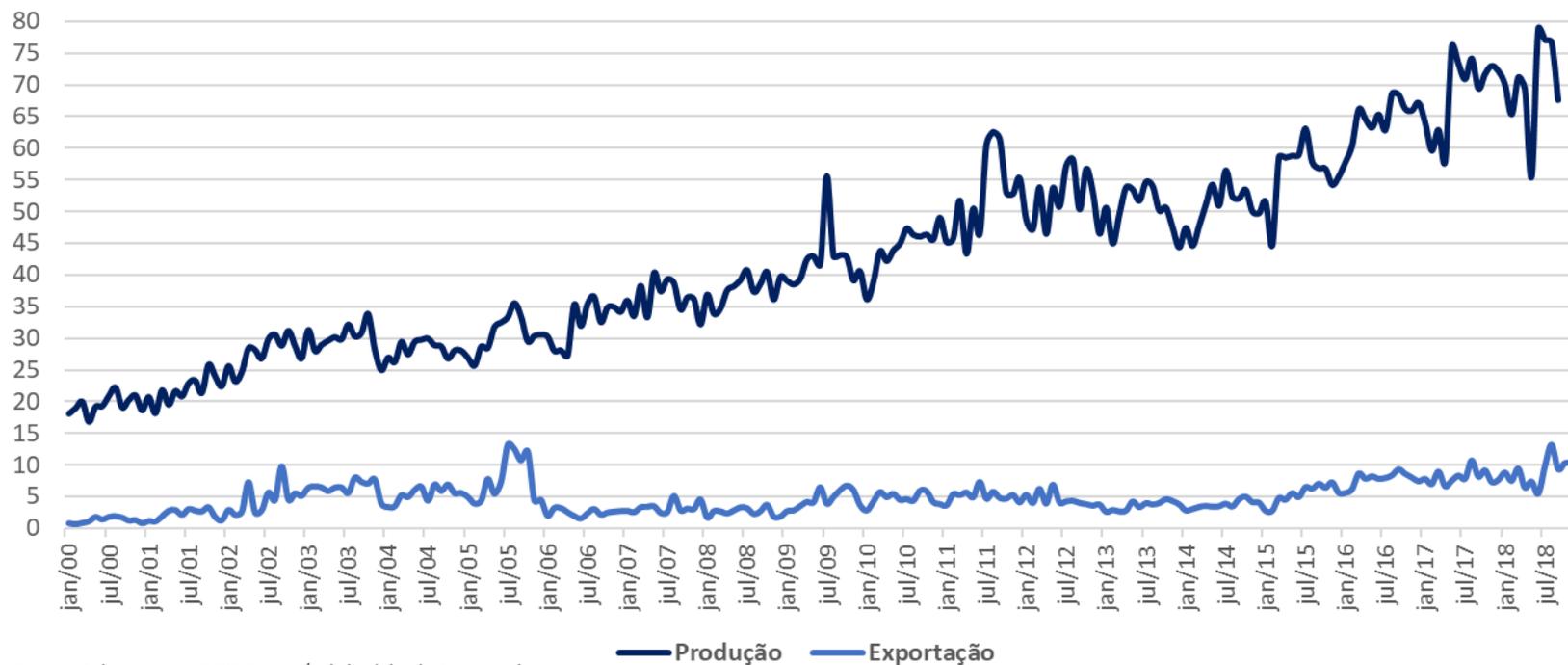
Série mensal do abate formal de suínos e produção de carne suína no RS em mil cabeças e mil toneladas



Fonte: Athenagro, IBGE.

Carne suína no Paraná – Produção e Exportação

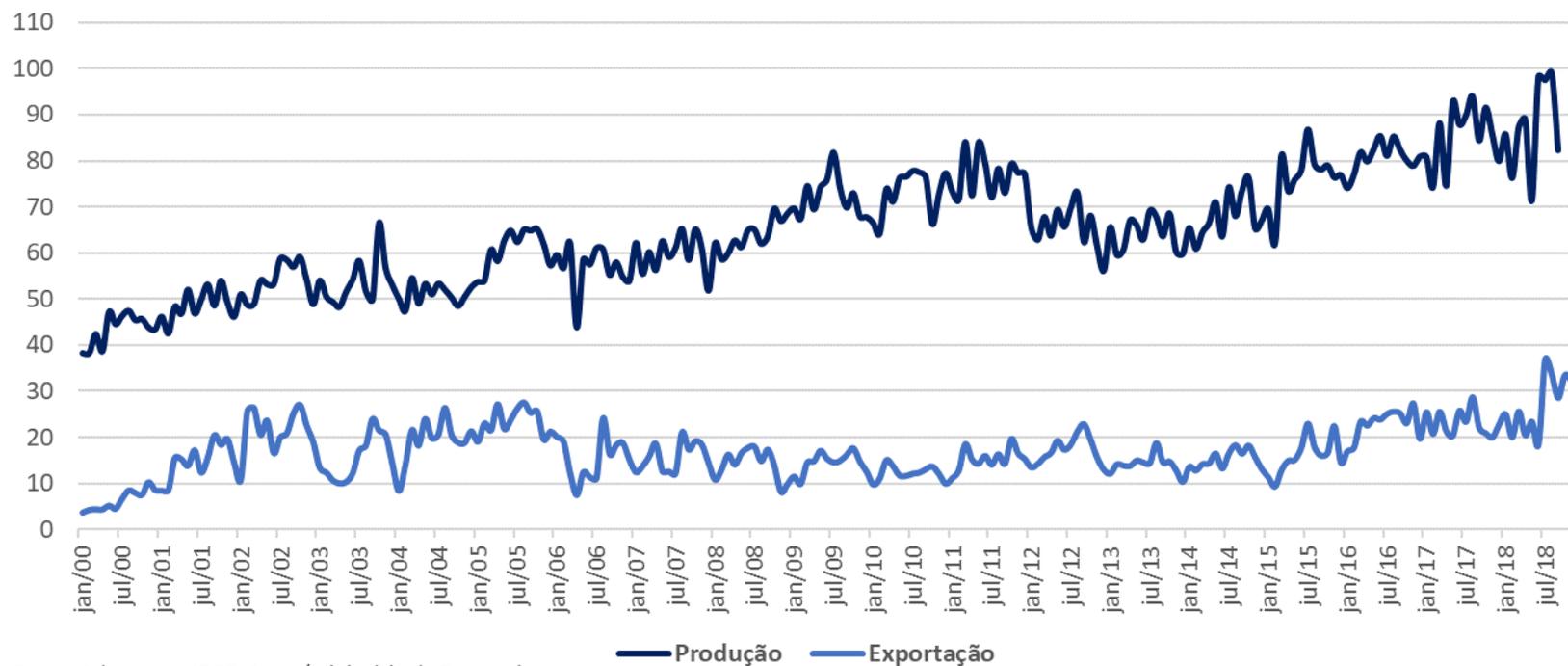
Série mensal da produção e exportação de carne suína no PR
em mil toneladas



Fonte: Athenagro, IBGE, Secex/Ministério da Economia.

Carne suína em Santa Catarina – Produção e Exportação

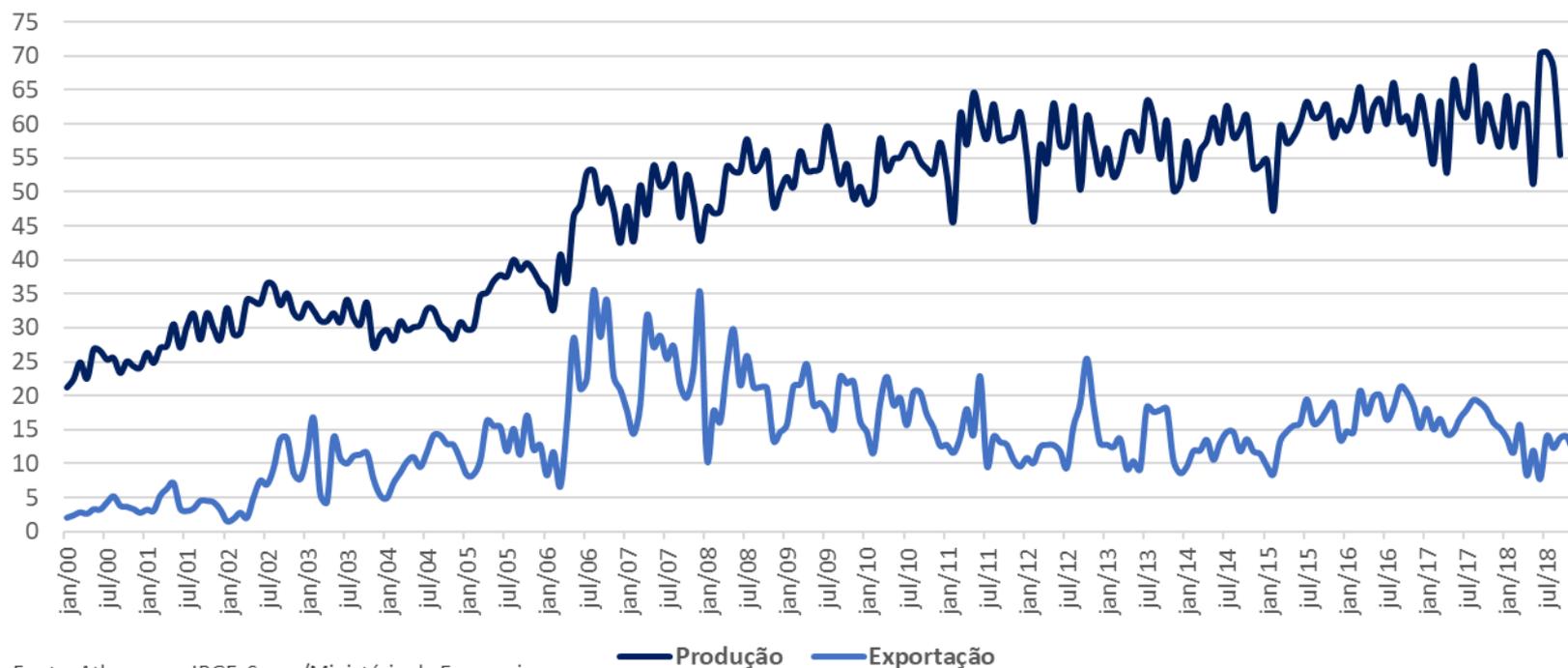
Série mensal da produção e exportação de carne suína em SC
em mil toneladas



Fonte: Athenagro, IBGE, Secex/Ministério da Economia.

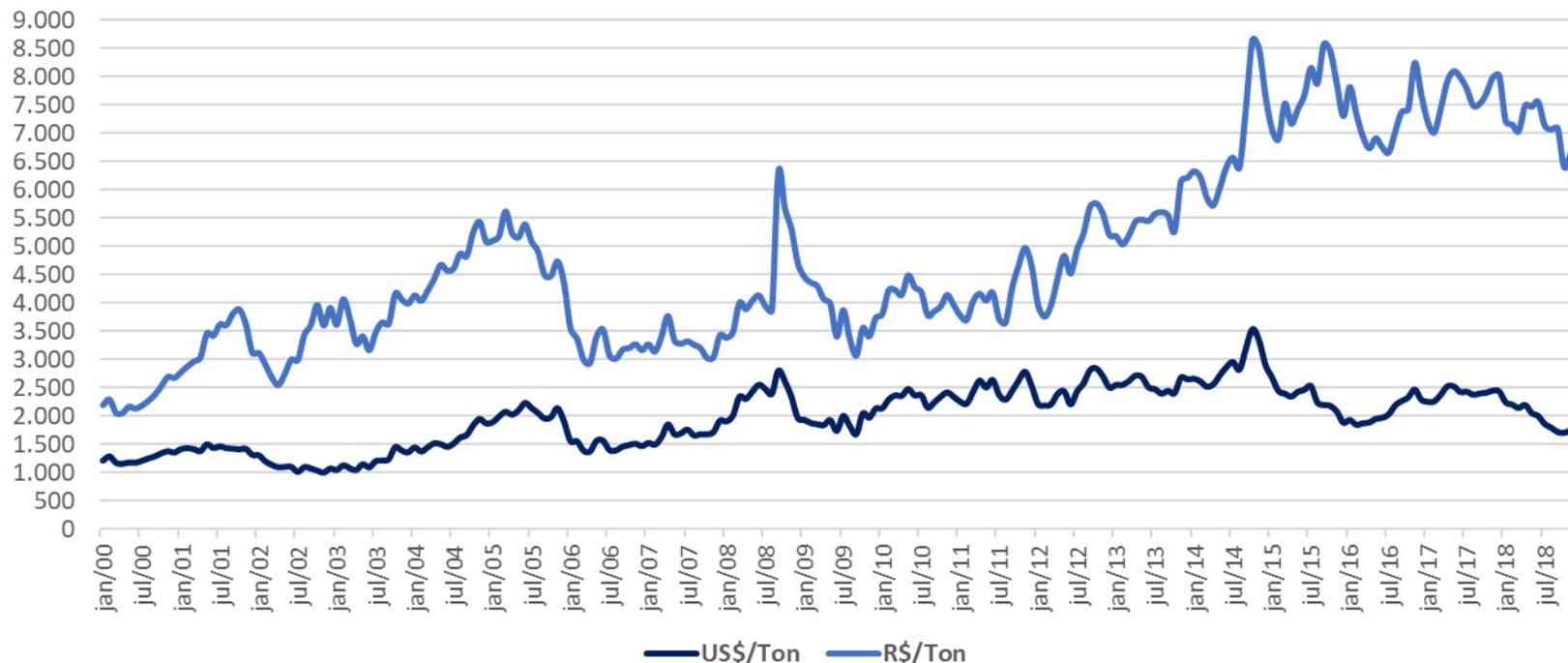
Carne suína – Produção e Exportação no RS

Série mensal da produção e exportação de carne suína no RS
em mil toneladas



Carne suína no Paraná – Preços da carne exportada

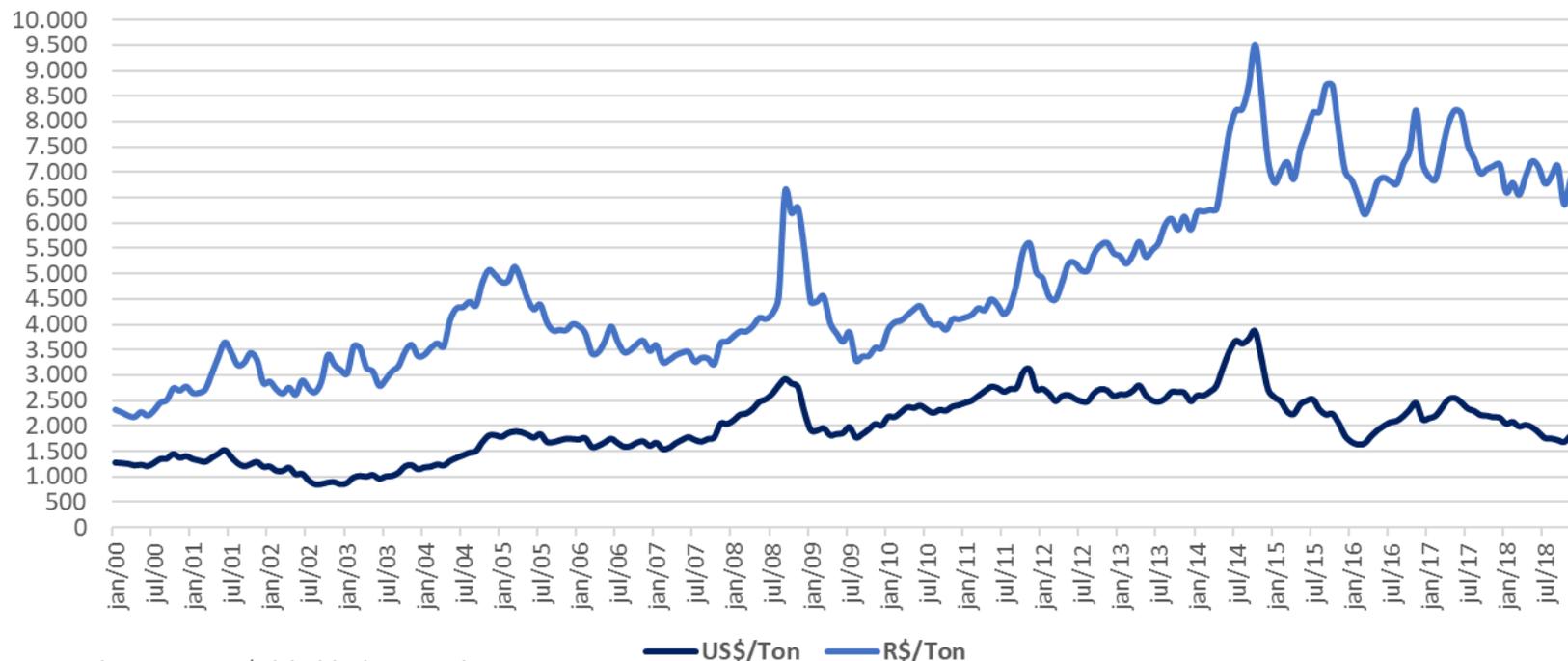
Série mensal dos preços de exportação da carne suína no PR
em dólares e reais por tonelada



Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Carne suína em Santa Catarina – Preços da carne exportada

Série mensal dos preços de exportação da carne suína em SC
em dólares e reais por tonelada



Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

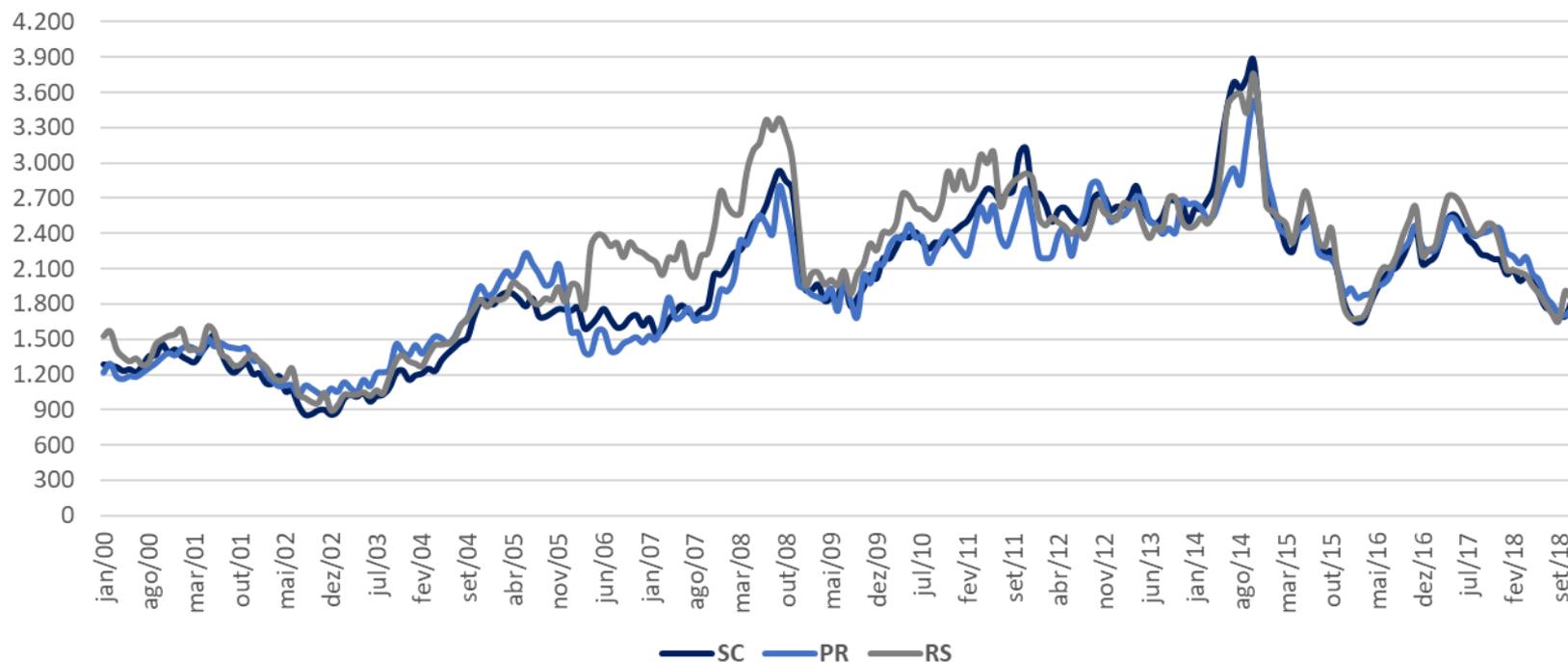
Carne suína no Rio Grande do Sul – Preços da carne exportada

Série mensal dos preços de exportação da carne suína no RS
em dólares e reais por tonelada



Carne suína – Comparação dos preços da carne exportada na Região Sul

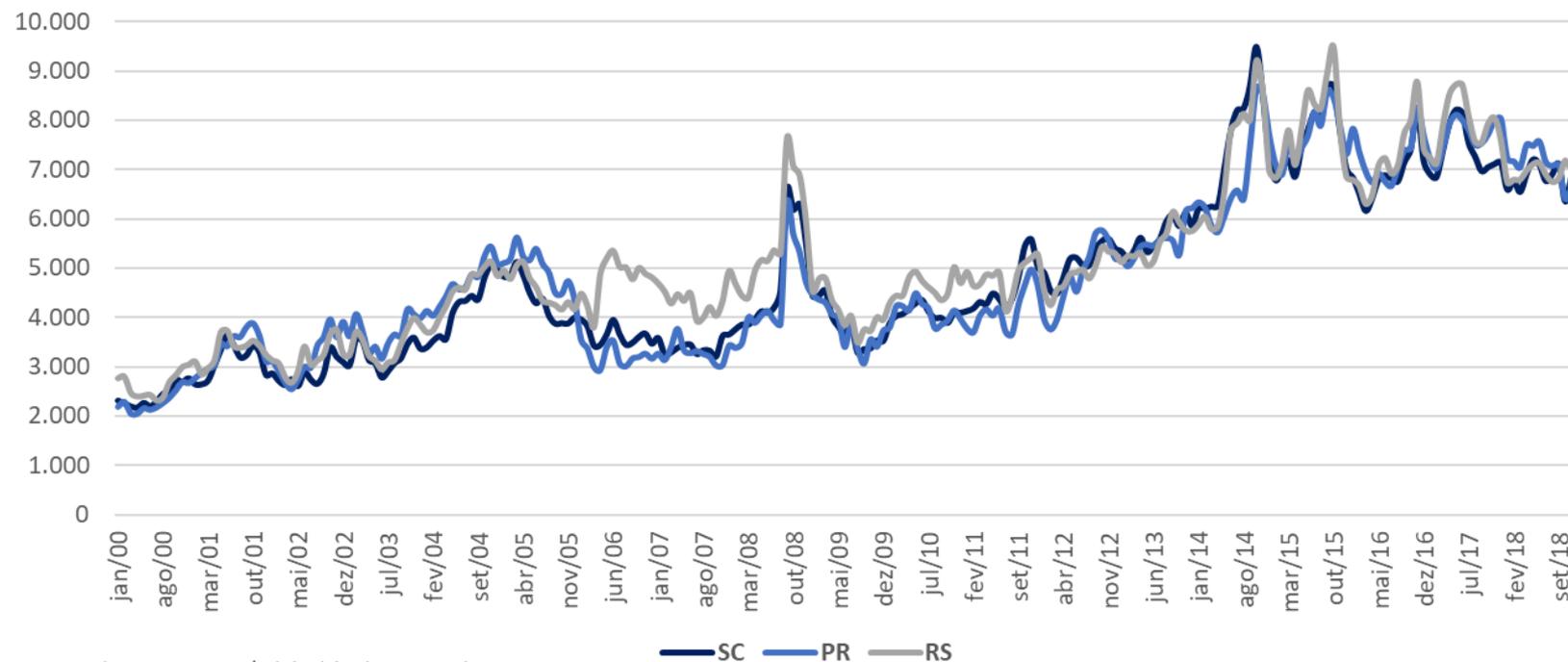
Comparação mensal dos preços de exportação da carne suína na região Sul - dólares por tonelada



Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.

Carne suína – Comparação dos preços da carne exportada na Região Sul

Comparação mensal dos preços de exportação da carne suína na região Sul - reais por tonelada



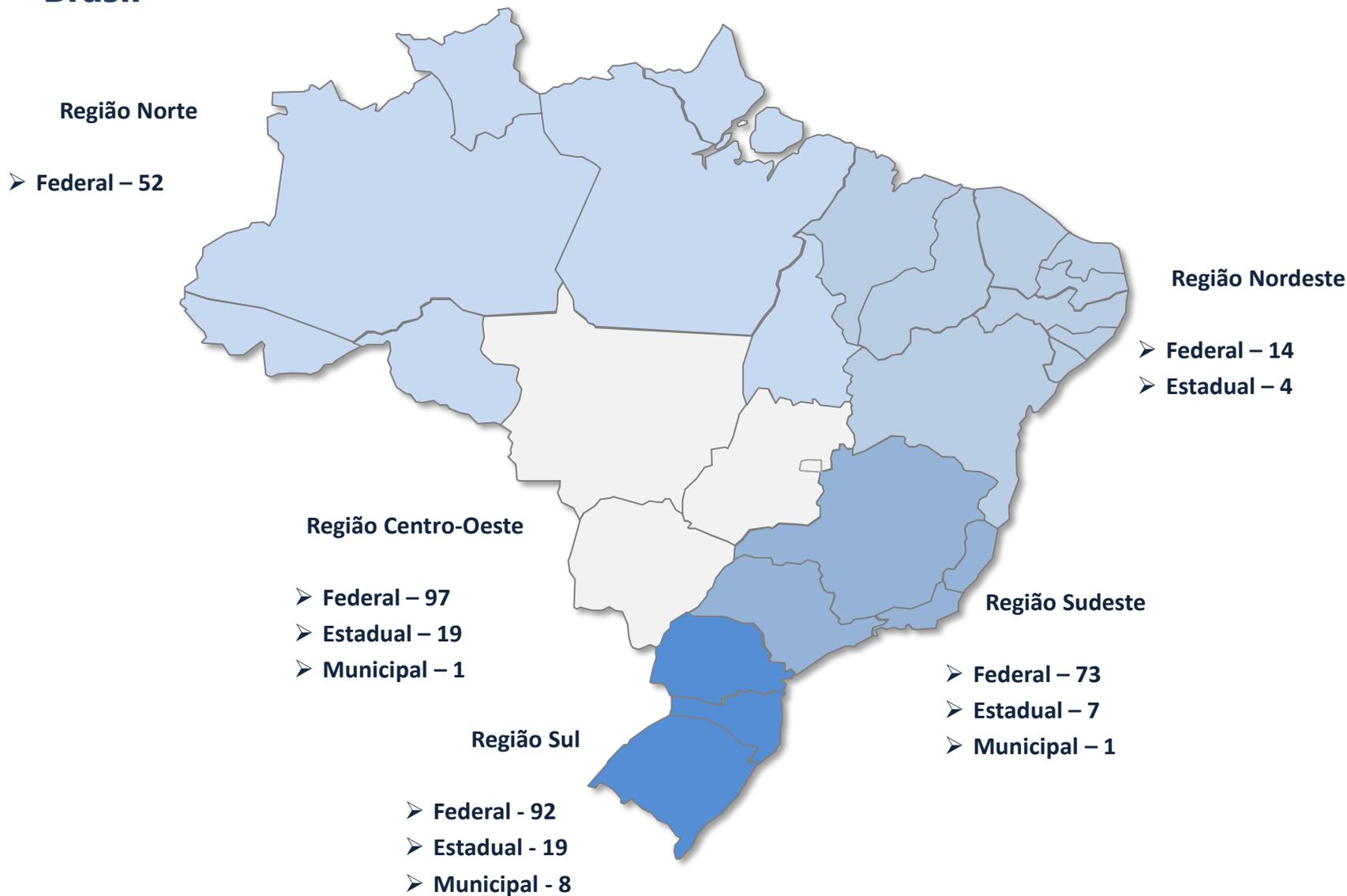
Fonte: Athenagro, Secex/Ministério da Economia.



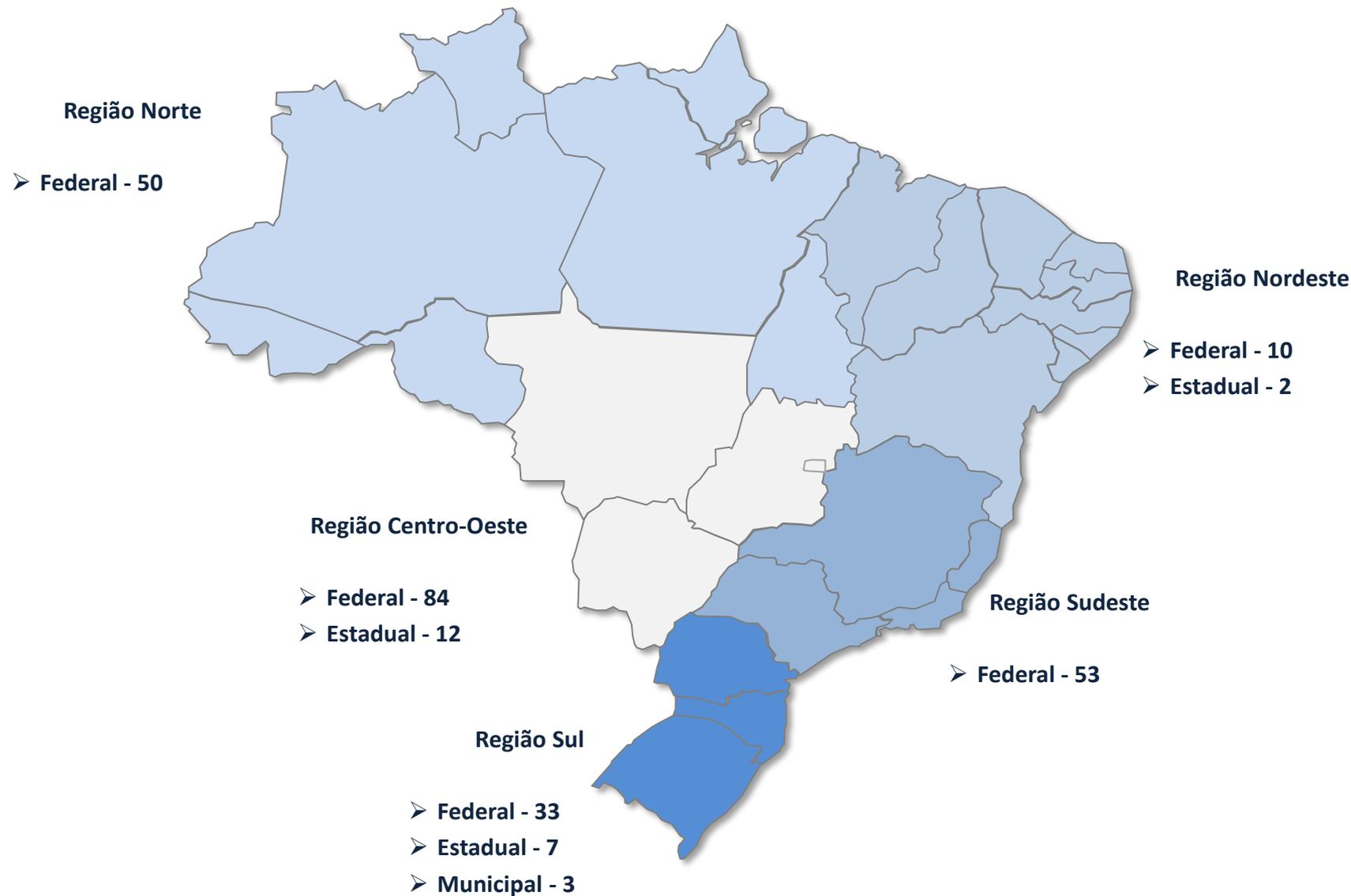
9. ANEXO

9.3. Mapas e frigoríficos

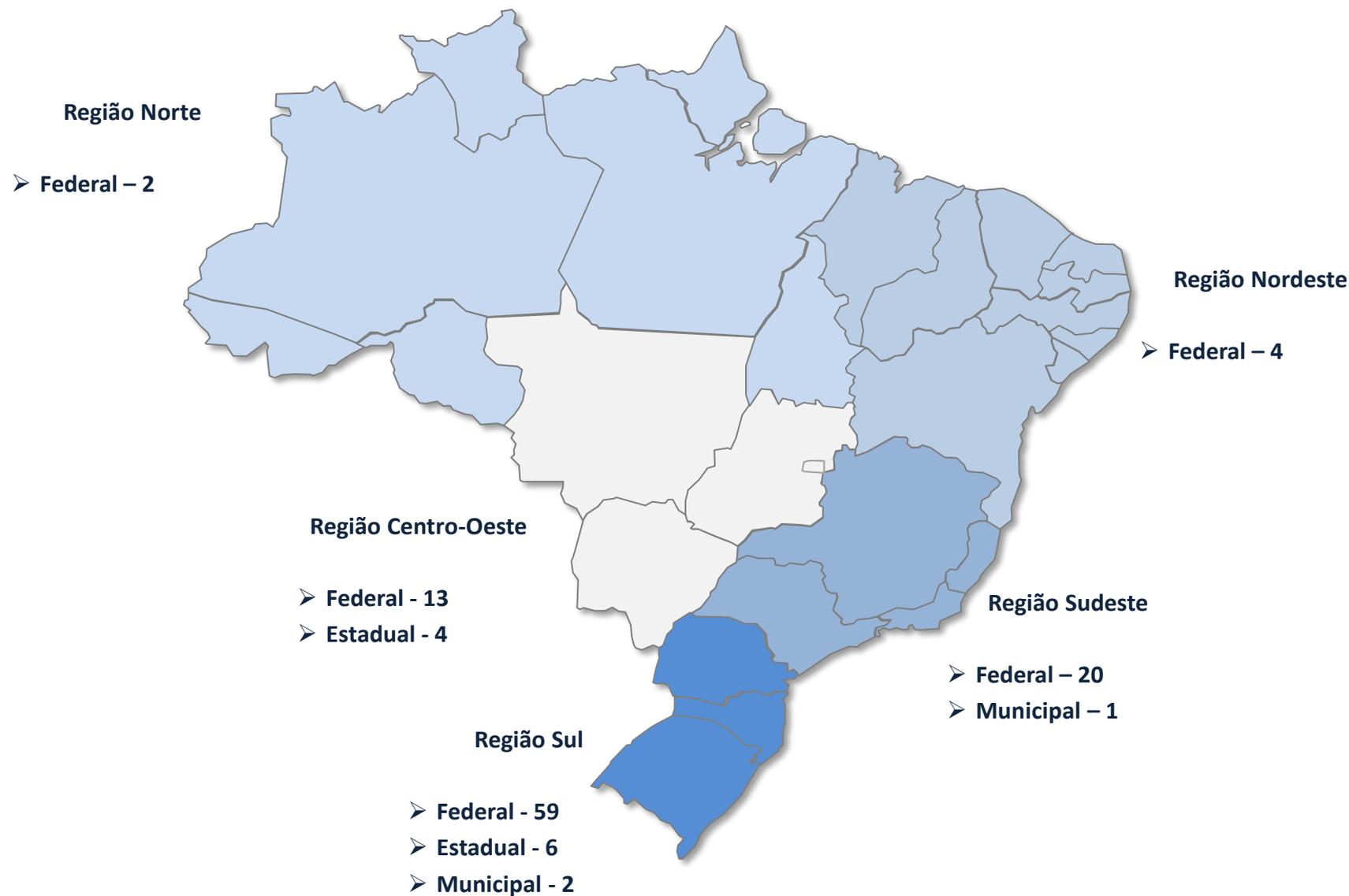
Plantas frigoríficas e abatedouros total de bovinos e suínos por inspeção - Brasil



Plantas frigoríficas e abatedouros de bovinos por inspeção - Brasil



Plantas frigoríficas e abatedouros de suínos por inspeção - Brasil

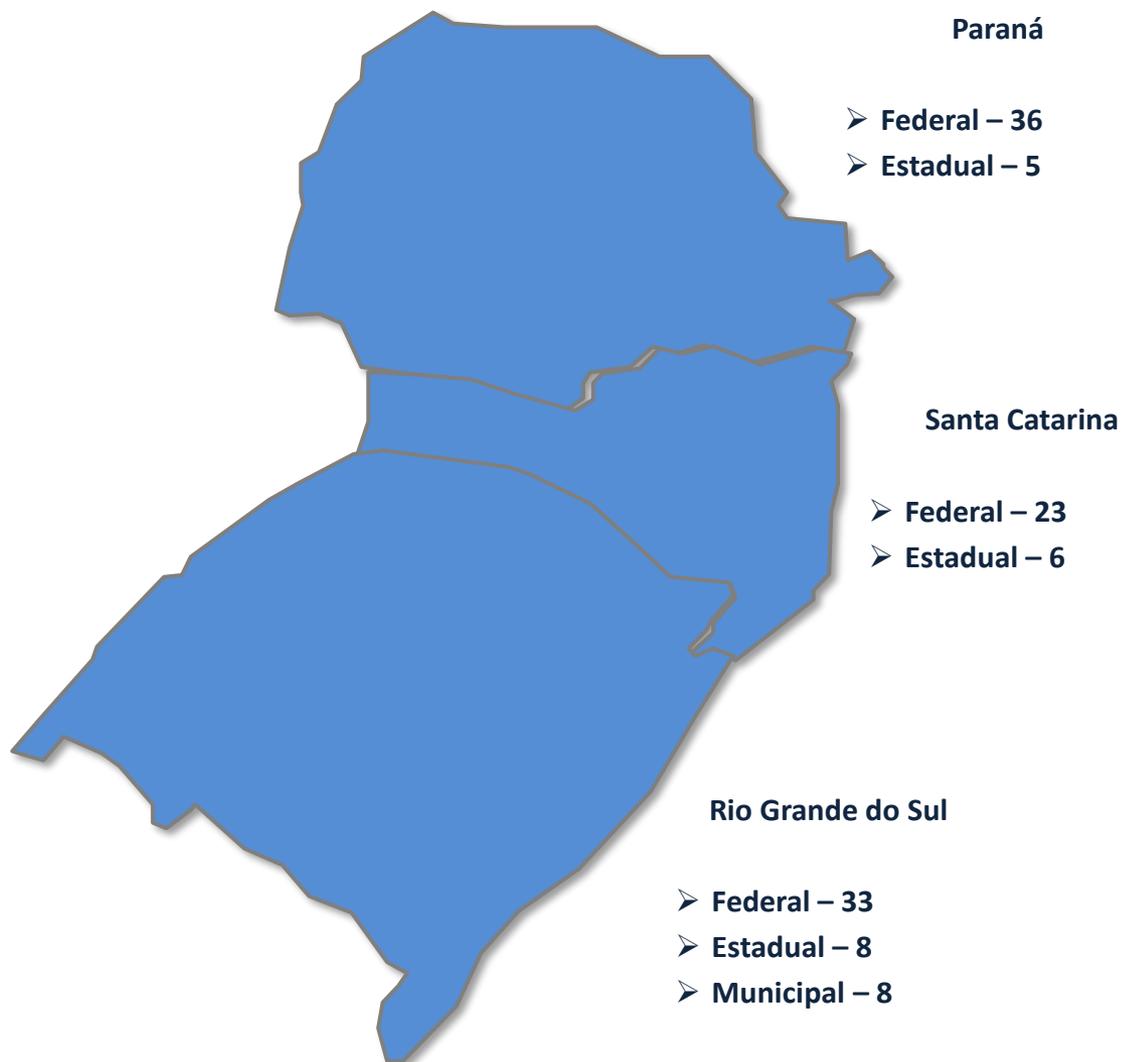




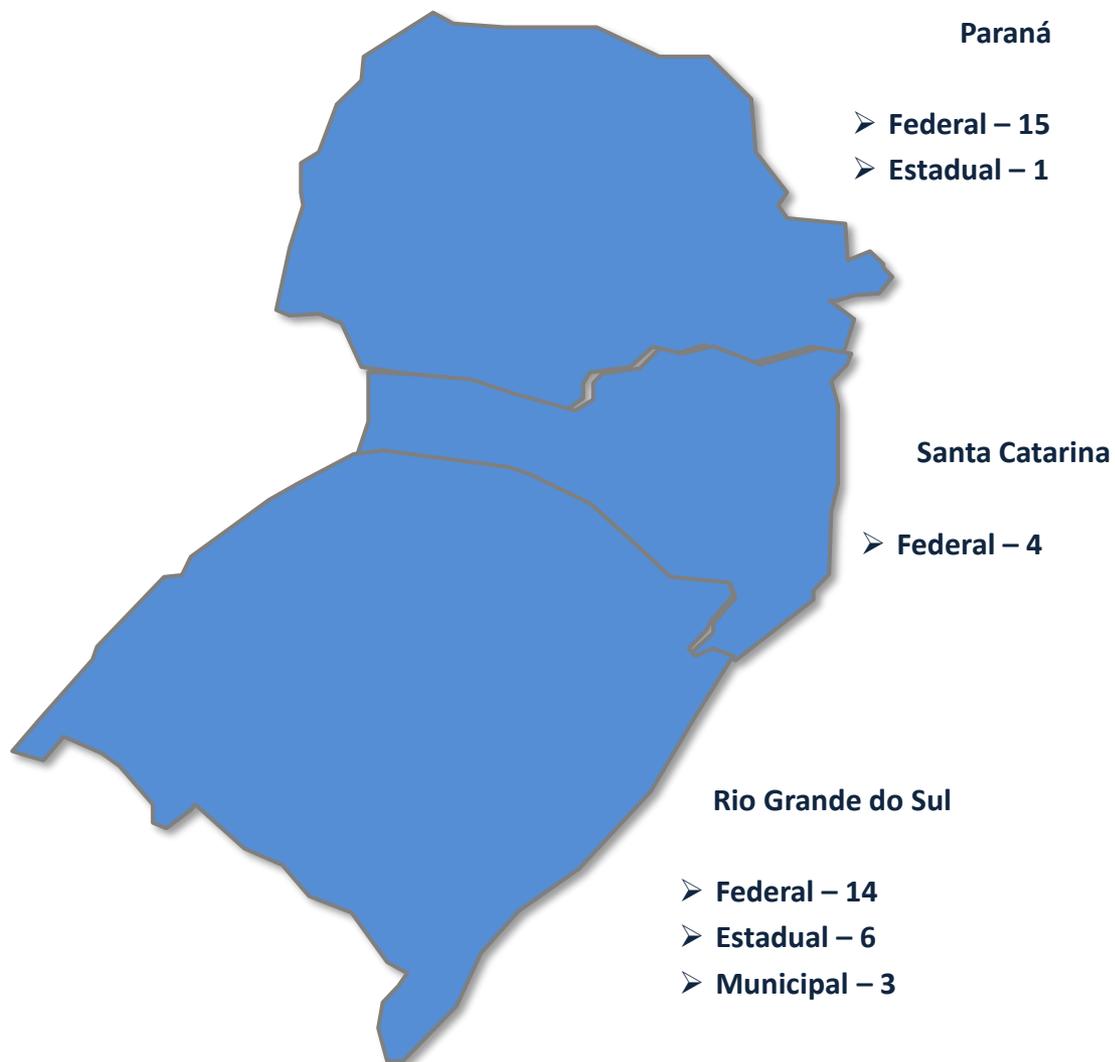
Plantas frigoríficas e abatedouros combinados para bovinos e suínos com outros animais por inspeção - Brasil



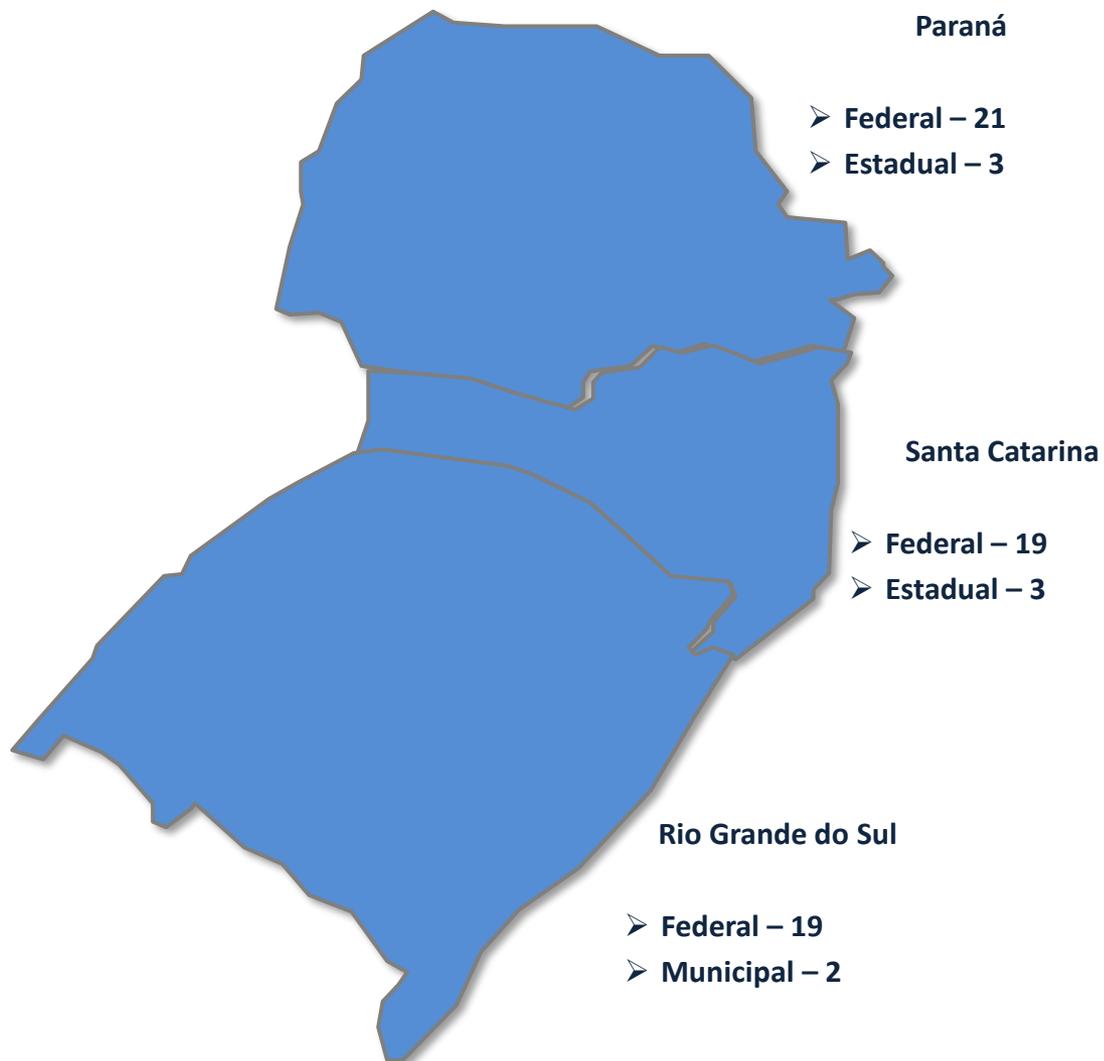
Plantas frigoríficas e abatedouros total de bovinos e suínos por inspeção – Região Sul



Plantas frigoríficas e abatedouros de bovinos por inspeção – Região Sul



Plantas frigoríficas e abatedouros de suínos por inspeção – Região Sul





Plantas frigoríficas e abatedouros combinados para bovinos e suínos com outros animais por inspeção – Região Sul

